



FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990

William Eufrásio Nunes Pereira

Natal, RN

2008



FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CIÊNCIAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990

Tese apresentada por William Eufrásio Nunes Pereira ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional.

Orientador: Dr. Márcio Moraes Valença

Natal, RN
2008

**FORMO DE APROVAÇÃO**

WILLIAM EUFRÁSIO NUNES PEREIRA

Reestruturação do Setor Industrial e Transformação do Espaço Urbano de Campina Grande – PB a partir dos anos 1990

Tese apresentada e aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Banca de Avaliação

Dr. Márcio Moraes Valença
Universidade Federal do Rio Grande do Norte(UFRN)
Orientador

Dra. Maria do Livramento de Miranda Clementino
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
membro

Dra. Rita de Cássia da Conceição Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
membro

Dr. Wilson Cano
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Membro Externo

Dr. José Bozzachielo da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)
Membro Externo

Dr. João Emanuel Evangelista de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Suplente



DEDICATÓRIA

Dedicado a todos os meus orientadores.

Os de ontem, os de hoje e os de amanhã.

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Pereira, William Eufrásio Nunes.

Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande – PB : a partir dos anos 1990 / William Eufrásio Nunes Perreira, 2008.

360 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Natal, 2008.

Orientador: Dr. Márcio Moraes Valença.

1. Indústrias – Campina Grande (PB) - Teses. 2. Indústrias – Reestruturação produtiva – Campina Grande (PB) – Teses. 3. Crescimento urbano – Campina Grande (PB) – Teses. 4. Emprego – Campina Grande (PB) – Teses. I. Valença, Márcio Moraes. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BSE-CCHLA

CDU 316.42(813.3)



AGRADECIMENTOS

Não é fácil realizar os agradecimentos necessários. No entanto, vamos tentar.

Inicialmente, devo agradecer ao Deus que me permite viver em plenitude, mesmo muitas vezes, duvidando e negando sua existência.

Aos meus pais Zé Nunes e Iracema, pelos motivos óbvios e também pelo fato de que minha mãe sempre me estimular a estudar. Não consegui ser um aluno brilhante, mas consegui ser um eterno e esforçado estudante, cujas deficiências são enormes, mas serão sanadas gradualmente (espero!).

À minha esposa Cristina e filha Gabriella, que sempre me amaram e suportaram minha chatice, principalmente, nos momentos de crise na elaboração dessa tese.

Aos meus diversos amigos de longa data, Lourildo e família, Toninha, Evânia, Eunice, Eliete, Carlinhos, Luciano, Assis, Zezé e Procópio (*in memoriam*), Célia e Nau, e tantos outros, a quem a saudade e presença se faz eterna, mesmo a distância sendo grande.

Aos meus orientadores acadêmicos e amigos, Alunilda e Leonardo Guimarães e em especial, Márcio Valença que me orientou nos últimos quatro anos e, que espero, continuar com sua amizade.

Agradecimentos aos avaliadores que aceitaram a tarefa de avaliar essa tese. Garanto que me sinto muito honrado com suas avaliações. Sou devedor e admirador de suas contribuições acadêmicas e científicas.

Agradeço a todos os amigos e professores do Departamento de Economia, em especial, Marconi e Wellington, colegas de doutorado.

Não devo esquecer o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em particular aos amigos e professores, Livramento, Spinelli, João Emanuel, Willington.

E a outros colegas e amigos, que não foram citados aqui, mas moram no meu coração e não pagam aluguel.



RESUMO

O objetivo central dessa tese é estudar as transformações ocorridas no setor industrial de Campina Grande-PB, nos anos 1990, quanto a dimensão espacial e urbana desse setor. A hipótese que norteia esse trabalho é a de que ocorreu uma reconfiguração industrial e espacial nos últimos anos, resultado da reestruturação produtiva do capital e, secundariamente, das políticas públicas – econômicas, urbanas etc. – implementadas no município nos anos 1990. Essa reconfiguração industrial implicou a predominância de determinados segmentos produtivos e no deslocamento da indústria em direção aos espaços urbano-industriais (distritos industriais). Este trabalho pautar-se nesses dois eixos para explicar as transformações no setor industrial campinense e em sua conseqüente influência sobre o desenvolvimento urbano de Campina Grande. Entende-se por reconfiguração industrial as mudanças ocorridas na estrutura industrial, ou seja, a preponderância de um ou mais segmentos produtivos sobre os demais, alterando o cenário da produção, do emprego e do número de estabelecimentos. Nesse estudo, consideram-se como estruturas institucionais de suporte e apoio à indústria, as diversas instituições que, direta e indiretamente, contribuem para o desenvolvimento dessa atividade produtiva. Essas estruturas são as primeiras a sofrerem transformações institucionais, físicas e políticas devido à intrínseca conexão destas com a indústria. As estruturas institucionais contribuem para o desenvolvimento da atividade industrial e do desenvolvimento urbano. Em Campina Grande, essas instituições são importantes por favorecerem o desenvolvimento de determinados segmentos. Nesse trabalho, procurou-se identificar a atual configuração industrial campinense, explicitando como o processo de reestruturação produtiva transformou o setor industrial, modificando o espaço urbano em Campina Grande – PB, ao direcionar-se para áreas urbanas específicas, a partir dos anos 1990.

PALAVRAS-CHAVE: Indústria, Reestruturação Produtiva, Reconfiguração Industrial, Emprego Formal, Campina Grande.



ABSTRACT

The central objective of this thesis is studying the changes in the industrial sector of Campina Grande-PB, in the years 1990, about the size of that space and urban sector. The hypothesis that guides this work is that there was a reconfiguration and industrial space in recent years, the result of the restructuring of productive capital and, secondarily, public policies - economic, urban etc. - implemented in the municipality in the years 1990. This reconfiguration industrial meant the predominance of certain productive segments of the industry and the shift towards urban-industrial areas (industrial districts). This work is guided in these two axes to explain the changes in the industrial campinense and its consequent impact on the urban development of Campina Grande. It is understood by reconfiguration industrial changes in industrial structure, namely the preponderance of one or more productive segments on the other, changing the scenario of production, employment and the number of establishments. In this study, are considered as institutional structures of support and assistance to industry, the various institutions that directly and indirectly, contribute to the development of productive activity. These structures are the first to undergo institutional changes, physical and policies because of intrinsic connection with the industry. The institutional structures contribute to the development of industrial activity and urban development. In Campina Grande, these institutions are important for facilitating the development of certain segments. In this work, sought to identify the current configuration industrial campinense, explaining how the restructuring of production transformed the industry, modifying the urban space in Campina Grande - PB, to direct itself to specific urban areas, from the early 1990.

KEY-WORDS: Industry, Production Restructuring, Industrial Reconfiguration, Formal Employment, Campina Grande.



RESUMEN

El objetivo central de esta tesis es el estudio de los cambios en el sector industrial de Campina Grande-PB, en los años 1990, cuanto el tamaño de ese espacio y sector urbano. La hipótesis que guía este trabajo es que hubo una reconfiguración del espacio industrial y en los últimos años, el resultado de la reestructuración del capital productivo y, en segundo lugar, las políticas públicas - económicos, urbanos, etc -- Aplicado en el municipio en el año 1990. Esta reconfiguración industrial significa el predominio de determinados segmentos productivos de la industria y el desplazamiento hacia zonas urbanas y zonas industriales (distritos industriales). Esta tese se guía por estos dos ejes para explicar los cambios en la campinense industrial y su consecuente impacto en el desarrollo urbano de Campina Grande. Se entiende por reconfiguración industrial cambios en la estructura industrial, a saber, la preponderancia de uno o más segmentos productivos en los demás, cambiando el escenario de la producción, el empleo y el número de establecimientos. En este estudio, se consideran como las estructuras institucionales de apoyo y asistencia a la industria, las diversas instituciones que directa e indirectamente, contribuir al desarrollo de la actividad productiva. Estas estructuras son los primeros en sufrir las transformaciones institucionales, políticas y físicas a causa de la intrínseca relación con la industria. Las estructuras institucionales que contribuyan al desarrollo de la actividad industrial y el desarrollo urbano. En Campina Grande, estas instituciones son importantes para facilitar el desarrollo de ciertos segmentos. En este trabajo, trataron de determinar la actual configuración industrial campinense, explicando cómo la reestructuración de la producción transformado la industria, modificando el espacio urbano en Campina Grande - PB, para dirigir a sí mismo en las zonas urbanas específicas, de los principios de 1990.

PALABRAS CLAVE: Industria, Reestructuración de la Producción, Reconfiguración Industrial, Empleo Formal, Campina Grande



MAPAS TEMÁTICOS

Mapa Temático 3.1 - Áreas de influencia econômica de Campina Grande – PB.....	154
Mapa Temático 5.1 - Mapa dos bairros de Campina Grande – PB - 2008	196
Mapa Temático 5.2 - Distribuição espacial da indústria extrativa de Campina Grande – 1992/2006.....	199
Mapa Temático 5.3 - Distribuição espacial do emprego da indústria extrativa mineral em Campina Grande.....	201
Mapa Temático 5.4 - Distribuição espacial da indústria de produtos minerais não metálicos de Campina Grande.....	203
Mapa Temático 5.5 - Distribuição espacial do emprego na indústria de produtos minerais não metálicos em Campina Grande.....	204
Mapa Temático 5.6 - Distribuição espacial da indústria metal-mecânica de Campina Grande	208
Mapa Temático 5.7 - Distribuição espacial do emprego da industrial metal-mecânica em Campina Grande.....	209
Mapa Temático 5.8 - Distribuição espacial da indústria de material elétrico e de comunicações de Campina Grande.....	212
Mapa Temático 5.9 - Distribuição espacial do emprego da indústria do material elétrico e de comunicações em Campina Grande.	212
Mapa Temático 5.10 - Distribuição espacial da indústria do material de transporte de Campina Grande – 2006.....	215
Mapa Temático 5.11 - Distribuição espacial do emprego da indústria do material de transporte de Campina Grande – 2006.....	216
Mapa Temático 5.12 - Distribuição espacial da indústria da madeira e do mobiliário de Campina Grande.....	218
Mapa Temático 5.13 - Distribuição espacial do emprego da indústria da madeira e do mobiliário em Campina Grande.....	219
Mapa Temático 5.14 - Distribuição espacial da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande.....	221
Mapa Temático 5.15 - Distribuição espacial do emprego da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica em Campina Grande.	222



Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Distribuição espacial da indústria da borracha, fumo, e ind. diversas em Campina Grande.....	224
Mapa Temático 5.17 - Distribuição espacial do emprego na indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e ind. diversas em Campina Grande	225
Mapa temático 5.18 - Distribuição espacial da indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, em Campina Grande.....	228
Mapa temático 5.19 - Distribuição espacial do emprego na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc. de Campina Grande.	229
Mapa Temático 5.20 - Distribuição espacial da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos em Campina Grande.....	232
Mapa Temático 5.21 - Distribuição espacial do emprego na indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos de Campina Grande.	233
Mapa Temático 5.22 - Distribuição espacial da indústria de calçados em Campina Grande	238
Mapa Temático 5.23 - Distribuição espacial do emprego na indústria calçadista de Campina Grande	239
Mapa Temático 5.24 - Distribuição espacial da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico em Campina Grande	241
Mapa Temático 5.25 - Distribuição espacial do emprego na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico de Campina Grande.....	242
Mapa Temático 5.26 - Distribuição espacial dos serviços industriais de utilidade pública de Campina Grande	244
Mapa Temático 5.27 - Distribuição espacial do emprego na indústria de serviços de utilidade pública de Campina Grande	245
Mapa Temático 5.28 - Distribuição espacial da indústria da construção civil em Campina Grande.....	247
Mapa Temático 5.29 - Distribuição espacial do emprego na indústria da construção civil de Campina Grande.....	247
Mapa Temático 5.30 - Distribuição espacial da indústria de materiais plásticos em Campina Grande	249



Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Distribuição espacial do emprego na indústria de Campina Grande.....	249
Mapa Temática 5.32 - Distribuição espacial dos serviços de reparação, manutenção e instalação em Campina Grande	251
Mapa Temático 5.33 - Distribuição espacial do emprego na indústria de serviços de reparação, manutenção e instalação de Campina Grande – 2006.	251
Mapa Temático 5.34 - Distribuição espacial da indústria em informática em Campina Grande – 2006.....	253
Mapa Temático 5.35 - Distribuição espacial do emprego na indústria da informática de Campina Grande – 2006	254
Mapa Temático 6.1 - Distribuição espacial da indústria de Campina Grande – 2006.....	263
Mapa Temático 6.2 - Distribuição espacial do emprego industrial de Campina Grande – 2006.....	265

IMAGENS E QUADROS E FOTOS

IMAGENS

Imagem 01 - Visão Aérea da Zona Sul – Distritos industriais (Velame e Ligeiro) – de Campina Grande – 2006.....	268
Imagem 02 - Visão Aérea do Noroeste de Campina Grande – 2006.....	285
Imagem 03 - Visão Aérea da Expansão Urbana na zona leste na de Campina Grande – 2006.....	291
Imagem 04 - Visão Aérea de Campina Grande – 2006.....	295

QUADROS

Quadro 01 - Bairros e distritos do município de Campina Grande – 2007.....	195
--	-----

FOTOS

Foto 01 - Expansão urbana à Sudeste Novos - conjuntos Habitacionais	283
Foto 02 - Expansão urbana à Sudeste Novos - conjuntos Habitacionais	283
Foto 03 - Hospital de Emergência e Trauma De Campina Grande.....	284
Foto 04 - Unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes.....	284
Foto 05 - Calçamento da rua principal da Favela da Invasão (primeira parte).....	286
Foto 06 - Parte não urbanizada da Favela da Invasão (segunda parte).....	286
Foto 07 - Parte não urbanizada da Favela da Invasão (segunda parte).....	287
Foto 08 - Novos Loteamentos ao Norte de Campina Grande.....	287
Foto 09 - Casa de show Vila Forró.....	288
Foto 10 - Novos empreendimentos na fronteira norte de Campina Grande.....	288
Foto 11 - Condomínio horizontal de alto padrão ao norte de Campina Grande.....	289
Foto 12 - Condomínio horizontal de alto padrão ao norte de Campina Grande.....	289
Foto 13 - Condomínio horizontal de alto padrão e econômico ao norte de Campina Grande.....	290
Foto 14 - Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira..	292
Foto 15 - Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira..	292
Foto 16 - Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira..	293
Foto 17 - Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira..	293
Foto 18 - Jardim Verdejante.....	294
Foto 19 - Jardim Verdejante.....	294
Foto 20 - Jardim Verdejante.....	294
Foto 21 - Jardim Verdejante.....	294



A DE TABELAS

Tabela 2.1 – Nordeste - Produto interno bruto a preços constantes. R\$mil (ano 2000).....	93
Tabela 2.2 – Nordeste - Valor da transformação industrial por estado – R\$ mil (2000).....	95
Tabela 2.3 - Existência de incentivos para atração de novas empresas nos municípios ...	110
Tabela 2.4 - Incentivos concedidos a implantação de nova empresas por parte do município no Nordeste.	111
Tabela 3.1 - Número de estabelecimentos e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande	125
Tabela 3.2 -Comparativo das rendas estaduais geradas em Campina Grande e João Pessoa. 1961 a 1979.....	127
Tabela 3.3 - Número de estabelecimentos e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande	129
Tabela 3.4 - Número de estabelecimentos, operários e média de trabalhadores por estabelecimento industrial por sub-setor de produção – Campina Grande.....	130
Tabela 3.5 - Campina Grande - Número de operários segundo setores da industrial de 1969/1992.....	131
Tabela 3.6 – Campina Grande - Participação relativa dos sub-setores de atividade econômica no número de empresas e operários – 1969/1979.....	132
Tabela 3.7 - Brasil e Nordeste - índices reais e variações anuais do pib c.f. 1980-90 (%) 1980 = 100.....	141
Tabela 3.8 - Taxas de crescimento do PIB c.f. por setores 1980 /1990.ano base 1980	142
Tabela 3.9 - Número de estabelecimentos e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande.....	146
Tabela 3.10 - Consumo kwh por classe no município de Campina Grande no período de 1976/94. 1976=100	147
Tabela 3.11 - Participação relativa dos sub-setores da atividade econômica no consumo de energia elétrica do município de Campina Grande no período de 1976/1994.....	149
Tabela 3.12 - Campina Grande - número de estabelecimentos e de empregos no setor industrial.....	151



emprego formal segundo setores de atividade e –1985/1989.....	151
Tabela 3.14 - Taxa de crescimento anual do emprego nos setores de atividade econômica em Campina Grande.....	152
Tabela 4.1 – Evolução do emprego formal – Brasil - índice 100 =1985.....	164
Tabela 4.2 – Crescimento anual do emprego formal em Campina Grande.....	176
Tabela 4.3 - Participação dos estabelecimentos por sub-setor na economia campinense (%)......	181
Tabela 4.4 - Participação do emprego formal por sub-setor na economia campinense (%)......	182
Tabela 4.5 - Participação dos estabelecimentos de Campina Grande no número de estabelecimentos da Paraíba e no Nordeste (%) – 1985/2004.....	183
Tabela 4.6 - Participação do emprego formal em Campina Grande no emprego da Paraíba e no nordeste (%) – 1985/2004.....	185
Tabela 4.7 - Participação do emprego formal segundo os setores da economia em Campina Grande.....	186
Tabela 4.8 - Participação dos estabelecimentos industriais por sub-setor na economia de Campina Grande (%)......	187
Tabela 4.9 - Participação do emprego formal industrial por sub-setor na economia de Campina Grande (%)......	188
Tabela 4.10 - Índice demonstrativo da evolução do emprego nos segmentos industriais de Campina Grande – 1985 = 100.....	190
Tabela 5.1 - As 10 principais cidades nordestinas, segundo o emprego formal na indústria calçadista de Campina Grande – 2005.....	236
Tabela 5.2 - As nove principais cidades nordestinas segundo o número de estabelecimentos na indústria calçadista – 2005.....	237
Tabela 6.1 - Distribuição da indústria e do emprego nos espaços urbano e rural de Campina Grande.....	262



e - Empresas efetivamente instaladas e inicialmente e existentes atualmente – 2006..... 269

Tabela 6.3 - Variação relativa da população, do número de indústrias e do emprego formal na indústria, segundo os bairros de Campina Grande..... 274

Tabela 6.4 - População em Campina Grande, João Pessoa e na Paraíba..... 277

Tabela 6.5 - População em 2000 e evolução percentual da população, do emprego formal na indústria, do emprego formal total, no período 2000/2005, em 11 cidades brasileiras..... 278

Tabela 6.6 - Evolução da participação do emprego formal dos municípios na indústria e no total da economia da Paraíba..... 279

Tabela 6.7 - Crescimento relativo do emprego formal dos municípios, segundo setores do ibge, no período 1991/2005..... 280

S DE GRÁFICOS

Gráfico 2.1 – Nordeste -Produto Interno Bruto a preços constantes.....	94
Gráfico 2.2 – Nordeste -Valor da Transformação Industrial Por Estado – R\$ Mil (2000).....	95
Gráfico 2.3 – Nordeste - Despesas Estaduais Por Função De Desenvolvimento Regional - R\$(Mil).....	108
Gráfico 2.4 – Percentual dos municípios por Estado com Incentivos a implantação de novas empresas.....	110
Gráfico 3.1 – Evolução das taxas de crescimento do emprego formal segundo setores da economia de Campina Grande – 1986/1989.....	152
Gráfico 4.1 - Evolução do Número Total de Estabelecimentos Segundo as Regiões. 1985 = 100.....	165
Gráfico 4.2 - Evolução do Emprego Formal Segundo As Regiões. 1985 = 100.....	166
Gráfico 4.3 - Evolução do Número de Estabelecimentos segundo os setores do IBGE – Brasil - Índice 100 =1985.....	167
Gráfico 4.4 - Evolução do Pessoal Ocupado, da Produção Física e da Produtividade do Trabalho na Indústria Brasileira. (1985=100).....	169
Gráfico 4.5 - Evolução do Emprego Industrial no Brasil segundo as Regiões – 1985=100.....	170
Gráfico 4.6 - Evolução do Emprego, dos Estabelecimentos e do PIBpm no Nordeste – 1985=100.....	171
Gráfico 4.7 - Evolução do número de estabelecimentos em Campina Grande – 1985=100.....	174
Gráfico 4.8 – Evolução Relativa do Emprego segundo grandes setores da economia 1985=100.....	175
Gráfico 4.9 - Evolução do Número de Estabelecimentos em Campina Grande, Segundo Grandes Setores – 1985=100	179
Gráfico 4.10 - Evolução do Emprego Formal Segundo Segmentos Econômicos em Campina Grande – 1985=100.....	180
Gráfico 4.11 - Participação das indústrias segundo o tamanho dos estabelecimentos – Campina Grande.....	189



	do número de empresa extrativas minerais.....	197
Gráfico 5.2 - Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria extrativa mineral em Campina Grande – 1985=100.....		198
Gráfico 5.3 - Evolução absoluta das indústrias de produtos minerais não metálicos.....		202
Gráfico 5.4- Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria de produtos minerais metálicos em Campina Grande – 1982=100.....		203
Gráfico 5.5 – Evolução Absoluta da Indústria metalúrgica, segundo o tamanho do estabelecimento em Campina Grande.....		205
Gráfico 5.6 - Evolução do Emprego e dos estabelecimentos na indústria metalúrgica em Campina Grande – 1985=100.....		206
Gráfico 5.7 – Evolução Absoluta do número de indústrias do segmento mecânico em Campina Grande.....		207
Gráfico 5.8 – Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria mecânica de Campina Grande – 1985=100.....		208
Gráfico 5.9 – Evolução do número de estabelecimentos da indústria do material elétrico e de comunicações.....		210
Gráfico 5.10 – Evolução do Emprego e dos estabelecimentos na indústria do material elétrico e de comunicações em Campina Grande – 1985=100.....		211
Gráfico 5.11 – Evolução do número de indústrias do material de transporte em Campina Grande.....		214
Gráfico 5.12 - Evolução do emprego e dos estabelecimentos da indústria do material de transporte em Campina Grande – 1985=100.....		214
Gráfico 5.13 – Evolução do número de indústrias da madeira e do mobiliário em Campina Grande.....		217
Gráfico 5.14 – Evolução do número de indústrias do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande.....		220
Gráfico 5.15 – Evolução da participação dos estabelecimentos na indústria do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande.....		221



.....	18
.....	223
Gráfico 5.17 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, etc. de Campina Grande..	226
Gráfico 5.18 – Evolução da participação dos estabelecimentos na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, etc.....	227
Gráfico 5.19 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido de Campina Grande.....	230
Gráfico 5.20 – Evolução do número de estabelecimentos da indústria calçadista de Campina Grande.....	235
Gráfico 5.21 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.....	240
Gráfico 5.22 – Evolução no número de estabelecimentos nos serviços industriais de utilidade pública em Campina Grande.....	243
Gráfico 5.23 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria da construção civil de Campina Grande.....	246

**STAS DE SIGLAS**

ANPROTEC - Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas
BACEN – Banco Central do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNH – Banco Nacional de Habitação
CAGEPA – Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba
CCCAF – Centro do Couro e do Calçado Albano Franco
CCQ – Círculos de Controle de Qualidade
CEHAP - Companhia de Habitação Popular da Paraíba
CHESF – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco
CINEP - Companhia de Industrialização do Estado Paraíba
CINGRA – Companhia de Industrialização de Campina Grande
CIW – Condomínio Indústria Walling
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNI – Confederação Nacional da Indústria
COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari
DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
E.U.A – Estados Unidos da América
FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba
FIEP – Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
FMI – Fundo Monetário Internacional
FUNDESP - Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba
FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
HCCRA – Hotel e Centro de Convenções Raimundo Asfora
HTECG – Hospital de Traumas e Emergências de Campina Grande
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IBQP-PR – Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, seccional Paraná
ICMS – Impostos sobre Consumo de Mercadorias e Serviços
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística



poio ao Setor Industrial do Nordeste
econômica Aplicada

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MTE – Ministério do Trabalho e do Emprego
PaqTc-PB - Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo
PIB – Produto Interno Bruto
PIN – Programa de Integração Nacional
PMCG – Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMPE - Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
PNC - Programa Nordeste Competitivo
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à
Agroindústria do Norte e Nordeste
PROTRABALHO - Programa de Promoção do Emprego e do Trabalhador
P&D –Pesquisa e Desenvolvimento
RAIS – Relatório Anual de Informações Sociais
SANBRA – Sociedade Algodoeira do Brasil
SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes
SEST – Serviço Social do Transporte
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SLM – Shopping Luiza Mota
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
SUPLAN - Superintendência de Obras do Plano do Desenvolvimento do Estado
TIC – Tecnologia da Informática e das Comunicações
UCIP – Universidade Cooperativa da Indústria da Paraíba
UFPB – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

**SUMÁRIO**

SUMÁRIO	24
CAPITULO 1.0 – REVENDO CONCEITOS: ESPAÇOS, POLÍTICA URBANA E ECONOMIA	38
1.1- UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE O ESPAÇO, A PARTIR DE AUTORES MARXISTAS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.....	39
1.2 - A POLÍTICA URBANA E O ESTADO CAPITALISTA.....	47
1.3 - O ESPAÇO E A ECONOMIA: BREVE RETROSPECTIVA.....	55
1.3.1 - As primeiras vertentes da teoria da localização.....	55
1.3.2 - Novas teorias sobre a localização.....	57
1.3.3 - As teorias marxistas sobre a localização.....	58
1.3.4 - Renovando velhos conceitos e teorias.....	60
1.4 - A GUIA DE CONCLUSÃO	64
CAPITULO 2.0 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO BRASIL	68
2.1 - DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: A GÊNESE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL.....	69
2.2- A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO NACIONAL.....	75
2.3 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL.....	81
2.3.1- Espaços ou regiões que perdem com a reestruturação.....	81
2.3.2 - Regiões que ganham com a reestruturação.....	88
2.4 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO NORDESTE.....	92
2.5 - O ESTADO E A INTERVENÇÃO URBANO-INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA.....	96
2.5.1 - Intervenção estatal pré-reestruturação – 1970/1985.....	99
2.5.2 - Intervenção estatal na fase inicial da reestruturação produtiva	101
2.5.3 - Intervenção estatal e reestruturação produtiva nos anos 1990.....	103
2.5.4 – A atuação dos governos estaduais - o exemplo do Nordeste.....	106
2.5.5 - A atuação dos municípios na guerra fiscal.....	109
2.6- À GUIA DE CONCLUSÃO	112



URBANO-INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE	116
URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE.....	117
3.2 - CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE – 1960/1970	121
3.3 - A INDÚSTRIA E O EMPREGO NOS ANOS 1960.....	124
3.4 - A ESTRUTURA INDUSTRIAL MADURA - 1970.....	127
3.5 - FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA ARREFECER O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE CAMPINA GRANDE.....	133
3.6 - INDÚSTRIA, EMPREGO E CRISE EM CAMPINA GRANDE – 1980.....	140
3.6.1 - O Contexto Econômico Nacional	140
3.6.2- A Crise e a Indústria de Campina Grande.....	144
3.6.3 - A Retomada do Crescimento Econômico.....	150
3.7 - À GUIA DE CONCLUSÕES.....	154
 CAPITULO 4.0 - A CONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL NO PERÍODO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CAMPINA GRANDE.....	 158
4.1 - O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO NACIONAL E REGIONAL.....	160
4.2 - AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA CONFIGURAÇÃO PRODUTIVA DE CAMPINA GRANDE – 1985/1994.....	173
4.3 - AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA CAMPINENSE – 1995/2004.....	178
4.4 - AS MUDANÇAS SETORIAIS NA CONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL.....	187
4.5- À GUIA DE CONCLUSÕES.....	191
 CAPITULO 5.0 - A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE CAMPINA GRANDE.....	 194
5.1 - A INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL	197
5.2- INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS.....	202
5.3 - A INDÚSTRIA METALÚRGICA.....	205
5.4 - A INDÚSTRIA MECÂNICA.....	206
5.5 - A INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES.....	210
5.6 - A INDÚSTRIA DO MATERIAL DE TRANSPORTE.....	213
5.7 - A INDÚSTRIA DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO.....	216



Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

.....	219
.....	223
5.10 - A INDÚSTRIA QUÍMICA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, VETERINÁRIOS, PERFUMARIA.....	226
5.11 - A INDÚSTRIA TÊXTIL DO VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS.....	229
5.12 - A INDÚSTRIA DE CALÇADOS.....	234
5.13 - A INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO.....	239
5.14 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA.....	242
5.15 - INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL.....	245
5.16 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE OUTROS SEGMENTOS PRODUTIVOS ...	248
5.16.1 - A indústria de materiais plásticos.....	248
5.16.2 - Serviços de reparação, manutenção e instalação.....	250
5.16.3 - A indústria da informática.....	252
5.6 - À GUIA DE CONCLUSÃO.....	255
CAPITULO 6.0 - DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL RECENTE DE CAMPINA GRANDE.....	259
6.1- A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA CAMPINENSE.....	261
6.2 - O CRESCIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO CAMPINENSE.....	266
6.3 - EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE.....	275
6.4 À GUIA DE CONCLUSÃO.....	296
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	298
REFERÊNCIAS.....	307
APÊNDICES.....	319



INTRODUÇÃO

O desenvolvimento social, econômico e urbano ocorrido em Campina Grande, na Paraíba, na primeira metade do século XX, foi possível devido ao significativo crescimento da economia algodoeira e ao papel do município como entreposto exportador desse produto. A inserção do município no circuito de beneficiamento e exportação do algodão deve-se à influência de determinantes externos, em particular à grande demanda têxtil que incrementou as atividades econômicas vinculadas ao algodão. Sem as relações mercantis extra-regionais que se estabeleceram na primeira metade desse século, dificilmente o Município teria apresentado o dinamismo que constituiu-se no período. O fato é que o algodão constituiu-se no proto-fator de desenvolvimento econômico e urbano de Campina Grande (PEREIRA, 2004a)

A estruturação das diversas atividades econômicas, em especial a indústria, ocorre concomitantemente ao crescimento demográfico e econômico do Município, implicando uma célere urbanização para Campina Grande. Esse crescimento é fundamentado na atividade comercial, inicialmente no algodão e, posteriormente, no comércio de produtos em geral. Esta diversidade no comércio de mercadorias ocorre em substituição ao declínio das atividades mercantis algodoeiras, cujas possibilidades de continuidade das pequenas empresas vinculadas ao algodão mostraram-se mínimas devido à implantação das grandes empresas beneficiadoras e exportadoras em conjunto com o declínio da atividade produtora no Nordeste e, especificamente, na Paraíba. Essa diversidade comercial ocorre gradualmente, conforme a diversificação do processo de produção na totalidade da economia (PEREIRA, 1998).

A ascensão da indústria em relação ao comércio na economia campinense ocorreu gradualmente entre os anos 1950 e 1960, transformando o espaço urbano através da criação de infra-estruturas e instituições de apoio e suporte à industrialização, como também da dinamização dos segmentos comerciais e de serviços. As infra-estruturas de água, energia, comunicações e estradas, investimentos do Estado, dão suporte à atividade industrial, possibilitam o surgimento de instituições educacionais, políticas e de P&D, favorecem o comércio e os serviços, ou seja, estimulam o desenvolvimento urbano modificando o espaço urbano.



banístico contribui para com o desenvolvimento espaço para as atividades econômicas, sociais e culturais, por favorecer a consolidação do mercado e criar as condições estruturais e institucionais para as atividades educacionais, políticas e de Pesquisa e Desenvolvimento que garantem o funcionamento das atividades econômicas.

A consolidação da indústria no início da segunda metade do século XX implicou a criação e transformação das infra-estruturas e instituições necessárias à expansão do setor. Nesse período, implantou-se: um distrito industrial¹ com infra-estrutura de água, energia e comunicações, que permitiu a instalação e o funcionamento das novas empresas; companhias municipais de água, energia e comunicações; quatro estabelecimentos educacionais com cursos superiores², uma escola técnica (SENAI) com os cursos de mecânica de automóveis, mecânica de manutenção, tornearia mecânica, marcenaria, além de uma série de outras instituições e estruturas físicas que transformaram o espaço urbano, alterando gradualmente a ênfase comercial e suscitando estrutura industrial significativa para o estado e a para região. Até mesmo uma companhia de industrialização do município foi fundada para organizar e estimular o crescimento de setor industrial em Campina Grande.³

As transformações econômicas e urbanas podem ser evidenciadas na mudança dos “slogans” municipais que de “Liverpool brasileira”⁴ passa a “capital do trabalho”: o primeiro é denotativo do período algodoeiro, ao fazer alusão ao grande centro exportador desse produto no mundo; o segundo à fase industrial do município. Esses “slogans” demonstram fases do desenvolvimento econômico e urbano de Campina Grande, fases nas quais se consolidaram determinadas configurações econômicas em que atividades produtivas hegemônicas se consolidaram, em outras palavras, em Campina Grande, no período algodoeiro,

¹ Esse distrito industrial não gerou uma “atmosfera empreendedora”, diferenciando-se da concepção marshalliana. A dinâmica deveu-se mais aos incentivos concedidos pelo Estado do que a tal “atmosfera”.

² Os quatro estabelecimentos consistiam na Escola Politécnica, com os cursos de engenharia civil, eletricidade e mecânica; a Faculdade de Ciências Econômicas, com os cursos de economia, sociologia e política; a Escola de Serviço Social e a Faculdade de Filosofia. Nessa década, se instalaram ainda as faculdades de Direito, Química e Administração.

³ A Companhia de Industrialização de Campina Grande - CINGRA.

⁴ Segundo diversos autores (PEREIRA, 1998; ARANHA, 1991, VASCONCELOS, 1980), Campina Grande se constituiu, até a década de 1920, no segundo pólo exportador de algodão no mundo, ficando apenas atrás, no que se refere ao volume comercializado, de Liverpool.



ção econômico-produtiva na qual as atividades não eram hegemônicas frente as demais. Ao mudar da fase do desenvolvimento econômico municipal, outras atividades se sobrepuseram às atividades algodoeiras.

Esse fato é obvio, mas o que se quer enfatizar é que em cada contexto econômico, em especial na ascensão da indústria, encontramos em cada setor econômico uma configuração espacial e produtiva das atividades desenvolvidas. No caso em estudo, as transformações na configuração industrial referem-se às mudanças na dinâmica da economia, alterando a hegemonia de alguns segmentos dentro do setor.

O setor industrial de Campina Grande constituía-se, até os anos 1960, de empresas definidas como “tradicional”, ou seja, estava vinculado principalmente aos ramos alimentar, têxtil, extrativo de produtos vegetais e de couros, peles e similares (PMCG, 1983). A partir da década de 1960, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) implantou ações que visavam não apenas a reerguer as indústrias tradicionais, como também fomentar o desenvolvimento de setores não tradicionais. Utilizando o Sistema 34/18 - que possibilitava a dedução até 50% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, para aplicação em projetos industriais, agrícolas e pecuários - a SUDENE procurou favorecer a transferência de capital do centro-sul para o Nordeste, onde seria aplicado em projetos de desenvolvimento regional que possibilitassem um rápido crescimento e integração produtiva da região (GUIMARÃES NETO, 1989). Como resultado dessa política, entre os anos 1950 e 1970, o segmento metalúrgico e têxtil cresceu significativamente, tendo diversas instituições fornecido o apoio e o suporte necessário para o funcionamento do segmento, seja pelo fornecimento de mão de obra qualificada (universidades e SENAI) ou pela infra-estrutura básica de espaço físico, água, energia, comunicações etc.

A configuração industrial de Campina Grande, segundo dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias da Paraíba, apresentava, nos anos 1970, no que se refere ao número de estabelecimentos, significativa ênfase nos segmentos de produtos alimentares, metalurgia, vestuário/calçados & artefatos de tecidos, construção civil e mobiliário. Esses segmentos foram responsáveis em 1974 por 52,6% do número de estabelecimentos e 47,1% da mão de obra na indústria, passando a 52,2% dos estabelecimentos e 56,4% da mão de obra, no



significativo crescimento do emprego no segmento REIRA, 1998). Entre 1960 e 1970, a configuração industrial tendia a se constituir como um pólo metal-mecânico e têxtil. O crescimento da construção civil era resultado da dinâmica econômica e populacional do período.

Nos anos 1980, essa configuração industrial começou a mudar concomitantemente ao espaço urbano, devido à expansão de determinados segmentos em detrimento de outros e ao surgimento de novas infra-estruturas econômicas e institucionais. Entre 1979 e 1984, a economia campinense, em especial o setor industrial, passou por uma crise econômica que implicou fechamento de estabelecimentos e diminuição do número de trabalhadores empregados. De um contingente de mais de 10 mil trabalhadores em 1979, o setor industrial, nos cinco anos seguintes, extinguiu aproximadamente 30% do emprego formal (PEREIRA, 1998). Essa crise econômica não é específica de Campina Grande, mas do sistema capitalista que afeta todas as economias nacionais - em particular os dos países com dívidas externas consideráveis, como o Brasil - em proporções não necessariamente iguais. Embora existam especificidades próprias (seca, êxodo rural etc.) que contribuem para a crise econômica campinense, em geral, os principais determinantes vinculam-se à crise geral do capitalismo.

Esse declínio econômico pode ser observado a partir de uma "proxy" diretamente relacionada ao processo produtivo industrial, que consiste no consumo de energia elétrica do setor. Nos trabalhos de Lima (1996) e de Pereira (1998) podemos encontrar dados sobre o declínio do consumo de energia. Tomando-se como índice 100, o ano 1978, ano anterior ao segundo choque do petróleo, os anos seguintes (1979-1984) apresentaram declínio significativo do consumo de energia. A retomada no crescimento do consumo começa em 1984, mas, somente a partir de 1985, é que os índices superaram o do ano de 1978. O rápido crescimento do consumo de energia pelo setor da indústria aponta para uma retomada do crescimento da produção industrial, tanto por novas empresas como pela reabilitação da capacidade de produção já existente no município.

Assim, esse rápido crescimento de consumo de energia aponta tanto para uma retomada do crescimento, como para uma reconfiguração do setor industrial. Essa reconfiguração industrial, com o conseqüente crescimento da economia,



urbano, pelos efeitos econômicos a montante e a jusante dos segmentos em evidência: a montante, devido aos abatimentos nos diversos segmentos fornecedores de insumos, matéria-prima e mão-de-obra, como também pela infra-estrutura que exige para continuidade do processo de expansão; a jusante pelos abatimentos que a produção gera no espaço urbano, ou seja, pelo lucro dos empreendimentos que é reaplicado no e em outros segmentos; como também pelo emprego e renda que gera, permitindo o aumento de consumo por parte dos trabalhadores, o que aquece diversos outros segmentos econômicos, e pela criação/transformação de instituições de apoio e suporte à indústria (escolas técnicas, P&D etc.).

Essa reconfiguração industrial se evidencia no reconhecimento que diversos segmentos alteraram sua participação no emprego e no número de estabelecimentos industriais na cidade. Segundo dados da RAIS-MTE, na segunda metade dos anos 1980 o setor industrial de Campina Grande empregava aproximadamente 11 mil trabalhadores, quantidade levemente superior a do fim dos anos 1970 (10.320). Ao fim dos anos 1990, a indústria empregava aproximadamente 13 mil trabalhadores e o segmento calçadista e têxtil empregava 40% desses trabalhadores, percentual significativamente superior aos aproximados 18% da década de 1970. A indústria metalúrgica apresenta uma participação no emprego de 3,9%, em 1999, bem diferente dos quase 14% no fim dos anos 1970⁵.

Os dados do consumo de energia elétrica na indústria indicam uma retomada do crescimento industrial no município. Outros dados consolidam tal perspectiva, por exemplo, o crescimento total do número de trabalhadores com emprego formal e o número de estabelecimentos na totalidade das atividades econômicas no município. Entre 1986 e 1997, o emprego formal cresceu mais de 33%, e o número de estabelecimentos cresceu mais de 88%, segundo dados da RAIS/MTE, levando a crer em uma mudança significativa no tamanho dos estabelecimentos⁶. Se os dados indicam um crescimento da economia, outros dados levantam questões acerca dos impactos desse crescimento sobre o espaço urbano e sobre as condições de vida dos trabalhadores. O exemplo vem do

⁵ As informações e dados apresentados se fundamentam no Cadastro Industrial da Federação das indústrias da Paraíba e nos da RAIS/MTE. Embora as Fontes sejam diferentes, os dados são apenas indicativos.

⁶ Nesse trabalho, o tamanho dos estabelecimentos levará em conta o número de empregos formais no estabelecimento. A classificação será exposta mais adiante na parte metodológica.

essoas morando em domicílios subnormais, que, de 5,4% para 7,6% o percentual da população residente no município, em condições subnormais de domicílios, na década de 1990. Em relação à renda, os 80% mais pobres ficaram ainda mais pobres, entre 1991 (34,6%) e 2000 (32,0%), enquanto os 20% mais ricos aumentaram de 65,4% para 68,0% o percentual de sua renda no período em estudo. O crescimento da renda entre os mais ricos é evidenciado pelo crescimento no índice de Gini que, entre 1991 e 2000, cresceu de 0,61 para 0,64.

Esses dados evidenciam uma mudança, uma reconfiguração no setor industrial campinense em conjunto com a reversão do declínio econômico da primeira metade dos anos 1980. Essa reconfiguração rebateu no espaço urbano, devido às especificidades dos processos produtivos em ascensão, como também, e principalmente, pela atuação do Estado sobre as infra-estruturas e as estruturas institucionais de apoio e suporte à atividade produtiva. A atuação do Estado e os rebatimentos industriais transformaram o espaço de forma tal que o mesmo apresenta uma dinâmica diferenciada da dos períodos passados.

A transformação do espaço pela reconfiguração industrial interagiu com os novos segmentos industriais hegemônicos contribuindo para o desenvolvimento urbano do município. Esse desenvolvimento é problemático, em razão do fato de que as estruturas urbanas distribuídas pelo Estado podem não se disseminar pela cidade de forma democrática, não atendendo à população mais carente. Afinal, as políticas urbanas implementadas pelo Estado capitalista, principalmente as de planejamento urbano voltadas para a produção de infra-estrutura de suporte às empresas, atenuam os problemas de acumulação de capital (GOTTDIENER, 1997), favorecendo o crescimento econômico, o emprego e a renda. O contrário também pode ocorrer, ou seja, o planejamento urbano pode obstaculizar o ritmo de acumulação do capital em razão do Estado capitalista ter que fazer concessões às reivindicações e necessidades da sociedade, dos trabalhadores, visando a diminuir o potencial conflitivo dessa classe e as externalidades negativas (poluição, lixo, etc.) criadas pelo crescimento de determinados processos industriais. As concessões e as externalidades, evidentemente, não podem ameaçar o processo de reprodução ampliada do capital no longo prazo, pois, se o fizerem, não haverá concessões e o Estado efetivará outras medidas



vindicações dos trabalhadores e as externalidades

A questão central a ser considerada nessa tese é saber se a reconfiguração industrial, que se delineava nos anos 1980, ocorreu e qual foi a repercussão espacial da mesma e, dentro desse contexto, identificar como o Estado interferiu nesse processo?

A hipótese que norteia esse trabalho é a de que a reconfiguração industrial e espacial ocorrida, nos últimos anos, em Campina Grande, é resultado, inicialmente da reestruturação produtiva do capital e, secundariamente, das políticas públicas – econômicas, urbanas etc. – implementadas no município nos anos 1990. Essa reconfiguração industrial implicou a predominância de determinados setores produtivos e no deslocamento da indústria em direção aos espaços urbano-industriais (distritos industriais). Este trabalho pautar-se-á nesses dois eixos para explicar as transformações no setor industrial campinense e em sua conseqüente influência sobre o desenvolvimento urbano de Campina Grande. Nesse sentido, é preciso entender que, para ocorrer uma reconfiguração industrial que repercute significativamente no espaço urbano, é necessário que a indústria detenha um peso importante na estrutura econômica da cidade. Sem esse peso, a reconfiguração não transforma expressivamente o espaço.

Entende-se por reconfiguração industrial as mudanças ocorridas na estrutura industrial, ou seja, a preponderância de um ou mais segmentos produtivos sobre os demais, alterando o cenário da produção, do emprego e do número de estabelecimentos. Essa reconfiguração, quando realizada em espaço de tempo muito curto, gera diversas dificuldades para o desenvolvimento das atividades produtivas, devido ao processo de ajustamento do mercado de trabalho, da infra-estrutura e das instituições de suporte para as atividades em expansão. O caso brasileiro é elucidativo. A crise econômica e o rápido processo de reestruturação produtiva implicaram transformações de tamanha magnitude que, em muitos espaços, a realocação de grandes e médios empreendimentos industriais encontrou dificuldades de ampliar rapidamente a produção devido a



la e de outros insumos em quantidade e qualidade produção⁷.

Nesse estudo, consideram-se como estruturas institucionais de suporte e apoio à indústria, as diversas instituições que, direta e indiretamente, contribuem para o desenvolvimento dessa atividade produtiva. Essas estruturas são as primeiras a sofrerem transformações institucionais, físicas e políticas devido à intrínseca conexão destas com a indústria. Na diversidade de instituições existentes no município, que assumem a função de apoio e suporte, destacam-se:

- a) as educacionais, que preparam a mão-de-obra para o setor produtivo;
- b) as políticas, que defendem os princípios, os espaços e as ações em prol do setor produtivo; e,
- c) as de pesquisa e desenvolvimento (P&D), que promovem a inovação e o desenvolvimento dos produtos do setor.

Essas instituições contribuem para o desenvolvimento da atividade industrial e do desenvolvimento urbano, principalmente quando o Estado, através dos governos federal, estadual, municipal ou de órgãos ligados a esses governos, distribui investimentos, infra-estrutura e serviços no espaço urbano e estimula a imbricação entre instituições e indústria. Em Campina Grande, essas instituições são importantes por favorecerem o desenvolvimento de determinados segmentos.

Nesse trabalho, procurou-se identificar a atual configuração industrial campinense, explicitando como o processo de reestruturação produtiva transformou o setor industrial, modificando o espaço urbano em Campina Grande – PB, ao direcionar-se para áreas urbanas específicas, a partir dos anos 1990. Nesse sentido, mais especificamente, procurou-se:

- a) demonstrar como a reestruturação produtiva dos anos 1990 repercutiu sobre o Nordeste;
- b) analisar as transformações na configuração industrial de Campina Grande no período de 1990 e 2000;
- c) apontar as tendências produtivas e espaciais para o setor industrial;

⁷ Campina Grande é um exemplo. Nos anos 1990, segundo notícias divulgadas pelos jornais locais (Diário da Borborema, novembro de 1994), uma indústria de cervejas não se instalou no município devido à escassez e à qualidade de água servida na cidade.



transformações do setor industrial influenciaram o

- e) examinar como o Estado atuou em prol da indústria, transformando o espaço industrial e, em geral, o urbano.

A motivação para esse trabalho deve-se ao interesse de continuar os estudos sobre o desenvolvimento de cidades de médio porte, em especial de Campina Grande, que possui um setor industrial importante para o estado da Paraíba, para a região e para o país. Os estudos sobre essas cidades, à luz da reestruturação produtiva dos anos 1990 permite que se entenda como esse processo influenciou a configuração industrial dessas cidades, propiciando que os *police-makers* possam direcionar ou redirecionar as políticas públicas, em especial as pró-indústrias, para aprovação de um desenvolvimento urbano que contemple as necessidades do setor industrial e de toda a sociedade. O interesse do estudo, portanto, perpassa pela necessidade de se compreender as transformações urbano-industriais ocorridas no período de reestruturação produtiva dos anos 1990, contando com a intervenção do Estado capitalista periférico no espaço local.

As observações e as conseqüentes análises, contidas nessa tese, permitem a re-elaboração de programas e projetos que redirecionem tanto os investimentos públicos como os privados, no sentido de aproveitar melhor a sinergia e as externalidades positivas possíveis de serem criadas pela conjugação dos esforços e ações de agentes públicos e privados.

A pertinência desse estudo deve-se ao crescimento significativo dos estudos e dos interesses acadêmicos, técnicos, políticos e empresariais sobre as possibilidades de desenvolvimento local e o papel dos agentes políticos no fomento a esse desenvolvimento. Dessa forma, essa tese sintoniza-se como mais uma contribuição para esse conjunto de estudos, tendo sua elaboração iniciado-se com simples leituras, que durante as disciplinas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais foram aprofundadas e direcionadas, através de pesquisa bibliográfica e da contribuição do orientador.

A pesquisa e a revisão bibliográfica se constituíram em atividades permanentes no decurso de elaboração da tese. Um outro passo fundamental se



mento de dados secundários que dessem envolvidas. Outra fase do processo de elaboração teórica desse trabalho consistiu em constantes discussões com o orientador, que permitiram a síntese que ora se apresenta escrita. Em resumo, esse foi o processo de gestação da tese. No entanto, na prática, sua produção ocorreu de forma lenta e gradual. Por fim, o que à primeira vista se apresenta simples, conciso e objetivo, na realidade consiste em processos lentos, complexos e nem sempre tão objetivos, muito menos concisos.

Os procedimentos metodológicos para elaboração desse trabalho tiveram como referência o estabelecimento de determinados limites, dos quais se ressaltam a limitação espacial do estudo ao Município de Campina Grande. Essa limitação, porém, não relega as relações que se estabelecem entre essa localidade e o espaço maior que influencia e com o que mantém relações sociais de diversas magnitudes. Outro limite refere-se ao tempo do estudo que abrange o fim da década de 1980 ao início da década de 2000. O enfoque parte da constatação de um acentuado processo de reestruturação produtiva, que, nos países em desenvolvimento, em especial, no Brasil alcança seu auge nos anos 1990. Essa limitação espaço-temporal objetiva materializar a discussão a partir de um estudo de caso específico.

Considerando as limitações supramencionadas, a pesquisa bibliográfica realizada iniciou-se com a literatura sobre o espaço, a política urbana, a relação espaço e economia. Essas categorias básicas fundamentam a tese. Buscou-se estudar o espaço enquanto categoria e conceito revitalizado a partir dos anos 1960, principalmente pelos autores marxista da época, como também compreender o sentido da política urbana na sociedade capitalista, por entender-se que a mesma determina o processo de ocupação, a valorização e apropriação capitalista do solo urbano. Ao determinar, tende a contemplar muito mais os anseios dos capitalistas do que os da classe trabalhadora. No entanto, mesmo dentro dessa atuação tendenciosa, utiliza-se da ideologia para transformar em anseios do conjunto da sociedade o que realmente é anseio apenas da classe capitalista.

Outra linha da literatura científica da pesquisa vinculou-se à relação que o espaço mantém com a economia, tanto em seus aspectos teóricos e genéricos, como direcionados ao espaço periférico da economia brasileira. Para tal intento,



a partir de levantamento bibliográfico que versou principalmente as que abordavam o processo de reestruturação produtiva nos anos 1990 e a repercussão da mesma no Brasil e no Nordeste. Além disso, procurou-se descrever como ocorreu a atuação estatal no espaço urbano-industrial nos anos 1990 frente a reestruturação produtiva. O intuito dessas leituras foi o de subsidiar a elaboração da tese, em especial, os capítulos teórico-históricos.

As leituras e os dados levantados permitiram a construção dos três capítulos iniciais que fundamentam a tese em sua primeira parte, teórica e histórica. Quanto à segunda parte, esta seguiu passos semelhantes, buscando conciliar as teorias e a idéias da primeira parte com os dados e informações constantes na segunda, que articulam e explicam a realidade do espaço urbano industrial de Campina Grande em suas generalidades e especificidades.

Com o intuito de desenvolver a pesquisa a que nos propomos e buscando avaliar as transformações sócio-econômicas do setor industrial local procurou-se, inicialmente, realizar uma pesquisa documental visando à coleta de dados e informações sobre o setor industrial campinense com o objetivo de avaliar como deu-se o processo de transformação desse setor. Para isso, foi necessário levantar diversos dados, em uma série histórica, sobre as indústrias no município de Campina Grande. Dos dados levantados, destacam-se o número e a localização das indústrias, seus ramos de produção, número de empregados, a distribuição salarial dos empregados etc.. Os dados e informações supra mencionados foram encontrados no Cadastro Industrial da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, na Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e do Emprego e no site do IpeaData. Esses dados permitiram a compreensão das especificidades das transformações ocorridas no espaço urbano-industrial do município. Considerando que os anos 1990 representam para o Brasil um momento de reestruturação sócio-econômica profunda, o estudo buscou somar à literatura já existente, a análise de um espaço específico, com toda a riqueza de suas particularidades.

Os dados sobre o número de indústrias e de empregos formais no município permitiram traçar a evolução tanto do setor como da economia formal de Campina Grande, demonstrando o crescimento e evolução do espaço urbano-industrial. Os sub-setores de produção indicaram em que sentido evolui o setor industrial,



gados e os salários pagos permitiram perceber o entos industriais. Além do mais, a correlação entre essas informações permitiu perceber outras questões até então implícitas. Além do mais, a análise permitiu ao pesquisador perceber os fatores que determinaram a estrutura atual da indústria e inferir sobre as futuras e possíveis transformações nesse espaço.

Outro objetivo específico realizado consistiu no levantamento dos principais investimentos nas infra-estruturas físicas e institucionais realizados pelo Estado, em suas diversas esferas. A correlação entre os investimentos infra-estruturais com a dinâmica industrial e urbana possibilitou a observação sobre os rebatimentos positivos e negativos dos investimentos sobre o espaço urbano-industrial do município.

A persecução dos objetivos específicos implicou na realização de uma pesquisa de campo, na qual se realizou um levantamento, via pesquisa documental, dos investimentos estatais (pelas três esferas) na infra-estrutura municipal. Esse levantamento foi realizado através dos dados e informações sobre as despesas com infra-estrutura em Campina Grande adquiridos junto às secretárias municipais e estaduais e junto aos órgãos do governo federal (SIAFI, STN, IPEA, BACEN etc.).

Além das atividades mencionadas, realizou-se entrevistas não estruturada, registros fotográfico, observação *in loco* e a produção de mapas temáticos municipais apresentando a distribuição das indústrias e a infra-estrutura básica no município. Esses mapas temáticos possibilitaram visualização dos espaços que concentram a maior parte das indústrias e do emprego industrial, permitindo perceber quais as tendências de concentração e, também, detectar quais espaços necessitam de maiores investimentos em infra-estrutura. De posse dos dados e informações, realizou-se análise dos mesmos, com o intuito de verificar as transformações no espaço urbano-industrial na década de 1990 e, conseqüentemente, os rebatimentos no desenvolvimento urbano-industrial.

Para a produção dos mapas temáticos sobre a espacialização da indústria e do emprego industrial no município, foi necessário levantar a localização de cada indústria junto ao Cadastro Industrial da Paraíba, organizado pela FIEP em 1992 e 2006. Com base nas informações, em especial o bairro de localização das empresas e o número de trabalhadores, distribuíram-se as empresas e o número



setores e sua localidade. Em seguida, encontraram-se as participações relativas do número de empresas e de trabalhadores em cada bairro. Posteriormente, encontrou-se a média (2,04 %)⁸, que representaria a distribuição percentual igualitária do número de empresas e de empregos industriais entre os bairros de Campina Grande. Os desvios médio e padrão das participações relativas de cada setor no município para o número de empresas e de empregados nos anos de 1992 e 2006 foram encontrados e utilizados como medida básica para a criação de faixas indicativas da concentração.

O passo seguinte foi criar uma escala que permitisse visualizar a concentração ou descentralização de cada setor no município, para as variáveis em estudo. Assim, arbitrariamente, foi escolhido o desvio médio (3,58) para estabelecerem-se as faixas da escala de concentração das indústrias e o desvio padrão (5,14) para as faixas de concentração do emprego industrial, tendo sido escolhido como ano base o de 1992.

Dessa forma, foi estabelecida uma escala com cinco estamentos tanto para medir a concentração da indústria, quanto do emprego. O primeiro foi denominado de “nulo” (quando o valor for igual a zero), por não apresentar presença da indústria ou do emprego no bairro. Para visualização no mapa do município, a esse estamento foi dada a cor “branca”. O segundo estamento abrange os valores superiores a zero e inferior a 2,0 e foi denominado de “baixo nível de presença” e dado a cor “azul”. O terceiro estamento, de cor “verde”, classificado como de “média concentração”, abrange os valores superiores a 2,0 e inferiores a 5,6 para a indústria e de 2,0 a 7,2 para o número de empregados. Esse hiato corresponde ao somatório da média com o desvio padrão nos valores das duas variáveis estudadas.

O quarto estamento, classificado como “alta”, de cor “amarela”, concentra-se nos valores superiores entre 5,6 e 9,2 para a indústria e de 7,2 a 12,4 para o emprego. O último estamento, que revela o maior nível de concentração, de cor “vermelha”, apresenta os valores superiores a 9,2 para a indústria e de 12,4 para o emprego. Essa classificação é pessoal e arbitrária, no entanto, permite

⁸ O percentual deveria ser 2%, pois o município conta com 50 bairros oficiais, mas considerando as similitudes dos bairros do Ligeiro e do Velame no que tange o fato dos mesmos se constituírem enquanto distritos industriais, foram agregados e considerados com espaço único. Assim, considerou-se os dois bairros como espaço único.

io espaço em estudo. Outras distribuições comuns
n a demonstração das transformações ocorridas.

A organização desse trabalho engloba seis capítulos, introdução e a conclusão. O primeiro capítulo apresenta o debate conceitual e referencial da tese. O propósito é estabelecer os conceitos e teorias fundamentais para alicerçar a tese na literatura nacional e estrangeira sobre o espaço urbano, a política urbana e as relações entre o espaço e economia. O segundo capítulo esquadrinha as transformações ocorridas no Brasil no contexto da reestruturação produtiva, demonstrando os rebatimentos espaciais da reestruturação e a atuação do Estado através das políticas públicas para a década de 1990. Sucintamente, são discutidos os impactos da reestruturação no Nordeste e a reação dos governos estadual e municipal. No terceiro é discutido o espaço urbano industrial, desde sua origem ao contexto atual. A análise volta-se para o município de Campina Grande – PB. Neste capítulo, o esforço da pesquisa será voltado para a descrição crítica e analítica da evolução urbano-industrial do espaço em estudo.

No quarto capítulo, a nova configuração industrial do município de Campina Grande, resultado do processo de reestruturação produtiva do capital, é apresentada. Discutem-se ainda as formas e processos pelos quais, nessa nova configuração, determinados segmentos tornaram-se hegemônicos em relação aos demais. No quinto capítulo, encontramos uma descrição mais detalhada da espacialidade da indústria e do emprego industrial, setor a setor, permitindo perceber assim, quais setores estão em expansão e quais os que apresentam declínio no número de estabelecimentos, de emprego e salários, utilizando para essa última variável o salário mínimo como medida. Longe de ser a medida ideal, é a mais adequada devido à quantidade de dados sistematicamente organizados pela RAIS/MTE. No capítulo seguinte, analisar-se-á as transformações ocorridas no espaço urbano, fundadas, em especial, na criação e transformação das estruturas físico-institucionais. Esse capítulo procura demonstrar a nova configuração do espaço urbano-industrial, apresentando as perspectivas de desenvolvimento e expansão urbano-industrial, a partir da atuação do Estado e dos agentes privados no contexto da reestruturação produtiva no município.

Ao fim de cada capítulo, encontram-se algumas conclusões parciais, e ao fim do estudo as conclusões gerais a que chegou o estudo.



CAPITULO 1.0 REVENDO CONCEITOS: ESPAÇO, POLÍTICA URBANA E ECONOMIA.



DISCUSSÃO SOBRE O ESPAÇO, A PARTIR DE TRABALHOS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX.

O Espaço sempre esteve “implícito” nas diversas elaborações teóricas realizadas principalmente por economistas, geógrafos e sociólogos marxistas. Demorou quase um século para isto se “explicitar” a partir dos trabalhos do filósofo Henri Lefèbvre. SOJA (1993) apresenta três motivos para o descaso do marxismo ocidental para com as questões espaciais. O primeiro consiste na tardia publicação dos *Grundrisse*, a segunda refere-se às tradições anti-espaciais do marxismo ocidental e, por fim, as mudanças nas condições de exploração capitalista. Mesmo considerando esse tardio despertar para a espacialidade dos marxistas, não se pode descartar que o espaço encontrava-se implicitamente contemplado nos diversos trabalhos produzidos. Desde Lênin (1982), com “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, de 1899, passando por Luxemburg (1988), em “A Acumulação do Capital”, de 1912, e por Mandel (1985), com “O Capitalismo Tardio”, de 1972, o espaço sempre foi contemplado como suporte ou receptáculo para as relações sociais. Somente na segunda metade do século XX é que Lefèbvre e, depois, Castells, reconsideraram o papel do Espaço na teoria marxista, retirando-o de um papel passivo, receptáculo ou suporte, para um ativo. Lefèbvre (2004) em 1970, e Castells (2000), em 1977, procuraram construir “uma concepção mais global da articulação entre sociedade e espaço...” (GOTTDIENER, 1997, p.120).

Desenvolver uma teoria marxista do espaço para construir uma “práxis sócio-espacial” constituía-se o objetivo do filósofo francês Henry Lefèbvre (GOTTDIENER, 1997). O espaço lefèbvreano apresenta uma natureza multifacetada, representando uma multiplicidade de preocupações sócio-materiais. Em uma dimensão individual, o espaço pode apresentar-se como um local geográfico de uma determinada ação ou mesmo uma possibilidade social de engajamento nessa ação. Da mesma forma, pode o espaço ser um objeto de consumo, um instrumento político, ou mesmo um elemento na luta de classes.

Para Lefèbvre, o *design* espacial constitui-se, na sociedade capitalista, em um dos aspectos das forças produtivas. Essas características do espaço permitem que o mesmo, adquira o status ontológico atribuído ao capital e ao trabalho. Esse espaço somente pode ser apreendido dialeticamente, por se

concreta. Lefèbvre alerta para a importância que o espaço tem sobre as relações e o design espacial, pois o espaço se tornou, para o Estado, um instrumento político de suma importância. Afinal, é via produção do espaço que o Estado assegura o controle social e favorece a classe dominante. Lefèbvre (2004, p.26) mostra que o “espaço e a política do espaço ‘exprimem’ as relações sociais, mas reagem sobre elas”. Lefèbvre defende a idéia de que o espaço se torna produto do trabalho social, mesmo que continuamente apropriado e controlado por grupos dominantes.

Um discípulo de Lefèbvre adotou o seu enfoque em um clássico livro “A Questão Urbana” de 1972. Manoel Castells (2000a), utilizando-se do estruturalismo, buscou aplicar a tríade Economia, Política e Ideologia (EPI) a uma parte do sistema social, o sistema urbano, assemelhando-se a Althusser. Essa aplicação, embora apresente sérias dificuldades reconhecidas por Castells, deve-se a sua filiação teórica, com a qual procura consolidar o primado da teoria althusseriana da estrutura social. Há uma ênfase na estrutura econômica, que para Castells estabelece “o principal elo conceitual de uma teoria do espaço”. (GOTTDIENER,1997, p.122).

Ao definir o espaço como um produto material de uma dada formação social, determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção componentes dessa formação social, ressalta Castells (2000a:181) que o espaço “não é uma pura ocasião de desdobramento da estrutura social, mas a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica”. Dessa forma, é imprescindível, para a análise e construção teórica do espaço, que se estabeleçam:

1. as leis estruturais e conjunturais que controlam a existência e a transformação do mesmo;
2. a especificidade da articulação do espaço com os outros elementos que compõem uma determinada realidade histórica.

Castells refuta a concepção de que a organização do espaço seja determinada pela ação, guiada pela cultura dos homens. Tal concepção simplória não consegue explicar a realidade concreta da formação e organização espacial. Ressalta o autor que a elaboração de uma teoria do espaço deve extrapolar a simples descrição dos mecanismos de influência mútua, procurando descobrir leis estruturais da produção e do funcionamento das formas espaciais. Deve-se, pois,



naturais e culturais do espaço. Esse processo de nível através da análise da estrutura social, vista como processo dialético entre o natural e o cultural, por meio de práticas sociais que são determinadas por suas características históricas. Porém, a teoria do espaço, vista desse modo, leva, segundo Castells, à conclusão de que não existe uma teoria específica do espaço. O que existiria, seria o “desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, para prestar conta das características de uma forma social particular, o espaço e de sua articulação a outras formas e processos dados historicamente” (CASTELLS, 2000a, p.192).

O autor entende que o espaço é, efetivamente, uma grandeza física, que, como tal, nada diz. No entanto, no ponto de vista social, existe um espaço-tempo, que é historicamente definido, construído, trabalhado e praticado através das relações sociais. Na visão castelliana, “todas as ‘teorias do espaço’ que têm sido produzidas são teorias da sociedade ou especificações destas teorias (CASTELLS, 1982, p.15)”. Em síntese, o espaço se constitui em uma conjuntura, ou seja, uma articulação de práticas históricas concretas, e é determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção que se originam dessas forças.

A filiação althusseriana de Castells o leva a aplicar a tríade Economia, Política e Ideologia (EPI) na explicação do conceito de modo de produção, e a concebê-lo como uma matriz particular de combinação entre instâncias fundamentais da estrutura social. A articulação histórica dos vários modos de produção explicaria as variadas formas sociais, da qual o espaço é um exemplo. O espaço, no capitalismo, como determinação das forças produtivas e das relações de produção, seria dominando pelos elementos da estrutura econômica, por ser esta a instância fundamental que domina o modo capitalista de produção, pelo menos na visão althusseriana assumida por Castells.

Quanto à organização institucional do espaço no capitalismo, ela é determinada pela expressão do conjunto de processos de repressão, de integração, de dominação e de regulação que procedem do aparelho de Estado. A utilização desses processos demonstra a vinculação da concepção castelliana do espaço com o estruturalismo althusseriano e poulantziano.

Castells não está interessado em construir uma teoria do espaço *per se*, mas sim, em desenvolver uma teoria das questões urbanas. Tal intuito é constatado pelo esforço realizado pelo autor para explicitar, no espaço em geral,

Dentro desse, as determinações e os problemas do autor Gottdiener (1997), pode ser visto nos demais trabalhos de Castells (1977, 1982) que se voltam para as questões urbanas, principalmente as dos movimentos sociais.

Lefèbvre e Castells abrem o caminho para que diversos outros autores possam contribuir para ratificar a importância do espaço na análise dos fenômenos sociais. Dois geógrafos se destacam em sua produção científica: David Harvey e Edward W. Soja. A trajetória de Harvey é por demais interessante, pois, de uma vertente teórico- quantitativista, tornou-se marxista.

A concepção harveyniana em muito se aproxima da posição de Lefèbvre. Os dois entendem o espaço como expressão das relações sociais, como estrutura social historicamente construída. Não é à toa que Harvey (1980:306), em seu livro "A Justiça Social e a Cidade", apresenta uma frase muito similar à que Lefèbvre (2004, p.26) escreve em sua obra "A revolução urbana". Essa similitude, fruto da proximidade ideológica desses autores, é compartilhada por Soja (1993), quando apresenta sua concepção de espaço, ou seja, que "o espaço e a organização política do espaço expressam relações sociais, mas também reagem contra elas" (SOJA, 1993, pp. 97 e 103).

As similitudes das concepções devem-se ao fato dos três autores beberem na mesma fonte: Marx. No entanto, a existência de semelhanças não indica que são todos iguais. Harvey, por exemplo, discorda da importância que Lefèbvre concede às chamadas "forças estruturais espaciais na sociedade capitalista moderna" (SOJA, 1993, p.97). Contrariando Lefèbvre, Harvey procura mostrar que o espaço e a sua organização se constituem na expressão de um conjunto de relações inseridas em uma estrutura maior que, ao mesmo tempo, expressa e reage às relações inerentes a essa estrutura. Esse conjunto de relações são resultados do conflito entre o trabalho e o capital no espaço, em especial do espaço urbano (HARVEY, 1982).

Soja (1993) contribui também para a análise do Espaço e o seu papel ativo na determinação das relações sociais. O autor procura criar uma dialética sócio-espacial que reconfigure a importância do espaço. Inspirando-se em Foucault e Lefèbvre, Soja (1993) tece críticas a Harvey (1980) e Castells (2000). Afirma o autor que esses autores conseguem estabelecer limites que a análise espacial não deve ultrapassar e explicita que o espaço socialmente produzido se constitui

os homens, e que pode ser comparada a outras formas da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo...” (SOJA 1993. p.101). Procura dissociar “o espaço *per se*, o espaço como um dado contextual, e a espacialidade de base social, o espaço criado da organização e da produção social” (SOJA 1993, p. 101). Dessa forma, podemos afirmar que Soja pensa o espaço como uma estrutura social, política, estratégica, histórica e ideológica, que em sua organização política, expressa as relações sociais, mas que também é capaz de reagir simultaneamente contra elas. Somente as aplicações do método histórico-geográfico podem revelar a eficácia do mesmo nas análises dos fenômenos sociais. Inserir aspectos geográficos no método marxiano de análise, caracterizado por ser materialista, dialético e histórico, não se constitui em tarefa fácil, pois ampliam-se os conflitos entre as variáveis envolvidas.

Dentre os economistas que aprofundam a questão do espaço, encontramos Alain Lipietz (1988). Na obra “O Capital e seu espaço”, Lipietz critica os geógrafos e os economistas tradicionais com suas concepções empiristas do espaço. Definindo o espaço em si como “um momento da reprodução social e, neste sentido, que o espaço social, em si é um reflexo das relações sociais” (LIPIETZ, 1988a, p.26), distancia-se do empiricismo e do tradicionalismo praticado até então por diversos autores. A concepção inovadora do espaço para um economista permitiu-lhe ser chamado o “mais geógrafo dos economistas”.

A concepção de Lipietz é fundada na tentativa de construção de um conceito materialista dialético do espaço a partir da compreensão de totalidade social de Althusser. Nesse sentido, o tríduo economia, política e ideologia (EPI), importante na explicação da estrutura social althusseriana, assume importância vital na concepção de estrutura espacial concreta de Lipietz. Ao explicar o espaço concreto, o autor o define como um concreto-pensado que reproduz no pensamento a realidade social em sua dimensão espacial. Em síntese, pode dizer que “o espaço sócio-econômico concreto pode ser analisado em termos de articulação das espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias e os diferentes modos de produção presentes na formação social” (LIPIETZ, 1988a, p.24).

O espaço sócio-econômico concreto lipietziano é um produto, um reflexo da articulação das relações sociais materializado espacialmente. Como o espaço

ento objetivo que se impõe ao desenvolvimento (SANTOS, 1988a, p.24) (negrito do autor), torna-se fundamental resolver tal constrangimento. Nesse sentido, a sociedade contemporânea cria e recria seu espaço sempre sobre a base de um espaço concreto herdado de períodos passados. As relações sociais se constituem no fator fundamental da determinação do espaço, pois, ao definir de sua dimensão espacial, polariza o espaço social. Esse processo de polarização gera o surgimento da região, constituindo-se esta como um produto das relações inter-regionais.

Enquanto produto das relações inter-regionais, a região *per si* não pode ser pobre ou rica, mas contém mais ou menos pessoas ricas ou pobres, cuja riqueza ou pobreza é determinada pelas relações sociais de produção e pelo conflito de classes que se estabelece naquele espaço restrito. Lipietz põe por terra as teorias burguesas da localização, devido à limitação das mesmas de explicitar o real papel do espaço na reprodução social.

No Brasil, Milton Santos se constituiu em um dos principais pensadores a elaborar seus constructos teóricos sobre o espaço a partir das idéias marxistas. Esse geógrafo baiano considera o espaço como a soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra. Em outras palavras, pode-se afirmar que o espaço não se constitui em uma coisa, muito menos em um sistema de coisas. O espaço é uma realidade relacional em que as coisas e as relações entre si existem e atuam conjuntamente (SANTOS, 1997). Essa definição pode ser encontrada em outras obras do autor, principalmente, e com maior profundidade em “A Natureza do Espaço (SANTOS, 2002).

Santos (1997, p.26), refutando as definições clássicas de geografia, afirma que “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento”. Esse espaço é formado tanto pelo espaço construído, como também pelo espaço construído enquanto expectativa e pelo espaço não construído, mas passível de construção. Falar desses espaços implica percepção de uma multiplicidade de influências que atinge âmbitos mundiais, nacionais, regionais, locais etc. Essa multiplicidade de influências implicou crescente mercadorização do espaço.



onstruído pelo homem, ou o espaço social, Santos segue-se das formas vazias pelo fato de que o primeiro resguarda uma elevada cumplicidade com a estrutura social. No entanto, quando afirma que “o espaço é manipulado para aprofundar as diferenças de classes... (2004, p.32)” deve-se fazer algumas ponderações, pois muito mais provável é que o espaço seja manipulado na busca de ampliação do lucro: essa ampliação é que promove o aprofundamento das diferenças de classes. Assim, o espaço que une e separa os homens o faz devido à possibilidade de incremento do lucro para os detentores do capital e manipuladores do espaço. A manipulação do espaço constitui-se assim no mecanismo de ampliação da lucratividade através da especulação com o mesmo. Desta forma, é através da compreensão do movimento geral da sociedade que aprendemos sobre o movimento geral do espaço na sociedade capitalista. O espaço, como também a paisagem, não se constitui em fatores fixos. Mudam com as mudanças sócio-produtivas. Quanto mais rápidas e profundas forem essas mudanças, maiores serão os rebatimentos no espaço; conseqüentemente, maiores serão as necessidades de adequação do ser humano a esse espaço transformado.

Santos (2004) explicita que o espaço social, como toda e qualquer realidade social, é definido, metodológica e teoricamente, pela forma, pela estrutura e pela função. A análise do espaço social por somente um desses conceitos implicaria, respectivamente, empirismo, estruturalismo ou funcionalismo. Uma análise de cunho realmente marxista deve levar em consideração todos esses conceitos, além de inseri-los em um contexto histórico.

Uma distinção que o espaço pode demonstrar é quanto a algumas características surgidas a partir do desenvolvimento das sociedades humanas, que consistem na dissociação entre o urbano e o rural ou, em outras palavras, o espaço pode apresentar características urbanas ou rurais, dentre tantas dimensões que o espaço pode apresentar. Quanto à dimensão urbana, foco desse estudo, pode-se dizer que a mesma atinge todos os espaços da terra, evidentemente, com variadas intensidades e evidenciada no processo de constituição e desenvolvimento das cidades, resultado do conflito entre os produtores do espaço urbano. Nesse conflito intrínseco à produção do espaço urbano, emergem as diversas contradições que se refletem na forma como o espaço urbano é produzido, ocupado, transformado etc.



Produção de espaço urbano define-se como resultado de um processo que exprime um rico e diversificado movimento no fazer e refazer de mercadorias urbanas, sejam elas materiais ou imateriais, produzidas e consumidas pelos agentes que são sujeitos fundamentais do processo de produção social do espaço. Alguns agentes sociais assumem a primazia no processo de produção social do espaço, principalmente do urbano. Esses agentes são os capitalistas, o Estado e os trabalhadores. O resultado da produção do urbano é, assim, o resultado da atuação desses três agentes, em conflito ou em consenso, no espaço.

Pensar a produção do espaço urbano implica a idéia de desenvolvimento urbano, que não deve ser entendido apenas como modernização do espaço urbano, muito menos como um simples processo de crescimento ou expansão imobiliária. O desenvolvimento urbano deve consistir em “um desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade: vale dizer, a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social” (SOUZA, 2003, p. 101). Além disso, é necessário entender que dado as transformações recentes do modo de produção capitalista, principalmente no que se refere à globalização, ou a mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), o local vem assumindo outros papéis econômicos, políticos e sócio-culturais (ALBAGLI, 1999). Essas transformações se fazem acompanhar de “novas formas espaciais” e de uma “nova lógica espacial”, onde o “espaço dos fluxos” tende a sobrepor-se ao “espaço dos lugares” (CASTELLS, 2000b) Embora possa ocorrer sobreposição, não ocorre extinção do lugar. Os fluxos necessitam do local, principalmente da dimensão urbana, e nesse sentido contribui para o desenvolvimento desse, através da pressão exercida para que essa dimensão urbana favoreça a circulação e acumulação do capital.

O desenvolvimento urbano perpassa pela ação e atuação de agentes sociais, em especial do Estado, através dos governos constituídos nas diversas esferas da federação, em um contexto de capitalismo periférico. Essa atuação dos governos para com o desenvolvimento desse espaço-urbano se cristaliza em políticas públicas urbanas, que condicionam o desenvolvimento urbano das cidades, independentemente do seu tamanho.



A E O ESTADO CAPITALISTA

A maior parte dos teóricos marxistas do século XX, segundo Gottdiener (1997, p.136) “o papel do aparelho estatal... como um instrumento de política pública que administra a sociedade...”. Não se deve perder de vista que, na análise marxista, transpõe-se para a relação Estado-Espaço as funções tradicionais – acumulação e legitimação – do Estado capitalista.

Nas análises sobre a política urbana, desenvolvidas por economistas, sociólogos e geógrafos marxistas, durante o período do capitalismo intervencionista, há três aspectos importantes na intervenção do Estado. No primeiro, os subsídios e incentivos concedidos à indústria pelo Estado constituem-se, suporte keynesiano para a economia e fator regulador do crescimento econômico. Este primeiro aspecto assume importância fulcral nesse trabalho por se entender, similarmente a Harvey, ter sido prioritário pelo capital no século XX. O segundo aspecto refere-se ao fato de que “a posse de uma casa de moradia é visualizada como um meio pelo qual as reivindicações do trabalhador foram divididas em preocupações relativas ao trabalho e preocupações referentes à qualidade de vida, em que esta recebe a maior ênfase da parte do Estado.” (HARVEY *apud* GOTTDIENER, 1997, p. 137). O terceiro aspecto consiste na quebra da consciência de classe por parte de um grupo de trabalhadores devido à aquisição de uma propriedade, provocando uma aliança entre estes trabalhadores e os capitalistas contra os indivíduos que vivem do aluguel (GOTTDIENER, 1997).

As políticas urbanas implementadas pelo Estado capitalista, principalmente as de planejamento urbano voltadas para a infra-estrutura de suporte às empresas capitalistas, atenuam os problemas de acumulação de capital, segundo a concepção predominante no marxismo (GOTTDIENER, 1997). Também podem acentuar os problemas para a acumulação, pois muitas vezes o Estado Capitalista tem de fazer concessões às reivindicações e necessidades dos trabalhadores, visando a atenuar o potencial conflitivo dessa classe. Essas concessões, não podem ameaçar o processo de reprodução ampliada do capital, pois, se ameaçar ou obstaculizar, não serão concedidas e o Estado efetivará outras medidas que suprimam as reivindicações e necessidades dos trabalhadores. Dessa forma “a ação do Estado e do chamado planejamento



...a dimensão essencialmente política” (MORAES & COSTA (1987) concordam com GOTTDIENER (1997) na concepção de que o papel do Estado capitalista na política e no planejamento urbano, enquanto política é essencialmente contraditório. É importante ressaltar que a relação existente entre o Estado e o espaço urbano apresenta uma unidade, cujo caráter é histórico e dialético, semelhante à relação existente entre a sociedade e o espaço. Nele (o espaço) e por ele as classes sociais e os grupos de poder se confrontam. O espaço é riqueza e, quanto mais bem estruturado e situado em meio ao aglomerado humano, maior é a magnitude dessa riqueza. Essa riqueza é fonte intensa de conflitos.

O planejamento urbano, como organização racional e socializada encontra para a sua efetivação três limites fundamentais. Esses limites são estabelecidos pelas relações de produção capitalista, ao provocarem, em conjunto com a indústria moderna, uma tendência crescente à aglomeração urbana (LOJKINE, 1981b). Esses três limites vinculam-se:

1. ao financiamento dos meios de comunicação e de consumo coletivos;
2. à concorrência anárquica entre os diferentes agentes que ocupam ou transformam o espaço urbano e
3. ao papel da renda fundiária no planejamento urbano (LOJKINE, 1981b).

A intervenção do Estado capitalista atua no curto prazo sobre esses limites. O Estado entra como financiador tanto dos meios de comunicação como do consumo coletivo, mas ao romper, no curto prazo, esse limite, atua de forma desigual, favorecendo principalmente os detentores do capital. Esse favorecimento gera benefícios de caráter monetário e político às classes capitalistas. Ao atuar no segundo limite, regulando a concorrência anárquica dos agentes que ocupam e/ou transformam o espaço urbano, o Estado resolve dificuldades imediatas que obstaculizam o desenvolvimento das condições gerais da produção. A atuação sobre o terceiro limite enfraquece os efeitos segregativos de vários mecanismos que consolidam a renda fundiária (LOJKINE, 1981b).

É importante ressaltar que as formas de intervenção do Estado capitalista seguem a reboque do padrão de acumulação capitalista vigente e, conseqüentemente, não podemos deduzir como uniforme a atuação do Estado



O Estado capitalista, enquanto variável complexa, possui diversos postos de direção, deliberação e execução são ocupados por pessoas de diversos segmentos sociais, levando-os a atuar de diversas formas, muitas vezes contraditoriamente aos interesses estatais ou da sociedade. Esse conflito de interesses é reflexo dos grupos de poder que o compõem, e dos compromissos que os atores, detentores dos postos de trabalho no Estado, possuem consigo mesmos, com seu segmento social ou sua classe. Entre o estágio clássico do capitalismo concorrencial e o capitalismo financeiro atual, passando pelo estágio do capitalismo monopolista, encontramos uma grande diversidade de atuação do Estado no espaço urbano.

A intervenção do Estado capitalista na conformação do espaço urbano-industrial não implica resultados totalmente esperados. Normalmente, os resultados esperados mais efetivos ocorrem quando a ação do Estado Capitalista visa a beneficiar as classes mais abastadas. No entanto, quando a ação tem como objetivo beneficiar a classe trabalhadora, encontra obstáculos significativos. Obstáculos esses erguidos pelas elites que de tudo fazem para “abocanhar” parte (ou tudo) dos benefícios concedidos via ação estatal (OLIVEIRA, 1990).

Muitas intervenções podem repercutir de forma inesperada para o Estado ou para seus beneficiários. E o inesperado deve-se em parte à ação político-econômica dos segmentos não contemplados ou contemplados parcialmente pela ação estatal. A ação estatal no espaço urbano-industrial apresenta, assim, grandes dificuldades de implementação. O planejamento urbano somente consegue elevado grau de eficiência, quando estabelece mais benefícios do que prejuízo aos envolvidos. O planejamento urbano, enquanto intervenção estatal, pode ser visto em três dimensões:

1. no esforço significativo “para amenizar os problemas ambientais da vida do trabalhador e do conflito de classes” (ROWEISS apud GOTTDIENER, 1997);
1. como “mecanismo funcional para controlar o conflito de classes nas cidades industrializadas” (GOTTDIENER, 1997, p. 138); e,
2. como “máscara ideológica que seduz a classe trabalhadora a acreditar que a intervenção do Estado no meio ambiente promove de fato a representação de seus interesses na sociedade, ...” (LEFÈBVRE apud GOTTDIENER, 1997, p 138).



(1997), a intervenção no espaço pelo Estado, através do planejamento urbano, é encapsulada dentro de contradições implicando muito mais uma exacerbação do que no alívio dos problemas gerados pelo capitalismo.

O alívio de diversas expressões da questão social gerada pelo capitalismo somente ocorre com um planejamento urbano, resultado de um investimento estatal, que garanta aos trabalhadores, em especial os de menores rendimentos, uma ampliação da qualidade de vida, sejam pelas melhorias na moradia, como pelo acesso a equipamentos de consumo coletivo, aumento na renda etc. Mas isso é muito difícil, pois os capitalistas e os proprietários de terra refutam cotidianamente a possibilidade de redistribuição de renda e a possibilidade de apropriação fundiária sem o devido pagamento pela terra. Além disso, procuram manter sua presença em postos-chaves das estruturas e instituições estatais, interferindo diretamente no planejamento urbano que venha a ser desenhado por tecnocratas não inteiramente comprometidos com a elite capitalista.

Nesse bojo, se estabelece o eterno conflito de classes, no qual o Estado apresenta-se como a arena de disputa e o “objeto” de desejo das classes envolvidas no conflito. A luta pelo controle do Estado garante ao seu vencedor maior possibilidade de apoio às reivindicações da classe vencedora da disputa. No que concerne à questão, a literatura marxiana sobre o Estado, embora rica de indicações, não é conclusiva e ensejou entre os pensadores marxistas ampla, diversificada e questionada contribuição científica que, longe de consenso, apresentam vertentes diferenciadas.

Não é intuito, nesse trabalho, discutir todas as relações possíveis e pensáveis sobre o Estado, mas tão somente advogar por um conceito de Estado capitalista. Ou seja, não se pretende estender a análise às questões da destruição, substituição ou manutenção histórica do Estado no espaço. Ressalta-se que a concepção do conceito do Estado capitalista tem como objetivo favorecer a compreensão de como esse Estado está atuando contemporaneamente no espaço.

Alguns pensadores críticos, a exemplo Bobbio (1979), Poulantzas (1977 e 1978) e Leal (1996), preconizam a idéia de que Marx não construiu uma teoria do Estado, embora a explicação da não-construção diferencie-se entre esses

Harvey (2005), Sweezy (1976) e Miliband (1972), a elaboração de elaborá-la, pelo menos como parte de um trabalho mais amplo, cuja primeira parte se constitui no primeiro volume de O Capital. Enquanto outros ainda afirmam que foi construída uma tese fundamental (GRUPPI, 1996) ou, mais enfaticamente, uma análise concreta (FARIAS, 2000). No entanto, uma constatação é possível, entre os marxistas e marxianos contemporâneos, o Estado é muito mais do que os aparelhos ideológicos de Estado (ALTHUSSER, 1985). Segundo Amaral Filho (2001) não há uma nova teoria do Estado que tenha sido elaborada no debate acadêmico ou na vivência empírica dos empresários fundada na nova economia regional, em outras palavras, podemos dizer que até o início do século XXI, não há uma única teoria, plenamente e consensualmente aceita como teoria marxista do Estado. Porém, o fato da existência da fragmentação e a não-conclusão dos escritos gerou inúmeras versões da teoria do Estado capitalista no marxismo no século XX. Essas versões baseiam-se, normalmente, em alguns “fundamentos”, por vezes “justificados” por passagens nos escritos de Marx e Engels.

No prefácio da “Contribuição para a Crítica da Economia Política”, de 1859, Marx aponta, sucintamente, o fulcro de sua concepção sobre o Estado capitalista. Esses apontamentos derivam, como o mesmo o asseverou, de suas pesquisas, que lhe permitiram algumas conclusões. Dentre essas conclusões, afirmou que as relações jurídicas do sistema capitalista e, entre elas as formas de Estado, não podem ser compreendidas por si mesmas. Portanto, necessitam para sua compreensão, da análise das condições materiais de sua existência, ou seja, para compreender-se toda a superestrutura criada e ampliada no capitalismo, é imperativo compreender-se o processo de produção social desse sistema ou, mais simplesmente, as relações sociais de produção. O próprio Marx ensejou que essa compreensão lhe permitia o “fio condutor” de suas análises posteriores. Nas palavras de Marx (1983, p.24):

...na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem



... formas de consciência social. O modo de produção da vida condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual

Marx procura assim demonstrar que não é simplesmente a vontade dos homens que fornece ao Estado sua estrutura. As relações sociais de produção ou, em outras palavras, todas as relações que se estabelecem no âmbito do processo de produção dos meios e condições para a vida humana, são que geram a superestrutura ou o arcabouço jurídico, político, cultural, ideológico da sociedade humana. O Estado, como uma estrutura jurídica, política e ideológica, é, assim, um produto resultante do desenvolvimento das relações sociais de produção. Com essa reflexão, nega Marx a concepção hegeliana do Estado criador da sociedade civil.

Nas diversas obras marxianas aparecem referências ao Estado. A que mais se tornou popular entre os estudiosos marxistas do Estado consiste no Manifesto Comunista. Elaborada conjuntamente com Engels serviu e continua servindo de fundamentação para a linha mais ortodoxa do pensamento marxista. Nela encontramos uma assertiva marxista muito utilizada pela ortodoxia, que define que o poder executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para dirigir os negócios comuns de toda a burguesia (MARX; ENGELS, 1980).

Outra obra bastante utilizada para fundamentar as teorias marxistas do Estado é a “Origem da família, da propriedade privada e do Estado” de Engels, de 1884. Nela, Engels (1980) define o Estado capitalista como “um produto da sociedade numa certa fase do seu desenvolvimento”. O Estado surge na sociedade e se afasta dela com a finalidade de intervir no conflito de classes. Essa intervenção não se dá com o intuito de arbitrar as diferenças entre as classes, mas sim de evitar que elas se destruam no conflito.

Explicitamente, Engels (1980, p.135) diz que:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; (...) É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não



... e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado.

Na conceituação de Engels devemos ressaltar a importância que o mesmo dá ao fato do Estado impor-se à sociedade, mas nascer dela própria, da incapacidade de conciliação entre as classes envolvidas em um conflito interno da sociedade. O Estado é o mecanismo criado pela própria sociedade para impedir sua própria destruição. Nessa pequena passagem do livro, Engels ensejou em alguns pensadores a visão de que o Estado é um instrumento de conciliação das classes, fato combatido por Lênin, como visão pequeno-burguesa e oportunista.

Dois traços característicos do Estado são apresentados por Engels. O primeiro consiste na reunião dos súditos do Estado de acordo com uma certa divisão territorial. O segundo consiste na instituição de uma força pública. Essas características geram implicações das quais, a criação do imposto é uma das mais relevantes, pois "recaem" sobre a população, principalmente sobre os trabalhadores. A força pública garante a exequibilidade na cobrança dos impostos e mantém a *pax romana*, garantido o distanciamento do Estado da sociedade que o criou.

Em sua análise do Estado, Engels aponta a república democrática como a mais elevada forma de Estado, e que, nas condições de sua época, estava se tornando uma necessidade iniludível, perspectiva que, atualmente, tornou-se imperiosa. Da mesma forma, o sufrágio universal é apontado como índice de amadurecimento da classe operária. Essas duas concepções de Engels foram também 'deturpadas', segundo Lênin, gerando uma série de vertentes políticas do encaminhamento das lutas operárias, seja pelos acadêmicos, ou sindicatos, ou partidos. A deturpação caminha sempre no sentido de amortecer o espírito revolucionário da classe proletária, levando-a a acordos e uniões que não contribuem para a revolução no pensamento leninista. Em síntese, a idéia de Engels é que, o Estado é o resultado e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Afinal, o Estado surge quando a divisão social do trabalho e a propriedade privada já se desenvolveram a tal ponto que o conflito de classe emerge e se apresenta de forma inconciliável.

...s, o “Manifesto Comunista”, como já mencionado, importante para o desenvolvimento das visões marxistas do Estado. Com base nessas obras e em fragmentos de outras, pode-se dizer que os fundamentos básicos que sustentam os constructos teóricos sobre o Estado na visão marxista são três. O primeiro fundamento consiste no fato de que Marx considera as condições materiais da sociedade a base de sua estrutura social e da consciência humana. Essa concepção se funda no próprio método marxista, o materialismo histórico-dialético, que revirando de ponta-cabeça o método hegeliano, define a infra-estrutura de produção como determinante das estruturas sócio-culturais, ou superestrutura⁹. O segundo fundamento é a idéia de que o Estado não representa o bem-comum na sociedade, mas representa a expressão política da estrutura de classe dessa sociedade. Por fim, esse Estado Capitalista representa o braço repressivo da classe dominante na sociedade (CARNOY, 1994).

O debate marxista sobre o Estado inspira-se muito no Manifesto Comunista e na Origem da Família. No entanto, deve-se ressaltar que a análise do Estado, com base unicamente nesses textos, além de limitada, leva uma ortodoxia que nega o espírito evolutivo e revolucionário de Marx. Em diversas outras obras, a exemplo de O 18 Brumário e Crítica ao Programa de Gotha, Marx realiza uma análise bem mais profunda do que seja o Estado capitalista. No Capital, obra de sua maturidade, Marx reconhece a possibilidade da classe trabalhadora “obrigar” o Estado capitalista, o comitê burguês, a conceder-lhes determinados benefícios, em prejuízo da classe capitalista. Esse poder da classe trabalhadora de obrigar o Estado a beneficiá-la, devia-se ao fato dos trabalhadores revoltarem-se, provocando a possibilidade de uma ruptura da ordem estabelecida. Para evitar tal ruptura, o Estado realizava algumas concessões.

A redução da jornada de trabalho se constituiu em uma dessas concessões. Marx mostra também que, o fato de o Estado se colocar parcialmente contra a classe capitalista, não implica uma ruptura total, muito menos, que o capital fique encurralado. As alternativas são criadas pelo capital para manter a continuidade das condições de obtenção de lucro. A citação abaixo evidencia a percepção de Marx sobre tal situação.

⁹ A ênfase sobre esse fundamento implicou no desenvolvimento do estruturalismo, nas suas mais diversas vertentes.



a revolta cada vez maior da classe operária obrigou o Estado a reduzir à força a jornada de trabalho, e a ditar, inicialmente às fábricas propriamente ditas, uma jornada normal de trabalho, a partir desse instante, portanto, em que se impossibilitou de uma vez por todas a produção crescente de mais-valia mediante o prolongamento da jornada de trabalho, o capital lançou-se com força total e plena consciência à produção de mais-valia relativa por meio do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas (MARX, 1988:vol.II, p.31) (grifo nosso).

A citação acima mostra bem como o conflito de classes interfere e pressiona o Estado a atuar em prol da classe trabalhadora. Da mesma forma, tanto o conflito de classes como o Estado interferem diretamente na produção do espaço, tornando-o resultado das relações de produção social. Essas interferências implicam transformações constantes no espaço urbano e na economia que implicam mudanças societárias constantes.

1.3 - O ESPAÇO E A ECONOMIA: BREVE RETROSPECTIVA

A literatura científica pertinente ao trabalho em tela refere-se à questão da relação entre o espaço e a economia. Essa literatura inicia-se, entre os marxistas, apenas nos anos 1970. Até então, como já foi dito, o espaço estava implícito nas relações sociais capitalistas, consistindo de suporte às atividades humanas. Não era visto como uma construção histórico-dialética. Mas, fora da visão marxista, alguns pensadores já analisavam essa relação, evidentemente em concepção mais simplista, procurando entender como as empresas localizavam-se no espaço. Naquele momento, o espaço era entendido como homogêneo em toda a sua extensão.

1.3.1 As primeiras vertentes da teoria da localização

Von Thünen e Alfred Marshall podem ser considerados os pioneiros no estudo da localização dos empreendimentos. Von Thünen, em sua obra *O Estado Isolado*, de 1826, construiu um modelo de localização voltado para as

io, suas formulações eram explicitamente voltadas para a análise espacial, mas, posteriormente, passou para análises inteiramente não espaciais (HARVEY, 2005). Seu estudo sobre a questão fronteiriça, possivelmente influência da teoria ricardiana da renda diferencial da terra (RICARDO, 1982), publicada em 1817, se constituiu em mais um estímulo à construção da teoria neoclássica marginalista. Benko (1999) considera a análise de Von Thünen sobre a renda e os rendimentos decrescentes melhor do que a de David Ricardo. Embora tal consideração possa até ser verdade, o fato é que a obra de Ricardo adquiriu maior visibilidade, por se constituir em referência para muitos trabalhos científicos. Ressalta-se que recentemente inúmeros estudiosos retornaram aos trabalhos de Ricardo, formando uma vertente neoricardiana.

Marshall pode ser considerado o precursor entre os estudiosos do papel da urbanização concentrada como fator de atração e aglomeração espacial-setorial das empresas e das atividades econômicas (FERREIRA e LEMOS, 2000). Segundo Marshall (1988), ainda no século XIX, o processo de urbanização gera um fluxo circular e contínuo, atraindo a população para os aglomerados urbanos que conseqüentemente atrai novas atividades produtivas sustentando o crescimento econômico e urbano.

As primeiras teorias sobre localização industrial no século XX surgiram com Alfred Weber, em 1901, e Walther Christaller, em 1933. Weber constrói um modelo teórico sobre a localização industrial indicando a minimização dos custos como o determinante fundamental na escolha locacional de uma indústria. Esse determinante apresenta dependência importante para com o custo de transporte. Christaller¹⁰ desenvolve uma teoria sobre a hierarquia dos centros urbanos, estabelecendo uma lógica distributiva espacial dos bens ofertados. Em 1954, Auguste Losch apresenta seu modelo, enfatizando o lucro extra em função de ganhos de escala que derivam da área de mercado ocupada pela empresa. Walther Isard, em 1956, procura criar um modelo que se apresenta como síntese geral dos modelos de Weber, Christaller e Losch. Nesse modelo geral, Isard une a minimização dos custos, as áreas de mercado e as variações espaciais da demanda (FERREIRA e LEMOS, 2000). Devido a sua contribuição à teoria da localização, Isard ficou conhecido como o fundador da Ciência Regional, ciência

¹⁰ Segundo BENKO (1999), Christaller é o fundador da teoria da localização das atividades terciárias.

zação na sua visão mais clássica. A partir dos anos exemplo dos de North, em 1955, Lewis, em 1955, Friedman, em 1957 etc., contribuíram transversalmente para a teoria da localização, reforçando sua absorção por algo maior que veio a chamar-se Ciência Regional (BENKO, 1999).

Todos os estudos sobre as teorias da localização, pelo menos até o fim da década de 1940, se constituíam em teorias estáticas lastreadas no paradigma neoclássico (KON, 2002). Devido, possivelmente, à influência marshalliana, as teorias neoclássicas tradicionais reconheciam o papel das economias de aglomeração como fator de indução da localização das firmas, mas esse papel era sempre secundário frente aos demais indutores do processo de localização, principalmente ao fator custo dos transportes.

1.3.2 Novas teorias sobre a localização.

Nos anos 1950, Torsten Hägerstrand difundia sua tese de que o processo de inovação e os novos modelos da teoria da comunicação renovariam a pesquisa acerca da localização das atividades produtivas. Junto a Hägerstrand encontramos Gunar Törnqvist, Paul Claval e Mario Polèse (BENKO, 1999).

Nos anos 1960, diversos trabalhos enfatizaram a importância de fatores dinâmicos acerca da decisão locacional, direcionando o enfoque para o processo de desenvolvimento regional e a concentração espacial das atividades econômicas. Destacam-se os trabalhos de Perroux, em 1955, Alonso, em 1964, e Bondeville, em 1973 (FERREIRA e LEMOS, 2000). O Trabalho de Perroux se transformou em um marco teórico-analítico ao refutar das avaliações que, segundo Laussen (1975), seriam, no entendimento de Perroux, patológicas e desnecessárias, enquanto as políticas nacionais seriam psicóticas. Essas avaliações e políticas adinham de uma visão estática, rígida e tridimensional do espaço. Segundo Perroux (1975), o processo de concentração de capitais sofre influência tanto da localização quanto da atuação da empresa que ali se instala, pois o empreendimento em funcionamento provoca efeitos diretos e indiretos, positivos e/ou negativos sobre fornecedores, clientes e empresas adjacentes, possibilitando o crescimento econômico regional por se constituir em um empreendimento motor. Um conjunto de empreendimentos motores pode vir a se



desenvolvimento quando se encontrarem concentrados em polos dinâmicos, aumentando a hegemonia do local sobre o seu entorno e promovendo a integração intersetorial. O espaço em Perroux se constitui, dessa forma, em um conjunto abstrato, fundado a partir de relações econômicas efetivadas pelos agentes econômicos. Essa visão não contempla uma perspectiva histórica em sua elaboração, enfraquecendo assim o poder explicativo e evolutivo desta.

Jacques Bondeville, enfatizando o caráter regional do espaço econômico, defende a existência de três tipos de espaço: o homogêneo, o polarizado e o de planejamento. O primeiro se referia ao grau de uniformidade da região, enquanto o segundo se referia ao grau de interdependência entre suas partes e à hierarquia dos centros urbanos constituindo-se em um espaço heterogêneo. Quanto ao terceiro tipo de espaço, relaciona-se com os objetivos a serem perseguidos, se constituindo em um instrumento para o planejamento. Além disso, adota a terminologia de Perroux, mas dá a esta uma utilização mais concreta ao defender que a teoria do espaço constituía-se na aplicação do espaço matemático no geográfico (HANSEN, 1975). Os trabalhos de Perroux, Alonso e Bondenville discutem a localização dos empreendimentos inseridos em um contexto maior de desenvolvimento regional que consolida paulatinamente a Ciência Regional, no dizer de Benko (1999).

Tanto as primeiras como as mais recentes teorias da localização, de fundamentação não marxista, reduzem significativamente o papel do espaço nas determinações sócio-econômicas devido ao fato de enfatizarem apenas as variáveis preço e distância. Esse reducionismo não permite um conhecimento maior da importância e da influência do espaço nas relações sociais. Santos (1979) demonstra que o espaço agrega diversos elementos como: preço, distância, instituições, empresas, infra-estruturas, suporte ecológico etc., e que reduzir a problemática do espaço às categorias de preço e de distância, como o fazem os neoclássicos, equivale a condená-lo a bidimensionalidade..

1.3.3 As teorias marxistas sobre a localização.

As teorias de inspiração marxista sobre a questão da localização desenvolveram-se recentemente a partir dos trabalhos de Alain Lipietz, em 1977,

Este último publica um trabalho cujo título é bem “al do trabalho”, enquanto o primeiro publica o livro “O capital e seu espaço”. Lipietz, o mais geógrafo dos economistas, apresenta uma visão por demais estruturalista, principalmente ao defender a idéia de que a coexistência de variados tipos de regiões em um mesmo espaço nacional devia-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento espacial do paradigma tecnológico e do regime de acumulação. Aydalot defende a idéia de que não é mais o espaço que define a empresa, mas a empresa que molda o espaço, conseqüentemente, essa empresa define sua localização a partir do baixo custo com a força de trabalho (BENKO, 1999). Essa visão de Aydalot sinaliza uma concepção limitada e ortodoxa dos determinantes da localização. Esses autores procuram construir uma alternativa ao pensamento neoclássico que domina o contexto teórico sobre a localização. Evidentemente, a inspiração marxista influenciou o debate e a pesquisa sobre a questão da localização somente depois que alguns estudiosos repensaram a questão do espaço.

A visão reducionista do espaço pelos marxistas, durante toda a primeira metade do século XX, se deve em parte ao fato de Marx ter analisado muito bem o processo de reprodução ampliada do capital, mas não ter tido o mesmo cuidado com a questão do espaço. O referido autor apresentou o assunto de forma fragmentada, desenvolvendo superficialmente ao longo de seus escritos, principalmente em “O Capital” (HARVEY, 2005).

Além de Alain Lipietz e Phillips Aydalot alguns economistas marxistas também contribuíram para a compreensão do espaço como variável complexa, principalmente sua dimensão regional. Evidentemente, essas contribuições traziam implícita a questão espaço. Destaca-se Mandel com a tese de que o desenvolvimento regional desigual se constitui em um elemento essencial para o entendimento do processo de reprodução ampliada (SOJA, 1993). A tese de Mandel se fundamenta em parte no trabalho de Lênin (1982), publicado em 1899, sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, e no de Trotsky, sobre a revolução russa. A partir desses dois trabalhos, a idéia de um desenvolvimento capitalista combinado e desigual consolida-se. Mandel enfatiza a questão regional no desenvolvimento capitalista combinado e desigual, além de acenar para a subestimação da questão na maioria dos textos econômicos marxistas da época.



do século XX, além dos autores mencionados, e Manuel Castells. Os trabalhos desses estudiosos abrem o caminho para que diversos outros autores possam contribuir para ratificar a importância do estudo do espaço e a consolidação da Ciência Regional na vertente marxista. Esta ciência, na compreensão de Benko (1999), contou com uma grande diversidade de estudiosos, das mais variadas ciências (economia, sociologia, geografia, etc.), que se imbricam transdisciplinarmente para o estudo do espaço local ou regional.

Grande parte dos estudiosos já despertou para a importância do espaço nos estudos sobre o capital ou sobre a sociedade do capital. Sociólogos, geógrafos e economistas neo-marxistas encontram-se pesquisando e estudando o espaço, enquanto variável importante, nas ciências sociais. Na literatura internacional, destacam-se entre outros Castells, Harvey, Soja, Gottdiener, Benko, Lipietz, Scott, Stoper.

1.3.4 Renovando velhos conceitos e teorias.

Há uma retomada, nos anos 1980 e 1990, de uma série de princípios e questões estabelecidas por autores mais antigos, principalmente pelos neoclássicos. Esse fato deve-se à emergência, no campo político e econômico, do neoliberalismo que caminha *pari passu* como o neoclassicismo. Dessa forma, podemos destacar questões como: atmosfera empresarial, distrito industrial marshalliano, localização industrial, pólos tecnológicos, reestruturação produtiva, desenvolvimento local, etc. Esses temas de estudos estão profundamente imbricados uns com os outros. Estudar um dos temas implica, no mínimo, necessária referência aos demais temas. Esse fato deve-se a questão da interconexão crescente do conhecimento, da tecnologia, da produção e do consumo que se acentuou nas últimas décadas. Os teóricos marxistas também vêm avaliando o ressurgimento desses fenômenos, mas dentro de uma vertente crítica e dialética. Essas questões suscitam intenso debate entre os pesquisadores e suas respectivas vertentes ideológicas e abrem o caminho para uma interdisciplinaridade nas pesquisas e estudos promovendo retorno do papel ativo do espaço.



ncionadas, a da atmosfera empresarial emerge nas e a questões do meio inovador, materializando-se no espaço como uma “atmosfera”, ou seja, um “conjunto territorial no qual as interações entre os agentes econômicos desenvolvem-se não só pela aprendizagem que fazem das transações multilaterais as geradoras de externalidades específicas à inovação, como pela convergência das aprendizagens para formas cada vez mais aperfeiçoadas de gestão em comum dos recursos” (MAILLAT; 2002, p.14). Além de Maillat, encontramos Aydalot e outros.

Quanto aos distritos industriais marshallianos, estes retornaram, principalmente, através das pesquisas de Becattini (1994), que, desde a década de 1970, já investigava o crescimento econômico de parte da Itália (Bologna). Essas questões, rejuvenescidas pelo desenvolvimento da economia, da sociologia e da geografia, fundam-se em Marshall (1988). Piore e Sabel (1984) investigaram os distritos industriais e apresentaram o conceito de especialização flexível que julgavam ser pertinente para explicar a boa performance dos distritos italianos. Segundo esses autores (1984, p,17),

especialização flexível é uma estratégia de inovação permanente: de adequação para incessante mudança, em vez de um esforço para controlá-la. Esta estratégia é baseada na flexibilidade – multi-uso – de equipamentos, trabalhadores qualificados, bem como a criação, através da política, de uma comunidade industrial que restringe as formas de concorrência para aqueles, favorecendo a inovação¹¹(tradução livre).

Contrapondo-se a Piore e Sabel, Schmitz, em 1990, defende o conceito de *Collective Efficacy* como elemento explicativo do sucesso dos distritos industriais italianos, negando a importância da especialização flexível dada por Piore e Sabel (CANO, 1995). Avaliando os distritos e refletindo sobre a especialização flexível, Martinelli & Schoenberger (1994, p.170) apresentam razões para o declínio dos Distritos Industriais Italianos. Dessas razões, constituiu-se como a principal a

¹¹ “...flexible specialization is a strategy of permanent innovation: accommodation to ceaseless change, rather than an effort to control it. This strategy is based on flexible – multi-use – equipment; skilled workers; and the creation, through politics, of an industrial community that restricts the forms of competition to those favoring innovation” (PIORE, SABEL, 1984,p 17).



er en razón de la competencia que ejercen los s, la caída del dólar y la revitalización de las industrias nacionales en algunos países occidentales". Destaca-se também os estudos de Garofoli (1994), Courlet e Pecquer (1994) e Benko e Lipetz (1994).

A localização industrial, como processo deliberativo e produtivo no receituário neoclássico retorna fortalecido pelo desenvolvimento de novos métodos e técnicas, dos quais se destacam: o método dos custos comparativos, os modelos econométricos, a programação linear inter-regional, os modelos de gravidade etc. Esses métodos permitiram que os neoclássicos e neoquantitativistas retornassem ao "Olimpo" das ciências, como permitiu também o retorno e a reformulação das teorias de Christaller, Isard, Losch e Weber.

Os pólos tecnológicos foram e ainda são alvos de intensas pesquisas nos últimos anos. Benko (1998, p.04) realizou estudos sobre esses pólos, principalmente nos da França e da Inglaterra, e apreendeu que eles podem *"emerger como un catalizador espacial que promueve la formación de un sistema flexible de acumulación"*. Evidentemente os estudos realizados por Benko vão sempre na direção do desenvolvimento regional, como também envolve uma série de outras variáveis, a exemplo, a realocação espacial. Para o autor, o *"tecnopolo es la localización de una nueva organización económica"* (BENKO,1998, p.5). Podemos citar também os trabalhos de Scott e Storper (1988) que investigaram a indústria de alta tecnologia e sua relação com o desenvolvimento regional. Além de Benko (1998), Scott e Storper (1988), Dunford (1994), Castells (2000b) também têm pesquisado esse fenômeno.

O processo de reestruturação produtiva está diretamente relacionado às questões do Estado, do espaço, dos distritos industriais, da localização industrial, dos pólos tecnológicos etc. Esse fato deve-se à intensa transformação sofrida no sistema capitalista de produção, mas especificamente no regime de acumulação, que nos anos 1970 passou por significativa crise e transformação. A gênese, as causas e as conseqüências, como a natureza do processo, continuam a ser estudadas por uma infinidade de pesquisadores. Danièle Leborgne e Alain Lipietz (1988; 1994) produziram algumas contribuições significativas sobre a questão. Vale ressaltar que Lipietz (1988a) também contribui significativamente para o estudo da relação entre o capital e o espaço.



em meio às diversas correntes neo-liberais, neo- e neo-modernistas¹², emergem as idéias marxianas nas mais diversas vertentes, confrontando-se com o *mainstream*, embora que apresentem-se mais visivelmente no mundo acadêmico do que no político ou no econômico. Nesse período, disseminou-se a idéia da inexorabilidade da globalização e a da importância do localismo realizada pelos arautos do pensamento neoliberal. Tanto a globalização como o localismo assumiram ares de dogma, cristalizando um pensamento único, ora globalista, ora localista. Posteriormente, a percepção de que os termos não davam conta da complexidade da realidade atual, procurou-se difundir a *glocalização*¹³, neologismo que mistura globalização com localismo, mas que não consegue exprimir a totalidade da realidade.

O desenvolvimento local e global e suas relações e contradições, como a sustentabilidade do desenvolvimento nas cidades, têm sido linhas de pesquisa e estudos, nos quais o espaço emergiu e assumiu importância fulcral. Na literatura internacional diversos são os estudos a discutir a questão. Benko (1999) realiza interessante estudo no qual a economia, o espaço e a globalização perpassam as temáticas anteriormente citadas. Em outro trabalho (2001), procura mostrar a transformação sofrida pelo espaço nos últimos anos. Sassen (1994) apresenta interessante trabalho sobre as grandes cidades na economia mundial. Castells em sua trilogia (2000b; 2000c, 2000d) discorre sobre os temas acima, procurando expor uma visão geral dos fenômenos. Brandão (1997) esclarece o papel que tem a questão espacial no desenvolvimento, rompendo com mitos e equívocos que supervalorizam ou sub-valorizam o espaço e o território no desenvolvimento socioeconômico. As explicações de Brandão (2003) derrubam as posições mais ufanistas do papel do desenvolvimento local e do espaço que Galvão e Cocco (1999) apresentam para o desenvolvimento brasileiro contemporâneo.

¹² Tanto os “neo” quanto os “pós” tornaram-se um “modernismo” cujo intuito é mais ideológico do que prático. Propõe que todas as idéias que não são “neo” ou “pós” são arcaicas e atrasadas.

¹³ Termo popularizado por A. Morita, diretor da Sony (VELTZ, 1999)



CONCLUSÃO.

Ao encerrar esse primeiro capítulo, a guisa de conclusão, alguns aspectos devem ser enfatizados. O primeiro refere-se ao *design* espacial, tão caro a Lefèbvre (2004, 2001), que, na sociedade capitalista, tornou-se um dos aspectos das forças produtivas, que muito tem contribuído para o desenvolvimento do espaço local, muito embora em discordância com Lefèbvre, este ainda não tenha adquirido o mesmo status ontológico atribuído ao capital e ao trabalho. No entanto, é fato que esse espaço somente pode ser apreendido dialeticamente, por se constituir em uma abstração concreta. Além disso, o controle sobre as relações e o *design* espacial passaram a ter, para a sociedade, suma importância, pois o espaço tornou-se, para os privilegiados produtores de espaço, leia-se os capitalistas e o Estado, instrumento político de suma importância, capaz de gerar valores, poder político e econômico. Afinal, é via produção do espaço que o Estado assegura o controle social e favorece a classe dominante que se apropriou, reproduziu e continua reproduzindo o espaço. Porém, o favorecimento à classe dominante, por parte do estado, se constitui em tendência, pois, o intento dessa classe não necessariamente se efetiva em sua totalidade, devido à capacidade que as demais classes sociais têm para reagir sobre o espaço e a política do espaço. Afinal, para Lefèbvre, o Estado é uma estrutura para o exercício de poder em suas diversas dimensões, das quais se destaca o espacial que influencia e determina, em algumas situações e contextos, a produção do espaço.

Castells (2000a) utilizou-se do estruturalismo, buscando aplicar a tríade Economia, Política e Ideologia (EPI) a uma parte do sistema social, o sistema urbano, assemelhando-se a Althusser. Castells define o espaço como um produto material de uma dada formação social, determinado pelas forças produtivas e pelas relações de produção componentes dessa formação social. As idéias de Castells são limitadas devido a sua vinculação estruturalista e afasta-se de Lefèbvre por restringir o papel e a importância do *design* espacial. Nesse contexto, podemos dizer que Castells não está interessado em construir uma teoria do espaço *per se*, mas sim, desenvolver uma teoria das questões urbanas, enquanto Lefèbvre preocupava-se mais com a questão própria do espaço.



ay e Castells conseguem estabelecer limites que a ultrapassar e explicita que o espaço socialmente produzido se constitui em uma estrutura criada pelos homens, e que pode ser comparada a outras construções sociais resultantes da transformação de determinadas condições intrínsecas a existência humana. Dessa forma, podemos afirmar que Soja pensa o espaço como uma estrutura social, política, estratégica, histórica e ideológica, que, em sua organização política, expressa as relações sociais, mas que também é capaz de reagir simultaneamente contra elas. Soja (1993) retoma assim a importância que o espaço tinha para Lefèbvre.

Definindo o espaço em si como um momento da reprodução social, Lipietz (1988) mostra que é, neste sentido, que o espaço social, em si, é um reflexo das relações sociais. O espaço sócio-econômico concreto lipietziano é um produto, um reflexo da articulação das relações sociais materializado espacialmente. Por ser espaço concreto, é também um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações. Mesmo com esse constrangimento, a sociedade contemporânea cria e recria seu espaço sempre sobre a base de um espaço concreto herdado de períodos passados. As relações sociais se constituem no fator fundamental da determinação do espaço, pois, ao definir sua dimensão espacial, polariza o espaço social. Esse processo de polarização gera o surgimento da região, constituindo-se esta como produto das relações inter-regionais.

Como produto das relações inter-regionais, a região *per si* não pode ser pobre ou rica, mas contém mais ou menos pessoas ricas ou pobres, cuja riqueza ou pobreza é determinada pelas relações sociais de produção e pelo conflito de classe que se estabelece naquele espaço restrito. Lipietz põe por terra as teorias burguesas da localização, em especial as teorias neoclássicas, devido à limitação das mesmas de explicitar o real papel do espaço na reprodução social. Ao debate sobre polarização, geradas pela espacialização das relações sociais discutido por Lipietz, podemos acrescentar a contribuição de Milton Santos, que afirma que o espaço, normalmente, é manipulado por determinados produtores do espaço para aprofundar, ainda mais, as diferenças de classes existentes em um território. Evidentemente, não descartamos tal idéia de Milton Santos, mas algumas ponderações serão feitas, pois muito mais provável é que o espaço seja manipulado na busca de ampliação do lucro, sendo essa ampliação que promove

as de classes. A concorrência entre os capitalistas, a concentração e centralização do capital, como nos mostra Marx, em "O Capital". Assim, o espaço, que une e separa os homens, o faz devido à possibilidade de incremento do lucro para os detentores e manipuladores do espaço. A manipulação do espaço constitui-se assim no mecanismo de ampliação da lucratividade através da especulação com o mesmo.

Esta manipulação do espaço na busca do lucro conta com o apoio do Estado, que através dos seus governos constituídos, cria políticas públicas que favorecem em grande parte a classe capitalista. Se, no tempo de Marx (século XIX), o estado podia ser visto exclusivamente como um comitê para dirigir os negócios comuns de toda a burguesia, no século XX e, principalmente, no XXI, extrapola essa concepção instrumentalista. Não podemos descartar a concepção de que Marx e Engels já não percebessem a complexidade que se tornava o Estado capitalista, pois, ao entendê-lo como produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento, permite-se apreender que o desenvolvimento da sociedade implicaria desenvolvimento do Estado, diminuindo ou dificultando a exclusiva atuação deste como comitê da classe capitalista. O desenvolvimento societal e do Estado faz com que este se torne um complexo de atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante justifica e mantém sua dominação, procurando conquistar o consentimento ativo dos governados.

Alguns estudiosos como Castells (2000c); Veltz (1999); Harvey (1998) e Carnoy, (1994) etc. ressaltam os rebatimentos territoriais da globalização advogando a destituição parcial do poder do Estado. Essa destituição, evidentemente, é apenas relativa e deve-se a inúmeros fatores, dos quais se podem ressaltar, a globalização, a crise fiscal, a inserção do grande capital internacional, ao crime organizado etc. Em geral, esta perda de poder relaciona-se à redução da capacidade regulatória estatal que está diretamente vinculada à perda de efetividade das políticas econômicas nacionais e ao declínio da legitimidade política do Estado-nação (COMPANS,2004). Em síntese, Castells aceita a destituição parcial do poder do Estado, no entanto, essa destituição não significa o fim do Estado-Nação. Comunga com Martin Carnoy sobre a continuidade do poder e da importância relativa do Estado.

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da sociedade implicou maior complexidade no Estado capitalista, pois não se pode entender o Estado apenas



o capitalista” contra os trabalhadores. Ele arbitra capitalistas, promove a superação de equilíbrios macroeconômicos instáveis, é um veículo de expressão dos interesses burgueses, um provedor de bens públicos e de infra-estrutura, atua nas situações e nos fenômenos que contribuem para a tendência à queda da margem de lucro e também administra crises do sistema.

As políticas urbanas podem acentuar os problemas para a acumulação, pois muitas vezes o Estado Capitalista tem que fazer concessões às reivindicações e necessidades dos trabalhadores, que, na cidade, tornam-se mais expressivas, visando a atenuar o potencial conflitivo dessa classe. Em “O Capital”, Marx já esboça essa possibilidade. Essas concessões não podem ameaçar o processo de reprodução ampliada do capital, pois, se ameaçar ou obstaculizar, não serão concedidas e o Estado efetivará outras medidas que suprimam as reivindicações e necessidades dos trabalhadores.

Em resumo, os principais atores sociais (capitalistas, Estado e trabalhadores) produzem um espaço, criando e recriando o mesmo, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. No caso de Campina Grande, pretende-se mostrar que esse espaço e as políticas públicas, em especial as econômicas, interrelacionam-se produzindo e transformando o primeiro, no sentido de beneficiar prioritariamente o capital e seus detentores.



CAPITULO 2.0 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO BRASIL



é discutir o processo de reestruturação produtiva) e sua repercussão no Brasil atentando para suas características e para a atuação do Estado no espaço urbano-industrial do período. Para isso o capítulo se divide em seis partes, que discutem a reestruturação produtiva, seus rebatimentos no Brasil, suas características, o impacto na região nordeste e as formas de atuação do Estado nas respectivas fases do processo e, por fim, uma breve conclusão.

2.1 - DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL: A GÊNESE DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL

O sistema capitalista na pós-segunda grande guerra, hegemonicamente, organizou-se produtivamente a partir do sistema fordista-taylorista de produção. O Fordismo caracterizava-se por uma produção homogênea, em massa, com trabalho parcelar e fragmentado, com separação nítida entre o processo de elaboração e execução das atividades de produção, estruturado a partir de grandes indústrias concentradas e verticalizadas com estabilidade de emprego e elevados salários, com organização científica do trabalho e com um regime de acumulação, como diria Alan Lipietz, bem regulado (HARVEY, 1998; LIPIETZ, 1988b; ANTUNES, 2005).

No período fordista, o Estado, pelo menos nas nações de primeiro mundo ou desenvolvidas ou industrializadas, estava voltado para o Welfare State, ou Estado de bem-estar social. Utilizando-se da contribuição de Swyngedouw, Harvey (1998) apresenta o Estado capitalista do pós-guerra como: de elevado grau de rigidez, em busca da estabilidade internacional através de acordos multilaterais, centralizado, praticante da intervenção indireta nos mercados através das políticas de renda e de preços, incentivador da negociação coletiva etc. O fordismo e o Welfare State garantiram para a sociedade um elevado padrão de vida e uma estabilidade empregatícia, o que não ocorreu nos países menos desenvolvidos.

Em alguns países em desenvolvimento, em particular os de renda média, embora não se encontrasse um verdadeiro Welfare State, havia um Estado nitidamente interventor, quando não no social, pelo menos no econômico. Um

, no qual o Estado atuava tanto direta como as questões vinculadas à sociedade civil.

O esgotamento do fordismo, como padrão de acumulação capitalista e sistema técnico-produtivo, no fim dos anos 1960, é causa e efeito da emergência de um novo padrão e um novo sistema técnico-produtivo, caracterizado pela flexibilidade. Em outras palavras, o fim do fordismo estimulou a emergência desse novo padrão, como também foi causado pelo mesmo. O novo padrão consolidou-se a partir das experiências desenvolvidas no Japão. Fundadas na flexibilidade, essas experiências mostraram o caminho para nova ofensiva do capital que permitiria saída da crise e retomada da acumulação. Essa retomada do processo de acumulação, definida como acumulação flexível apóia-se “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (HARVEY, 1998, p. 140)”.

Embora Harvey (1998, p.140) considere que essa acumulação flexível se caracterize pelo “surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional”, o que realmente existe de novo é a flexibilidade. No capitalismo, o surgimento de novos setores, produtos, mercados e inovação são constantes no desenvolvimento desse modo de produção. Esses fenômenos têm se acentuado no sistema, porém, a flexibilidade se constitui em algo novo que até então não se percebia nesse modo de produção. Harvey (1998) também apresenta uma nova “compressão do espaço-tempo” como um fenômeno intrínseco ao padrão de acumulação flexível. A flexibilidade permite ao capital absorver mais e mais do trabalhador e do consumidor tornando o espaço e o tempo exíguo para o exercício do trabalho e do consumo.

A acumulação flexível abriu espaço para que os modelos de gestão do trabalho e da produção flexível se difundissem pelo mundo. O modelo que logrou maior êxito mundial originou-se no Japão. O toyotismo ou Ohnionismo agregou-se a diversos outros elementos de gestão na indústria, na cultura, na sociedade em geral, contribuindo para que o processo de acumulação de capital acentuasse sua flexibilidade.



além de flexível, fundava-se em três fundamentos vitalício¹⁴; na promoção por tempo de serviço e no sindicato de empresa. Evidentemente, tais fundamentos não são universais na nação japonesa, pois se limitam aos homens que trabalham em grandes empresas, marginalizando tanto as mulheres como os homens que trabalham em pequenas empresas e os imigrantes - *dekasegui* -, consistindo em um modelo de exclusão (HIRATA,1996). No entanto, do Japão, o novo regime de acumulação alastrou-se pelos demais países capitalistas, por ser visto como panacéia para a crise que atingia o Taylorismo-fordismo.

Essa expansão ocorria paulatinamente à adequação desse regime às peculiaridades culturais, políticas e ideológicas em cada região na qual se instalava. Dissociando-se do fordismo, por ser um sistema de produção mais flexível, voltado para a demanda, heterogêneo, descentralizado e horizontalizado, sem estoques, que exige trabalhadores multifuncionais, com controle de qualidade integrado à produção (HARVEY, 1998; ANTUNES, 2005), a acumulação flexível e o toyotismo continuaram a se expandir entre as empresas no mundo capitalista, superando as possibilidades de implementação de outros modelos como o da especialização flexível¹⁵ ou o kalmarismo (ALVES, 2000).

A disseminação da acumulação flexível veio acompanhada de um processo de neoliberalização e redução do Estado, combatida pelos trabalhadores e pelo movimento sindical. Para ser mais exato, o processo de neoliberalização e redução do Estado, em todas as dimensões, abriu e garantiu o espaço necessário para que a acumulação flexível se espalhasse no mundo ocidental. Ao difundir-se pelo capitalismo ocidental, a acumulação flexível não extinguiu totalmente o fordismo. Misturou-se a esse, mas sempre superando o padrão de acumulação de capital regido pelo fordismo. Além do mais, esse padrão de acumulação, semelhantemente ao fordismo, cria e recria “o homem a sua imagem e semelhança”, ou seja, recicla e reconfigura o trabalhador, visando a torná-lo adequado ao novo sistema produtivo, ao novo mundo de consumo, enfim, à nova realidade “pós-moderna” e “pós-industrial”. Os que não se adaptarem à nova reciclagem e reconfiguração estão afastados da “modernidade” e,

¹⁴ Emprego vitalício no Japão é apenas para uma pequena parcela da população masculina.

¹⁵ O modelo de gestão fundado na especialização flexível (ver. Cap. 1.3.4) continuou a se disseminar, mesmo sem superar o toyotismo até os dias atuais.

dos à exclusão, desfiliação, desqualificação, (AUGAM, 2003) e tantas outras categorias criadas pelos diversos estudiosos. Resumidamente, passam a pertencer ao exército industrial de reserva (Marx, 1988), nem que seja no segmento mais baixo do mesmo, o lumpemproletariado.

Compreender como ocorreu a insurgência do sistema de acumulação flexível do capital (HARVEY, 1998), possibilitado pelo intenso desenvolvimento tecnológico, em especial da informática e da robótica, é fundamental para a compreensão do processo de reestruturação produtiva do capital no século XX. Embora seja consensual que a década de 1970 apresente-se como uma década de ruptura tecnológica, econômica, política e produtiva, essa ruptura somente se sustentou devido a uma revolução tecnológica que tem sua base o desenvolvimento da geração/processamento e transmissão da informação. Essa revolução tecnológica somente ocorreu devido ao desenvolvimento da microeletrônica e da informática entre os anos 1960 e 1970 (CASTELLS, 2000c). A revolução tecnológica acentuou a possibilidade e a necessidade das empresas de se reestruturarem.

O sistema fordista de produção, hegemônico nos anos dourados do capitalismo, entrou em decadência devido à crise de sub-consumo, segundo alguns pesquisadores neoclássicos, ou, mais corretamente, devido à crise do paradigma industrial, latente no sistema, provocado pela desaceleração da produtividade e pelo crescimento da relação capital/trabalho que acarretou uma queda da lucratividade e, conseqüentemente, implicando reação dos capitalistas e do Estado (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988).

Os capitalistas reagiram através da internacionalização da produção (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988) e da reestruturação produtiva implicando no uso de uma tecnologia microeletrônica e flexível e de novos padrões de gestão da força de trabalho. Nesse processo de reação, os elementos constitutivos do toyotismo, principalmente os de gestão da força de trabalho (CCQ, Qualidade Total, *kanban* etc.) foram substancialmente implementados, evidentemente, adaptados à nova cultura e ao novo espaço no qual tais métodos inseriam-se.

O Estado reagiu através das políticas de austeridade (LIPIETZ e LEBORGNE, 1988) reduzindo sua atenção social para com a sociedade. Os Estados mais desenvolvidos reagiram no mesmo sentido, mas em proporções

reduzir suas despesas. Com esse intuito, governos principalmente os direitos dos trabalhadores, buscando reduzi-los e flexibilizá-los, ao mesmo tempo em que se liberava o capital. Nos anos 1970, entrava em cena o neoliberalismo, apregoando ser a panacéia tão esperada para as crises capitalistas. Nos E.U.A., arauto-mor do neoliberalismo, o governo Reagan adotou, ao fim dos anos 1970, uma política estratégica visando a solapar o arcabouço econômico-institucional edificado desde o *New Deal* (PAULA, 1995). Na Inglaterra, a Dama de Ferro, a primeira-ministra Margareth Thatcher, impôs mudanças severas na economia, principalmente para o mundo do trabalho. Os demais países seguiram a reboque o trem do neoliberalismo. Porém, o neoliberalismo implementado pelas grandes potências coexistiu com um forte protecionismo do mercado interno, negando em grande parte os pressupostos do neoliberalismo defendido pelos intelectuais da referida ideologia, a exemplo de Friedman (1982).

A crise do fordismo e a emergência da acumulação flexível e do neoliberalismo trouxeram perdas significativas para o mundo do trabalho, que vão variar de acordo com o poder de pressão dos sindicatos e de imposição do Estado. Nos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, as perdas foram significativamente maiores, porque a população não havia se beneficiado até então de um verdadeiro Estado de bem-estar social. O crescimento do desemprego, a precarização dos postos de trabalho, a queda nos salários reais, a crescente insegurança do trabalho e o declínio da sindicalização (ANTUNES, 1995; MATTOSO, 1995; POCHMANN, 1999 etc.) são apenas alguns exemplos das conseqüências da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais implantadas a partir da década de 1970.

Por reestruturação produtiva do capital entende-se a fase do processo de acumulação flexível que introduz, nos diversos espaços produtivos, os novos métodos, tecnologias, técnicas e cultura do produzir, fundado nos alicerces da flexibilidade, gerando impactos multidimensionais que serão absorvidos pela totalidade social. A reestruturação é a fase de metamorfose entre dois modos de regulação (fordismo X acumulação flexível) e suas respectivas culturas. Quando se fala em fase considera-se inerente à mesma a ação e atuação em prol da mudança, realizada pelos capitalistas em favor do processo de transformação, sem negligenciar as reações dos trabalhadores a essas transformações.



ou-se com a disseminação das novas organização e gestão do trabalho, consolidando-se com a absorção do novo ideário sócio-produtivo. Assim, entende-se que no mesmo padrão de acumulação capitalista – acumulação flexível – possam existir vários processos de reestruturação produtiva, desde que novas tecnologias sejam criadas e disseminadas na produção e na sociedade. Essas novas tecnologias devem permitir um salto na produtividade e uma nova forma de ajustamento sócio-cultural. Essa concepção contrapõe-se parcialmente à idéia de “complexo de reestruturação produtiva” de Alves (2000), devido ao fato deste ver a reestruturação como um processo e não como um complexo.

A transformação no mundo da produção traz repercussões para todas as dimensões da vida, que somente se consolidam se a sociedade absorver majoritariamente as novas concepções ideológicas (produtivas, sociais, políticas, culturais etc.) do novo padrão de acumulação, no caso flexível. A reestruturação produtiva inicia-se, no mundo capitalista ocidental, nos anos 1970, como reação ou ofensiva do capital na produção (ALVES, 2000) à crise do capital (MANDEL, 1990) e do sistema fordista de produção (LIPIETZ, 1988b). Esse processo de reestruturação inicia-se, principalmente, na indústria automobilística que busca ampliar a competitividade para concorrer com as empresas automobilísticas japonesas, em particular com a Toyota.

Para muitos estudiosos, a indústria automobilística mudou o mundo (WOMACK, JONES, ROOS, 1992) no século XX, pois foi a partir dessa indústria que as técnicas flexíveis e enxutas disseminaram-se pelo mundo capitalista ocidental. Tal difusão das técnicas e gestão flexíveis não ocorreu sem conflitos e sem adaptações. O movimento sindical se constituiu em uma das primeiras e principais oposições à implementação sistemática das tecnologias e da gestão flexíveis nas fábricas ocidentais (GORENDER, 1997). No entanto, esse processo consolida-se nos países desenvolvidos, na década de 1980, enquanto nos países em desenvolvimento ou de capitalismo retardatário, inicia-se, na década de 1980, e consolida-se na década seguinte. Porém, o fato de se consolidar não significa dizer que se encerre o processo, mas sim que tal reestruturação já envolve a uma parte significativa das grandes e médias empresas.



AÇÃO PRODUTIVA NO ESPAÇO NACIONAL

O Brasil, país de capitalismo tardio (MELO, 1982), somente inicia seu processo de reestruturação produtiva nos anos 1980. Na primeira metade dessa década, as tentativas de reestruturação praticamente inexistiram. O governo, os empresários e os trabalhadores voltavam suas atenções para a crise da dívida externa e a recessão econômica provocada pelo segundo choque do petróleo. Somente na segunda metade dos anos 1980 é que ocorrem impulsos significativos para a reestruturação produtiva no Brasil. Nos anos 1990, ocorreu a acentuação do processo de reestruturação apresentando concretamente suas conseqüências.

Em uma periodização mais detalhada, podemos afirmar, consoante Leite (1994), que o processo de reestruturação produtiva, em sua fase inicial, caracterizou-se principalmente pela aquisição de novas tecnologias e, secundariamente, pela disseminação dos Círculos de Controle de Qualidade - CCQs¹⁶. O início dos anos 1980 pode ser visto como o ponto de partida para o processo de reestruturação produtiva no Brasil. Até meados dos anos 1980, a reestruturação limitou-se a uma incipiente renovação tecnológica por parte das grandes empresas exportadoras e a implementação dos CCQs. Segundo Fleury (*apud* LEITE, 1994), o Brasil, em 1992 encontrava-se em segundo lugar no rank de países com CCQs, ficando atrás apenas do Japão.

O célere crescimento econômico do período do milagre econômico (1968-1973), ainda repercutia na sociedade brasileira, não permitindo que o empresariado vislumbrasse novos horizontes diferentes do fordismo, com sua rotinização, parcelização e estabilidade a que estava acostumado. A esses elementos juntava-se o autoritarismo-burocrático do Estado Brasileiro (COLLIER, 1982), que emperrava iniciativas de democratização na unidade fabril, vistas como “revolucionárias”.

No entanto, a crise da dívida externa em conjunto com choque do petróleo, criou um ambiente propício para a introdução de políticas recessivas que contrariaram o desenvolvimento do mercado interno. Esse contexto, coligado à política de estímulo à exportação, cujo objetivo se constituía em absorver divisas

¹⁶ Sobre os CCQs ver: SASHKIN; KISER (1994).



ção do pagamento da dívida, promoveu um choque imprevisto e inerte para o porte da economia brasileira, mas que estimulou as empresas em busca de meios para ampliar a produtividade.

Nos primeiros anos da década de 1980, marcada pela recessão econômica e pela crise da dívida externa, as grandes empresas brasileiras e as multinacionais promoveram uma racionalização, de caráter defensivo, no processo produtivo que se fundamentou na incorporação de inovações tecnológicas e organizacionais. Evidentemente as inovações tecnológicas permitiram uma redução dos custos que se constituiu em um processo de demissão, que atingiu os trabalhadores e suas lideranças sindicais. Essa racionalização defensiva constituiu-se muito mais em um ataque ofensivo do capital acirrando a luta de classe na sociedade brasileira naquele momento (ALVES, 2000).

As inovações tecnológicas atuaram contra os trabalhadores no sentido de tornar excessivo, na visão produtivista do empresariado, o número de empregados nas unidades fabris das empresas exportadoras. Esse contexto permitiu que o empresariado demitisse em grande quantidade, principalmente os líderes trabalhistas, vistos como incomodo ao bom desempenho do capital. Por outro lado, as inovações organizacionais limitavam-se à implementação dos CCQs. Evidentemente, a filosofia que norteava o CCQ no Brasil dissociava-se quase totalmente da filosofia japonesa.

O discurso da qualidade e da participação difundido pelo empresariado, tendo por fundamentação o toyotismo, distanciava-se do mesmo, no seu processo de implantação. Os CCQs no Brasil foram muito mais uma forma de controle da mão-de-obra do que um processo de modernização e democratização do espaço fabril.

Nessa primeira fase, os CCQs não se desenvolveram qualitativamente tal qual no Japão, devido à resistência dos gerentes à delegação de decisões e à participação efetiva dos trabalhadores na produção. Agregaram-se a essa posição dos gerentes o receio do empresariado em conceder poder aos trabalhadores e a oposição dos sindicatos ao que julgavam ser mais uma forma de dominação, controle e exploração da força de trabalho (LEITE, 1994). Através dos CCQs o empresariado se apropriava do *savoir faire* do trabalhador (ANTUNES, 2005), constituindo-se assim em um recurso ideológico do capital para dominação sub-



, absorvendo não somente sua capacidade de também força mental. Em outras palavras, o capital ampliou a exploração do trabalhador ao lhe exigir além do trabalho, o esforço em refletir o processo de produção, procurando corrigir ou, pelo menos, apontar os possíveis erros e falhas na produção.

Além dos CCQs, o sistema *just-in-time* e o *kanban* contribuíram para o processo de rotinização do trabalho, levando diversos autores a desenvolverem a idéia de que o toyotismo nada mais seria do que um fordismo híbrido. Afinal, se o fordismo reduzia significativamente o tempo morto próprio do processo de trabalho artesanal, o toyotismo extinguiu o tempo morto próprio do fordismo (GORENDER, 1997). A polivalência e a qualificação limitavam-se à capacidade de interagir com diversas máquinas. Constituía-se um trabalhador “livre”, mas livre apenas para opinar dentro do solicitado, excluindo-se às deliberações. Desta forma, o conceito de toyotismo restrito (ALVES, 2000) emprega-se corretamente, tanto nos anos 1980 quanto atualmente. As mais recentes inovações tecnológicas e organizacionais continuam servindo ao processo de acumulação de capital em detrimento do trabalhador.

Na segunda metade dos anos 1980, o processo de reestruturação produtiva decolou. Nesse período, iniciou-se a segunda fase, na qual a busca por inovação tecnológica e organizacional acentuou-se. O contexto de redemocratização e retomada do crescimento favorecia a implementação de novos modelos de gestão da produção e do trabalho, advindos e inseridos em padrões de acumulação flexível do capital. Os equipamentos de base microeletrônica, robôs, máquinas-ferramentas, *just in time*, *kanban*, *kaizen* (HIRATA, 1996), programas de qualidade total começaram a se difundir entre as empresas brasileiras, devido à retomada dos investimentos. A inserção desses modelos de gestão da produção e do trabalho e as tecnologias e técnicas que lhes davam suporte foram implantadas inicialmente pelas multinacionais e pelas grandes empresas nacionais. Os modelos foram ajustados à realidade e à cultura brasileira o que implicou, em alguns casos, fracasso (LEITE, 1994).

Os resquícios de uma cultura autoritária, vivenciada no período ditatorial, obstaculizavam iniciativas participativas que poderiam criar situações de participação operária dentro da empresa. Associado a esse fato, a taxa de rotatividade da força de trabalho criava obstáculos à participação dos



ecisório. Ademais, as exigências a uma maior foram acompanhadas por esforços empresariais expressivos. Segundo Gorender (1997), a tradição despótica e paternalista das administrações empresariais brasileiras obstaculizava as iniciativas participativas, mesmo que fossem em prol do capital.

No início da segunda metade dos anos 1980, ocorreu uma acentuação da automação microeletrônica de caráter seletivo, ou seja, a inovação tecnológica assumiu a primazia frente às inovações organizacionais. Esse fato derivou das possibilidades de investimento nas empresas, resultado do crescimento econômico que ocorreu no período. Nesse primeiro momento, pode-se notar três características fundamentais que justificam o caráter seletivo da automação. Em primeiro, aconteceu no período uma incorporação parcial e seletiva das inovações tecnológicas; em segundo, a heterogeneidade tecnológica acentua-se, pois novas tecnologias não eliminaram as velhas, mas coexistiram e continuam coexistindo no mesmo espaço produtivo; e, por fim, a irradiação da modernidade tecnológica e organizacional partiu das grandes empresas exportadoras, nacionais e não nacionais (ALVES, 2000).

No fim dos anos 1980, com a inflação elevada provocando a queda nos investimento devido aos cenários econômicos arriscados, as empresas promoverem modificações produtivas que realmente tenderam a se tornar sistêmicas (ALVES, 2000). Essa inflação também contribuiu contra a implementação do *just in time*, pois se mostrava mais rentável o lucro inflacionário obtido com a manutenção de elevados estoques (GORENDER, 1997). A inflação galopante do fim dos anos 1980 não impedia o processo de renovação tecnológica das empresas multinacionais e das grandes empresas nacionais. As primeiras incorporavam tecnologia advinda das matrizes e as segundas as adquiriam no intuito de não perder participação no mercado.

As empresas visionárias conseguiram mesmo se antecipar ao processo de abertura comercial promovida pelo governo Collor nos anos 1990. Em um estudo sobre o setor automobilístico, Moutinho e Porsse (1999) mostraram, através de testes econométricos, que a elasticidade emprego/produção tornou-se negativa para o período posterior a 1987. Essa elasticidade negativa demonstra que ocorreu uma queda do emprego, no setor, sem que ocorresse, concomitantemente, uma queda na produção. Esse fato deveu-se à maturação



organizacionais introduzidas no setor, na década de 1990, com mais virulência o mundo do trabalho, a partir do fim da década.

A terceira fase foi influenciada pela crise econômica e pela abertura comercial. Esses dois fatores forçaram as empresas a buscar estratégias de produtividade e qualidade para fazer frente à concorrência internacional que encontrou no Brasil um grande mercado ainda não plenamente explorado, devido às reservas de mercado, às cotas de importação, às barreiras sanitárias e aos elevados impostos alfandegários que obstaculizavam excessivamente as importações. A derrubada das barreiras à entrada de produtos importados implicou busca desenfreada pela competitividade. Essa busca levou os empresários a repensarem a gestão da produção e da força de trabalho, implicando na promoção de uma série de mudanças visando a ampliar a qualidade e a produtividade, como também baixar os preços.

Nos anos 1990, acentuou-se a implementação dos programas de qualidade total, a terceirização dos setores não essenciais às empresas, a busca pela modernização dos fornecedores, pela ênfase focalista no *core-business* da empresa etc. (LEITE, 1994) Diversos setores produtivos brasileiros, protegidos por barreiras alfandegárias, retardaram a reestruturação produtiva, implicando significativo atraso tecnológico para o país e perda da competitividade para essas empresas. Independentemente da motivação pela quais algumas empresas não promoveram a renovação tecnológica e organizacional para aumentar a competitividade e produtividade, muitas foram a falência e outras forçosamente se reestruturaram para manter-se no mercado.

Podemos elencar três causas principais para o processo de reestruturação produtiva no Brasil. A primeira consiste na necessidade de as empresas brasileiras competirem internacionalmente em um comércio mundial altamente agressivo e concorrencial. A segunda consiste na implementação, por parte das multinacionais, de novas tecnologias de gestão e produção. A implantação dessas novas tecnologias acelerou-se nos anos 1990, a partir da política do governo Collor de “derrubar” as barreiras alfandegárias aos produtos importados. A terceira consiste na necessidade gerada nas empresas nacionais de corresponderem à maior competição nacional e internacional (ANTUNES, 2005). Na primeira metade dos anos 1990, o processo de reestruturação produtiva



auge. Nesse período, as empresas que não ampliando a produtividade, cortando custos e implantando novas tecnologias poupadoras de mão de obra e produtoras de bens e serviços de elevada qualidade, foram paulatinamente levadas à falência (BARROS;GOLDENSTEIN, 1997).

No Brasil a reestruturação produtiva apresentou características *sui generis*. Dentre essas características, vale a pena citar o corte abrupto de custos, principalmente nos recursos humanos, ou seja, através da reengenharia (*downsizing*) implementaram-se modelos de gestão e produção flexíveis que expulsaram grande quantidade de trabalhadores dos seus postos de trabalhos. Paradoxalmente, a reengenharia expulsou até mesmo os que executaram a mesma (CAIXETA, 1995). Evidentemente, os mais atingidos foram os trabalhadores de baixo nível de escolaridade e pouca capacidade de exercer múltiplas funções e atividades dentro da empresa.

Uma outra característica importante constitui-se na heterogeneidade tecnológica. Nos últimos anos, as velhas e as novas tecnologias, tanto em gestão como na produção, têm convivido, não necessariamente de forma harmônica, em diversos mercados, ratificando a convivência entre a acumulação flexível e o fordismo, muitas vezes dentro do mesmo espaço.

Uma terceira característica diz respeito à descentralização produtiva como face da reestruturação produtiva. No Brasil, a reestruturação produtiva implicou um processo de descentralização produtiva de alguns setores importantes, principalmente os intensivos em trabalho. A descentralização produtiva caracterizou-se muito mais por ser uma realocação industrial do que ser em sua essência descentralização de capitais. Esse fato ocorreu devido ao aumento da concorrência capitalista que se deu com a abertura comercial e a queda das barreiras alfandegárias. As empresas além de modernizarem-se, com intenso enxugamento funcional, procuraram realocar os novos investimentos – plantas – ou mesmo algumas fábricas já existentes, no intuito de absorver as vantagens econômicas e não econômicas, anteriormente desprezíveis, das localidades onde pretendiam se instalar. Além do mais, estimularam um clima de concorrência entre as localidades visando à obtenção de vantagens artificialmente criadas para elas (ANTUNES, 2005).

iva no Brasil tem apresentado uma característica de pequena desconcentração industrial, resultado de um processo de re-localização das plantas industriais do sudeste para as demais regiões do país¹⁷. Essa e outras características serão desenvolvidas nos itens seguintes.

2.3 - A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

O novo padrão de acumulação capitalista, fundado na acumulação flexível (HARVEY, 1998), ao promover a reestruturação produtiva do capital no mundo, instigou transformações abruptas no espaço econômico-produtivo, principalmente no sentido do enfraquecimento, e até desmantelamento, de poderosos centros urbano-industriais em benefício de outros espaços urbanos.

Esses novos espaços urbano-industriais constituíram-se como novos centros na rede de cidades (SASSEM, 1994), promovendo o desenvolvimento regional a partir da consolidação de um arranjo produtivo que se fundamentava, normalmente, em um distrito industrial do tipo marshalliano (BECATINI, 1994). Esses espaços ganharam competitividade frente às tradicionais regiões industriais (BENKO e LIPIETZ, 1994). Porém, se isso se verificou em inúmeros espaços urbano-industriais no mundo, no Brasil, apresenta especificidades próprias, ou seja, não surgiu um espaço industrial novo, no seu aspecto mais restrito da palavra. Ocorreu um reforço ao processo de industrialização desses novos espaços, sem que tenha ocorrido um deslocamento do centro urbano-industrial dinâmico da economia brasileira, o estado de São Paulo.

2.3.1 - Espaços ou regiões que perdem com a reestruturação

Ao se falar em perdas, em espaços que perdem, opta-se pelo termo regiões que perdem, referindo-se a perdas relativas na participação no produto

¹⁷ Segundo dados da RAIZ/MTE, entre 1990 e 2000, a participação da região Sudeste no emprego formal no Brasil, na indústria da transformação a queda foi de 64,6% para 55,5%. A região que mais aumentou relativamente sua participação foi o Sul, seguido pelo Centro-Oeste que ampliaram de 20% para 25,4% e de 1,9% para 4,1% as respectivas participações no emprego na indústria da transformação. Em números absolutos o Sudeste reduziu em mais de 800 mil o número de empregos formais na indústria da transformação.

essariamente uma perda absoluta no número de produção industrial. Evidentemente isto não quer dizer que não possa acontecer que um determinado espaço urbano-industrial não possa perder firmas, população, produção industrial etc. Lipietz e Leborgne (1994, p. 339) já avisavam que nem *“todas las regiones ganan em los ‘países que ganan’, y algunas regiones ganan em los ‘países que pierden’*”. A literatura nacional e internacional tem demonstrado bem a existência do fenômeno.

No Brasil, algumas regiões perderam e/ou ganharam importância e participação relativa na produção industrial. Historicamente, o Nordeste, em um passado distante, constituiu-se como centro dinâmico da economia brasileira, função que, gradualmente, foi assumida pela região Sudeste. O século XVIII marcou, com o ciclo de exploração do ouro e do diamante e, principalmente, com a cultura do café, o deslocamento do eixo econômico e político do Nordeste para o centro-sul do Brasil. O desenvolvimento industrial brasileiro no século XX vem apenas consolidar uma liderança que se iniciava no século anterior (FURTADO, 1977; CANO, 1998; BRUM, 1997).

Com o “deslocamento do centro dinâmico” da economia, o mercado interno assume função precípua no processo de desenvolvimento econômico (FURTADO, 1977). Este deslocamento do centro dinâmico possibilita o início de nova fase de desenvolvimento que, segundo alguns autores, pode ser conceituada de “industrialização restringida” (MELO, 1982), mas que tende a fortalecer a indústria que se instala no centro-sul, principalmente em São Paulo.

Esse processo de deslocamento do centro dinâmico da economia e a consolidação da liderança industrial do estado de São Paulo ocorreram, concomitantemente, ao crescimento das desigualdades regionais. Explicitando melhor: a liderança industrial paulista redefiniu a divisão regional do trabalho no Brasil, tornando São Paulo a “locomotiva” e as demais regiões “vagões” com funções específicas para a reprodução do capital (CANO, 1998). Para Oliveira (1981), esse processo se constitui em um movimento dialético que “destrói pra concentrar”, que capta o excedente de outras regiões para centralizar o capital. Alguns anos antes de Oliveira (1981), Celso Furtado, no documento do GTDN (1997), de 1959, já apontavam uma transferência de divisas para o centro-sul das demais regiões, em especial do Nordeste, fruto do ritmo mais intenso do desenvolvimento dessa região. Posteriormente, Cano (1998) mostra o fluxo de



deste para as demais regiões, em especial para o

A região Sudeste detinha a maior parte da indústria brasileira até 1950. Somente o Estado de São Paulo detinha 48% da indústria nacional, aumentando sua participação para 58%, na década de 1960 (CANO, 1990). Este dado mostra que a economia paulista detinha o poder de influenciar substancialmente o processo de reprodução do capital. Os ritmos diferentes de desenvolvimento e a concentração industrial em São Paulo tenderam a promover o desenvolvimento regional e social desigual e, conseqüentemente, o acirramento da luta de classes (OLIVEIRA, 1981).

O surto desenvolvimentista, que ampliou a concentração industrial no Estado de São Paulo, acentuou os desequilíbrios regionais, e incentivou a emigração nas demais regiões para os centros de maior potencial gerador de empregos (São Paulo e Brasília, cuja construção absorvia grande quantidade de trabalhadores). Enquanto na região Sudeste – principalmente em São Paulo - a indústria crescia e a economia apresentava altas taxas de crescimento, o Nordeste apresentava crescimento econômico bem inferior. E esta diferença nas taxas de crescimento fomentava constantemente a desigualdade socioeconômica entre as regiões Sudeste e Nordeste.

Como as tensões sociais geradas ou, pelo menos, potencializadas, pelas crescentes disparidades socioeconômicas entre a região Nordeste e o centro-sul, como também pela seca ocorrida no início da década de 1950, ameaçavam a acumulação de capital no país, o Estado passou a intervir na região Nordeste, com mais consistência. Esta intervenção deixou de ser assistencialista, hídrico-emergencial (COHN, 1978) e autoritário-paternalista (BURSZTYN, 1985), para ter um caráter mais estrutural e planejado. Mesmo continuando com sua ação via DNOCS, IAA e BNB, o Estado entra em ação no Nordeste, visando diminuir os conflitos sociais, principalmente o conflito no campo, que era visto como infiltração comunista no Nordeste, e diminuir os desníveis sócio-econômicos que poderiam impedir a contínua acumulação de capital do sistema econômico brasileiro (PEREIRA, 1994).



envolvimento das regiões estava profundamente influenciado pelo Estado através dos programas e projetos elaborados e executados pelas superintendências de desenvolvimento (SUDENE, SUDESUL, SUDAM), para os setores econômicos das distintas regiões. No Nordeste a SUDENE teve como carro chefe de seus projetos a industrialização autônoma da região, ficando relegadas a um segundo plano as mudanças estruturais mais significativas para o setor rural. Isto se explica porque estas mudanças deveriam ser implantadas sem entrar em conflito com as oligarquias agrárias nordestinas. Aliás, não interessava ao Estado “alterar o equilíbrio de forças políticas já tão solidificadas no Nordeste...” (BURSZTYN, 1985, p.25), pois se “assim o fizesse, poderia estar cavando a própria sepultura do regime político que, como todos os seus predecessores, nunca pode ou quis abrir mão do enorme cabedal de legitimidade que o compromisso com a oligarquia nordestina assegura” (BURSZTYN, 1985, p.25).

Nos anos 1960 e 1970, o espaço econômico brasileiro passou por um processo de integração produtiva, ou mesmo interregionalização do espaço produtivo, no qual a industrialização dos espaços periféricos ao centro dinâmico teve papel fundamental e pode ser compreendido como o início da “dissolução das especificidades da reprodução do capital e da forma particular que a acumulação assume.” (GUIMARÃES NETO, 1989, p. 123). Essa integração produtiva passa pela dissolução mencionada, que atinge o espaço econômico e político das regiões, provocando transformações quantitativas e qualitativas, que consolidam paulatinamente um sistema econômico integrado e hierarquizado, onde nova divisão do trabalho se estabelece nas micro-regiões que compõem o espaço econômico brasileiro. Esta nova divisão do trabalho traz em seu cerne um processo de desconcentração produtiva estimulada pelo Estado, desconcentração necessária para uma efetiva integração produtiva, mesmo que complementar e dependente (ARAUJO, 1984).

Há um consenso entre estudiosos que, entre 1970 e 1985, ocorreu no Brasil um processo de desconcentração produtiva (CAIADO, 2002; CANO, 1998; PACHECO, 1998; DINIZ, 2000), no qual os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro perderam, relativamente, participação na produção industrial brasileira.



Estados dessas regiões foram as que mais perderam participação industrial brasileira, devido ao processo de desconcentração. Essa desconcentração produtiva, denominada por Azzoni (1986) de reversão da polarização¹⁸, constituía-se de um processo que revertia à polarização do capital que centralizava-se no Estado e, mais propriamente, na área metropolitana de São Paulo. No entanto, esse processo, tal qual se dava no período 1970/1985, foi amortecido, especialmente pelo afastamento do Estado, seu principal indutor.

Na fase de reestruturação produtiva por que passou a economia brasileira nas últimas duas décadas, o processo de desconcentração apresentou outras características, principalmente no que se refere à localização das atividades produtivas. A tendência locacional dessas atividades, no interior de São Paulo, levou Diniz (1993) a denominar o processo de desenvolvimento poligonal.

Para Diniz (2000), as razões para o processo de desconcentração da economia brasileira, entre 1970 e 1985, devem-se a:

1. deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo, e criação de economias de aglomeração em outras regiões,
2. ação do Estado via investimento direto, incentivos fiscais e construção de infra-estrutura,
3. busca de recursos naturais e conseqüente expansão agrícola,
4. efeitos locacionais da competição.

Nesse período, parte do capital, em especial o industrial, deslocou-se para as demais regiões do país. São Paulo, como principal centro produtivo-industrial foi o Estado que mais perdeu com o processo de desconcentração. No período mencionado a participação do estado de São Paulo na produção industrial nacional caiu de 58,2% para 51,9%. Esse processo foi, no entanto, estancado a partir da segunda metade dos anos 1980, emergindo no final dos anos 1990, quando a participação do Estado no valor da transformação industrial alcançou 47,8%, representando uma queda de mais de 4% (CAIADO, 2002). O fato do

¹⁸ O termo polarização reversa se inspirou em um artigo de H. W. Richardson, de 1980, sobre a reversão da polarização ocorrida em diversos países que passaram por um processo de desindustrialização de algumas de suas cidades e regiões.



do participação na produção nacional não afetou a
Jira.

Quanto à Região Metropolitana de São Paulo, esta continua sendo o núcleo central da economia brasileira, embora o interior paulista já tenha superado a Região metropolitana como a maior concentração industrial do estado. Mas esse fato não anula o poder de atração desse espaço para as empresas de alta tecnologia. No ano de 2000 o município de São Paulo ainda continuava com a primazia no processo produtivo industrial brasileiro, participando com aproximadamente 9,4%. O processo de desconcentração da indústria, característica importante da reestruturação produtiva brasileira, não pode ser limitado, em sua explicação, às teorias neoclássicas de localização, devido à multiplicidade de dimensões e complexidade dos fatores envolvidos no processo. Dentro desse contexto multidimensional, destaca-se a atuação do Estado, em suas distintas esferas de ação (CAIADO, 2002).

O Rio de Janeiro, segunda maior área metropolitana e industrial do Brasil contemporâneo, similarmente a São Paulo, perdeu posição relativa na produção industrial brasileira. Diversos fenômenos contribuíram para o declínio relativo da participação fluminense e carioca na produção industrial do País. Dentre eles, merecem destaque: o declínio da agricultura do Estado, lastreada no café e na cana-de-açúcar; a transferência da capital para Brasília; a crise da indústria naval; as diversas crises políticas e sociais; mais recentemente, os impactos negativos do processo de privatização e de reforma do Estado (DINIZ, 2000) e do crescimento do tráfico de drogas e do crime organizado. O Rio de Janeiro, que outrora participava com 38% na produção industrial brasileira, reduziu sua participação, em 1996, para 8%. Do ponto de vista do Produto Interno Bruto, a participação do Estado é ainda de 11%.

Como já salientou Diniz (2000), não se pode falar em desindustrialização das áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo devido ao contínuo crescimento de suas economias. No entanto, esse crescimento tem ficado aquém do crescimento de outras áreas, devido a inúmeros fatores, dos quais a realocação de parte da indústria desses estados, as deseconomias de aglomeração e a guerra fiscal destacam-se. A configuração urbano-industrial que começou a delinear-se nos 1980 e 1990 apontava para a perda da importância e da participação no PIB das metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro –



metrópoles nacionais e cidades de porte médio,

O desenho urbano-industrial e a sucinta desconcentração industrial dos anos 1990 diferem da ocorrida entre os anos 1970 e 1985, pois a desconcentração industrial baseada na realocização de inúmeros empreendimentos deve-se a fatores distintos daqueles que promoveram a desconcentração a partir da década de 1970. Ferreira e Lemos (2000) preconizam, como fator explicativo, para a localização de novas atividades industriais no espaço periférico, mais especificamente no Nordeste, o aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento de indústria de base local. Essa explicação cai por terra, quando os próprios autores afirmam que “as políticas estaduais de desenvolvimento industrial ficaram resumidas à guerra fiscal entre as unidades da Federação...” [e quando mostram que a busca por competitividade se dá] “...por meio da redução de seus custos com fatores, especialmente mão de obra barata que desencadearam o fenômeno de realocização” (FERREIRA e LEMOS, 2000, p. 495). Isso não significa que não seja possível o que os dois fenômenos atuem conjuntamente, no entanto, o fator principal para a realocização dos empreendimentos deve-se aos incentivos fiscal-financeiros concedidos pelos estados da federação, na guerra fiscal que se deu nos anos 1990. O segundo fator refere-se à mão-de-obra barata que, nas regiões periféricas, é abundante, embora não qualificada. Para setores intensivos em mão-de-obra basta um mínimo de qualificação.

Outros autores defendem a interpretação de que as mudanças tecnológicas inseridas no bojo da reestruturação produtiva tendem a reforçar o processo de reaglomeração no Sudeste brasileiro, em particular nos municípios dotados de boas condições locacionais (DINIZ, 2000). Por mais correta que seja esta interpretação, não se pode negar a existência de um processo de desconcentração industrial nos anos 1990. Esta desconcentração dá-se pela realocização de empreendimentos, frutos de novos investimentos ou realocização de unidades fabris com o intuito de absorver os incentivos fiscais, ou reduzir custos com mão de obra.



nam com a reestruturação

Quando se fala em espaços ou regiões que ganham remete-se à concepção de Benko e Lipietz (1994) de regiões ganhadoras. Quando os referidos autores afirmam que *“las regiones que ganan son regiones urbanas; las fábricas y las oficinas refluyen hacia las grandes ciudades, hacia las megalópolis (BENKO e LIPIETZ, 1994, p.19)”*, não estariam de todo errado se pensassem o caso brasileiro. No entanto, é necessário realizar algumas correções no pensamento. Em primeiro lugar, podemos dizer que os ganhos são essencialmente em empregos, empresas e produção. Evidentemente, há uma série de outros ganhos, mas são limitadas principalmente pelas perdas impostas ao território, ao meio ambiente, à fiscalidade à sociedade em geral. As perdas se relacionam às externalidades negativas, as deseconomias de aglomeração, como, por exemplo, à poluição, à renúncia fiscal, ao aumento dos preços, às pressões sobre a infra-estrutura etc.

No Brasil, as áreas urbanas e as cidades médias ganharam, em detrimento das megalópoles. Em outras palavras, as duas grandes metrópoles brasileiras – São Paulo e Rio de Janeiro – perderam participação relativa no Produto Interno Bruto. O fato de São Paulo e Rio de Janeiro perderem participação frente a outras áreas metropolitanas e regiões não significa dizer que as mesmas estão destinadas à desindustrialização, mas que seu crescimento industrial, e do produto como um todo, tem ficado relativamente aquém de outros espaços urbano-industriais.

Dentre as regiões brasileiras que mais ganharam, no período em que o processo de reestruturação produtiva acentuou-se, destaca-se o interior paulista. O entorno da área metropolitana de São Paulo recebeu significativos investimentos privados. Os investimentos realizados nesse entorno deve-se, em grande parte, às deseconomias de aglomeração que atingem a área metropolitana da capital paulista. Municípios de porte médio, como Sorocaba, Guarulhos, Osasco e demais cidades próximas à capital, que detêm estoques de terras a preços acessíveis, infra-estrutura básica de boa qualidade, e demais economias de aglomeração tenderam a ser receptores dos investimentos privados, fruto das re-localizações industriais e de novos investimentos.



terior paulista têm se apresentado como alternativa indústria, antes localizada na área metropolitana de São Paulo. Cidades, como Campinas, São Carlos, São José dos Campos e Ribeirão Preto, têm absorvido parte do capital industrial que se afastou da área metropolitana da capital por conta das suas deseconomias de aglomeração. A cidade de Campinas desponta entre as demais por seu dinamismo industrial e proximidade da área metropolitana paulista. A disponibilidade de uma infraestrutura ampla e de qualidade – energia, saneamento, estradas, aeroportos etc. - em conjunto com uma série de fatores, dos quais a existência e concentração de institutos de pesquisa e ensino superior são as mais relevantes.

No Sudeste e no Sul, destacam-se ainda as cidades de Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre como potenciais espaços urbanos para o crescimento industrial e atração de empresas do *industrial core* brasileiro. DINIZ (2000), enfaticamente, nega a possibilidade de algumas dessas cidades tornarem-se grandes centros industriais, a exemplo de Belo Horizonte, devido a inúmeros fatores, dos quais se destacam: o preço inacessível da terra aos empreendimentos industriais, a falta de infraestrutura, a existência de cidades industriais muito próximas etc. Esse autor ressalta o papel industrial da área metropolitana de Belo Horizonte, devido ao fato das cidades de Contagem, Santa Luzia e Betim serem importantes áreas industriais. Em outras palavras, o aglomerado industrial de Belo Horizonte encontra-se no entorno e os impactos positivos e negativos dessa industrialização repercutem no centro da área metropolitana que é a capital mineira que se destaca por se tornar um importante centro de serviços.

A capital do Paraná tem diversificado significativamente seu espaço urbano-industrial. De uma área especializada no beneficiamento da madeira, nos anos 1970, Curitiba tornou-se importante e diversificado centro industrial, nos anos 1990. Esse crescimento industrial de sua área metropolitana deve-se à política agressiva de incentivos fiscais e financeiros aliada a uma série de outras concessões e facilidades que atraíram vários empreendimentos industriais que buscavam escapar das deseconomias de aglomeração da área metropolitana de São Paulo. Empreendimentos automotivos – Renault, Audi e Chrysler – instalaram-se na área metropolitana fortalecendo e diversificando a área metropolitana de Curitiba (DINIZ, 2000).



xperimentando também razoáveis perspectivas de ntemente da perda da Ford para a Bahia. Alia-se à região metropolitana gaúcha o aglomerado industrial do Vale dos Sinos, que se recompõe atualmente após o declínio e realocização de sua indústria calçadista. Esses dois centros industriais, a proximidade com o Mercosul, a base informacional e o amplo mercado de trabalho qualificado concedem ao estado do Rio Grande do Sul condições favoráveis à expansão e diversificação industrial nesse contexto de reestruturação produtiva.

No Nordeste, vários estados receberam investimentos privados fruto do movimento do capital, proporcionado muito mais pela guerra fiscal, do que propriamente pela reestruturação produtiva, embora não se descarte o papel da reestruturação no redirecionamento de novas e velhas plantas industriais. Dentre esses estados, deve-se destacar o Ceará. A área metropolitana de Fortaleza beneficiou-se significativamente com os novos investimentos das indústrias têxtil, de vestuário e de alimentos (DINIZ, 2000). Na área metropolitana, segundo dados da RAIS/TEM, o núcleo metropolitano tem perdido postos de empregos formais, enquanto o entorno apresentou significativo crescimento do emprego formal na indústria. Esse fato deve-se ao fato da expansão industrial estar ocorrendo na periferia da metrópole, onde os terrenos apresentam preços acessíveis. Essas indústrias beneficiaram-se com os incentivos fiscais, com a mão de obra barata e a fraca oposição sindical dos trabalhadores. No Ceará destaca-se ainda o município de Sobral, que, em poucos anos, duplicou o quantitativo de trabalhadores no setor industrial (PEREIRA, 2004b). Atribui-se à modernização e a continuidade administrativa do governo estadual no Ceará a responsabilidade pela forte atração aos investimentos privados (DINIZ, 2000), embora também contem muito os incentivos fiscais (OLIVEIRA, 1990), a mão-de-obra barata e dócil e os demais incentivos às empresas.

Em Pernambuco, a área metropolitana do Recife ainda constitui-se na que melhor apresenta as condições infra-estruturais, humanas e de serviços urbanos modernos para alavancar a industrialização do estado. No entanto, não tem conseguido atrair capitais que permitam ampliar a sua participação declinante no produto industrial brasileiro. Diferentemente de Fortaleza, onde o entorno metropolitano apresenta crescimento no número de empregos formais, na década de 1990, o entorno metropolitano do Recife acompanhou o declínio do emprego

(PEREIRA, 2004b). O Porto de Suape não atraíu, investimentos como esperava o governo do estado ao desenvolver tal estratégia (DINIZ, 2000). Em 2006, o Governo Federal decidiu construir uma refinaria de petróleo na região. Possivelmente tal investimento público, a ser realizado pelo governo do Brasil e da Venezuela, irá promover uma retomada do crescimento industrial, do emprego e da participação no produto industrial brasileiro na área metropolitana do Recife.

A Bahia apresenta uma indústria muito concentrada no pólo petroquímico e, secundariamente, nas indústrias de consumo, têxtil, de vestuário e de alimentos. No período do processo de desconcentração do capital, apresentou-se como área intensamente dinâmica. No pós-1980, não apresentou o mesmo dinamismo. No entanto, nos anos 1990, com o acirramento da guerra fiscal e a conseqüente concessão de variados benefícios, a Bahia conseguiu atrair a empresa Ford e a Monsanto. Essas duas empresas impulsionaram a produção do estado, em especial da área metropolitana de Salvador. O impulso na produção não significa necessariamente crescimento no emprego, principalmente no formal. Segundo Pereira (2004a), com base nos dados da RAIS/MTE, a área metropolitana de Salvador, no período de 1996 a 2003, não alterou significativamente o emprego formal. Para ser mais preciso, a indústria apresentou um crescimento negativo de mais de 6% no período, somente não sendo maior porque o emprego formal da indústria no entorno cresceu aproximadamente 2,5% no período, enquanto o núcleo metropolitano apresentou um declínio de mais de 15% no emprego industrial formal. Essa evolução díspar entre o núcleo e o entorno promoveu a superação do núcleo pelo entorno no que se refere à liderança no emprego formal na indústria na década de 1990. Tal tendência ratifica a tendência mundial de concentração nos principais núcleos dos serviços avançados em detrimento da indústria.

No Nordeste, algumas cidades de porte médio (Campina Grande, Sobral, Caruaru etc.) ganharam com a realocização industrial provocada pela reestruturação produtiva. Porém, o saldo entre os que ganharam e os que perderam somente poderá ser constatado, em alguns anos, quando se puder avaliar os impactos positivos e negativos provocados pelas empresas que se realocalizaram a partir dos incentivos concedidos.



ÇÃO PRODUTIVA NO NORDESTE

A região Nordeste beneficiou-se com a desconcentração industrial, ocorrida nos anos 1970 e 1985, que atingiu principalmente os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, mas particularmente as áreas metropolitanas desses estados, embora essa desconcentração tenha sido mais influenciada pela política econômica dos governos militares do que pela reestruturação produtiva. Nos anos que se seguiram ao de 1985, o Nordeste não se beneficiou tanto quanto no período anterior, mas ganhou ou atraiu um significativo número de empresas para a região. Esse ganho/atração teve um custo superior ao do primeiro período e deveu-se mais à reestruturação produtiva do capital do que à política econômica do governo, que passava por um período de ausência total no que se refere ao intuito desenvolvimentista. Este custo mais elevado deveu-se à mudança na forma de intervenção do Estado na economia e, conseqüentemente, no espaço.

Desde a fundação da SUDENE até final dos anos 1970, a atuação do Estado na região Nordeste caracterizou-se por ser influenciadora nas decisões de investimentos dos setores produtivos, principalmente do industrial, por entender que a industrialização promoveria efeitos encadeadores a montante e a jusante do processo estimulado ou subsidiado (HIRSCHMANN, 1981). Assim, na fase desenvolvimentista do Estado brasileiro, em especial dos anos 1960 aos anos 1980, o Estado intervia diretamente, seja produzindo infra-estrutura básica para o capital, seja fornecendo subsídios e incentivos ou mesmo produzindo diretamente via empresas estatais.

Nos anos seguintes, principalmente após a década “perdida” de 1980, o Estado retirou-se das intervenções diretas, promovendo intensa privatização de suas propriedades produtivas, reduziu o investimento infra-estrutural a níveis de manutenção, ou deixou deteriorar tal estrutura, e cancelou os subsídios e incentivos ao capital. No entanto, a saída da União provocou uma guerra fiscal entre os estados, com o intuito de gerar fatores atrativos ao capital que se reestruturava e que buscava novos espaços via realocização de plantas e novos investimentos.

Embora alguns autores acreditem que a busca por aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento da indústria de base local seja a determinante das novas localizações, cremos que os incentivos fiscais e



se no principal atrativo para as empresas que se).

A região ganhou, mas não se constituiu em uma região ganhadora nos termos de Benko e Lipietz (1994), devido ao custo com que a sociedade arcou via incentivos fiscais-financeiros concedidos pelos estados e municípios. Ferreira e Lemos (2000) demonstram, através dos dados do IBGE e IPEA, que, na distribuição do PIB industrial (indústria da transformação), o Nordeste ampliou de 8,6% para 10% sua participação entre os anos de 1985 e 1996. Considerando que, no período 1970 a 1985, o incremento foi de 50,9% (de 5,7% para 8,6%) e no período de 1985 a 1996 o incremento foi de 28%, podemos concluir que, no segundo período, o crescimento na participação, quando comparado com o período anterior, não foi desprezível.

TABELA 2.1

Nordeste – Produto Interno Bruto a preços constantes. R\$MIL (ano 2000)

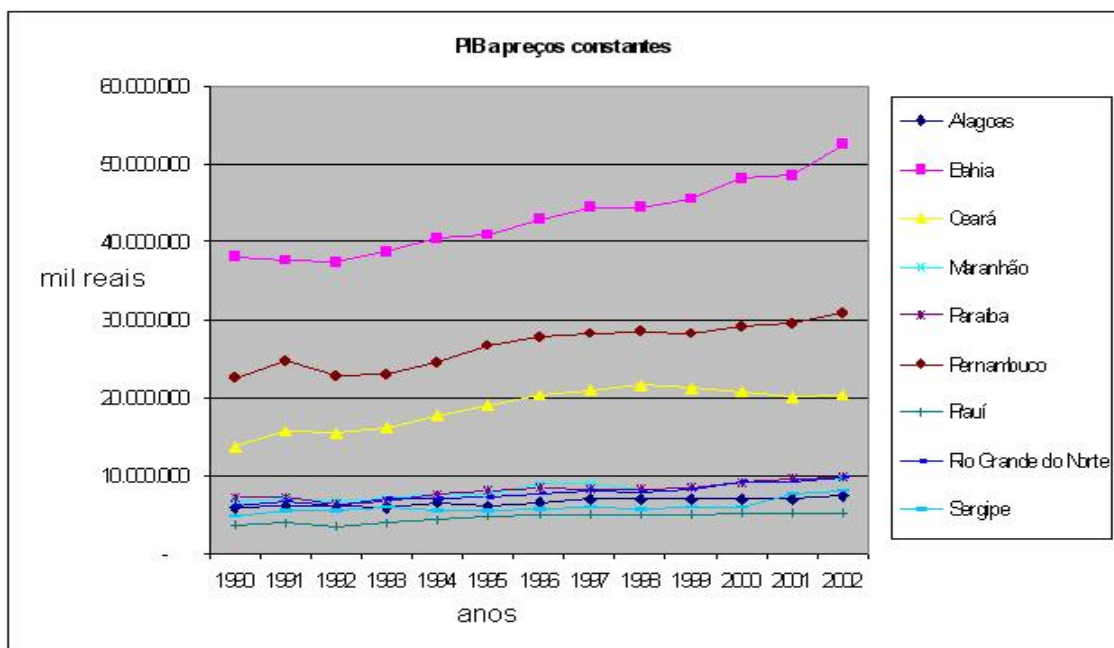
ESTADOS	1990	2002	2002/1990
Alagoas	5.991.470	7.406.906	23,6
Bahia	38.105.190	52.468.471	37,7
Ceará	13.731.540	20.449.042	48,9
Maranhão	6.766.107	9.648.325	42,6
Paraíba	7.167.621	9.829.126	37,1
Pernambuco	22.547.677	30.845.915	36,8
Piauí	3.798.032	5.209.420	37,2
Rio Grande do Norte	6.090.357	9.828.281	61,4
Sergipe	4.875.158	8.022.810	64,6

FONTE: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEADATA

Os estados nordestinos, similarmente aos demais estados da federação, participaram ativamente da guerra fiscal que se estabeleceu nos anos 1990. Algumas unidades da federação foram mais eficientes na promoção de estímulos ao capital e na atração por capitais extra-regionais. Quando se observa o crescimento no Produto Interno Bruto a preços constantes, entre os anos 1990 e 2002, constata-se que o estado do Sergipe apresentou maior evolução (64,6%), seguido pelo Rio Grande do Norte com 61,4%. Porém, como esses estados apresentam uma pequena economia dentro do conjunto das economias nordestinas, os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará apresentam

mesmo que a taxa de crescimento seja inferior aos (ver gráfico 2.1).

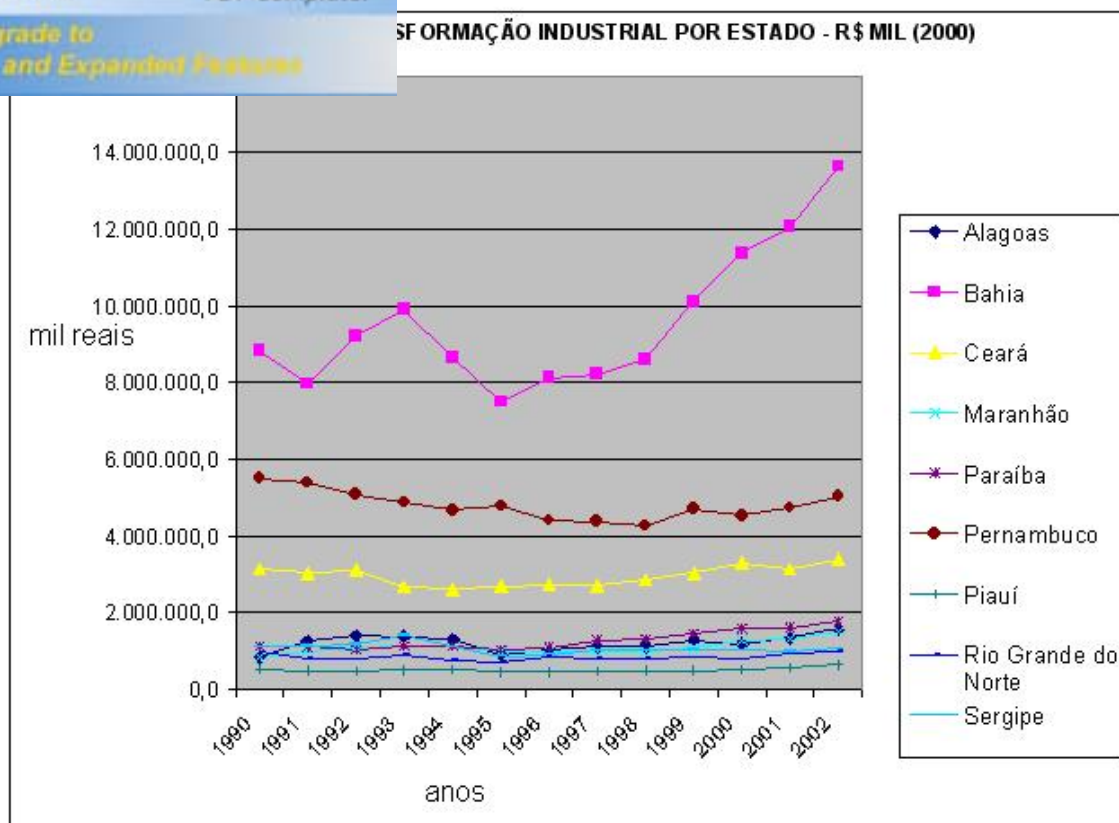
Nos gráficos 2.1 e 2.2 pode-se verificar que os estados da Bahia, de Pernambuco e do Ceará apresentam-se como os principais PIBs da região. Como mostra o gráfico 2.1, a Bahia apresentou, na década de 1990, o maior crescimento absoluto do PIB. Esse fato se deve, em grande parte, à contribuição do segmento industrial, que apresentou significativo crescimento a partir de 1995 (ver gráfico 2.2).



FONTE: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEADATA

Gráfico 2.1 – Nordeste - Produto Interno Bruto a preços constantes.

A contribuição do valor da transformação industrial foi importante para a consolidação do aumento do PIB, mesmo que o emprego formal não tenha crescido conjuntamente com a produção no período, como se pode deduzir a partir dos trabalhos de Moutinho e Porsse (1999) e Pereira (2006). Esse fenômeno de crescimento da produção sem o concomitante crescimento do emprego constitui-se como influência da inovação tecnológica, fruto da reestruturação produtiva no período, pelo menos para as grandes empresas.



FONTE: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEADATA

Gráfico 2.2 – Nordeste -Valor da Transformação Industrial Por Estado – R\$ Mill (2000)

TABELA 2.2
 Nordeste - Valor da Transformação Industrial Por Estado – R\$ Mill (2000)

ESTADO	1990	2002	2002/1990
Alagoas	837.693,86	1.571.997,78	87,7
Bahia	8.827.125,53	13.636.802,10	54,5
Ceará	3.140.408,17	3.393.117,65	8,0
Maranhão	840.087,18	1.503.327,71	78,9
Paraíba	1.130.947,16	1.777.727,04	57,2
Pernambuco	5.506.356,44	5.024.984,10	-8,7
Piauí	515.831,19	634.511,52	23,0
Rio Grande do Norte	984.790,14	985.516,73	0,1
Sergipe	1.112.599,21	1.072.406,55	-3,6

FONTE: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEADATA

Embora, como já foi mencionado, os estados de Sergipe e do Rio Grande do Norte tenham apresentado as maiores taxas de crescimento no PIB, essas taxas não se devem à contribuição das indústrias dos respectivos estados. Na tabela



umento da participação do valor da transformação período de análise, foi inexpressivo. Os estados que apresentaram maior contribuição para a formação do PIB através da transformação industrial foram Alagoas (87,7%), Maranhão (78,9%), Paraíba (57,2%), Bahia (54,5%) e Piauí (23%). Os demais Estados apresentaram crescimento inexpressivo ou declínio.

2.5 - O ESTADO E A INTERVENÇÃO URBANO-INDUSTRIAL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

O Estado brasileiro continua sendo de fundamental importância para o desenvolvimento do País. Entre os anos 1930 e 1980, atuou de forma insofismável no processo de industrialização e desenvolvimento do Brasil. O governo populista de Getúlio Vargas, favorecido indiretamente por toda a crise mundial, buscou implementar um desenvolvimento industrial de caráter nacionalista, promovendo, no País, uma série de inovações, abrangendo a criação de ministérios, institutos e conselhos federais para as mais diversas finalidades, como também promovendo uma nova política de industrialização, fundamentada na substituição de importações. Com a “revolução de 1930”, consolidaram-se as transformações que se processavam no interior da economia e da sociedade brasileiras. A industrialização, baseada na indústria nacional, passou a ser o objetivo fundamental do novo governo. O governo Vargas fortaleceu os privilégios da região centro-sul, com o intuito de desenvolvê-la crescentemente e, a partir desta região, desenvolver as demais (OLIVEIRA, 1981). O desenvolvimento industrial do centro-sul e a expansão do sistema capitalista como um todo foram garantidos pela atuação do Estado, através da criação da infra-estrutura básica para a implantação da indústria, como também de órgãos que garantissem o seu pleno estabelecimento.

No afã de industrializar plenamente o país, o governo federal investiu vultosos recursos em infra-estrutura e na produção de insumos básicos. Como o capital internacional encontrava-se restringido em suas inversões externas, e



que não tinha capital e nem interesse para assumir os investimentos necessários para a intensificação da industrialização, o Estado passou a direcionar os investimentos privados, através de estímulos à produção, da proteção dos salários como também provisão de a infra-estrutura (energia, transportes, comunicações) e da produção de matérias-primas básicas (ferro e aço, petróleo, petroquímica). O governo federal também intermediava, conciliava e arbitrava os conflitos entre o capital e o trabalho (empresários e operários). Esta forte presença autoritária e paternalista do Estado atingiu contorno nitidamente social, quando foi promulgada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no início da década de 1940 (PEREIRA, 1994).

Do fim dos anos 1940 e mais propriamente no início dos anos 1950 intensifica-se a segunda fase do processo de substituição de importações¹⁹, a produção de bens de consumo durável cresce abruptamente, exigindo dos agentes econômicos maior volume de capital, tecnologia, mão-de-obra especializada, produção em escala e capacidade gerencial. No período pós-1955, o capital estrangeiro penetrou vigorosamente no Brasil, investindo, principalmente, na indústria pesada dos bens de consumo duráveis. O governo Kubitschek efetivou a reelaboração das relações entre o Estado e a economia, através do seu Plano de Metas, que pretendia avançar 50 anos em 5, no desenvolvimento do Brasil. No governo de JK, a questão das desigualdades regionais vem à tona devido aos crescentes conflitos sociais ocorridos, principalmente no Nordeste. Estes conflitos ameaçavam a ordem vigente do capitalismo em expansão no Brasil (IANNI, 1997).

O Estado capitalista no Brasil apresentou, desde os anos 1930, um padrão nitidamente desenvolvimentista, principalmente pela intenção em promover a integração do mercado nacional através da diminuição das desigualdades regionais existentes. O golpe militar de 1964 se constituiu em um obstáculo ao desenvolvimento econômico em bases democrático-participativas. No entanto, o governo militar continuou a estimular a integração nacional, não

¹⁹ Para mais informações sobre o processo de substituições ver TAVARES, 1972.



regionais, mas em planos nacionais. Evidentemente, os dos militares se voltaram para o controle da inflação que se constituía como causa da estagnação econômica por que passava a economia brasileira na primeira metade da década de 1960. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), de características ortodoxas que preconizava o combate à inflação, principalmente pela redução do déficit público, alcançou relativo resultado anti-inflacionário. Os planos que se seguiram – Plano Nacional de Desenvolvimento I e II – garantiram um significativo crescimento econômico, que ficou conhecido como “milagre econômico”. No entanto, esse milagre teve custos elevados, dos quais o endividamento externo é um dos principais.

Historicamente, a intervenção estatal na economia contribuiu para com a concentração do capital no centro-sul do Brasil, em particular em São Paulo. Esse processo de concentração foi relativamente amenizado a partir dos anos 1960. No entanto, esse arrefecimento da polarização (AZZONI, 1986) ocorreu por pouco tempo. Nos anos 1980, os pesquisadores já discutiram nova polarização ou reconcentração no centro-sul do País (DINIZ, 2000). Essa nova polarização, reconcentração ou desenvolvimento poligonal (DINIZ, 1993) ocorreu concomitantemente ao processo de reestruturação produtiva retardatória em relação ao mesmo processo ocorrido nos E.U.A. e na Europa.

Considerando esse contexto de intervenção estatal, reestruturação produtiva e re-polarização ou reconcentração do capital no centro-sul destacam-se três momentos ou fases distintas da intervenção do Estado no espaço urbano-industrial. O primeiro se constitui na intervenção pré-reestruturação, com desconcentração do capital e realocação do mesmo sob a influência direta do Estado nos anos 1970. O segundo momento, nos anos 1980, consiste na fase de transição, na qual o Estado diminuiu significativamente sua intervenção direta e produtiva no espaço, ao mesmo tempo em que as empresas ensaiam as primeiras tentativas de reestruturação no bojo de uma crise do capital, que tem como dimensão mais perceptível a crise do endividamento externo, e os reflexos do segundo choque do petróleo. A terceira fase ou momento acontece quando o



...a crise fiscal e pelas instituições credoras uma ação mais direta e incisiva no espaço urbano-industrial, enquanto procura implementar políticas de cunho neoliberal frente a reestruturação espontânea e forçada, realizada pelas empresas brasileiras nos anos 1990.

2.5.1 - Intervenção Estatal pré-Reestruturação – 1970/1985

O Estado teve papel importante no processo de desconcentração produtiva no Brasil (1970-1985). Desde a década de 1960 que o Estado conduzia o processo de desconcentração. Esse processo tinha por finalidade tanto integrar o mercado nacional como promover o desenvolvimento das regiões que se encontravam à margem do desenvolvimento capitalista. Essas finalidades podem ser vistas através das políticas regionais desenvolvidas para o Nordeste a partir do fim dos anos 1950. No caso do Nordeste, o GTDN (1997) e a SUDENE defendiam uma política de desenvolvimento para a região tendo como carro-chefe a industrialização autônoma. Esta defesa se constituía em um discurso e em uma prática de intervenção direta e indireta no espaço urbano-industrial, tendo como um dos objetivos equalizar o desenvolvimento das regiões brasileiras atuando nas regiões menos desenvolvidas.

Em outras palavras, o Estado atuou fortemente, como produtor e como fomentador da industrialização, no desenvolvimento da região. Conseqüentemente, o espaço urbano-industrial brasileiro e, em especial, o nordestino, seriam reestruturados, permitindo que novos espaços acolhessem e desenvolvessem, com base nos efeitos a jusante e a montante (HIRSCHMANN, 1981), novas atividades econômicas, em especial, os novos empreendimentos industriais. Nesse contexto, o Estado agiu fortemente nas áreas urbanas no Nordeste como produtor direto através das estatais, nos pólos petroquímicos, nas usinas, nas indústrias etc. Também concedeu inúmeros incentivos fiscais, através das superintendências de desenvolvimento das diversas regiões (SUDENE, SUDAM etc.) e, por fim, promoveu grande investimento na criação da infraestrutura básica para o capital e para a sociedade. Esta forte atuação do Estado ocorreu nos anos 1960 e com menor desenvoltura nos anos 1970 e 1980.



amente realizado, o I PND e o II PND refletiram a desvalorização do dólar e do primeiro choque do petróleo. As contenções dos investimentos infra-estruturais foram realizadas minimamente, devido à opção do endividamento por parte do Governo Federal. Essa contenção das intervenções via investimento público no espaço urbano-industrial nas regiões, em especial no Nordeste, paulatinamente reduziu a desconcentração produtiva. As crises políticas, econômicas e fiscais dos anos 1970 gradualmente minaram a atuação direta do Estado no espaço urbano industrial. Essas crises afetaram a capacidade de investimento do Estado, principalmente no que se refere à infra-estrutura produtiva, fator preponderante na atividade econômica e no desenvolvimento regional (BENITEZ, 1998). A esses fatos agreguem-se a crise fiscal do Estado e a acentuação dos demais problemas, implicando, para os anos 1980, a retomada do processo de reconcentração da industrialização, embora que gradual, no centro-sul.

2.5.2 - Intervenção Estatal na fase inicial da Reestruturação Produtiva

A década de 1980, considerada por muitos como a década perdida, devido à grande crise socioeconômica vivida pelo país, está vinculada diretamente ao processo de endividamento externo, que serviu como elemento impulsionador do desenvolvimento econômico brasileiro na década de 1970. A origem da crise capitalista brasileira, na década de 1980, encontra-se na década anterior e na crise do capital. Com a exigência dos países desenvolvidos do pagamento dos juros pelos países do terceiro mundo, o Brasil reduziu a taxa de investimento para alocar recursos para o pagamento da dívida. Não apenas reduziu os investimentos em infra-estrutura, energia etc., mas reduziu também os investimentos em saúde, educação, moradia etc. A necessidade de pagamento da dívida impôs ao Brasil uma forte recessão, na qual procurava-se ampliar as exportações e diminuir as importações, visando a arrecadar recursos para o pagamento da dívida externa.

A recessão mundial, com o aumento do preço do petróleo no mercado mundial, provocou acentuada deterioração dos termos de intercâmbio, isto é,



exportações e importações brasileiras. O país foi aumentar seus saldos comerciais, mesmo que os preços dos produtos brasileiros se encontrassem baixos e os dos produtos importados em alta. Este saldo deveria ser alocado para o pagamento da dívida externa. Porém, mesmo com o contexto de deterioração constante dos termos de intercâmbio, insistiu o Ministro Delfim Netto, em sua política submissa e ortodoxa, na exeqüibilidade de um processo de ajustamento, que possibilitasse reduzir as importações e aumentar as exportações, independentemente dos graves danos à sociedade (PEREIRA, 1994).

A recessão brasileira do início da década de 1980 levou o país à forte crise econômica, na qual o Estado, negligenciando em suas funções básicas (investimentos em saúde, educação, segurança etc.), transferiu recursos para o pagamento da dívida externa. Esta situação calamitosa fomentou, no início da década (1981-1983), o declínio do PIB brasileiro, retornando aos níveis da década de 1970 apenas em 1985. A crise brasileira reflete-se principalmente nos espaços urbanos e industriais.

A pressão exercida pelos bancos credores foi intensa e contou com o apoio dos respectivos governos dos países devedores. Essa pressão caracterizou-se pela exigência (aos países devedores) do ajustamento econômico, realizado nos termos predeterminados pelo FMI e pelos bancos internacionais. O ajustamento, feito pelo Brasil no fim dos anos 1970, provocou o declínio no PIB nos anos 1981 e 1983 (-4,4% e -3,3% respectivamente) como também prejudicou imensamente os investimento infra-estruturais. O Governo Figueiredo esqueceu assim, o projeto político-econômico, pretensamente objetivado no início de governo (através do III PND) e passou a administrar a crise, gastando as reservas internacionais e usando o crédito externo possível de ser obtido (empréstimos para pagar dívidas anteriores). As atividades do Governo Federal são sobrepujadas pela administração da crise econômica (PEREIRA, 1994).



ia-se a reestruturação produtiva no Brasil, com os *lean*. O Estado mantém-se relativamente afastado das inovações²⁰ que surgiam no campo da gestão organizacional. A crise é administrada e todas as atenções governamentais voltam-se para a balança de pagamento, em especial a balança comercial, e o serviço da dívida. Na segunda metade dos anos 1980, as intervenções do Governo Federal foram na direção do reordenamento da economia através do controle do processo inflacionário. Assim, lançou-se mão de planos de estabilização de caráter predominantemente heterodoxos, para acabar, através do choque, com a inércia inflacionária. Os planos mais importantes no período foram: o plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987) e o Plano Verão (1989). Nesse período, a inflação tornou-se o objetivo central da política do governo federal. Enquanto isso, os bancos e as montadoras acentuavam a implementação das inovações tecnológicas, provocando principalmente um elevado *downsizing*, levando muitos trabalhadores ao desemprego e promovendo a elasticidade negativa para a relação emprego-produção na indústria automobilística (MOUTINHO e PORSSE, 1999).

2.5.3 - Intervenção Estatal e Reestruturação Produtiva nos anos 1990

O fim da década de 1980 foi profundamente marcado por uma situação econômica caótica em virtude da instalação de um processo hiperinflacionário, concomitantemente ao crescimento abrupto da dívida pública, que atingia 12,4% do PIB brasileiro. A dívida pública, em conjunto com a hiperinflação, expandia-se assustadoramente através de uma espiral de preços, salário e juros, acelerada pela forte indexação existente na economia brasileira.

Com o governo do presidente Collor (1990-1992), eleito pelo voto popular, ocorreu uma reviravolta nos rumos da economia. Este governo implementou medidas políticas que amorteceram, no curto prazo, os problemas da hiperinflação, da rolagem da dívida e do déficit público acumulados nas últimas duas décadas. Ao decretar o congelamento de 70% dos ativos financeiros

²⁰ Uma das poucas exceções se dá com a política de informática propugnada pelo Estado.



privado por 18 meses, o governo federal protelou a privatização do país (PEREIRA, 1994). Além de bloquear os ativos financeiros, o governo instituiu um sistema de controle de preços, cujos aumentos dependeriam da aprovação antecipada do governo federal, como também criou uma nova moeda nacional (Cruzeiro) através do corte de três zeros da antiga moeda (Cruzado novo). O governo Collor tentou implantar uma série de medidas destinadas a eliminar o déficit do setor público, instituindo taxas, comprimindo despesas, reduzindo salários, demitindo e/ou pondo em disponibilidade funcionários públicos e privatizando empresas estatais.

Os resultados das medidas implementadas pelo governo Collor no primeiro ano foram a redução brusca e imediata da quantidade de moeda no sistema; o declínio das taxas de juros de 82%, em fevereiro de 1990, para 4% em abril do mesmo ano; a redução da dívida federal em poder do público em aproximadamente Cr\$ 1,3 bilhão entre fevereiro e março de 1990; o crescimento das receitas do governo federal e o declínio da taxa de inflação para o patamar de 10% ao mês.

As políticas monetárias ortodoxas adotadas pelo Plano Collor provocaram, além da queda da inflação, uma intensa recessão, que promoveu um declínio de 5,3 pontos na variação anual do crescimento do PIB brasileiro. O Plano econômico adotado pelo então presidente Collor atingiu principalmente o setor industrial brasileiro, não deixando de fora, no entanto, os demais setores. Esta recessão econômica brasileira provocou graves danos na economia nordestina, pois o PIB nordestino declinou não apenas, devido a recessão na economia, como também pela ocorrência de uma forte seca verde, que prejudicou muito o setor agropecuário nordestino (LEITE, 1994).

Com o *impeachment* do Presidente Fernando Collor, e com as novas políticas implementadas pelo novo governo (Itamar Franco), visando a atenuar a grave recessão, buscou-se redirecionar a economia brasileira, procurando manter a inflação baixa com crescimento econômico, não sendo bem sucedido nos seus objetivos. Dentro deste contexto, de mudança e de redirecionamento econômico nacional, surgiu o Plano Real que, nos anos seguintes, conduzirá toda política econômica brasileira, embora a condução tenha resumido-se à manutenção dos elevados juros da dívida; à sobrevalorização cambial; à privatização intensa; à redução dos gastos públicos e continuidade da política de abertura comercial via



gárias. O governo FHC que sucedeu o Itamar, econômico para garantir sua eleição, mantendo-o durante quatro anos a custas da elevação dos juros, explosão da dívida interna, privatização escandalosa, entre tantos outros danos à economia brasileira. O solapamento do Plano Real se deu pela impossibilidade de manutenção do mesmo, devido a incoerências e desajustes que o mesmo causava à economia real.

É nesse contexto, nem sempre promissor para a sociedade brasileira, em especial para os trabalhadores, que tem ocorrido a reestruturação produtiva no país. As multinacionais e as grandes empresas nacionais já promoviam gradualmente essa reestruturação, antecipando-se à abertura promovida pelo governo Collor, enquanto as médias e pequenas empresas foram forçadas a reestruturarem-se ou a saírem do mercado pela continuidade sistemática da abertura, da privatização e das mudanças no mercado interno. A intensa competitividade internacional e nacional pressionava por mudanças tecnológicas e organizacionais.

Nos anos 1990, a reforma do Estado, imbuída do ideário neoliberal, com a abertura comercial e a privatização das estatais, provocou a saída do Estado (União) das intervenções diretas. A União deixou de implementar políticas que privilegiavam diretamente o espaço urbano-industrial e passou a administrar a crise e os juros, principalmente a partir de 1994, com o do plano Real. A década de 1990 pode ser caracterizada como a década na qual inexistiu uma política industrial, no estrito significado da palavra. Também não existiram políticas de renda, de emprego, sociais etc. que ampliassem as condições sócio-econômicas da população brasileira. Durante a década, todos os esforços federais voltaram-se para o controle inflacionário e para a captação de recursos externos com o objetivo de garantir a estabilidade e a credibilidade na economia brasileira. Para alcançar esse objetivo, a privatização e a política de juros altos foram os instrumentos mais eficazes.

O declínio do investimento na infra-estrutura e a extinção das políticas de desenvolvimento regional, aliados a um processo de descentralização política e econômica, promoveram uma acentuação da concorrência por investimentos privados entre os entes federativos, tanto entre os estados como entre os municípios. O acirramento da concorrência transformou o território nacional em



e os municípios se digladiaram, utilizando-se das na atração por capitais/empresas dispostas a se realocalizarem. Neste contexto, a União assumiu posição de árbitro entre os estados, mas apenas quando os conflitos geravam problemas e grandes perdas para alguns dos competidores.

2.5.4 - A atuação dos Governos Estaduais - o exemplo do Nordeste

As políticas estaduais de desenvolvimento industrial ficaram resumidas à guerra fiscal entre as unidades da Federação, travada mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, normalmente relacionados ao ICMS. As renúncias fiscais, vistas como “investimentos” por parte dos concedentes, deterioraram as condições financeiras, já fragilizadas pelo endividamento, dos estados e municípios.

Essa guerra fiscal consistiu em uma situação de conflito na federação, na qual os únicos a ganhar foram as grandes empresas e, relativamente, os estados mais estruturados financeiramente (VARSANO, 1997). Historicamente, a concessão de incentivos fiscais-financeiros atraiu para alguns estados empreendimentos produtivos e constituíram-se no principal fator de atratividade (OLIVEIRA, 1990). No entanto, esse fator de atratividade não demonstrou, em muitos casos, poder de sustentação na localidade dos empreendimentos, quando o incentivo fiscal-financeiro extinguiu-se.

A reestruturação produtiva, que através da renovação tecnológica garantiu a determinados segmentos elevada flexibilidade nas condições de produção e gestão organizacional, também elevou a possibilidade de mobilidade desse empreendimento, favorecendo, assim, ao término do incentivo, o deslocamento da empresa para outra localidade que concedesse novos incentivos.

Na década de 1990, na busca por investimentos privados, os estados utilizaram, segundo Brito e Bonelli (1997), seis benefícios fiscais relacionados ao ICMS:

- a) isenção do ICMS para novas empresas sem produto similar no estado e durante determinado período;
- b) isenção ou redução do ICMS pra as micros e pequenas empresas;
- c) redução de alíquotas de ICMS (para situações e produtos específicos);



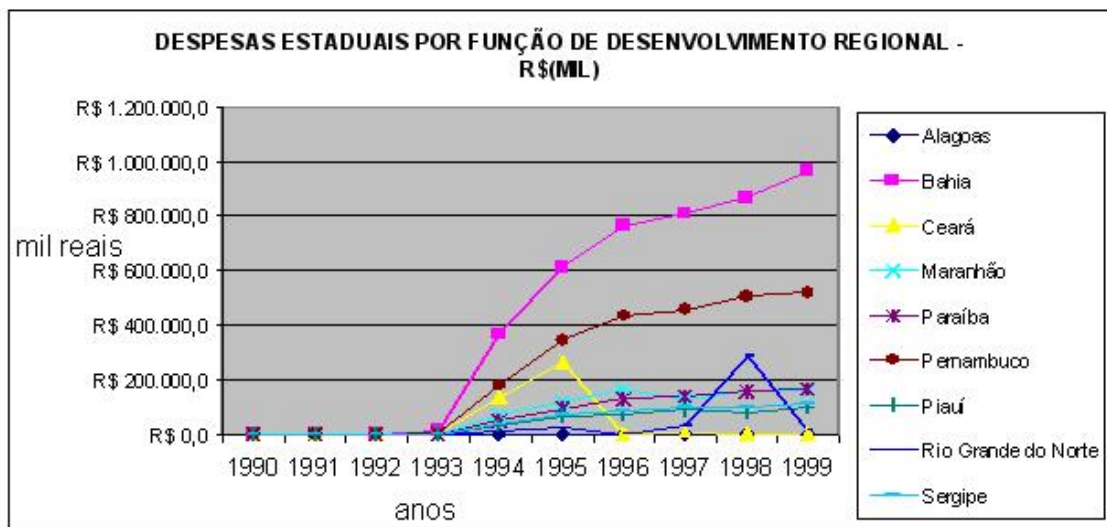
- ...os de recolhimento do ICMS;
- ...ismos de diferimento (recolhimento postergado do ICMS); e,
- f) utilização do crédito presumido (por estimativa do ICMS).

Esses mecanismos, somente com raras exceções, não foram utilizados pelos estados no Brasil. Alguns estados, como a Bahia e a Paraíba, utilizaram quase todos simultaneamente. Outros tipos de benefícios não relacionados ao ICMS também foram utilizados destacando-se os estímulos para infra-estrutura (venda de lotes e galpões, locação de máquinas e equipamentos, doação de áreas etc.), as concessões financeiras (aquisição de ativos fixos, composição acionária etc.) e ainda incentivos como a simplificação do processo de registro de empresas, a assistência técnica na elaboração de projetos, os programas de formação e capacitação etc.

Nesse contexto de conflito federativo, alguns estados deram ênfase às questões tecnológicas na concessão dos incentivos, destacando-se a Bahia, Goiás, Minas Gerais, o Paraná, o Rio de Janeiro e São Paulo. Notadamente, nesse grupo, encontram-se os estados de maiores economias da federação. Há uma concordância entre os diversos estudiosos da questão de que os benefícios fiscais e creditícios se anulam, e deixam de contribuir como fatores de decisão locacional por se tratarem dos mesmos instrumentos de incentivo (VARSAÑO, 1997; BRITO e BONELLI, 1997).

No Nordeste, todos os estados, uns mais do que outros, participaram da guerra fiscal. Os estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia se destacaram pelo esforço agressivo em atrair novos investimentos através dos incentivos fiscais e financeiros. No entanto, esse esforço não logrou pleno efeito e incremento significativo no valor da transformação industrial desses estados (ver tabela 1.2), a exceção da Bahia. Na década de 1990, os estados que mais ampliaram relativamente o valor da transformação industrial foram Alagoas (87.7%), o Maranhão (78.9%), a Paraíba (57.2%) e a Bahia (54.5%). Evidentemente, deve-se olhar com cuidado esses números, pois o incremento absoluto ocorrido na transformação industrial da Bahia (54.5%) é superior ao somatório do valor da transformação industrial dos estados de Alagoas, do Maranhão e da Paraíba.

são frutos tanto do crescimento natural, como do desenvolvimento da indústria no Nordeste. Quando se observa as despesas com a rubrica desenvolvimento regional (ver gráfico 1.3), constata-se que os estados que mais investiram no desenvolvimento regional foram a Bahia e Pernambuco. Esse investimento trouxe, porém, mais benefícios ao primeiro Estado do que ao segundo.



Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do IPEADATA

Gráfico 2.3 – Nordeste - Despesas Estaduais por Função de Desenvolvimento Regional - R\$(Mil)

A intervenção do Estado, via competição fiscal, no espaço urbano industrial se constitui como reflexo de um novo contexto socioeconômico e político, em que o capital em seu processo de acumulação apresenta características de elevada flexibilidade, e o Estado se apresenta em uma crise fiscal profunda. No Brasil um paradoxo se reflete no fato de o Estado se encontrar em crise fiscal profunda, com todos os entes federativos apresentando elevada dívida pública, ao mesmo tempo, que concedem incentivos fiscais. Esse fato somente se justifica pela crença dos gestores do setor público de que a renúncia fiscal traria benefícios superiores às perdas. No curto prazo, até é possível a existência de ganhos (emprego e renda para população), mas no médio e longo prazos, a possibilidade



dimentos anula os ganhos de curto prazo (BNDES,

Diversas cidades ganhadoras, espaços urbanos em que os empreendimentos se localizam, perderam empreendimentos que se realocalizaram com o intuito de manter os incentivos fiscais. Normalmente essas realocalizações ocorrem quando os incentivos fiscais estão perto de seu prazo de extinção, ou pouco tempo após o fim dos mesmos. Um exemplo clássico ocorreu em Campina Grande, na Paraíba, quando a Walling Nordeste e a Azaléia deixaram o município em busca de outras localidades que concedessem incentivos fiscais que as mesmas deixavam de obter na cidade, devido o fim do prazo previsto para a concessão de tais incentivos (PEREIRA, 1997) .

2.5.5 - A atuação dos Municípios na Guerra Fiscal

As políticas municipais de desenvolvimento industrial acompanharam as estaduais, acentuando a guerra fiscal entre as cidades e as unidades da Federação, utilizando-se do pequeno poder fiscal que lhes cabia. As renúncias fiscais advogadas como “investimentos” por parte dos concedentes, deterioraram as condições financeiras, já fragilizadas pelo endividamento, dos estados e municípios. Alguns municípios, principalmente os próximos às grandes regiões metropolitanas, ganharam postos de trabalho, reflexo dos investimentos realizados pelo capital que se realocou.

O trabalho de Pereira, Silva e Apolinário (2007) sobre a indústria calçadista mostrou que as grandes empresas do segmento que se realocaram para o Nordeste se instalaram em cidades pequenas ou de médio porte próximas das capitais, geralmente nas regiões metropolitanas nordestinas.

Os municípios de todas as regiões brasileiras participaram da guerra fiscal, acentuando os incentivos e a guerra já vivenciada pelos estados. Na Tabela 2.3 é possível ver a distribuição, por regiões, do percentual de municípios que contribuíram com a guerra fiscal através da criação de incentivos para atração de novas empresas. A região Sul foi a que apresentou a maior proporção de municípios com incentivos (78,7%). O Nordeste, no entanto, apresentou apenas

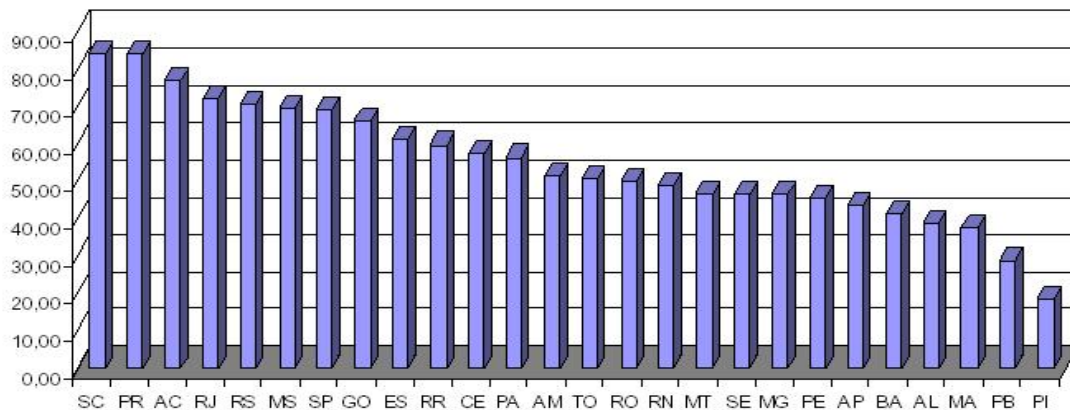
tal política de incentivos. A região Sudeste pouco superior a 57% devido em grande parte à participação de Minas Gerais que apresentou aproximadamente 46% dos municípios com incentivos, puxando a participação da região para baixo, pois é o estado com o maior número de municípios no Brasil (853).

Tabela 2.3

Existência de Incentivos para atração de novas empresas nos municípios		
REGIOES	EXISTE	NÃO EXISTE
NORTE	54,1	45,9
NORDESTE	39,7	60,3
SUDESTE	57,6	42,4
SUL	78,7	21,3
CENTRO OESTE	61,3	38,7
TOTAL	56,4	43,7

Fonte: SIMÕES, 2003

Minas Gerais é um caso interessante por existir uma polaridade sócio-econômica, na qual o norte do estado em muito se aproxima das características do nordeste brasileiro (semi-árido) e o sul aproximar-se das características do Sudeste. As regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram um percentual de municípios com incentivos elevados, 54,1% e 61,3% respectivamente, o primeiro com valores abaixo da média nacional e o último acima.



Fonte: SIMÕES, 2003

Gráfico 2.4 – Percentual dos municípios por Estado com Incentivos a implantação de novas empresas.

é possível observar as disparidades proporcionais brasileiros, no que consiste a participação dos municípios na guerra fiscal. Esse gráfico põe por terra todo o discurso de que o Nordeste tem apresentado substanciais incentivos promovendo a relocação das empresas do Sul e Sudeste. Como pode ser verificado no gráfico, os estados com o maior número relativo de municípios integrando a guerra fiscal via concessão de incentivos fiscais e parafiscais são do Sul e Sudeste, a exceção do estado do Acre. Dos cinco primeiros Estados com maior participação, quatro são do Sul e Sudeste, enquanto, dos dez com menor participação, sete são do Nordeste.

A diversidade desses incentivos é significativa. No caso dos municípios nordestinos encontramos como principais incentivos a doação de terras seguida da isenção do ISS e do IPTU. Como foi visto na tabela 2.3, a região Sul apresentou proporcionalmente a existência de incentivos à implantação de novas empresas. No entanto, os percentuais dos incentivos vinculados ao fornecimento de infra-estrutura e doação de terra são os mais elevados enquanto os percentuais dos incentivos fiscais e financeiros ficam um pouco abaixo dos concedidos pelos municípios nordestinos.

Tabela 2.4

Incentivos concedidos a implantação de novas empresas por parte do município no Nordeste.

INCENTIVOS	NORDESTE	(%)
IPTU	402	56,9
ISS	409	57,5
DOAÇÃO DE TERRAS	451	63,4
INFRA-ESTRUTURA	370	52,0
DISTRITO INDUSTRIAL	139	19,6
OUTROS	242	34,0

Fonte: SIMÕES, 2003

A guerra fiscal que emerge nos anos 1990, principalmente em sua segunda metade, repercute sobre os lugares, vistos como “o encontro entre possibilidades latentes e oportunidades preexistentes ou criadas” (SANTOS, 1994:40-47). Santos (2002) desenvolve sua formulação no sentido da produtividade espacial e da procura por uma “eficácia mercantil que se refere a

197) e bosquejando a produção do espaço por notadamente, quando “ao lado da busca pelas empresas dos melhores sítios para a sua instalação” ocorre, também, uma busca pelos lugares, “uma procura às vezes escancarada de novas implantações e um cuidado por reter aquelas presentes” (p. 198). Nesse contexto, se reafirmam e se fortalecem as estratégias, políticas e ações do Estado, que, combinadas com as das empresas, indicam a metáfora da guerra dos lugares. Embora, o conflito entre lugares ocorra no mundo capitalista, como o mostra os incentivos e os conflitos gerados pelos mesmos entre as diversas nações, no Brasil, também constata-se tal acirramento da guerra dos lugares. Tal guerra nos leva ao questionamento, já realizado por Ana Fani Carlos (1996, p. 39), ao perguntar se “ao nos referirmos a uma guerra não estaríamos atribuindo, erroneamente, o estatuto de sujeito ao espaço ignorando o papel dos atores sociais e mesmo do estado no seu processo de produção?” (1996:39).

O fato é que, independentemente de ser guerra de lugares ou de espaços, a dimensão fiscal dessa competição:

...vem prejudicando as finanças estaduais bem como a provisão pública de bens e serviços, muitos deles importantes insumos do processo de produção. Além disto, a guerra cria conflitos na federação. No curto prazo, o Estado que deflagra a guerra fiscal se beneficia. No longo prazo, a generalização do conflito faz com que os ganhos iniciais desapareçam. Incentivos fiscais perdem seu poder de estímulo e transformam-se em meras renúncias de arrecadação. Em face da homogeneização potencial dos benefícios fiscais, no longo prazo as empresas passam a escolher sua localização somente em função das condições de mercado e de produção, que incluem a qualidade da infraestrutura e dos serviços públicos oferecidos e o nível de qualificação da mão-de-obra (BNDES; 2000, p.1-2).

2.6 – À GUIA DE CONCLUSÃO

Algumas lições são fundamentais para esse capítulo. Inicialmente, no que se refere à reestruturação produtiva do capital. Esse é, no nosso entender, uma fase do processo de acumulação ampliada do capital, contemporaneamente,



o flexível, que introduz, nos diversos espaços, tecnologias, técnicas e cultura do produzir, fundado nos alicerces da flexibilidade, com impactos multidimensionais que serão absorvidos pela totalidade social. A reestruturação é a fase de metamorfose entre dois modos de produzir (fordismo e acumulação flexível) e suas respectivas culturas. Quando se fala em fase, considera-se inerente à mesma a ação realizada pelos capitalistas em prol do processo de transformação, sem negligenciar as reações dos trabalhadores a essas transformações.

Essa reestruturação produtiva do capital não foi a primeira, nem será a última, embora tenha sido a mais intensa devido ao processo de compressão espaço-tempo que acelera ritmos e processos da vida humana em prol da acumulação capitalista. Nos países desenvolvidos, os trabalhadores contavam com uma “vantagem”: a existência de um Estado de bem-estar social e de um movimento sindical organizado e combativo que atenuou a dramaticidade dos impactos da reestruturação. No entanto, os países em desenvolvimento não contaram com essa “vantagem”. Os impactos foram maiores e mais agressivos, embora que tardio, como pode ser visto pela recessão econômica do início dos anos 1990, reflexo da política de abertura comercial do governo Collor, que tinha o intuito de promover um choque de competitividade no Brasil. Somente na segunda metade dos anos 1980 é que ocorrem impulsos significativos para a reestruturação produtiva no país. Na década seguinte, ocorre a acentuação do processo de reestruturação apresentando concretamente suas conseqüências.

A reestruturação produtiva apresentou características *sui generis* no Brasil. Dentre essas características, a mais impactante foi o corte abrupto de custos, principalmente nos recursos humanos, implicando elevadas taxas de desemprego e subemprego vivenciadas no país na década de 1990. Nessa década, implementaram-se diversos modelos de gestão e produção, cuja característica principal era a flexibilidade tanto para os processo de produção como no uso da mão-de-obra. Outra característica importante na reestruturação ocorrida constituiu-se na heterogeneidade tecnológica, que, tornou-se possível pela impossibilidade de substituição plena, rápida e integral de toda a tecnologia utilizada no país, no curto prazo de tempo. Essa heterogeneidade deve-se tanto à rapidez da implantação de novas tecnologias, como à incapacidade de os capitalistas, principalmente dos pequenos, substituírem rapidamente a tecnologia



característica diz respeito à descentralização produtiva produtiva que se caracterizou por ser mais uma realocação industrial do que uma descentralização de capitais. Isso deve-se ao fato de a descentralização do principal centro produtor brasileiro ter ocorrido, em grande parte, dentro do próprio território, ou seja, as indústrias relocaram algumas plantas para cidades do interior, próximas à capital ou à região metropolitana de São Paulo. O Nordeste pouco ganhou com esse processo de realocação industrial. O ganho foi concentrado nos principais estados da região, além de vincular-se muito mais a setores tradicionais e intensivos em trabalho. Mas isso tem sido uma constatação não apenas no Brasil, afinal Leborgne e Lipietz (1994) já avisavam que nem todas as regiões ganham em países que ganham, e algumas regiões ganham nos países que perdem. Nesse contexto, afirmam ainda que as regiões que tendem a ganhar são regiões urbanas, no caso do Nordeste, as ganhadoras foram as cidades que estavam próximas às regiões metropolitanas.

É necessário lembrar que os ganhos são essencialmente em empregos, empresas e produção. Outros ganhos existem, mas são limitados principalmente pelas perdas impostas ao município, ao Estado, ao meio ambiente, à fiscalidade e ao país em geral. As perdas relacionam-se às externalidades negativas, às deseconomias de aglomeração, como, por exemplo, à poluição, à renúncia fiscal, ao aumento dos preços, e às pressões sobre a infra-estrutura. Em geral, o Nordeste beneficiou-se muito mais com a desconcentração industrial, ocorrida nos anos 1970 e 1985, do que a desconcentração recente.

Os processos de descentralização industrial no Brasil sempre tiveram o incentivo do Estado, através das políticas econômicas e de projetos e programas implementados por instituições criadas pela União. No Nordeste, esse papel foi da SUDENE, que, a partir dos anos 1970, sofreu com uma restrição significativa dos recursos e do seu papel político. Essa restrição, imposta à SUDENE, foi parcialmente suprida por uma ação estatal por parte de programas e projetos do governo federal. No entanto, durante a década perdida, o Estado reduziu sua atuação pró-indústria e, logo após, retirou-se das intervenções diretas, promovendo intensa privatização e reduzindo o investimento infra-estrutural a níveis de manutenção, ou deixou deteriorar tal estrutura. No entanto, a ausência de política de desenvolvimento nacional contribuiu para a guerra fiscal entre os



fatores atrativos ao capital que se reestruturava e a realocização de plantas e novos investimentos.

A reestruturação produtiva, ao impor aos capitais a necessidade de reestruturação na busca de redução de custos, aumento de receitas e maior produtividade, visando a concorrência nacional e internacional, impulsionou alguns setores produtivos, em especial os que demandam elevada quantidade de força de trabalho, a procurar meios de reduzir custos com a mesma. Assim, além da implementação das inovações tecnológicas, a realocização das empresas trabalho-intensivas tornou-se uma prática comum. Aliando-se a esse aspecto, o desejo de as unidades da federação de atrair novas empresas e gerar novos empregos implicou guerra fiscal intensa, na qual os estados e os municípios “pagaram” pela implantação de empresas em seus territórios, com a renúncia fiscal e com outros incentivos ao capital. Estes estados e municípios também implementaram outras políticas públicas, visando a criar e “vender” a cidade para o capital, favorecendo a realocização de empresas para seus respectivos territórios.

Embora alguns autores acreditem que a busca por aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento da indústria de base local seja determinante das novas localizações, cremos que os incentivos fiscais e financeiros ainda constituíram-se no principal atrativo para as empresas que realocizaram-se. Não é à toa que a maior parte dos estados e municípios brasileiros ampliou a oferta de incentivos fiscais e para-fiscais para a implantação e/ou ampliação de empreendimentos industriais. Como foi demonstrado, os impostos (ICMS, IPTU e ISS) se constituíram na principal moeda de troca do Estado para com o capital, dos governos para com os empresários.

A Paraíba e Campina Grande compartilharam conjuntamente dessa política de renúncia fiscal e de estímulos para-fiscais visando a atração de investimento privados para o seu território.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

CAPITULO 3.0 - O ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL DE CAMPINA GRANDE



por o processo de consolidação do espaço urbano respectiva estrutura industrial, objeto específico da tese. Essa discussão é realizada à luz dos conceitos e teorias apresentados nos capítulos anteriores. As especificidades históricas, políticas e econômicas ocorridas no município, entre os anos 1960 e 1980, são analisadas e apresentadas como fundamento da atual estrutura urbano-industrial dos anos 1990. Nesse sentido, inicia-se com uma reconstituição histórica da formação do espaço urbano-industrial do município. Logo em seguida, mostra-se como esse espaço se consolidou industrialmente nos anos 1960 e 1970. Na seqüência, analisam-se os anos 1980, a crise socioeconômica no âmbito municipal, seus rebatimentos na estrutura industrial e, por fim, observam-se às transformações ocorridas na estrutura do emprego formal na indústria.

3.1 - ORIGENS DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE

Campina Grande, como espaço de significativa urbanização, constituiu-se na primeira metade do século XX, embora os primórdios de sua colonização datem do fim do século XVII. Em 1790, o povoado foi elevado à condição de vila, mas somente foi tornada cidade em 1864 (PMCG, 1984). Atribui-se à cultura do algodão e, principalmente, ao comércio algodoeiro o estímulo inicial para a célere ampliação das estruturas urbanas, promovendo verdadeira revolução no Município, possibilitando-o ser “a maior cidade de interior do Nordeste”, na primeira metade do século XX. Nesse período, o comércio do algodão superou as atividades agropecuárias, protoformas basilares da economia do município, tornando a cidade um centro comercial. Em 1907, chegam ao Município o primeiro trem e, posteriormente (1920), os primeiros caminhões. Esses novos meios de transportes fomentaram o declínio da atividade tropeira, restringindo-a a algumas pequenas rotas no interior do sertão, que ainda não tinham trem, nem caminhões (PEREIRA, 2004a; ARANHA, 1991; VASCONCELOS, 1980).

A chegada da linha férrea possibilitou o crescimento substancial de novas estruturas urbanas, principalmente as vinculadas ao benefício do algodão, como: galpões para estoque e beneficiamento do algodão, pequenas oficinas e manufaturas, comércio varejista e atacadista etc. VASCONCELOS (1980)



algodão em Campina Grande no ano de 1925.²¹ também as primeiras indústrias, não ligadas ao benefício do algodão, que diversificaram a estrutura econômica e o espaço urbano do Município. Esta década pode ser vista como a década da diversificação das atividades econômicas, das estruturas urbanas e, conseqüentemente, da transformação do espaço urbano em urbano-industrial. O incentivo à abertura e à expansão das estradas de rodagem, realizado no governo do Paraibano Epitácio Pessoa (1919-1922), possibilitou maior fluxo de produtos e pessoas circulando por Campina Grande (MAIA, 1978), contribuindo para o processo de articulação comercial (GUIMARÃES NETO, 1989) no estado e no país.

O crescimento econômico do município, reflexo do crescimento da economia algodoeira, e a abertura das estradas estimularam o crescimento da população urbana. Esse crescimento ocorreu devido ao crescimento da população e pelo aumento do número de imigrantes, que chegavam ao Município em busca de emprego e melhores condições de vida. A população pressionou e estimulou o crescimento da estrutura urbana, que se expandiu visando a atender a este novo mundo cidadão que se organizava a partir das atividades econômicas vinculadas ao algodão.

Nas primeiras décadas do século XX, Campina Grande já contava com uma infra-estrutura urbana significativa. A iluminação pública, inaugurada em 1920, de forma muito precária, atendia a uma população de aproximadamente 100.000 habitantes.²² Em 1936, a cidade contava com 14,6 mil prédios, 15 indústrias, 6 estabelecimentos bancários, colégios, cinemas, clubes etc. O crescimento do comércio do algodão atraiu para o Município uma série de novos investimentos estruturais (linha férrea, construção de estradas etc.) que lhe possibilitaram um rápido crescimento econômico na década de 1920 e 1930. O abastecimento de água, que ocorreu no início do ano de 1940, favoreceu o

²¹A indústria ROSSBACH BRAZIL COMPANY, beneficiadora e exportadora de algodão, é identificada como uma das pioneiras a instalar-se e a operar em Campina Grande. No entanto, não foi encontrado, segundo Vasconcelos (1980), registro concreto de sua atuação na cidade. VASCONCELOS (1980) faz breve citação sobre esta empresa. A firma norte-americana Anderson Clayton & CIA. também operou no município, encerrando suas atividades em 1968. Sobre as pequenas firmas de beneficiamento e prensagem do algodão ver VASCONCELOS (1980).

²²“Em 1920, o Sr. João da Costa Pinto, vindo do Recife autorizado pelo Prefeito de Campina Grande, Cristiano Lauritzem, adquiriu de uma firma de São Paulo, um motor para geração de energia elétrica, de 100 CHV, de fabricação alemã, com dínamo de corrente contínua, com 65 mil velas, pesando três mil quilos, pelo valor de dezoito contos de réis.” (PMCG. 1983, p.43)



de Campina Grande possibilitando o crescimento e não necessitavam mais se instalar junto aos reservatórios de água municipais – açudes, chafarizes etc. Em 1956, ocorreu a inauguração do fornecimento da energia elétrica de Paulo Afonso possibilitada pela Cia. Hidrelétrica do São Francisco (PMCG, 1984). A intervenção do Estado ocorria através dos investimentos públicos e, em conjunto com os investimentos privados, fomentaram o desenvolvimento do Município, que não conhecera crise no seu crescimento econômico até a década de 1960, malgrado a crise do algodão nos anos 1930, reflexo da depressão econômica mundial, que provocou a queda das exportações e a expansão da cultura no Sudeste. No entanto, a crise algodoeira dos anos 1930 contribuiu para as transformações da base produtiva municipal que gradualmente se deslocou das atividades vinculadas ao algodão para outras atividades.

O capital financeiro começou a atuar em Campina Grande na década de 1920, com a inauguração de uma Agência do Banco do Brasil (1923). Porém, somente consolidou sua posição de fomentador de crédito regional, na década de 1930. Na Paraíba, no início do século XX, existiam nove estabelecimentos bancários, dos quais quatro tinham sede em Campina Grande. O Banco Industrial de Campina Grande (1927), o Banco Auxiliar do Povo (1928), o Banco dos Empregados do Comércio (1929) e o Banco de Campina Grande (1933) atuavam em conjunto com a Caixa Rural e Operária (1930), fomentando o crédito necessário aos empreendedores e sociedade em geral (VASCONCELOS, 1980).

Quanto aos transportes, o Município contava desde o ano de 1907 com a linha férrea que interligava Campina Grande à capital do estado e à cidade do Recife (PE). Em 1914, chegou à cidade o primeiro automóvel, um *Studebaker*. Na década seguinte, favorecida pela política rodoviária do presidente Epitácio Pessoa, começaram a circular na cidade, com maior intensidade, os primeiros caminhões de transporte. Em 1926, foi inaugurado o sistema de transporte municipal, baseado no tráfego de Bondes a gasolina, que interligavam os bairros e permitam maior trânsito de populares pela cidade. No que se referem às estruturas urbanas criadas entre os anos 1910 e 1930, destacam-se as inaugurações: dos primeiros cinemas²³ (Apolo, em 1912; Fox, em 1918), da sede

²³ O primeiro cinema foi inaugurado em 1909, mas não consta na literatura verificada o nome do mesmo.



dos no Comércio (1920); da loja maçônica (1923); da Associação Comercial de Campina Grande (1926) e dos correios e telégrafos (1933)²⁴. Deve-se destacar ainda a criação de diversas outras instituições, que representam a consolidação da urbanização, como: o High-Lifes Sport Clube (1914), o Campinense Clube (1914), O América Sport Club (1916), o Treze Futebol Clube (1925), os diversos jornais impressos etc. (PEREIRA, 2004a; PMCG, 1984).

A retomada da política rodoviária no governo de Getúlio, que tinha sido interrompida no governo de Artur Bernardes, favoreceu novamente Campina Grande ao interligá-la a cidades a que antes não tinha acesso (MAIA, 1978). Essa retomada da expansão rodoviária possibilitava um maior fluxo de comércio entre o município, que se destacava como entreposto comercial, e os demais municípios e estados do Nordeste.

Na década de 1930, acentuou-se o crescimento industrial mais diversificado. Essa diversificação evidentemente é fomentada pelo crescimento do comércio algodoeiro que continuou a atrair uma diversidade de empreendimentos assessoriais e complementares ao comércio do algodão. Além de outras indústrias beneficiadoras de algodão, surgiram as primeiras indústrias mecânicas, as tecelagens, as de produção de gêneros alimentícios²⁵ etc. favorecendo a absorção de mais mão de obra, como também ampliando a diversificação estrutural-urbanística do Município. As indústrias SANBRA e ANDERSON CLAYTON - as duas maiores empresas a se instalarem em Campina Grande -, paulatinamente concentraram a compra, a venda, o beneficiamento e a intermediação do algodão, em detrimento das inúmeras pequenas firmas de beneficiamento do algodão (PEREIRA, 1998; ARANHA, 1991). Este fato nos é mostrado por Celso Mariz (1939:169)²⁶:

A Paraíba, em 1935, tinha mais de 800 descarçadores pequenos (...). A cada chaminé da ANDERSON CLAYTON, da SANBRA e de alguns grupos modernos que se aparelharam ao aparecimento destes, paravam 50 vapores em torno.

²⁴ Vale ressaltar que o telegrafo já funcionava em Campina Grande desde 1896.

²⁵ Destaca-se a inauguração da primeira usina de pasteurização de leite em 1934.

²⁶ Embora Mariz (1939) refira-se à Paraíba, podemos utilizar os dados apresentados como uma *proxy* para o Município, pois o mesmo detinha a primazia no beneficiamento do algodão.



pequenos e os grandes capitais acentuou o processo do setor algodoeiro, confronto que somente chegou ao fim com a crise da economia algodoeira na década de 1930. A crise da economia comercial-algodoeira de Campina Grande iniciou-se com a grande depressão que afetou o mundo capitalista, atingindo as exportações brasileiras e campinenses. Acentuando-se com o declínio da produção algodoeira na Paraíba frente à expansão da produção paulista, a partir de 1932 (PEREIRA, 1998).

No entanto, com o declínio da atividade algodoeira em Campina Grande (pós 1940), a atividade coureira e sisaleira permitiram ao Município manter seu crescimento econômico. A indústria sisaleira beneficiou-se em grande parte das estruturas já criadas pela indústria de beneficiamento do algodão, enquanto a coureira beneficiou-se da oferta hídrica possibilitada pelos reservatórios de água do município. É tanto que os curtumes instalaram-se ao lado desses reservatórios.

As transformações econômico-produtivas modificaram constantemente a ocupação do espaço urbano no Município até os anos 1960. A modificação, mais visível, nesse período, ocorreu quando a atividade coureira (curtumes) ampliou sua participação na economia municipal, pelo fato dessa indústria localizar-se perto de grandes reservatórios de água do município - Açude de Bodocongó e Açude Velho. Até então, a indústria se disseminava atomizadamente pelo município, fato que só foi modificado com a implantação do distrito industrial e dos mecânicos nos anos 1960²⁷.

3.2 - CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE – 1960/1970

O setor industrial campinense era constituído predominantemente por empresas tipologicamente definidas como tradicionais, ou seja, desde o surgimento das primeiras indústrias até a década de 1960, as indústrias campinenses estavam vinculadas principalmente aos ramos alimentares, têxteis,

²⁷ Esse trabalho não tem por objetivo discutir a evolução econômica de Campina Grande. Tal evolução pode ser vista no trabalho de Pereira (1998). No entanto, essa breve exposição, longe de esclarecer todos os aspectos da evolução urbana e econômica de Campina Grande, visa situar o leitor no contexto de desenvolvimento urbano-industrial do município. Assim, não foi explicitado detalhadamente os aspectos do desenvolvimento sócio-urbano e econômico do município, mas apenas apresentado alguns aspectos históricos e econômicos de relevância para a compreensão do contexto atual.



s e de couros, peles e similares. Posteriormente, o as indústrias vinculadas aos ramos mecânico e metalúrgico (PMCG, 1984).

A partir da década de 1960, o governo federal, via SUDENE implementou ações que visavam a não apenas reerguer as indústrias tradicionais, como também fomentar o desenvolvimento de setores não tradicionais. Tal soerguimento implicou uma reconfiguração na estrutura e no espaço urbano-industrial campinense. Utilizando o Sistema 34/18 - que possibilitava a dedução até 50% do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, na aplicação em projetos industriais, agrícolas e pecuários - a SUDENE procurou favorecer a transferência de capital do Centro-Sul para o Nordeste, onde seria aplicado em projetos de desenvolvimento regional que possibilitasse um rápido crescimento e integração produtiva da Região (PEREIRA, 1998).

Campina Grande absorveu substancial quantidade de capital via Sistema 34/18. Na segunda metade da década de 1960, o município situava-se como uma das principais cidades nordestinas a serem beneficiadas com a implantação e/ou ampliação de indústrias, ficando atrás apenas do Recife, de Salvador e de Fortaleza. No ano de 1965, Campina Grande captou 68,8% dos recursos aplicados no Estado da Paraíba, sendo que a maior parte desses recursos foi direcionada para a indústria que contava no citado ano com 636 estabelecimentos²⁸, dos quais 87 empregavam mais de cinco operários (CINGRA, 1966).

Segundo a SUDENE, alguns fatores contribuíram para tornar Campina Grande um dos principais centros industriais da Região. Entre estes, deve-se ressaltar:

- a) espírito empresarial agressivo, que se vem afirmando desde a fase mercantil anterior;
- b) substancial oferta de energia elétrica, com interligação ao sistema de Paulo Afonso por duas linhas transmissoras²⁹;
- c) grande variedade de matérias-primas vegetais, animais e minerais;

²⁸ Esse número de estabelecimentos não corresponde aos dados apresentados pelo censo industrial do Estado da Paraíba de 1960, que apresenta 209 estabelecimentos industriais, com o emprego de 2974 operários. Em 1970, existiam 294 estabelecimentos com 4466 operários. A diferença de magnitudes pode ser atribuída à metodologia diferenciada e a um certo grau de ufanismo da publicação municipal realizada pela secretaria executiva da companhia de industrialização de Campina Grande – CINGRA.

²⁹ Essa infra-estrutura energética se constituía no Nordeste somente em Recife e Campina Grande.



...dante e barata, contando com duas adutoras com potencial
...es de metros cúbicos;
...ção, por estradas pavimentadas, com os principais centros
demográficos da Região e do Sul do Brasil;
f) ligação ferroviária com as grandes capitais nordestinas;
g) grande rede bancária³⁰;
h) moderno sistema de telecomunicação, com os grandes centros do
País, através de microondas, telefone etc. (CINGRA, 1966, p.04).

Além desses fatores, eram oferecidos pelo poder público estadual e municipal diversos estímulos tributários e não tributários às novas indústrias para que se instalassem no Município. Um dos estímulos mais concedidos foi a doação de terrenos para a implantação das empresas na cidade. O poder público municipal criou nesse período um Distrito Industrial, visando a ampliar a capacidade de absorção de indústrias através de uma oferta de infra-estrutura de energia, estradas, água e esgotos às empresas que ali se instalassem. Esse distrito constituía-se apenas em um espaço físico – terreno – no qual existia uma infra-estrutura básica – água, energia, alguns galpões etc. Longe, encontrava-se o distrito campinense dos distritos Marshalianos (MARSHALL, 1988), embora algumas publicações da época buscassem apresentar elementos de similitude entre um e outro. Não se nega, porém, que o Município contava com fatores – escolas, grande mercado consumidor, sistema de crédito – que permitiram uma sinergia entre estes, os agentes privados e o Estado, possibilitando o crescimento e a diversificação industrial nos anos 1960.

O Estado interviu no espaço urbano-industrial campinense acentuando sua característica industrial, através da atuação conjunta das três esferas (municipal, estadual e federal) de governo. O município concedeu terrenos e isenção de impostos, o estado criou infra-estruturas urbanísticas básicas para o funcionamento das empresas e também concedeu isenção de impostos e a União, via SUDENE, fomentou os projetos e investimentos industriais na cidade, como também concedeu as condições para que o estado e o município fornecessem seus estímulos. Nota-se, portanto, a conjugação de esforços para a criação de toda a infra-estrutura urbanística municipal para a implementação dos investimentos capitalistas no período.

³⁰ Que na época contava com 22 estabelecimentos.



complementada pelo Banco Nacional de Habitação³¹ nos anos 1960, somente implicou em transformações urbanas significativas em Campina Grande na década de 1970. A atuação do BNH no município tinha por principal objetivo reduzir o déficit habitacional que se acentuou nos anos 1970 e diminuir a proliferação de subabitações, em especial, as favelas. O maior investimento realizado em conjuntos habitacionais em Campina Grande, não chegou a ser concluído, tanto pelas crises que atingiu o BNH, com sua posterior extinção em 1988, como pela reação da população carente que “invadiu” o conjunto, denominado de Malvinas, antes que o mesmo estivesse concluído. No entanto, esse conjunto habitacional contribuiu significativamente para a expansão da cidade no sentido oeste (SILVA, 1987).

3.3 - A INDÚSTRIA E O EMPREGO NOS ANOS 1960

A estrutura industrial e, conseqüentemente, o espaço urbano-industrial campinense transformaram-se com maior ímpeto a partir de 1960, com a intervenção do governo federal através dos órgãos de desenvolvimento econômico, principalmente da SUDENE. Os incentivos fiscais e financeiros concedidos na época tenderam a alterar a estrutura industrial campinense que se caracterizava por estabelecimentos tradicionais.³² Evidentemente, nas décadas seguintes, os setores tradicionais continuaram com significativo peso, tanto no nível de emprego como no valor da produção, mas os setores dinâmicos ampliaram consideravelmente sua participação, seja no emprego, seja no valor da produção.

Levando-se em consideração o nível de emprego enquanto variável fundamental para identificar as modificações ocorridas na estrutura industrial campinense, poderemos observar que, segundo o censo industrial de 1960, a indústria empregava 2.974 pessoas. Desse contingente, a indústria têxtil, notadamente tradicional, respondia por aproximadamente 34,3% do pessoal

³¹ Em agosto de 1964 foi editada a lei n. 4.380, que promulgou o Plano Nacional de Habitação e criou o Banco Nacional de Habitação – BNH – estabeleceu os marcos institucionais necessários para que se priorize a dimensão econômica da política habitacional no Brasil. Além do BNH vários outros mecanismos complementares a política habitacional foram criados (SILVA, 1987).

³² Seguimos aqui a classificação do IBGE sobre as indústrias tradicionais - Madeira, mobiliário, couro e peles, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebida, fumo, editorial e gráfica e diversas - e dinâmicas - produtos minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos e eletrônicos, material de transporte, papel e papelão, borracha, química, produtos farmacêuticos e veterinários, produtos de matérias plásticas.

strias de produtos alimentares, com 15,7% do , farmacêutica e veterinária, com 11,2%. A quarta posição na formação do emprego industrial em Campina Grande pertence à indústria de couros, peles e similares com 10,8%. Essas quatro indústrias respondiam assim por 72% do pessoal ocupado no Município. Nesse contexto, a indústria campinense é majoritariamente tradicional (76,1%).

Tabela 3.1

Número de estabelecimentos e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande - PB

SUB-SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1960				
	Estabelecimentos	%	Operários	%	Média*
Prod. Minerais Não-Metálicos	6	2,9	82	2,8	13,7
Metalúrgica	13	6,2	121	4,1	9,3
Mecânica	3	1,4	60	2,0	20,0
Const. e Mont. de Material de Transporte	3	1,4	14	0,5	4,7
Madeira	11	5,3	69	2,3	6,3
Mobiliário	36	17,2	136	4,6	3,8
Couros, Peles e Prod. Similares	8	3,8	320	10,8	40,0
Química, Farmacêutica e veterinária	7	3,3	332	11,2	47,4
Indústria de perfumaria, sabões e velas	10	4,8	76	2,6	7,6
Têxtil	13	6,2	1019	34,3	78,4
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	15	7,2	135	4,5	9,0
Produtos Alimentares	65	31,1	467	15,7	7,2
Bebidas	9	4,3	26	0,9	2,9
Editorial e Gráfica	9	4,3	110	3,7	12,2
Diversos	1	0,5	7	0,2	7,0
TOTAL	209	100,0	2974	100,0	14,2

Fonte: IBGE – Censo Industrial de 1960

* Média de operários por estabelecimentos.

A tabela 3.1 mostra a estrutura das atividades industriais. Nela constata-se a importância da indústria têxtil e a de produtos alimentares na formação do emprego industrial. A indústria têxtil campinense é resultado do desenvolvimento das atividades algodojeiras do início do século. Com o declínio do algodão, a atividade industrial têxtil continuou desenvolvendo-se, mesmo em crise desde os anos 1940, através do processo de importação do produto de outras regiões, de



estabelecimentos e da ampliação do tamanho da planta em 1970, ocorre uma retomada do crescimento desse setor, fruto do programa de reequipamento da indústria têxtil regional, e, posteriormente, da modernização implementada pela SUDENE, a partir dos anos 1960 (GUIMARÃES NETO, 1989). Esse programa permitiu a modernização dos equipamentos, repercutindo no fato da indústria têxtil e a de couros, peles e similares ampliarem sua médias de empregos por estabelecimento.

Os anos 1960 terminaram com um crescimento de 40,7% no número de estabelecimentos industriais no município de Campina Grande. Os maiores incrementos ocorreram na mecânica, com 766,7%, e na indústria de minerais não metálicos com 300%. Embora o segmento de produtos alimentícios tenha crescido na década em apenas 20%, o crescimento absoluto é o terceiro no rol de indústria, pois ampliou em 13 estabelecimentos, ficando atrás apenas do segmento de material elétrico e de comunicações, e do de produtos minerais não metálicos e o do mecânico com 14, 18 e 23 estabelecimentos respectivamente (ver tabelas 3.1 e 3.2).

Esse crescimento industrial, principalmente dos segmentos dinâmicos, é reflexo dos incentivos industriais concedidos pela SUDENE durante a década de 1960. Furtado (1983:125) reconhecia que:

...os incentivos criados pela SUDENE estão na origem do surto industrial dos anos 60, durante os quais a produção manufatureira da região cresceu mais rapidamente do que a do centro-sul. E também é verdade que a partir de 1964, esse órgão limitou-se a criar facilidades, favorecendo os grandes grupos e punindo as pequenas empresas.

Essa afirmação de Furtado, embora não ratifique a idéia de que durante o período do milagre, os incentivos estatais foram mais fecundos no Sudeste do que no Nordeste, abre espaço para que se constate que a Sudeste passou a ser mais beneficiado, devido ao fato que grande parte do investimento pesado se localizar fora do Nordeste.



INDUSTRIAL MADURA - 1970

Na década de 1970, o governo federal se utilizou do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) para estimular o crescimento econômico, através da pavimentação e construção de estradas e pontes, favorecendo a comunicação e o desenvolvimento das cidades privilegiadas por este investimento. Entre 1975 e 1977, o DNER foi responsável pela construção de 880 km de estradas na Paraíba (MAIA, 1978). Mas a expansão e o crescimento e melhoramento das estradas, nesse período, diferente da expansão ocorrida no início do século, repercutiram negativamente para a economia campinense, pois possibilitou aos demais municípios da Paraíba, em especial os do alto sertão, manterem relações comerciais com outras cidades com a mesma facilidade que mantinham com Campina Grande³³.

Tabela 3.2

Comparativo das Rendas Estaduais geradas em Campina Grande e João Pessoa. 1961 a 1979

Ano	Campina Grande		João Pessoa		Paraíba	
	absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1961	622	27.78	456	20.38	2.240	100
1962	1.084	28.03	734	18.97	3.869	100
1963	2.166	27.04	1.485	18.53	8.869	100
1964	4.802	27.81	2.988	17.31	17.265	100
1965	7.319	28.90	4.813	19.01	35.318	100
1966	8.996	27.96	6.268	19.48	32.418	100
1967	9.122	24.14	7.469	19.76	37.782	100
1968	11.954	24.33	11.565	23.53	49.131	100
1969	15.374	21.21	14.171	19.55	72.418	100
1970	18.750	23.32	19.331	24.04	80.404	100
1971	22.346	23.57	23.720	25.02	94.795	100
1972	30.342	22.73	30.898	23.28	132.733	100
1973	47.332	22.68	41.879	20.07	208.689	100
1974	59.713	21.70	63.419	23.05	275.053	100
1975	82.028	24.06	94.313	27.67	340.848	100
1976	132.536	24.30	164.190	30.11	545.298	100
1977	166.417	21.94	241.156	31.80	758.234	100
1978	264.567	22.40	372.637	31.55	1.180.928	100
1979	434.373	21.79	638.328	32.02	1.993.448	100

Fonte: Secretaria das Finanças do Estado da Paraíba

³³ Pereira (1998) mostrou bem os aspectos aparentemente contraditórios do desenvolvimento das estradas e rodagens sobre a economia de Campina Grande, tanto no se refere aos efeitos de estímulos (cap. 01) quanto aos efeitos de desestímulos (cap. 02).

para o pequeno crescimento do emprego e o decimo do número de estabelecimentos, verificado na primeira metade dos anos 1970. É neste período, o ponto máximo de inflexão no crescimento econômico do Município de Campina Grande. Até 1970 a pujança econômica campinense é crescente. A partir de 1970, ocorreu um crescimento econômico menor, fazendo com que o município gradualmente perdesse importância econômica no Estado em relação à Capital. Ao fim da década, a crise econômica brasileira, fruto da crise do petróleo e dos juros, encerrou a vanguarda da economia campinense no estado. Os dados da tabela 3.2 evidenciam bem esse contexto. Em 1970, a capital do Estado superou Campina Grande na formação da renda estadual.

A ação dos órgãos de desenvolvimento econômico, em especial, da SUDENE, modificou essa estrutura industrial, ampliando a participação das indústrias dinâmicas. Segundo o censo de 1970, a indústria empregou 4.466. Desse contingente, a indústria têxtil (22,5%) e a metalúrgica (22,4%) ocupavam as primeiras posições na formação do emprego na estrutura industrial campinense, seguidas pela indústria de produtos alimentares, com 11,3%, e, em quarto lugar, a indústria de produtos de minerais não metálicos, com 7,0% do pessoal ocupado. A indústria química declinou sua participação para 4,9%, representando um declínio absoluto de 111 empregos em relação aos dados de 1960. Inicialmente pode-se observar através destes dados que as indústrias dinâmicas ampliaram sua participação na formação do emprego industrial em Campina Grande. Se, em 1960, entre as quatro indústrias que mais empregavam, encontrávamos apenas uma classificada como dinâmica (indústria química), em 1970, entre as quatro primeiras encontraremos duas indústrias ditas dinâmicas, ou seja, a indústria metalúrgica e a de produtos minerais não metálicos.

O que chama a atenção é o substancial crescimento da metalurgia, que, dez anos antes, empregava pouco mais de 4% da mão-de-obra industrial, passando a empregar 22,4 %. Esse crescimento é fruto, em grande parte, dos projetos industriais incentivados pelo governo federal e financiados pelo artigo 34/18. O segmento têxtil praticamente não alterou o número de empregos, embora tenha reduzido em quase metade o número de estabelecimentos. O elevado aumento da média de operários empregados por estabelecimento, com a redução desses últimos, revela um aumento no grau de concentração do

reduziu-se razoavelmente, de 76,1%, em 1960, o crescimento da metalurgia contribuiu para a ascensão do segmento dinâmico na formação do emprego na indústria. No início dos anos 1970, a indústria do município pode ser caracterizada como um pólo têxtil-metalúrgico.

Tabela 3.3

Número de estabelecimentos e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande - PB

SUB-SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1970				
	Estabelecimentos	%	Operários	%	média
Extração de minerais	7	2,4	23	0,5	3,3
Prod. Minerais Não-Metálicos	24	8,2	311	7,0	13,0
Metalúrgica	20	6,8	1001	22,4	50,1
Mecânica	26	8,8	85	1,9	3,3
material elétrico e de comunicações	14	4,8	55	1,2	3,9
Const. e Mont. de Material de Transp.	10	3,4	34	0,8	3,4
Madeira	16	5,4	146	3,3	9,1
Mobiliário	24	8,2	113	2,5	4,7
papel e papelão	3	1,0	120	2,7	40,0
Borracha	5	1,7	44	1,0	8,8
Couros, Peles e Prod. Similares	6	2,0	171	3,8	28,5
Química, Farm. e veterinária	7	2,4	221	4,9	31,6
Indústria de perfumaria, sabões e velas	8	2,7	68	1,5	8,5
Indústria de matérias plásticas	2	0,7	20	0,4	10,0
Têxtil	7	2,4	1003	22,5	143,3
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	18	6,1	293	6,6	16,3
Produtos Alimentares	78	26,5	504	11,3	6,5
Bebidas	2	0,7	69	1,5	34,5
Editorial e Gráfica	11	3,7	132	3,0	12,0
Diversos	6	2,0	53	1,2	8,8
TOTAL	294	100,0	4466	100,0	15,2

Fonte: IBGE – Censo Industrial de 1970

Utilizando dados do Cadastro Industrial do Estado da Paraíba (FIEP), foi possível chegar a constatações semelhantes. Os dados obtidos através do cadastro industrial do Estado da Paraíba, expostos na tabela 3.4, mostram que, entre os 24 ramos de produção existentes em Campina Grande, a maioria apresentou crescimento no número de operários e de estabelecimentos, entre 1969 e 1979. Somente quatro sub-setores apresentaram declínio no número de

sentaram declínio no número de estabelecimentos, na média de operários por estabelecimentos³⁴.

Tabela 3.4

Número de estabelecimentos, operários e média de trabalhadores por estabelecimento industrial por sub-setor de produção – Campina Grande - PB

RAMOS DE PRODUÇÃO	Número de empresas por décadas de fundação								
	1969			1974			1979		
	N.E.	N.O	Me	N.E.	N.O	Me	N.E.	N.O	Me
Extração Mineral	6	60	10,0	3	193	64,3	7	212	30,3
Extrativa de Produtos Vegetais	13	795	61,2	11	668	60,7	-	-	-
Prod. Minerais Não-Metálicos	13	241	18,5	10	216	21,6	26	645	24,8
Metalúrgica	26	1210	46,5	25	620	24,8	37	1400	37,8
Mecânica	14	170	12,1	13	128	9,8	17	223	13,1
Mat. Elét.-Eletrônico e de Com.	5	67	13,4	6	445	74,2	8	545	68,1
Const. e Mont. de Material de Transp.	14	67	4,8	6	37	6,2	-	-	-
Madeira	15	110	7,3	12	136	11,3	26	182	7,0
Mobiliário	37	111	3,0	21	144	6,9	37	191	5,2
Papel, Papelão e Celulose	3	107	35,7	3	137	45,7	2	222	111,0
Borracha	6	82	13,7	7	202	28,9	4	190	47,5
Couros, Peles e Prod. Similares	10	169	16,9	9	341	37,9	9	665	73,9
Química, Farm. e veterinária	16	82	5,1	10	122	12,2	7	194	27,7
Têxtil	6	785	130,8	6	868	144,7	15	1235	82,3
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	40	344	8,6	25	351	14,0	22	307	14,0
Produtos Alimentares	84	691	8,2	77	659	8,6	82	1007	12,3
Bebidas	8	42	5,3	6	135	22,5	4	175	43,8
Editorial e Gráfica	9	119	13,2	14	190	13,6	18	216	12,0
Construção civil	32	864	27,0	24	762	31,8	44	1732	39,4
Serviços industriais de utilidade pública	2	359	179,5	2	415	207,5	1	266	266,0
Indústria de perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	-	-	9	60	6,7
Indústria de produtos de matérias plásticas				-	-	-	5	345	69,0
Industria do Fumo	-	-	-	1	2	2,0	-	-	-
Diversos	12	144	12,0	8	153	19,1	3	63	21,0
TOTAL	371	6619	17,8	299	6924	23,2	383	10075	26,3

FONTE: FIEP. Federação das Indústrias do Estado da Paraíba. **Cadastro Industrial do Estado da Paraíba.**

N.E. Número de Estabelecimento

N. O. Número de operários

Me. Média de trabalhador por estabelecimento.

³⁴ Para cinco sub-setores não foi realizado o cálculo, devido a falta de informações.



dados do IBGE, o cadastro industrial apresenta para os estabelecimentos quanto para o número de operários e inclui a indústria da construção civil. Aliás, esse é um segmento que mostrou significativo crescimento do número de operários nos anos 1970, constituindo-se ao fim da década no segmento que mais empregava na indústria. Quanto aos demais segmentos, no rank de importância, similarmente aos dados do censo, o cadastro demonstra ser a metalurgia e, em seguida, a indústria têxtil, respectivamente, embora com número superiores, os mais significativos.

Quando analisamos a relação existente entre as indústrias dinâmicas e tradicionais na formação do emprego, podemos observar (ver Tabela 3.5) que, até o final da década de 1960, as indústrias tradicionais foram responsáveis por 68,5% do emprego industrial, declinando para 60,5% em 1979. No oposto, o segmento dinâmico cresceu de 31,5% para 39,5%.

Observando mais detalhadamente a composição dos ramos de produção existentes em Campina Grande, podemos observar que os ramos industriais que mais influenciaram no emprego (acima de 500 operários), no final da década de 1960, foram os de metalúrgica, construção civil, têxtil, extrativo de produtos vegetais e produtos alimentares. Esses cinco sub-setores respondiam, em 1969, por mais de 65,7% do emprego e 43,3% do número de estabelecimentos. Os dados da distribuição do emprego na indústria, em 1969, mostram que em Campina Grande o segmento da metalurgia empregava 18,3% do número de trabalhadores do setor, embora apresentasse uma participação menor no número de estabelecimentos (7,0%).

Tabela 3.5

Campina Grande - Número de operários segundo setores da industrial de 1969/1992

SETORES	1969		1974		1979	
	ABS.	%	ABS.	%	ABS.	%
TRADICIONAIS	4.533	68,5	4.824	69,7	6.099	60,5
DINÂMICA	2.086	31,5	2.100	30,3	3.979	39,5
TOTAL	6.619	100,0	6.924	100,0	10.075	100,0

Fonte: FIEP - Cadastro industrial do Estado da Paraíba

Os cinco segmentos mencionados continuam responsáveis por mais de 51% do número de operários do setor, em 1974. No entanto sub-setores importantes, como a metalurgia, apresentou declínio no número de empregos gerados, perdendo a liderança para o segmento têxtil e para a construção civil. Ao

quatro dos cinco sub-setores mantiveram elevadas (acima de 10%). A indústria extrativa de produtos vegetais perdeu expressividade; as demais, no entanto, continuaram sendo responsáveis por mais de 53% do emprego na indústria. A tabela 3.6 apresenta a participação dos sub-setores no número de estabelecimentos e no de operários na indústria.

Tabela 3.6

Participação relativa dos sub-setores de atividade econômica no número de empresas e operários – 1969/1979

SUB-SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1969		1974		1979	
	N.EMP.	N.OPER.	N.EMP.	N.OPER.	N.EMP.	N.OPER.
Extração Mineral	1,6	0,9	1,0	2,8	1,8	2,1
Extrativa de Produtos Vegetais	3,5	12,0	3,7	9,6	-	-
Prod. Minerais Não-Metálicos	3,5	3,6	3,3	3,1	6,8	6,4
Metalúrgica	7,0	18,3	8,4	9,0	9,7	13,9
Mecânica	3,8	2,6	4,3	1,8	4,4	2,2
Mat. Elét.-Eletrônico e de Com.	1,3	1,0	2,0	6,4	2,1	5,4
Const. e Mont. de Material de Transp.	3,8	1,0	2,0	0,5	-	-
Madeira	4,0	1,7	4,0	2,0	6,8	1,8
Mobiliário	10,0	1,7	7,0	2,1	9,7	1,9
Papel, Papelão e Celulose	0,8	1,6	1,0	2,0	0,5	2,2
Borracha	1,6	1,2	2,3	2,9	1,0	1,9
Couros, Peles e Prod. Similares	2,7	2,6	3,0	4,9	2,3	6,6
Química, Farm. e veterinária	4,3	1,2	3,3	1,8	1,8	1,9
Têxtil	1,6	11,9	2,0	12,5	3,9	12,3
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	10,8	5,2	8,4	5,1	5,7	3,0
Produtos Alimentares	22,6	10,4	25,8	9,5	21,4	10,0
Bebidas	2,2	0,6	2,0	1,9	1,0	1,7
Editorial e Gráfica	2,4	1,8	4,7	2,7	4,7	2,1
Construção civil	8,6	13,1	8,0	11,0	11,5	17,2
Serv. industrias de utilidade publica	0,5	5,4	0,7	6,0	0,3	2,6
Ind. de perfumaria, sabões e velas	-	-	-	-	2,3	0,6
Ind. de produtos de matérias plásticas	-	-	-	-	1,3	3,4
Industria do Fumo	-	-	0,3	0,0	-	-
Diversos	3,2	2,2	2,7	2,2	0,8	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte:Trabalhado pelo autor a partir dos dados do Cadastro Industrial da FIEP

N.EMP. = Número de empresas N. OPER. = Número de operários.

Os dados demonstram um declínio acentuado (19,4%) no crescimento entre 1969 e 1974, muito embora o número de operários tenha apresentado um crescimento de 4,6%. Esse fato pode ser atribuído em parte à política econômica do governo militar, que condicionou e direcionou a dinâmica do crescimento econômico brasileiro. Os dados do crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e do Nordeste (ver Quadro 3.A no anexo) mostram que, no período do milagre (1968-1974), a economia brasileira cresceu mais do que a nordestina, inverso do que ocorreu no período anterior (1962-1969). Nos anos 1980, o fenômeno se repetiu. Esse fato, na primeira fase, se deve, em parte, às políticas de desenvolvimento regional implementadas na década de 1960. A implementação da SUDENE, a atuação dos outros órgãos estatais – BNB, DNER etc. – e o estímulo à industrialização geraram, nos anos 1960, um aceleração no crescimento da economia nordestina, frente à economia do centro-sul. Nesse contexto (parte 2.2), Campina Grande beneficiou-se dos incentivos governamentais gerados pelo governo federal. Tal benefício contribuiu significativamente para o crescimento industrial do município, nos anos 1960.

3.5 FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA ARREFECER O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE CAMPINA GRANDE

O crescimento municipal encontrou barreiras crescentes a partir do fim dos anos 1960, o que parece contraditório devido ao fato de que, nesse período o milagre econômico estava em pleno desenvolvimento. O Milagre possibilitou uma acentuação do crescimento, em especial, no Sudeste Brasileiro, acima do das demais regiões. As barreiras que se apresentavam para o município foram as mesmas que afetaram o Nordeste, privilegiando o Sudeste. Dessas, devemos destacar a reforma tributária de 1967, a seca de 1970 e o sucateamento da SUDENE.

A reforma tributária fragilizou o poder de inversão dos Municípios. A concentração dos recursos na União ocorreu de forma gradual a partir da reforma tributária. Inicialmente, os estados e municípios perderam paulatinamente a capacidade de investimento. Posteriormente, os órgãos de fomento ao desenvolvimento também foram afetados pela falta de recursos para



ção de fomento ao desenvolvimento regional parte de seus recursos (artigo 34/18) desviados para outros fins³⁵.

A reforma tributária de 1966/67 implementou um novo sistema que concentrou os recursos públicos no âmbito da União, fragilizando as possibilidades de promoção de políticas municipais de infra-estrutura socioeconômica que mantivessem as indústrias no Município. Segundo Lima,

“dois dados espelham, com propriedade, a situação:

a) Já no primeiro ano de vigência da reforma (1967), a arrecadação municipal caía de forma assustadora e a lenta recuperação nos seis anos seguintes, de modo algum, compensou a perda de receita nesse período. Observa-se, por exemplo, que somente seis anos após a vigência da reforma tributária (1972), a receita própria do Município atingiu o mesmo nível de arrecadação de 1966, a valores constantes e; b) à capacidade de investimento da municipalidade, que antes da reforma era de 34% (trinta e quatro por cento) da receita total (excluídos empréstimos e convênios), caiu, após a reforma, para 16% (dezesseis por cento) aproximadamente.”(LIMA, 1996:82)

A perda da principal fonte de renda - o Imposto da Indústria e Profissão - afetou profundamente os investimentos municipais. Em contrapartida à perda de sua principal fonte de renda, foi concedida aos municípios uma irrisória participação no recém-criado Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que não supria as necessidades de gastos dos municípios, embora subordinasse as políticas municipais ao interesse da política da União.

Após a reforma tributária, as cidades do interior foram relativamente marginalizadas, no que se refere à destinação das contas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), pois recebera menos recursos do FPM do que as Capitais. Esta maior participação do FPM, destinada às capitais,

³⁵Dentre os programas que receberam recursos pertencentes a SUDENE, os que mais contribuíram para o declínio destes foram o Programa de Integração Nacional, que absorveu 30% dos recursos vinculados ao 34/18, e o PROTERRA que absorveu outros 20%.



ansão da economia da capital paraibana acima do deste fator, a existência de um conflito entre as oligarquias políticas impulsionou a disparidade no ritmo de crescimento entre as capitais e as cidades do interior (LIMA, 1996).

A seca de 1970 constituiu-se como elemento que favoreceu não apenas o debate sobre as atividades da SUDENE, como também serviu de explicação para a série de medidas que visavam ao esfacelamento da SUDENE. Quando ocorreu a referida seca, que atingiu extensa região nordestina, os governantes a nível municipal e estadual, clamaram por medidas urgentes e necessárias, principalmente pela instalação de frente de trabalho em inúmeras áreas. Porém, a SUDENE instalou poucas frentes de trabalho e não liberou os recursos de emergência solicitados por estes políticos para os programas de obras públicas emergenciais. A decisão da SUDENE de encarar a seca como uma estiagem prolongada e de não ceder aos insistentes pedidos dos políticos por frentes de emergência provocou, em um primeiro momento, um conflito entre os governadores dos estados atingidos pela seca e a direção da SUDENE. Esta situação levou os governadores a apelarem diretamente ao Governo Federal, criando assim um impasse entre a SUDENE e os estados nordestinos (PEREIRA, 1998).

Inadvertidamente, a SUDENE favoreceu seu próprio sucateamento pois, em um regime ditatorial, opor-se politicamente contra governadores biônicos, seria o mesmo que entrar em conflito com o próprio Governo Federal. Assim, com o crescente flagelo da seca despertando a comoção nacional, através da intensa divulgação fornecida pelos meios de comunicação da época, denegriu-se crescentemente a atuação da SUDENE. Este embate entre a instituição pública e os governadores, quanto à necessidade de intervenção federal via frente de emergência, provocou a visita do Presidente Médice ao Nordeste, como também, consecutivamente, chamou a atenção para duas importantes questões, com implicações político-econômicas diferentes e definidoras para o futuro do Nordeste:



emergência contra as secas;

política de desenvolvimento regional.

Estas duas questões deram margem de atuação aos críticos da SUDENE e ao consecutivo sucateamento do órgão de desenvolvimento regional. Com base nestas duas questões acima mencionadas, surgiram vários programas e políticas principalmente dirigidas para o desenvolvimento da região.

A concentração de poder e, principalmente, de recursos (via tributação, favorecida pela reforma tributária) no âmbito federal visava à aquisição máxima de recursos financeiros para patrocinar e fomentar o processo de acumulação de capitais existentes naquele momento. Os governos militares, no projeto de continuar o processo crescente de desenvolvimento do país, implantaram uma série de políticas agrícolas, como política de desenvolvimento regional (no Nordeste), promovendo muito mais o crescimento da riqueza individual das oligarquias agrárias, através da valorização das terras destas oligarquias e da extensa linha de crédito, do que o desenvolvimento da região via desenvolvimento dos pequenos e médios agricultores. Ademais, estes programas, vindos “de cima para baixo” com características paternalistas, visavam a sucatear a SUDENE, através da retirada de seus recursos e alocação destes para os programas de desenvolvimento regional.

No processo de diversificação da política regional de desenvolvimento, deflagrado a partir da seca de 1970, geraram-se diversos programas de desenvolvimento regional controlado pela União. Dentre os inúmeros objetivos pretendidos por estes programas, podemos citar alguns que se encontram presentes nos programas de desenvolvimento regional:

- a) atenuar a concentração de terras;
- b) diminuir as disparidades existentes entre as regiões;
- c) atenuar o êxodo rural;
- d) solucionar os demais problemas pertinentes ao Nordeste (BRUM,

1997:84).



Essas políticas regionais foram as apresentadas, que foram-se totalmente divergentes das propostas inicialmente propugnadas.

O Programa de Integração Nacional se constituiu em um dos primeiros programas que retiravam recursos da SUDENE, pois este programa era financiado com recursos orçamentários da União, empréstimos internos, internacionais e pela apropriação de 30% dos recursos que estavam vinculados ao 34/18 e eram dirigidos pela SUDENE, para seus projetos de desenvolvimento regional. Este esvaziamento político e financeiro da SUDENE, comprometeu seriamente a política deste órgão frente a sociedade civil e aos pretensos objetivos desenvolvimentistas propugnados pela SUDENE (GOODMANN; ALBUQUERQUE, 1974). O Programa de Integração Nacional (PIN) visava a resolver o problema do excedente de mão-de-obra no Nordeste, mediante a realocação deste excedente, na Amazônia, onde o grande problema enfrentado era a escassez de mão de obra.

O programa de redistribuição de terras, denominado PROTERRA, também contribuiu para o sucateamento da SUDENE, através da realocação de 20% de recursos dos fundos do 34/18 para a aquisição de terras e posterior assentamento de trabalhadores. Porém, esses recursos eram mal empregados, diminuía as possibilidades de inversões da SUDENE em projetos de desenvolvimento regional e não promoviam seu real objetivo: distribuir terras (SORJ, 1986).

Podemos notar que, o processo de concentração de poder na esfera da União possibilitou a crescente acumulação de capital, como também a disseminação por todo o país, do processo de concentração e centralização de capital. As regiões eram vistas apenas como instrumentos espaciais ao favorecimento da acumulação de capital, principalmente a região nordestina.

O Estado autoritário criou pólos, definidos por seus técnicos e fundamentados na concepção de Perroux (1975). Esses pólos deveriam desenvolver-se mais que outros lugares e tornar-se fornecedores de alimentos para os grandes centros urbanos. Com esse intuito e com esses novos projetos,



lanos diretores da SUDENE, desestruturando-a em desenvolvimento regional. Bursztyn (1985:110) nos diz que tal fato "só pode ser concebido em um regime autoritário", além de que, tal fato deve ser visto "dentro da evolução das estratégias do capital internacional no que se diz respeito ao alinhamento das regiões atrasadas na expansão e na reprodução do capital internacional (BURSZTYN, 1985:111)". As regiões atrasadas servem como apóio para a reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que são barreiras crescentes ao processo de acumulação de capital.

Independentemente do fato desses programas retirarem recursos da SUDENE, contribuindo para o declínio do incentivo a projetos na região Nordeste e, conseqüentemente, diminuindo as taxas de decrescimento econômico da região, não se pode pensar em crise econômica nesse período (1968-1974), embora a crise mundial já estivesse florescendo.

O sucateamento da SUDENE provocou um declínio na capacidade de intervenção estatal na região, dentro dos parâmetros pensados por Furtado no GTDN (1997). A escassez de recursos implicou em restrição à concessão de subsídios por parte da SUDENE para os projetos de desenvolvimento, sejam eles industriais ou não. Evidentemente, determinados setores vistos como estratégicos e setores - ou localidades - cuja influência política apresentam-se elevada foram privilegiados com os poucos recursos do artigo 34/18 no pós-1970.

Retornando aos censos industriais, pois o cadastro industrial da Paraíba não traz informações acerca do valor da produção industrial, podemos ratificar a afirmação de que a estrutura industrial campinense modifica-se continuamente através da intervenção pública e privada, fortalecendo ramos dinâmicos da indústria no município. Essa intervenção pública ocorreu através dos organismos de fomento e incentivo à industrialização; a privada deu-se através da consolidação de investimentos industriais de caráter dinâmico em Campina Grande.

Quando consideramos o valor da produção como determinante da estrutura industrial, encontraremos Campina Grande como um centro produtor têxtil, pois esta indústria respondia por aproximadamente 50% do valor total da produção, em 1960. A indústria química apresentava uma participação de 21,1% no valor da produção, seguida pela de produtos alimentares, que respondia por



s e similares, com 4,8% do valor da produção. As participações muito pequenas, inferiores a 4% do valor da produção. Essas quatro indústrias respondiam por mais de 88% do valor da produção industrial do município e, como se pode ver, apenas uma indústria dinâmica estava presente entre as quatro maiores, embora representasse um quinto de todo o valor produzido pela indústria campinense.

No decorrer da década de 1960, ocorreram transformações significativas na participação dessas indústrias na produção, pois a indústria têxtil perdeu posição não representando mais a metade da produção, mas apenas 26,9%, em 1970. As indústrias metalúrgicas, de produtos alimentares e de química tinham as seguintes participações: 17,9%, 14% e 12,9%, respectivamente. Como indicam os dados, as indústrias metalúrgicas e químicas ampliaram suas participações no produto industrial campinense. Esses ramos viriam transformar o perfil do Parque Industrial campinense. O crescimento das indústrias metalúrgica e química em Campina Grande ocorreu dentro deste contexto de incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE, cuja intenção era não apenas reerguer as indústrias tradicionais como também incentivar as indústrias dinâmicas.

Entre 1970 e 1980, ocorreram mais modificações na estrutura industrial diversificando-a ainda mais. Dentre as modificações ocorridas torna-se importante ressaltar o crescimento da participação da indústria de produtos alimentares (37,1%); o declínio do setor têxtil (26,1%); o rápido crescimento da indústria de produtos minerais não metálicos – que, de uma participação de 7,6%, passou para 14,5% do valor da produção industrial - e o declínio da participação da indústria metalúrgica que, de uma participação de 17,9%, passou para 3,9%.

Das considerações acima, deve-se concluir que, no período, ocorreram substanciais modificações na estrutura industrial e, conseqüentemente, no espaço urbano-industrial campinense, que implicaram crescimento do número de estabelecimentos e emprego industrial existentes no município. O declínio relativo das atividades industriais tradicionais inseriu-se no processo de integração industrial ocorrido a partir da década de sessenta, quando os organismos de desenvolvimento econômico fomentaram crescentemente a integração regional.

Em 1980, encontram-se as mesmas quatro indústrias na formação do emprego industrial, alterando-se as participações de cada uma. A indústria têxtil



) perderam posições, enquanto as indústrias de e de produtos minerais não metálicos (13,0%) ganharam posições na formação do emprego industrial. Um aspecto que deve ser ressaltado é o caráter diversificado que assume a estrutura industrial campinense a partir de 1960. A cada década diversificava-se mais esta estrutura, possibilitando uma maior absorção de trabalhadores neste setor.

3.6 - INDÚSTRIA, EMPREGO E CRISE EM CAMPINA GRANDE – 1980

3.6.1 O Contexto Econômico Nacional

A década de 1980, considerada por muitos como a “década perdida” devido à grande crise sócio-econômica vivida pelo país, está vinculada à crise do endividamento externo, que serviu como elemento impulsionador do desenvolvimento econômico brasileiro na década de 1970.

A origem da crise - que é uma crise mundial -, que atingiu o Brasil na década de 1980, encontra-se na década anterior. Com a exigência do pagamento dos juros do serviço da dívida, o Governo Federal reduziu a taxa de investimento e diminuiu os gastos sociais para alocar estes recursos para o pagamento da dívida. Não apenas reduziu os investimentos em infra-estrutura, energia etc., mas reduziu também os investimentos em saúde, educação, moradia. A necessidade de pagamento da dívida impôs ao Brasil uma forte recessão. A política econômica do ministro Delfin Neto procurava ampliar as exportações e diminuir as importações visando à arrecadação de recursos para o pagamento da dívida externa (BRUM, 1997:84).

A recessão mundial, com o aumento do preço do petróleo no mercado mundial, provocou acentuada deterioração dos termos de intercâmbio, isto é, prejudicou sobremaneira a balança de pagamentos brasileira. O país foi pressionado pelos credores a aumentar seus saldos comerciais, mesmo que os preços dos produtos brasileiros se encontrassem baixos e os produtos importados em alta. Este saldo devia ser alocado para o pagamento da dívida externa.

texto de deterioração constante dos termos de Delfim Netto, em sua política submissa e ortodoxa, na exeqüibilidade de um processo de ajustamento que possibilitasse reduzir as importações e aumentar as exportações.

A recessão brasileira, do início da década de 1980, levou o país à bancarrota econômica, na qual o Estado, negligenciando suas funções básicas (investimentos em saúde, educação, segurança etc.), transferiu recursos para o pagamento da dívida externa. Esta situação calamitosa fomentou, no início da década (1981-1983) o declínio do PIB brasileiro, este retornando aos níveis normais³⁶, apenas em 1985. A crise brasileira traz reflexos para a região Nordeste. Como se pode notar na Tabela 3.7, o PIB nordestino, semelhante ao PIB brasileiro, declina nos anos de 1981 e 1983, retornando aos patamares normais, em 1985. O ano de 1982 mostra um pequeno crescimento no PIB brasileiro em contraposição a um maior crescimento relativo no PIB nordestino.

TABELA - 3.7

BRASIL E NORDESTE DO BRASIL - ÍNDICES REAIS E VARIAÇÕES ANUAIS DO PIB c.f. 1980-90 (%) -1980 = 100

ANO	BRASIL		NORDESTE	
	ÍNDICES	VAR. ANUAL	ÍNDICES	VAR. ANUAL
1980	100,0	-	100,0	-
1981	95,6	- 4,4	97,6	- 2,4
1982	96,1	0,5	103,9	6,3
1983	92,7	- 3,3	103,1	- 0,8
1984	97,6	4,9	116,6	13,6
1985	105,3	7,7	119,5	2,8
1986	113,3	8,0	129,5	10,1
1987	117,4	4,1	132,5	3,0
1988	117,3	- 0,1	140,3	7,8
1989	121,1	3,8	155,0	14,7
1990	115,8	- 5,3	135,4	-19,6

Fonte: Brasil - Anuário estatístico do Brasil
 Nordeste - SUDENE/DPG/PSE/grupo de contas regionais

³⁶ Entendemos por "normal" índices superiores ao ano base de 1980, com variação positiva anual.



esse período assemelha-se ao ocorrido entre o fim dos anos 1970, quando as evoluções do PIB nordestino e do brasileiro apresentavam magnitudes diferenciadas, ou seja, nos períodos de retração econômica, o PIB nordestino crescia mais do que o do Brasil e, nos períodos de expansão, o do Brasil crescia mais do que o nordestino.

A política recessiva, imposta pelo Ministro Delfim Neto, propugnava todos os possíveis cortes de gastos do Governo, como também um incentivo à exportação, independentemente da deterioração dos termos de intercâmbio, visando à aquisição de divisas para o pagamento da dívida. O ano de 1981 marca o início da mudança da política econômica brasileira, na qual a característica básica é a dependência para com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

A pressão exercida pelos Bancos credores foi intensa, e contou com o apoio dos respectivos Governos dos países devedores. Essa pressão caracterizou-se pela exigência (aos países devedores) do ajustamento econômico, realizado nos termos predeterminados pelo FMI e bancos internacionais vinculados a este órgão internacional.

TABELA - 3.8

TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB c. f. POR SETORES 1980 - 90 - 1980 = ano base			
ANO	AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS
1980	-	-	-
1981	- 6,7	- 8,8	0,3
1982	- 9,0	9,7	7,5
1983	- 7,9	9,4	- 5,7
1984	29,6	10,7	7,4
1985	7,9	2,4	7,7
1986	- 2,1	- 4,0	23,7
1987	- 9,7	16,8	0,9
1988	30,6	5,5	4,3
1989	40,7	5,8	11,7
1990	- 76,7	- 11,9	- 8,4

Fonte: SUDENE Grupo de contas regionais



pelos Estados Unidos e pelo Brasil a partir de 1981, provocou o declínio no crescimento econômico (-4,4% e -3,3% respectivamente) como também prejudicou imensamente os trabalhadores, que sofreram com o arrocho salarial e com a grande inflação, que atingiu o patamar de 211,7%, em 1984. O Governo Figueiredo esqueceu, assim, o projeto político-econômico pretensamente objetivado no início de governo (através do III PND) e passou a administrar a crise, gastando as reservas e usando o crédito externo possível de ser obtido (empréstimos para pagar dívidas anteriores). As atividades do Governo Federal foram sobrepajadas pela administração da crise econômica.

Neste contexto, o Nordeste sofreu uma grave seca, que prejudicou substancialmente seu desempenho econômico. A Tabela 3.8 mostra o declínio do setor agropecuário nos anos de 1981, 1982 e 1983 (declínio de -6,7; -9,0; e -7,9 pontos percentuais, respectivamente). Este declínio influenciou consideravelmente o crescimento do PIB nordestino, que, em conjunto com os fatores gerais da crise nacional, provocou o declínio do PIB nordestino de -2,4 pontos, em 1981, e -0.8 pontos em 1983. O setor industrial apresentou declínio apenas em 1981, por ter sido a recessão intensa, enquanto o setor de serviços teve declínio apenas em 1983.

A partir de 1984, o PIB brasileiro voltou aos patamares normais, ou seja, superiores a 1980, enquanto o PIB nordestino apresentou crescimento normal a partir de 1982. A recessão mostrou-se assim menos prejudicial ao Nordeste do que no Brasil. O PIB (Nacional e Regional), após 1984, apresentou crescimento constante. O fato de o crescimento do PIB nordestino ter tido variações anual superior ao brasileiro deveu-se ao fato de que a região Nordeste era carente em investimentos e, assim sendo, qualquer inversão realizada na região tendia a favorecê-la substancialmente. Além do mais, o setor agropecuário demonstrou razoável desempenho (com exceção dos anos de secas), tendo influenciado as taxas de crescimento do PIB nordestino.



Nesse contexto de crise econômica, a indústria campinense também apresenta desempenho negativo. Para entender-se as especificidades da crise no município é necessário antes compreender que quatro fatores básicos influenciaram consistentemente na consolidação da crise. O primeiro foi a crise econômica que se generalizou no sistema capitalista mundial a partir da segunda metade da década de 1970. A elevação das taxas de juros internacionais provocou abrupto crescimento da dívida brasileira, implicando a “necessária” alocação dos recursos antes destinados a manutenção dos investimentos públicos - como também à manutenção dos subsídios ao investimento privado, tão característicos da década de 1970 - para o pagamento da dívida.

O segundo fator constituiu-se com a reforma tributária, já mencionada anteriormente. O novo sistema tributário surgido com a reforma concentrou os recursos públicos no âmbito da União, diminuindo as possibilidades de implementação de políticas municipais de infra-estrutura socioeconômica que mantivessem as indústrias no Município.

O declínio dos incentivos fiscais e financeiros da SUDENE apresenta-se como uma consequência do segundo fator, pois a escassez de recursos implicou restrição à concessão de subsídios por parte da SUDENE para os projetos de desenvolvimento, sejam eles industriais ou não. Determinados setores vistos como estratégicos e setores ou localidades cuja influência política apresenta-se elevada foram privilegiados com os poucos recursos do 34/18 no pós-1970.

Como os capitais industriais que se instalaram em Campina Grande e no Nordeste visavam ao aproveitamento dos incentivos fiscais e financeiros concedidos pela SUDENE,³⁷ a subsequente diminuição desses incentivos implicou retirada destes - ou de parte destes - capitais do *locus* de implantação. Assim, a possível existência de uma maior quantidade de projetos aprovados não implicaria inexistência da crise, pois os fatores que à provocaram, fogem à simples existência de mais ou menos capital aplicado.

³⁷“Estudos já realizados, entre os quais o de Tânia Barcelar, haviam posto em séria dúvida o papel dos baixos salários como fator de atração. Na prática, as novas atividades do ciclo da recente expansão pagam baixos salários, o que só aumenta a lucratividade das empresas e deprime os salários, piorando a distribuição da renda, sem que tenha efeito na atração locacional. **De fato, a variável sobredeterminante é o custo de oportunidade zero dos incentivos fiscais.**” (grifo nosso) (OLIVEIRA, 1990:85)

provocou um substancial declínio no número de projetos aprovados, mas não é o fator essencial para a explicação desse declínio. Apenas uma conjunção básica de fatores econômicos é que nos permite compreender a crise que se estabeleceu não apenas na atividade industrial, mas no conjunto da economia campinense. Procurar explicar a crise da economia campinense com fundamentação em apenas um fator apresenta-se como uma simplificação das causas, que não possibilita construir a noção real da amplitude e implicações da crise.

Lima (1996, p.80), de forma reducionista, apresenta como o principal fator para a explicação da crise na indústria campinense “a quantidade de projetos aprovados pela SUDENE, para o Município, que fica aquém das expectativas...”. Isto é verificável, mas não implica que a insuficiência de projetos aprovados seja o principal fator da crise na indústria campinense. Pelo contrário, o declínio ocorrido na quantidade de projetos aprovados é muito mais uma consequência da crise que se generalizou no Brasil, do que causa desta.

O quarto fator - expansão das estradas e desenvolvimento dos transportes e comunicações - favoreceu a compra e venda de mercadorias entre os mais diversos e distantes centros consumidores e produtores. A integração comercial e produtiva do Estado e da Nação favoreceu as cidades do interior do Estado a adquirir mercadorias da Capital ou de outros centros produtores com os mesmos preços adquiridos em Campina Grande.

O que se pretende demonstrar com a conjunção dos fatores supramencionada é que a crise da economia campinense é consequência das vicissitudes sociais, econômicas e políticas que se instalam no Brasil nos anos 1970. Se a crise manifesta-se claramente no Setor Industrial, tal situação não acontece com o Setor Terciário que apresentava indícios de crise apenas no sub-setor comercial, enquanto os demais sub-setores atenuavam o declínio geral da economia campinense, através da manutenção do nível de emprego e renda. Campina Grande apresentou assim uma “vocação” para a prestação de serviços - Educação, Saúde etc. - que atenuou os efeitos perversos do declínio do emprego, seja no comércio ou na indústria nos respectivos períodos de crise destes setores de atividade (PEREIRA, 1998).

Tabela 3.9

e de operários nos sub-setores de atividade econômica do município de Campina Grande - PB

SUB-SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA	1980				
	Estabelecimentos	%	Operários	%	Média**
Extração de minerais	4	1,0	40	0,5	10,0
Prod. Minerais Não-Metálicos	79	20,2	1093	14,0	13,8
Metalúrgica	39	10,0	740	9,5	19,0
Mecânica	14	3,6	295	3,8	21,1
Material elétrico e de comunicações	4	1,0	118	1,5	29,5
Const. e Mont. de Material de Transporte.	5	1,3	78	1,0	15,6
Madeira	22	5,6	202	2,6	9,2
Mobiliário	28	7,2	241	3,1	8,6
Papel e papelão	2	0,5	*153	2,0	76,5
Borracha	4	1,0	263	3,4	65,8
Couros, Peles e Prod. Similares	8	2,0	374	4,8	46,8
Química, Farm. e veterinária	9	2,3	186	2,4	20,7
Indústria de perfumaria, sabões e velas.	4	1,0	51	0,7	12,8
Indústria de materiais plásticos	8	2,0	361	4,6	45,1
Têxtil	24	6,1	1443	18,4	60,1
Vest., Calç. e Art. de Tecidos	19	4,9	589	7,5	31,0
Produtos Alimentares	91	23,3	1116	14,3	12,3
Bebidas	2	0,5	*120	1,4	60,0
Editorial e Gráfica	19	4,9	262	3,3	13,8
Diversos	6	1,5	99	1,3	16,5
TOTAL	391	100,0	7824	100,0	20,0

Fonte: IBGE. Censo industrial de 1980

*O Censo não informa o quantum de operários da indústria do papel e papelão, nem da de bebidas. Informa somente o montante das duas indústrias, que foi dividido levando em consideração a proporção apresentada por essas indústrias nos Dados do Cadastro Industrial da FIEP para o ano de 1979. Não foram considerados 11 estabelecimentos com 50 operários, relacionados às unidades administrativas das indústrias, constante no Censo de 1980.

**Média de operários por estabelecimentos.

O censo de 1980 ainda não revela a totalidade do impacto da crise que se generalizou no início dessa década. No entanto, os dados da Tabela 3.9 evidenciam que a indústria têxtil continuou sendo importante na geração do emprego, respondendo por 18,4% do emprego na indústria, seguido de perto pelo segmento produtor de bens alimentícios (14,3%) e pelo de produtos minerais não metálicos (14%). Esses três segmentos respondiam por 46,7% do emprego industrial no município. Quanto ao número de estabelecimentos, os de produtos

dutos minerais não-metálicos (20.2%) e o de
 m por 53,5% dos estabelecimentos. Essas três
 indústrias apresentam baixos níveis médios de operários por estabelecimento.

Tabela 3.10

Consumo KWH por classe no Município de Campina Grande no período
 de 1976/94. 1976=100

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	RURAL	PODERES PÚBLICOS	TOTAL
1976	100	100	100	100	100	100
1977	110	103	92	132	137	102
1978	128	115	98	184	151	112
1979	142	124	90	229	162	114
1980	160	145	93	251	170	122
1981	171	145	82	269	158	118
1982	191	152	84	279	157	124
1983	208	164	76	328	175	127
1984	221	170	87	346	166	135
1985	236	174	120	396	185	161
1986	257	196	131	471	175	172
1987	246	187	107	485	166	154
1988	281	211	108	441	203	169
1989	315	229	113	226	235	184
1990	362	254	111	455	239	194
1991	379	277	121	733	245	211
1992	402	291	121	777	278	221
1993	391	303	133	898	296	230
1994	402	322	139	926	306	239

Fonte: Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB) 1995.

Tomando-se o consumo de energia elétrica (Tabela 3.10) como uma *proxy*
 do nível de produção da indústria, somos levados a crer que a crise capitalista
 mundial, com seus reveses no Brasil e no Nordeste, atinge Campina Grande a
 partir do ano 1977, quando o consumo industrial de energia elétrica apresenta
 declínio, somente retornando aos níveis de 1976 em 1985. O PIB brasileiro já
 apresentava declínio nas taxas de crescimento desde 1974, reflexo da crise do
 petróleo e da opção pelo crescimento com endividamento realizado pelos
 governos militares. Nos anos 1980, o setor industrial reduziu seu consumo de



ano de 1983, quando enseja, a partir do ano nsumo. No entanto, ao fim da década, o consumo industrial apresentou crescimento de 10%, aproximadamente, em relação ao ano de 1976.

Na tabela 3.10, podemos ter uma visão clara da evolução do consumo de energia elétrica do Município de Campina Grande. O consumo industrial de energia apresenta declínio nos anos de 1977 a 1984. Os anos de 1981, 1982 e 1983 apresentam-se como os de menor consumo de energia elétrica do período, caracterizando-se como os anos, quando a crise acentuou-se, provocando uma baixa ou depressão nos níveis de produção e de emprego no respectivo setor.

O consumo de energia elétrica pelo sub-setor comercial apresenta contínuo crescente, demonstrando que a influência da crise no setor industrial do início da década de 1980 não afetou preponderantemente o comércio. Evidentemente o ano de 1981 apresenta-se como exceção, pois apresentou um leve declínio de 0,04% (quatro centésimos) no consumo, ou seja, um declínio muito pequeno, apenas 6.284 KWH a menos que o ano de 1980.³⁸

O consumo residencial, semelhantemente ao consumo do sub-setor comercial, apresenta-se crescendo continuamente, devido ao crescimento da população urbana. A exceção apresenta-se no ano de 1993, quando ocorre um declínio de 2,7% no consumo, fruto possível do racionamento de energia realizado pela população devido ao aumento do preço das tarifas energéticas.

No que se refere ao consumo de energia pelo Setor Rural, também apresenta crescimento substancial nos anos em estudo, tornando-se necessário ressaltar que o grande crescimento do consumo a partir de 1991 deve-se fundamentalmente à Política Municipal de Eletrificação do Campo, implementada pelo então Prefeito em conjunto com o Governo do estado. Utilizando-se os dados apresentados na tabela 3.10 para analisar a participação desses setores, como também o crescimento relativo do consumo de energia elétrica, podemos observar que o consumo desta cresceu 139,3% entre 1976 e 1994.

³⁸O declínio de 6.284 KWH representa aproximadamente o consumo médio anual de três famílias de classe média.

Figura 3.11

Fatores da atividade econômica no consumo de

Energia elétrica do Município de Campina Grande no período de 1976/94.

ANO	RESIDENCIAL	COMERCIAL	INDUSTRIAL	RURAL	PODERES PÚBLICOS	TOTAL
1976	21.4	11.7	55.2	0.4	11.3	100.0
1977	23.2	11.8	49.5	0.5	15.0	100.0
1978	24.3	11.9	48.0	0.7	15.0	100.0
1979	26.6	12.7	43.8	0.9	16.0	100.0
1980	28.0	13.8	41.8	0.9	15.5	100.0
1981	31.1	14.4	38.5	1.0	15.0	100.0
1982	33.0	14.3	37.6	0.9	14.2	100.0
1983	35.1	15.2	33.1	1.1	15.5	100.0
1984	35.0	14.7	35.5	1.1	13.7	100.0
1985	31.5	13.3	41.2	1.1	12.9	100.0
1986	32.0	13.3	42.0	1.2	11.4	100.0
1987	34.1	14.2	38.2	1.4	12.1	100.0
1988	35.5	14.6	35.3	1.2	13.4	100.0
1989	36.7	14.6	33.9	0.5	14.3	100.0
1990	39.2	15.0	31.1	1.0	13.5	100.0
1991	38.5	15.3	31.7	1.5	13.0	100.0
1992	38.9	15.4	30.1	1.5	14.0	100.0
1993	36.4	15.4	32.0	1.7	14.5	100.0
1994	36.0	15.8	32.2	1.7	14.3	100.0

Fonte: quadro 2.7 no anexo.

O Setor Rural apresentou crescimento de mais de 800% no consumo, porém, por ser um setor muito pequeno, esse crescimento não apresenta mais do que 1,7% do consumo anual de energia elétrica do Município no ano de 1994.³⁹ O Setor industrial apresentou crescimento muito pequeno entre 1976 e 1994 - apenas 39,4% -, representando muito pouco quando consideramos que se passaram quase 20 anos. Quanto ao consumo residencial, este foi ampliado em mais de 300%, fruto em parte do crescimento da população urbana que, entre 1970 e 1991, cresceu aproximadamente 83%. Além disso, deve-se considerar o crescimento do consumo dos eletro-eletrônicos nesse período.

³⁹A política de eletrificação do campo, implementada em 1991 pelo prefeito Cássio Cunha Lima, tinha como objetivo básico levar a energia elétrica às comunidades rurais do Município. Este projeto de eletrificação do campo, chamado "Caminho de Luz", fazia parte de um projeto maior por parte do Governo do Estado - Ronaldo da Cunha Lima, que coincidentemente era pai do Prefeito de Campina Grande - de levar a eletrificação a todo o Estado da Paraíba.



a participação relativa dos setores em estudo do Município de Campina Grande. Como se pode ver, a participação da indústria no consumo de energia apresenta-se declinante, com exceção dos anos de 1985 e 1986, quando ocorre uma pequena recuperação em sua participação relativa. A partir de 1993, com a perspectiva de estabilidade da economia, possibilita-se nova fase de crescimento no consumo de energia elétrica por parte das indústrias instaladas na Cidade.

A questão fundamental mostrada nesse quadro é o declínio da participação relativa da indústria no consumo de energia elétrica, em contraposição ao crescimento da participação relativa das residências nesse consumo. Este fato leva-nos a crer que a industrialização no Município de Campina Grande mostrou um crescimento inferior ao necessário para absorver o número de trabalhadores que cresce conjuntamente com a população. A perda de participação relativa no consumo de energia indica que o setor industrial não tem acompanhado o crescimento da população residente no Município.⁴⁰

3.6.3 - A Retomada do Crescimento Econômico

A partir da segunda metade de 1985, o Município voltou a desenvolver-se industrialmente, ampliando o número de empresas no setor. Este crescimento industrial possibilitou ao Município ampliar sua participação no total de empresas do estado. (CARVALHO; AGUIAR; DANTAS, 1995) Através do crescimento do consumo de energia elétrica, que aumentou aproximadamente 35% em 1985, quando comparado com o ano anterior,⁴¹ pode-se ter uma noção do crescimento da atividade industrial.

Segundo dados da Prefeitura Municipal, em 1980, existiam no Município 390 estabelecimentos industriais e, cinco anos depois, encontrávamos 726 estabelecimentos industriais em Campina Grande, um crescimento de 86% no número de estabelecimentos e de 31% no número de empregos. Se levarmos em consideração que o Município apresentava, na primeira metade da década, um número de estabelecimentos inferior à década de 1970 e também inferior à

⁴⁰As novas tecnologias poupadoras de energia implementadas pelas indústrias favorecem taxas de incremento no consumo cada vez menores.

⁴¹Ver tabela 3.10.



de 1980,⁴² somos levados a crer que o crescimento ocorreu a partir de 1985.

Tabela 3.12

Campina Grande - Número de estabelecimentos e de empregos no Setor industrial.

ANO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	CRESCIMENTO PERCENTUAL DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE EMPREGOS	CRESCIMENTO PERCENTUAL DO EMPREGO
1980	390	-	7.824	-
1985	726	86,1	10.280	31,4
1992	931	28,2	13.964	35,8

Fonte: (PMCG) Perfil do Município 1984 e Campina Grande em Dados - 1985/92

Dentro do período de expansão industrial ocorrido na segunda metade da década de 1980, pode-se constatar um pequeno crescimento da economia a partir de 1987, que implicou declínio do número de trabalhadores empregados na indústria campinense. Mas esse declínio do emprego na indústria não afetou o nível de emprego geral do Município, porque os demais setores da economia tiveram um incremento positivo anulando o incremento negativo da indústria. Utilizando os dados da Relação Anual das Informações Sociais (RAIS) pode-se evidenciar a configuração da estrutura industrial do município de Campina Grande.

Tabela 3.13

Participação do Emprego Formal segundo setores de atividade econômica em Campina Grande –1985/1989

	1985	1986	1987	1988	1989
INDÚSTRIA	33,7	35,2	31,2	32,3	31,3
SERVIÇOS + AGRICULTURA	66,3	64,8	68,8	67,7	68,7
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RAIS/MTE.

Os dados evidenciam crescimento na participação da indústria no emprego formal total entre os anos 1985 e 1986. Nos últimos anos, a participação estabiliza-se em aproximadamente 31%. Essa evolução deve-se às taxas de

⁴²Esta afirmação é correta quando comparamos os dados da PMCG - que apresenta para 1982 e 1984 existência de 334 e 340 estabelecimentos industriais respectivamente - com os dados do cadastro industrial da Paraíba. Evidentemente, podem existir questões de fundo metodológico entre as duas Fontes.

, no período, oscilou entre positivo e negativo, desceu nos quatro anos.

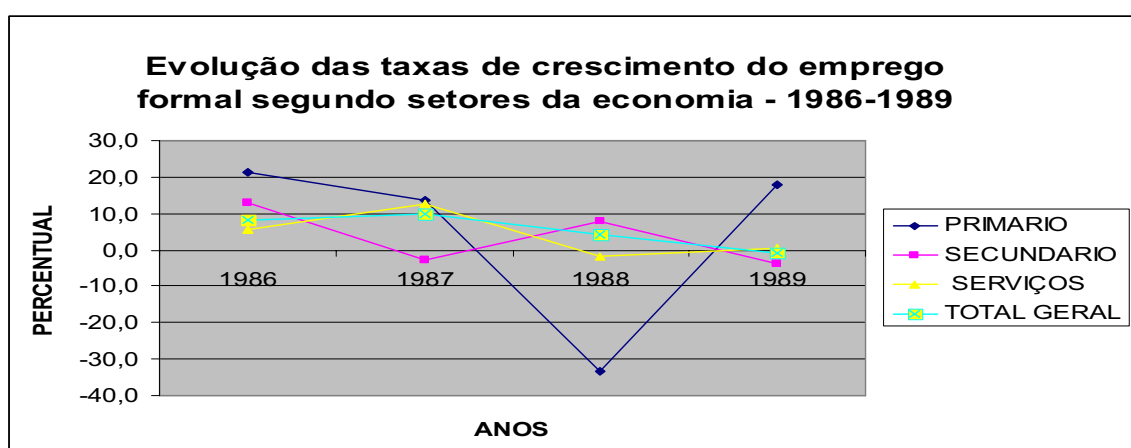
Tabela 3.14

Taxa de crescimento anual do emprego nos setores de atividade Econômica em Campina Grande

SETORES	1985	1986	1987	1988	1989
SERVIÇOS E AGRICULTURA	5,7	16,7	2,4	0,7	3,6
INDÚSTRIA	13,0	-2,8	7,8	-3,9	3,4
EMPREGO TOTAL	8,2	9,8	4,1	-0,8	3,5

Fonte: RAIS/MTE.

Similarmente a inúmeras cidades pequenas, em Campina Grande a administração pública direta e autarquia ocupam significativo número do trabalhadores, 17,6%, em 1989. Em seguida, vem o comércio varejista, com 14.3%, e os serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc., com 9.5%. Esses três sub-setores da economia eram responsáveis por 41,4% do emprego formal no município ao fim da década de 1980. Na indústria o principal segmento é o da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas (5,1%) e o de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (5.1%), que respondiam, em conjunto, por pouco mais de 10% do emprego formal na economia campinense ou 3570 postos de trabalhos em números absolutos. Essas duas indústrias empregavam, assim, 32.4% dos trabalhadores do setor industrial.



Fonte: RAIS/MTE

Gráfico 3.1 – Evolução das taxas de crescimento do emprego formal segundo setores da economia de Campina Grande – 1986/1989



mostra, pelas taxas de crescimento anual do emprego, uma direção decimante, que aparentemente começa a ser revertida em 1989, mas que somente é possível refutar ou confirmar, com uma análise para os anos seguintes, ou seja, para a década de 1990. O gráfico 3.1 mostra bem essa tendência ao declínio (ver Quadros 3.B, 3.C, 3.D e 3.E no apêndice).

No que se refere ao número de estabelecimentos, o município encerrou a década de 1980, com 443 a mais do que existia em 1985, representando um aumento de 25,9%. A maior parte dos 2152 estabelecimentos existentes no município era vinculada ao comércio varejista (35,9%), seguida pelos serviços de alojamento, alimentação, reparação etc. com 10,2%. No setor industrial, a construção (5,3%) e a indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (3,9%) apresentavam as maiores participações (ver Quadros E e F, no anexo).

Esse período de retomada do crescimento foi interrompido pelo processo recessivo e de reestruturação produtiva que acentua-se na primeira metade da década de 1990. No entanto, os anos 1990 representam para o Município a consolidação de uma nova inserção econômica e um novo papel na econômica da Paraíba.

Essa nova inserção econômica, reflexo das transformações sócio, política e econômica do município frente as transformações maiores na economia nordestina e brasileira reforçaram sua importância na micro-região da Borborema, embora venha ocorrendo um redução significativa de sua influencia econômica na região. Pereira (1998) já mostrou que até os anos 1960 a influencia econômica e, principalmente comercial⁴³, extrapolava os limites da Paraíba. No entanto, dos anos 1970 em diante, essa influencia vem se reduzindo, embora ainda seja muito forte na micro-região da Borborema que comporta mais de cinquenta municípios. O mapa temático 3.1 mostra a área de influência do município, que embora ainda extrapole os círculo em verde e amarelo, a extrapola sem muita força econômica.

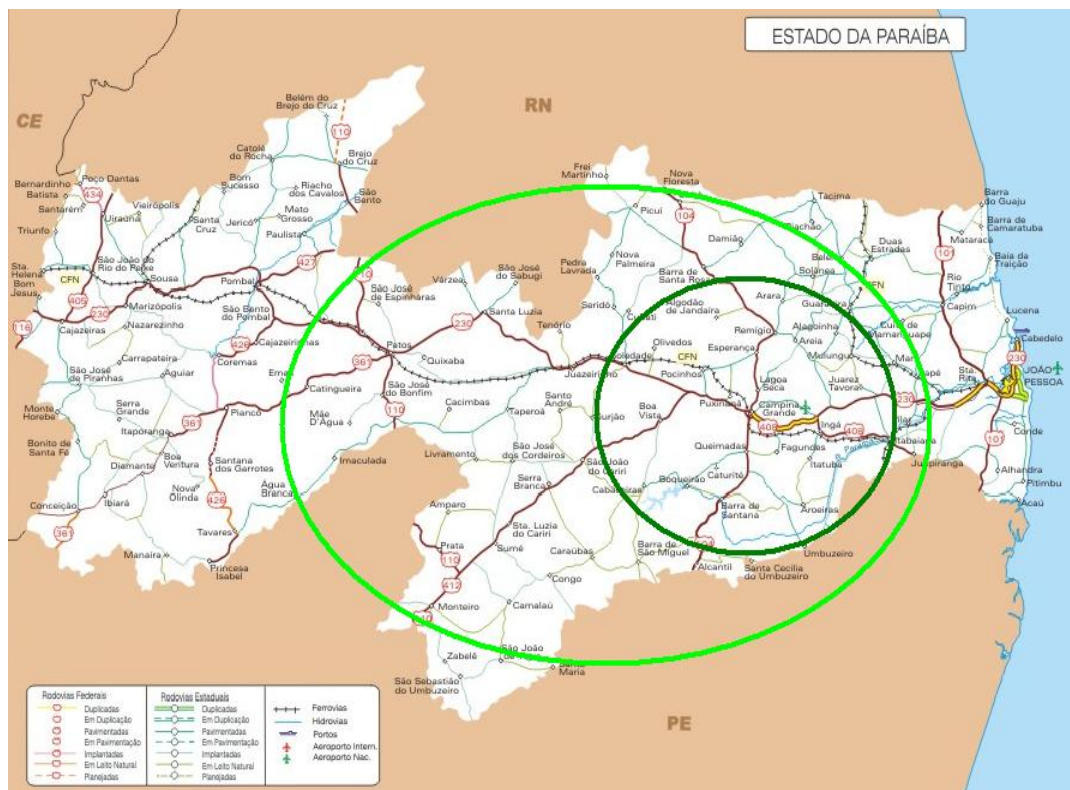
Atualmente pode-se dizer que campina grande é, hoje, uma cidade industrial, comercial e, principalmente, de serviços, funcionando como pólo de educação e saúde para todo o interior da Paraíba. Além disso, também é um pólo

⁴³ Nos anos 1950, segundo Pereira (1998), Campina Grande era responsável por 4,8% de todas as vendas realizadas pelo comércio atacadista do Nordeste, além de ser um entreposto atacadista, se constituiu como umas das principais cidades industriais do interior, assumindo também função importante como centro educacional e de saúde.

seu raio de influencia ultrapassa os limites do próprio município, abrangendo universidades, uma federal e outra estadual, e várias faculdades particulares, recebendo alunos de outros estados do Nordeste, como o Maranhão, o Ceará e o Rio Grande do Norte (IPEA, 2001).

Mapa Temático 3.1

Áreas de influencia econômica de Campina Grande – PB*



Fonte: <http://www.transportes.gov.br/bit/estados/port/pb.htm>

* Circulo em verde escuro corresponde a área de maior influencia e em verde claro a de menor influencia. Vale ressaltar que as influencia além desses círculos diminuem significativamente.

3.7 - À GUIA DE CONCLUSÃO

A análise indica que a rápida urbanização de Campina Grande, ainda no início do século XX, encontrava-se vinculada ao comércio e à indústria algodoeira. A indústria que se desenvolveu em Campina Grande assumia contornos significativamente tradicionais em sua formação (65,0% em 1969), que foram



Independentemente disso, não se pode deixar de setor industrial, ocorrida principalmente após a citada década. A modificação da estrutura industrial campinense foi substancialmente determinada pelos investimentos realizados sob incentivo dos órgãos governamentais de fomento à industrialização, em especial, a SUDENE, via sistema 34/18. Assim, pode-se concluir que o dinamismo que atingiu a indústria de Campina Grande deve-se tanto a este determinante externo como aos fatores de crescimento interno do Município que se correlacionaram sempre com a demanda externa, seja do algodão, do sisal, do vestuário ou do segmento metal-mecânico. Seu contínuo desenvolvimento econômico consolidou, no terceiro quarto do século passado, um setor industrial, primordialmente, vinculado às atividades têxtil e metal-mecânica.

Com o crescimento da população campinense, outras atividades econômicas não diretamente vinculadas à produção apresentaram rápido crescimento, possibilitando diversificação da atividade econômica. Os serviços educacionais e de saúde absorveram grande contingente de mão-de-obra de boa qualificação e possibilitaram ao Município tornar-se fornecedor desses serviços aos Municípios circunvizinhos. O Município estabeleceu-se na micro-região da Borborema como um centro educacional e de saúde, pois nesses setores tem ocorrido substanciais aumentos da oferta destes serviços nos últimos anos.

A pujança econômica do município desenvolveu-se até os anos 1970, quando passou a haver diminuição relativa do crescimento econômico, implicando a perda da posição hegemônica na formação da renda estadual para a capital do estado ao fim da primeira metade dos anos 1970. Outrora detentora de participação elevada (quase 30%, nos anos 1950) na formação das rendas estaduais, reduziu tal participação a pouco mais de 20%, representando perda relativa de 50%, enquanto João Pessoa elevava sua participação em mais de 50%.

Mesmo apresentando perdas relativas em sua participação na formação da renda estadual, o município manteve-se hegemônico no que se refere à importância (participação) de sua indústria na Paraíba. Nos anos 1970, o número de indústrias e o número de empregos somente cresceu, sempre tendo a liderança do segmento metal-mecânico e têxtil. A *débâcle* industrial do município iniciou-se em 1979 e durou quase uma década. A retomada do crescimento



e na segunda metade dos anos 1980, de forma atividades, das quais se destacam as indústrias calçadista, química, da borracha, como será visto mais detalhadamente no capítulo seguinte.

Diversas foram as causas da perda de dinamismo econômico do município, das quais se ressaltam a crise econômica internacional que repercutiu sobre a indústria municipal. A reforma tributária do fim dos anos 1960 e o sucateamento da SUDENE, que reduziu significativamente o volume de incentivos fiscais para implementação e ampliação de novos estabelecimentos industriais, são fatores a serem destacados. A expansão das estradas e o desenvolvimento dos transportes e das comunicações arrefeceram a importância do município como pólo centro-atacadista. Além desses fatores, acrescente-se a seca do início dos anos 1980, que expulsou grande quantidade de trabalhadores rurais para a cidade, tendo Campina Grande absorvido significativa parcela desse contingente de imigrantes.

O declínio da atividade industrial campinense pode ser percebido pela redução relativa do consumo de energia, que se manteve abaixo dos níveis de 1976 durante os oito anos seguintes. Enquanto isso, o consumo residencial somente crescia, duplicando o consumo no período citado. Esse fato contrasta a redução relativa da indústria e dos empregos industriais, frente a um crescimento demográfico, reflexo da atração que o município vinha gerando sobre os imigrantes das cidades circunvizinhas, quiçá dos demais estados nordestinos.

Mesmo com o declínio relativo de sua participação econômica, o município ainda apresentava significativa importância para a indústria paraibana e nordestina. No entanto, na segunda metade da década de 1980, o setor industrial campinense passou por transformações importantes, reflexo da reestruturação produtiva do capital que se acentuava no Brasil. Nesse período, a indústria manteve-se, e ainda mantém-se, responsável por aproximadamente 30% de todo o emprego formal no município.

Campina Grande sempre teve posição hegemônica na economia paraibana desde sua constituição como município até a contemporaneidade. O dinamismo econômico e a base industrial, criada na primeira metade do século XX, aliada a política de incentivos fiscais e parafiscais concedidos pelo Estado nos anos 1960, favoreceu a continuidade do crescimento econômico e urbano até



à crise capitalista mundial, as secas e a crise fiscal
amente, reduzindo bruscamente o crescimento
econômico nos anos 1980, sem atingir necessariamente sua expansão urbana,
que continuou a ocorrer. A reestruturação produtiva que se acentuou nos anos
1990 abriu espaço para que as políticas de estímulo à realocização de empresas
emergissem em todas as unidades da federação brasileira consubstanciando-se
em verdadeira guerra fiscal. O município também entra nessa guerra, enfatizando
também aspectos do lugar, “da capital do trabalho” e do “maior São João do
mundo” visando a atrair capitais para retomar o crescimento econômico. Essa
retomada ocorreu efetivamente na segunda metade dos anos 1990, embora, no
fim dos anos 1980, já se percebesse um leve crescimento no número de
estabelecimentos e de emprego na economia do município.

Considerando-se as condições históricas e políticas, as estruturas
produtivas existentes, o novo contexto de reestruturação produtiva e,
principalmente, as políticas pró-capital e do capital no Brasil, emerge um
ambiente próprio para a descentralização da indústria trabalho-intensiva, no qual
alguns estados e municípios do Nordeste, e do Brasil, bem souberam aproveitar.
Campina Grande, contando com uma tradição histórico-produtiva e
principalmente com os incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelos
governos federal e estadual, ampliou significativamente os segmentos couro-
calçadista e tecnológico. A reestruturação produtiva dos anos 1990 consolidou as
transformações iniciadas na década anterior, em particular, a importância da
indústria para o município, como também do município no contexto produtivo
regional em segmentos específicos, como será visto no próximo capítulo.



CAPITULO 4.0 - A CONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL E A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA EM CAMPINA GRANDE.



por objetivo fundamental explicitar a atual mpina Grande, demonstrando que ocorreu uma reconfiguração industrial nas últimas décadas. Esta reconfiguração ocorreu no sentido de consolidar a preponderância dos segmentos calçadista e têxtil no município. Com esse intuito, inicia-se com algumas considerações sobre o contexto sócio-econômico nacional que permitem entender as transformações ocorridas no desenho industrial campinense, em especial, no que se referem às mudanças no número de empresas, empregos e rendimentos. As variáveis utilizadas para esse estudo – número de empresas, emprego formal e rendimentos – permitem perceber a reconfiguração industrial, em decorrência da co-relação direta, embora não necessariamente proporcional, existente entre:

- a) o emprego⁴⁴, a produção e a renda (DORNBUSCH; FISCHER, 1994);
- b) o número de empresas, o emprego e a renda; e,
- c) os rendimentos e o bem-estar da classe que vive do trabalho.

O processo de reestruturação produtiva no Brasil inicia-se nos primórdios dos anos 1980 (LEITE, 1994; GORENDER, 1997; ALVES, 2000). No entanto, no estudo em tela, inicia-se com a segunda metade dos anos 1980, por se constituir em um momento mais enfático no que se refere às mudanças resultantes do processo de reestruturação produtiva e das políticas econômicas implementadas para atenuar a crise dos anos 1980. Na primeira metade dos anos 1990, generalizam-se as novas tecnologias e as novas formas de gestão da produção e do trabalho (ver cap. 2.2), que influenciaram em conjunto com as políticas econômicas, a economia brasileira. A partir da segunda metade dos anos 1990, a economia brasileira entra em uma nova fase de desenvolvimento sócio-econômico, marcada pela estabilidade monetária alcançada pelo Plano Real. Nesse novo contexto, consolida-se o crescimento dos segmentos industriais em Campina Grande, alvo dessa investigação.

⁴⁴ Embora os anos 1990 sejam de intensa reestruturação produtiva, que induz a utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, descartam-se os impactos a médio e longo prazo da reestruturação, pois mesmo utilizando menos mão-de-obra, amplia-se a produção e o emprego.



...vide em quatro partes. A primeira sintetiza rápidas transformações no contexto sócio-econômico nacional e regional nos últimos anos. Em seguida, são discutidas as transformações na configuração produtiva de Campina, Grande, entre 1985 e 1994, período de intensas transformações sociais, econômicas e políticas no Brasil. O item seguinte examina as transformações recentes, ocorridas a partir da segunda metade dos anos 1990. Na quarta parte, atenta-se para as mudanças setoriais na configuração industrial, observando os segmentos industriais, atentando para a explicitação das mudanças gerais e implicações da atual configuração industrial campinense. Encerra-se o capítulo com uma breve conclusão.

4.1 O CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO NACIONAL E REGIONAL

O fim da década de 1980 é profundamente marcado por uma situação econômica caótica, em virtude da instalação de um processo hiperinflacionário, concomitantemente ao crescimento abrupto da dívida pública, que atingia 12,4% do PIB brasileiro no período em estudo. Esta dívida pública, em conjunto com a hiperinflação, expandiu-se assustadoramente devido à forte indexação existente na economia brasileira. No entanto, mesmo com esse contexto hiperinflacionário, a economia retomou o crescimento econômico. As taxas de crescimento do PIB nacional se apresentaram superiores à da primeira metade da década considerada perdida (LEITE, 1994).

O segundo quinquênio dos anos 1980 configurou-se através da acentuação do processo de reestruturação produtiva, na qual se acelerou a busca e a implantação de inovações tecnológicas e organizacionais (ver cap. 2.2) em meio a crises inflacionárias, políticas, econômicas e sociais, favorecendo o aumento da produtividade na economia brasileira. Moutinho e Porsse (1999)



indústria, em especial à automobilística⁴⁵, a partir da década de 1980, a produtividade e as vendas apresentaram evolução convergente, embora tal fato não ocorresse com o emprego. Até 1987, ocorria um padrão convergente entre emprego e produção, que é quebrado a partir do citado ano, quando a taxa de crescimento do emprego e a elasticidade emprego/produção no segmento tornaram-se negativas. Em outras palavras, o crescimento da produção não convergia com o mesmo movimento do emprego. Além disso, o estudo de Rosa (1997) para a indústria brasileira mostrou que o índice de emprego no segmento reduziu sua magnitude para 81,25 em 1994, tendo como ano base o ano de 1985. A produção decresceu proporcionalmente menos do que o emprego no período 1985-1991. Esse declínio, segundo o autor, é atribuído ao processo de ajustamento da indústria, realizado através das mudanças tecnológicas.

O estudo de Feijó e Carvalho (1994) sobre a produtividade⁴⁶ e o emprego na indústria brasileira mostrou que o crescimento dessa primeira variável foi praticamente ininterrupto nas décadas de 1970 e 1980. Com base nos dados do IBGE, os autores mostraram que, entre 1985/1990, a produtividade continuou crescendo, embora com uma pequena atenuação, não afetando a produção física da indústria, que cresceu razoavelmente. Nos anos seguintes, acentuou-se o crescimento da produtividade, independentemente da recessão dos anos 1990-1992, resultado das transformações implementadas pelas empresas para adequarem-se ao novo contexto de elevada competição, embora a produção física e o emprego tenham declinado. A característica marcante, segundo os autores, da evolução da produtividade nos anos 1980 consistiu no fato de que, em um primeiro momento (1979/1984), caracterizado pela recessão, essa variável cresceu em detrimento do emprego e da produção física da indústria, enquanto,

⁴⁵ A indústria automotiva se constitui como uma das pioneiras na implementação, tanto de tecnologias (robótica, microeletrônica, sistemas flexíveis) como de novas formas de gestão da produção e do trabalho (kanbam, kaizem, CCQs, reengenharia, etc.). Para mais detalhes ver LEITE (1994) e ALVES (2000).

⁴⁶ Feijó e Carvalho (1994, p. 39) utilizam a variável produtividade como “um indicador de quantum dividido pelo pessoal ocupado na produção encadeado para os vários anos da pesquisa mensal com séries que variavam em termos de cobertura e metodologia.”



da, todas cresceram conjuntamente. Nos anos 80, a produtividade continuou a crescer de forma mais acentuada, enquanto o emprego e a produção industrial declinaram.

Feijó e Carvalho (1994, p.39) explicitaram que "o aumento de produtividade não se deve apenas a fatores conjunturais: está em curso um processo mundial de abertura da economia e de **reestruturação industrial**" (grifo nosso). Essa reestruturação produtiva torna-se um imperativo devido a necessidade de aumentar a competitividade através do aumento da produtividade, que é vista como solução sustentável para inserção competitiva no mercado cada dia mais internacionalizado.

O início dos anos 1990 foi marcado pela eleição direta para presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), que promoveu uma reviravolta nos rumos da economia ao implantar medidas que, sem repudiar ou decretar uma moratória, atenuou, no curto prazo, os problemas da hiperinflação, da rolagem da dívida e do déficit público acumulados nas últimas duas décadas. Ao decretar do arresto de 70% dos ativos financeiros (confisco monetário) do setor privado por 18 meses, o governo federal protelou a grave crise econômica que atingia o país.

Além de bloquear os ativos financeiros, o governo instituiu um sistema de controle de preços, cujos aumentos dependeriam da aprovação antecipada do governo federal, como também criou uma nova moeda nacional (Cruzeiro) através do corte de três zeros da antiga moeda (Cruzado Novo). O governo Collor tentou implantar uma série de medidas destinadas a eliminar o déficit do setor público, instituindo taxas, comprimindo despesas, reduzindo salários, demitindo e/ou pondo em disponibilidade funcionários públicos e privatizando empresas estatais.

Os resultados das medidas implementadas pelo governo Collor no primeiro ano foram: a redução brusca e imediata da quantidade de moeda no sistema, o declínio das taxas de juros de 82% em fevereiro de 1990 para 4% em abril do mesmo ano, a redução da dívida federal em poder do público, de aproximadamente Cr\$ 1,3 bilhão, entre fevereiro e março de 1990, o crescimento



al, o declínio da taxa de inflação para o patamar de

A política monetária ortodoxa, adotada pelo Plano Collor, provocou além da queda da inflação, uma intensa recessão, que promoveu um declínio de -5,3 pontos na variação anual do crescimento do PIB brasileiro. O plano econômico adotado pelo então presidente Collor atingiu, principalmente, o setor industrial brasileiro, não deixando de atingir os demais setores. A política econômica do governo Collor reforçou a necessidade, para o empresariado, de uma acentuação do processo de reestruturação produtiva, na qual foram utilizados todos os mecanismos possíveis de ser implementados para a ampliação da produtividade e a redução dos custos. Essa acentuação da reestruturação produtiva, via inovação tecnológica e da gestão da produção e do trabalho, tinha por objetivo ampliar a capacidade competitiva das empresas que se deparavam com um mercado altamente competitivo devido à abertura do mesmo às multinacionais estrangeiras.

A acentuação da reestruturação implicou reforço da heterogeneidade tecnológica em razão das grandes diferenças existentes entre firmas e espaços produtivos no Brasil. Essas diferenças permitiram que o empresariado se valesse do conflito fiscal, estabelecido pelos governos estaduais, para usufruir de vantagens, fiscais e para-fiscais, concedidas por governadores interessados em atrair firmas para seus estados (ver seção 2.6.4). O conflito fiscal dos anos 1990 influenciou significativamente o processo de realocação produtiva, principalmente por parte da indústria, promovendo “ganhos” para algumas regiões e “perdas” para outras (ver seção 2.3). Campina Grande entrou no conflito fiscal e na guerra de lugares, buscando consolidar uma identidade e atrair empresas na década de 1990. Pereira (1998) mostrou que diversas empresas preconizaram vultosos investimentos no referido município, que não se realizaram integralmente, como será mostrado nos próximos capítulos desse estudo.

O conflito fiscal que se disseminou na década de 1990 e que ainda continua entre os diversos estados da federação brasileira, coloca algumas armadilhas para um futuro próximo, pois, ao estabelecer a renúncia fiscal, o governo aceita a perda de recursos futuros, e isto pode vir a comprometer o investimento público e, conseqüentemente, novos investimentos privados. Além

muitas empresas fugirem desses espaços quando os locais forem extintos (PEREIRA, 1997), prejudicando a economia dos espaços nos quais se instalaram.

O resultado da política econômica do presidente Collor consistiu em forte recessão que, aliada à reestruturação produtiva, fundada no corte de custo, provocou o declínio acentuado do número de empregos formais na indústria, embora o mesmo não tenha ocorrido com o número absoluto de estabelecimentos. Como pode ser visto na tabela 4.1, o emprego formal na indústria, nos anos 1990, se manteve em níveis abaixo daqueles do ano de 1985. A construção civil, o comércio e os serviços, embora apresentem declínio entre os anos 1988-1992, recuperaram os níveis do emprego na segunda metade dos anos 1990, sem terem apresentado, nos anos em análise, níveis inferiores ao de 1985.

Tabela 4.1 – Evolução do Emprego Formal – Brasil - Índice 100 =1985

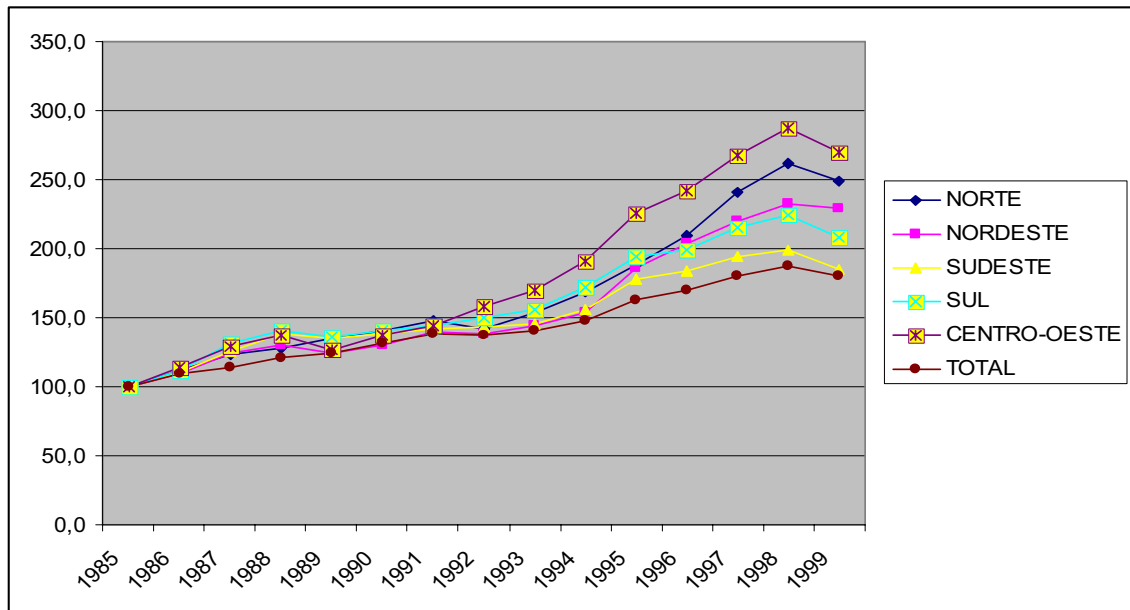
	1988	1990	1992	1994	1995	1997	1999
Indústria	112	105	91	99	95	91	89
Construção civil	123	112	105	129	125	135	122
Comércio	115	114	101	122	127	140	150
Serviços	114	107	103	110	121	125	134
Agropecuária, extr. vegetal, caca e pesca	91	112	141	300	302	299	310
Total	115	113	109	115	116	118	122

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

A exceção dos grandes setores dá-se com o setor primário, que entre 1986-1988, ficou abaixo do ano base, mas, a partir dos 1990, triplicou o volume de emprego formal. Esse dado é importante, quando comparado com o crescimento do número de estabelecimentos no gráfico 4.3. O setor primário ampliou o número de estabelecimentos para um índice 1.353, quando comparado com o ano de 1985. Esse crescimento abrupto no número de estabelecimentos ajuda a explicar o crescimento do emprego no setor. Além do mais, coincide com a expansão das atividades produtivas, em especial desse segmento, em direção ao interior, mais especificamente para a região Centro-Oeste⁴⁷, Norte e Nordeste. O Gráfico 4.1 apresenta bem o crescimento do número de estabelecimentos nas regiões periféricas, ratificando as idéias de muitos pesquisadores sobre os

⁴⁷ Nos anos 1990, o Centro-Oeste se constituiu na região que gerou o maior volume de emprego formal, mais de 530 mil, segundo dados da RAIS/MTE.

produtiva, principalmente pelo processo de mudanças econômicas do Centro-Sul para as demais regiões. No gráfico abaixo, vê-se que o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste ampliaram relativamente mais o número de estabelecimentos do que as demais regiões.

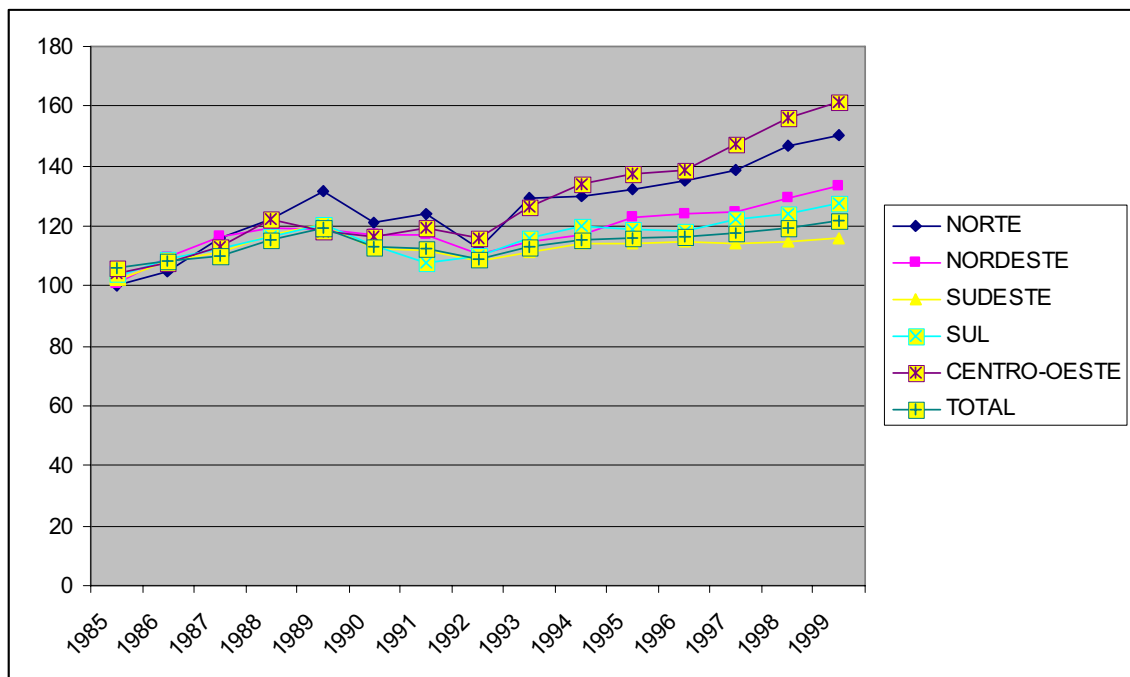


Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 4.1 - Evolução do Número Total de Estabelecimentos Segundo As Regiões. 1985 = 100

O declínio do emprego formal na indústria não se deve apenas à recessão econômica, mas principalmente ao processo de reestruturação produtiva que atinge essa atividade com maior profundidade. A recessão somente agravou o declínio do emprego, enquanto sua participação relativa na economia é historicamente declinante, resultado do próprio processo evolutivo dessa atividade e acentuado pela reestruturação dos anos 1990. A produção industrial não regrediu nos anos em estudo. Esse fato é demonstrado pelo trabalho de Feijó e Carvalho (1994) ao explicitar o crescimento da produtividade na indústria, entre os anos 1970 e 1993.

anos, o Plano Real se sustentou mais na “Âncora Verde”, devido à importância do Centro-Oeste e da produção primária, em especial de *commodities*, para a estabilização econômica brasileira. A âncora verde é discutível em decorrência do fato de que a mesma não é perceptível, quando analisa-se o preço agrícola recebido pelos agropecuaristas. Isto é constatado ao analisarem-se os preços dos alimentos pagos pelo consumidor no triênio que se seguiu ao Plano Real (GASQUES et. al., 2004).

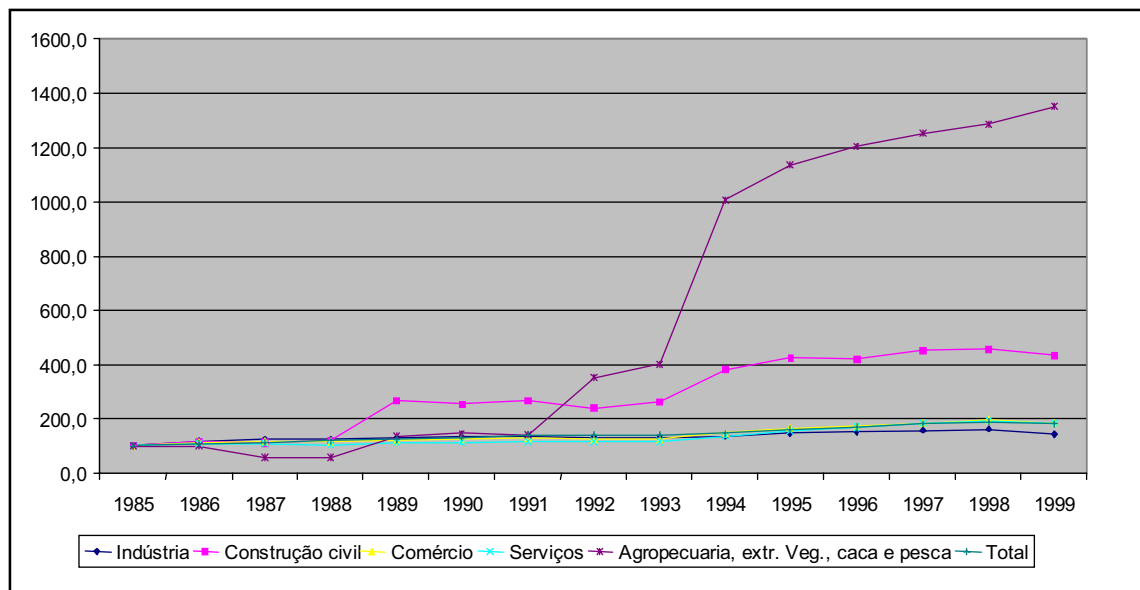


Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 4.2 - Evolução do Emprego Formal Segundo As Regiões. 1985 = 100

O número de estabelecimentos não sofreu tanto com a recessão e a reestruturação produtiva. Somente o setor primário apresentou queda no número de estabelecimentos no período que antecede os anos 1990, posteriormente apresentando crescimento abrupto. Os demais setores apresentaram alterações, mas nenhuma que apresente valor inferior ao do ano base. No entanto, esse fato esconde um fenômeno importante, na indústria brasileira, que é o reflexo do processo de reestruturação produtiva em sua dimensão tecnológica, ou seja, o número de estabelecimentos não declina significativamente, mas o tamanho dos

através do número de empregados, redução explica-se pela inserção de tecnologia poupadora de mão-de-obra, que permite aumento da produtividade, da produção, em detrimento do *quantum* de trabalhadores empregados. Essa tecnologia é possibilitada pela microeletrônica, pela informática e pela telemática⁴⁸.



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 4.3 - Evolução do Número de Estabelecimentos segundo os setores do IBGE – Brasil - Índice 100 = 1985

A inserção de novas tecnologias não se deu identicamente em todos os segmentos da atividade econômica, muito menos em todas as regiões brasileiras. Alguns mais do que outros apresentaram mudanças tecnológicas céleres e redução do tamanho das plantas⁴⁹. No entanto, todos os segmentos apresentaram sensíveis transformações nas formas de gestão da produção e do trabalho, fruto de novas tecnologias, nos anos 1990. A indústria brasileira reduziu o número de grandes empresas (mais de 1.000 trabalhadores) de 718 para 594. Relativamente, as micros e pequenas empresas (até 49 trabalhadores), que eram

⁴⁸ Conjunção das tecnologias que unem a telefonia e a informática.

⁴⁹ Ver em apêndice, nos quadros 4.A, 4.B, 4.C e 4.D, as variações no número de estabelecimentos (absoluto e relativo) segundo o tamanho dos estabelecimentos.

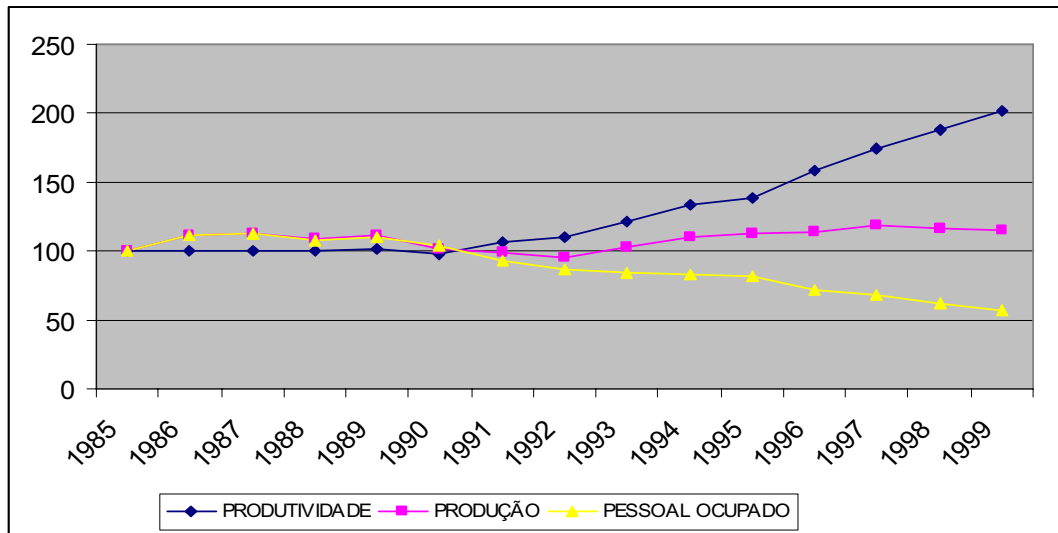


Brasil, passaram a responder por 92,9% dos empregos industriais em 2005, enquanto em 1985 respondia por apenas 63,3%. O gráfico 4.3 mostra o crescimento abrupto do setor agropecuário, extrativo vegetal, e de caça e pesca. Esse setor, lastreado na região Centro-Oeste, impulsiona o crescimento da economia na referida região, garantindo que o emprego formal acentuasse seu crescimento, como pode ser visto no gráfico 4.2.

As transformações tecnológicas e gerenciais do processo de reestruturação produtiva que se deu a partir dos anos 1980 implicaram uma ruptura na evolução do emprego, da produção e da produtividade do trabalho na indústria brasileira. O gráfico 3.4 explicita a ruptura ocorrida a partir de 1990, quando a produtividade do trabalho se acentua em detrimento do *quantum* de pessoal ocupado, além de ratificar o que Feijó e Carvalho (1994) preconizaram para a segunda metade dos anos 1980. É possível observar que, entre 1985 e 1990, ocorreu uma convergência entre o emprego e a produção, enquanto, nos anos 1990, esta convergência desfaz-se. Na primeira metade dos anos 1990, a convergência entre o emprego e a produção deve-se ao acirramento da reestruturação produtiva na indústria que aprofundou a produtividade através da inserção tecnológica que acentuou o desemprego. A partir de 1997, nota-se uma nova convergência entre emprego e produção, embora que declinante, devido ao leve declínio das taxas de crescimento industrial, fundando em novas bases, no Brasil.

As mudanças de convergência entre as citadas variáveis foram possíveis devido às novas tecnologias e novas formas de administração da produção e do trabalho que permitiu que a produção crescesse em detrimento da abrupta queda na ocupação nos anos 1990. Embora o IBGE e o IBQP-PR trabalhem com a variável pessoal ocupado e não emprego formal, as tendências das duas são semelhantes, indicando que, independentemente da metodologia, o emprego industrial reduziu-se abruptamente na maior parte dos anos 1990, resultado das transformações até aqui discutidas. O declínio do pessoal ocupado no período é relativamente superior ao do emprego formal. O primeiro reduz de 100 para 57,22 e o segundo de 100 para 89, fato que se explica devido a

to o emprego formal quanto o informal⁵⁰. Dessa
 ria pessoal ocupado os impactos tanto do emprego
 formal quanto do informal.⁵¹



FONTE: Elaborado pelo Autor com base nos dados apresentados pelo IBQP-PR (2000)

Gráfico 4.4 - Evolução do Pessoal Ocupado, da Produção Física e da Produtividade do Trabalho na Indústria Brasileira. (1985=100)

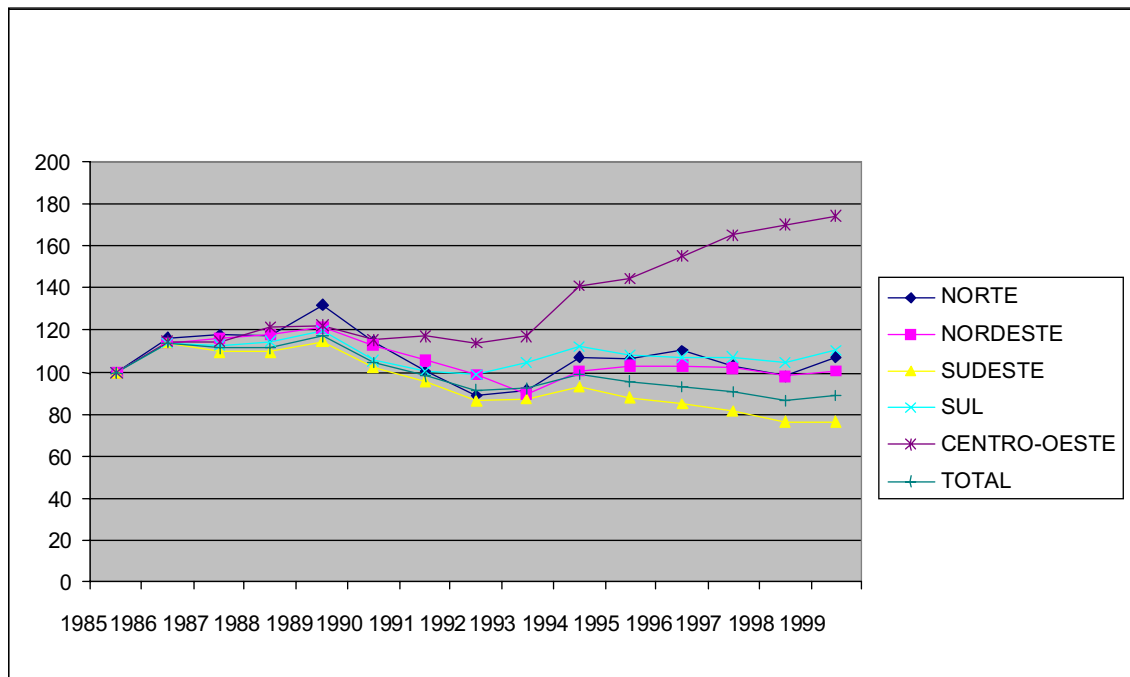
As grandes perdas do Sudeste devem-se tanto ao processo de reestruturação produtiva, quanto ao de realocação industrial (ver cap. 02) que afetou principalmente a região metropolitana de São Paulo. Nesse período, a região “ganhadora” dos empregos foi o Centro-Oeste (ver gráficos 4.1 e 4.2).

A Reestruturação Produtiva e a recessão econômica dos anos 1990 provocaram graves transformações na economia nordestina. A recessão contribuiu para o declínio do PIB nordestino gerando desemprego e falências de empreendimentos. Este declínio foi favorecido tanto pela recessão na economia, como também pela ocorrência de forte seca verde, que prejudicou em muito o setor agropecuário nordestino. No entanto, mesmo em meio à recessão, a reestruturação produtiva promoveu ganhos, principalmente através do processo

⁵⁰ Para esse cálculo foram utilizados os dados da RAIS/MTE e do IBGE, tomando-se o ano de 1985 como base.

⁵¹ Foge da alçada desse trabalho o estudo das relações entre o informal e o formal.

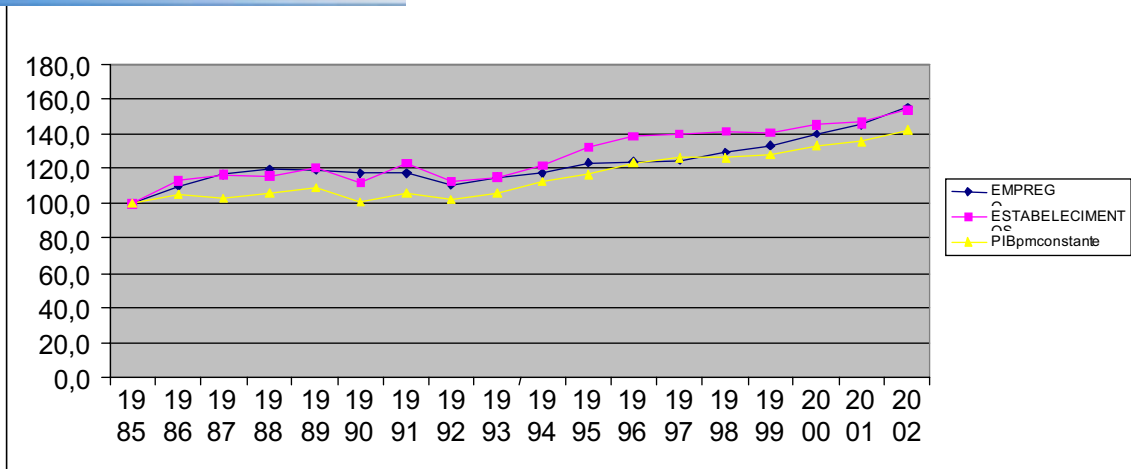
empreendimentos produtivos, em especial a indústria relação de “troca” de benefícios fiscais por empreendimentos implica, segundo estudiosos como Varsano (1997) e Brito; Bonelli (1997) a anulação enquanto política de desenvolvimento, deixando, muitas vezes, de constituir-se como fator de decisão locacional (ver cap.2.5).



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS

Gráfico 4.5 - Evolução do Emprego Industrial no Brasil segundo as Regiões – 1985=100

No Nordeste, alguns estados, via conflito fiscal, atraíram (ganharam) mais empresas do que outras, destacando-se a Bahia e o Ceará. A reestruturação produtiva e a recessão do período apresentaram-se como fatores determinantes do emprego, da renda e da produção na região. Em geral, a evolução do emprego, dos estabelecimentos e do PIB a preços de mercado, no Nordeste, manteve rotas semelhantes, tanto quando ocorre o declínio, como em fases de crescimento. Embora o crescimento não seja significativo para o período, o que fica constatado é que, após a recessão dos anos 1990, essas variáveis apresentam crescimento.



FONTE: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE (emprego e estabelecimentos) e IBGE (PIB a preços de mercado).

Gráfico 4.6 - Evolução do Emprego, dos Estabelecimentos e do PIBpm no Nordeste – 1985=100

Embora as variáveis emprego, estabelecimentos e PIB apresentem crescimento, a indústria nordestina reduziu relativamente sua participação no agregado nacional, declinando de 19,4% para 14,7% a participação do emprego industrial no período de 1985-1999. A participação dos estabelecimentos caiu menos, de 12,2% para 10,2% no período. Essa redução comunga com a tendência de declínio do emprego industrial no Brasil, excetuando-se a região centro-oeste que apresentou significativo crescimento do emprego e dos estabelecimentos. No gráfico 4.5, visualizou-se o crescimento do emprego industrial no Centro-Oeste frente ao declínio das demais regiões.

O fenômeno da redução do número de trabalhadores por estabelecimentos afetou todos os espaços industriais, por consistir na evolução tecnológica dos meios de produção e das formas de gestão da produção e da força de trabalho. O que diferencia o processo de reestruturação ocorrido nos anos 1990 dessa evolução histórica no Brasil é a rapidez com que a mesma foi implementada, em especial na indústria, e as políticas econômicas adotadas no período que acentuaram a recessão no início da década e obstaculizaram o crescimento na segunda metade dos anos 1990. Historicamente, outros contextos



estruturas, mas nunca ocorreram de forma tão acentuada.

A quantidade total de empregos formais na década de 1990 cresceu, mas esse crescimento ocorreu conjuntamente com uma perda significativa de empregos industriais. Como já foi dito, algumas regiões conseguiram ampliar a quantidade de empregos formais na indústria, como é o caso da região Centro-Oeste. O Nordeste perdeu empregos industriais, principalmente na primeira metade dos anos 1990. No entanto, através da intensa guerra fiscal, durante a segunda metade da década, conseguiu-se manter acima do ano base (1985), embora abaixo da média da segunda metade dos anos 1980. Isto somente foi possível devido à realocação de indústrias e de novos investimentos vinculados, principalmente, aos segmentos Têxtil, de Minerais não metálicos e de Celulose e Papel. Segundo Guimarães Neto (1997), com base em um levantamento de oportunidades, intenções e decisões de investimento industrial, da Secretaria de Política Industrial do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, 69,2% do capital a ser investido pela indústria Têxtil no Brasil, na segunda metade dos anos 1990, seria alocado no Nordeste. Da mesma forma, as pretensões de investimento do segmento de Minerais não metálicos aproximavam-se de 41% do capital a ser investido e, em terceiro, estava o segmento de Celulose e Papel com intenções de investimentos na ordem de 40,6%.

É interessante observar que, no levantamento apresentado por Guimarães Neto (1997), as intenções de investimento para a região Centro-Oeste eram mínimas. No entanto, conforme dados da RAIS-MTE foi esta região que, relativamente apresentou o maior crescimento no emprego. Entre 1990 e 1999, aumentou em mais de 530 mil empregos, dos quais aproximadamente 350 mil foram nos serviços, 101 mil no comércio, 89 mil na agropecuária, 68 mil indústria e 14 mil na construção civil.

O Nordeste perdeu mais de 70 mil empregos industriais na década de 1990. O segmento de Serviços foi o que mais aumentou o emprego (490,4 mil), revertendo à perda no segmento industrial. No entanto, como ficou visível no gráfico 4.2, o Nordeste ficou em terceiro no incremento do emprego nos anos 1990, tendo por base o ano de 1985. A indústria de Campina Grande enquadra-se nesse contexto como mais um participante. No entanto, diferentemente do Nordeste,



ativamente mais o emprego. Enquanto a região e 1% o emprego industrial entre 1985 e 1999, Campina Grande ampliou pouco mais de 30% no período. Os demais segmentos aumentaram relativamente mais do que a média para o Nordeste.

É neste contexto de retomada do crescimento, recessão e posterior retorno ao crescimento que, nas próximas seções, procura-se mostrar as transformações da configuração industrial do município de Campina Grande, no período de 1985 a 2004. Com esse objetivo, dividir-se-á o período em dois momentos visando discutir as questões pertinentes a cada um.

4.2 AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA CONFIGURAÇÃO PRODUTIVA DE CAMPINA GRANDE – 1985/1994

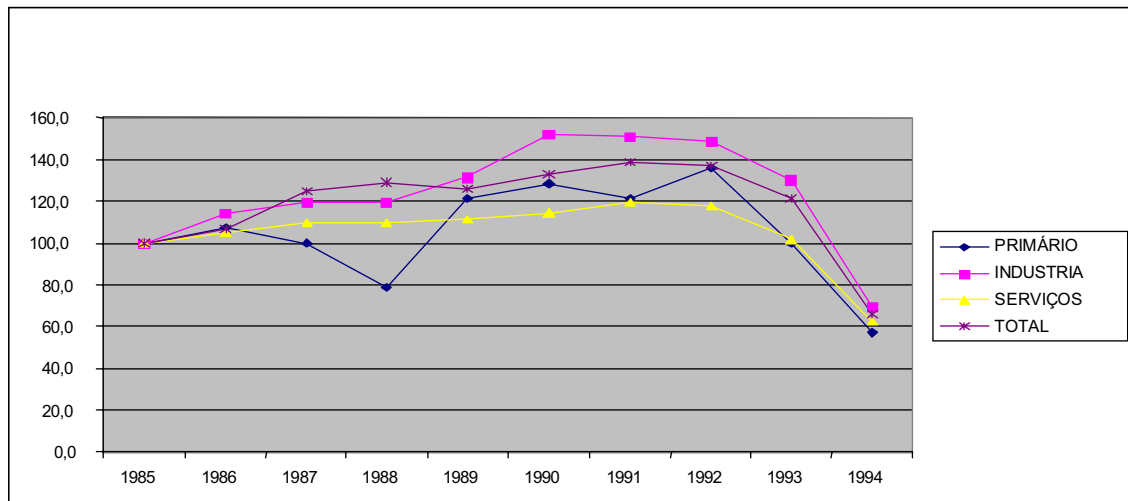
Como já foi demonstrado, no Capítulo 1, a segunda metade dos anos 1980 foi marcada pela retomada do crescimento econômico no Brasil, que pode ser visto pelo incremento no número de estabelecimentos, produção e emprego, muito embora essa última variável tenha crescido a taxas declinantes no período em estudo⁵².

Em Campina Grande essa retomada de crescimento implicou em um processo de reconfiguração industrial, acentuado na primeira metade nos anos 1990, devido a reestruturação produtiva, que reforçou a hegemonia produtiva de determinados segmentos industriais, e que consolidou uma industrialização fundada nas micro e pequenas empresas, embora ainda persistam as médias e grandes empresas, similarmente à economia brasileira. Antes de mostrar-se a nova configuração, é importante demonstrar a evolução industrial do período.

O gráfico 4.7 mostra a evolução da economia através do crescimento do número de estabelecimentos. Comparando-o com o 4.1, tornam-se visíveis diferentes rotas de crescimento no número de estabelecimentos. No Brasil, ocorreu um crescimento lento na segunda metade da década de 1980, com arrefecimento do mesmo no início dos anos 1990, mas sem ocorrer declínio significativo na totalidade dos estabelecimentos. Em Campina Grande, o número de estabelecimentos entrou em declínio acentuado no período 1991-1994.

⁵² Ver gráfico 3.1 no Capítulo 3.

8 visibilizam um ciclo, tomando por base os . O período constitui-se de duas fases, nas quais ocorre retomada do crescimento econômico (1985/1990), seguida de uma recessão (1990/1994) que atingiu tanto os estabelecimentos quanto o emprego formal em todos os setores da economia campinense.



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

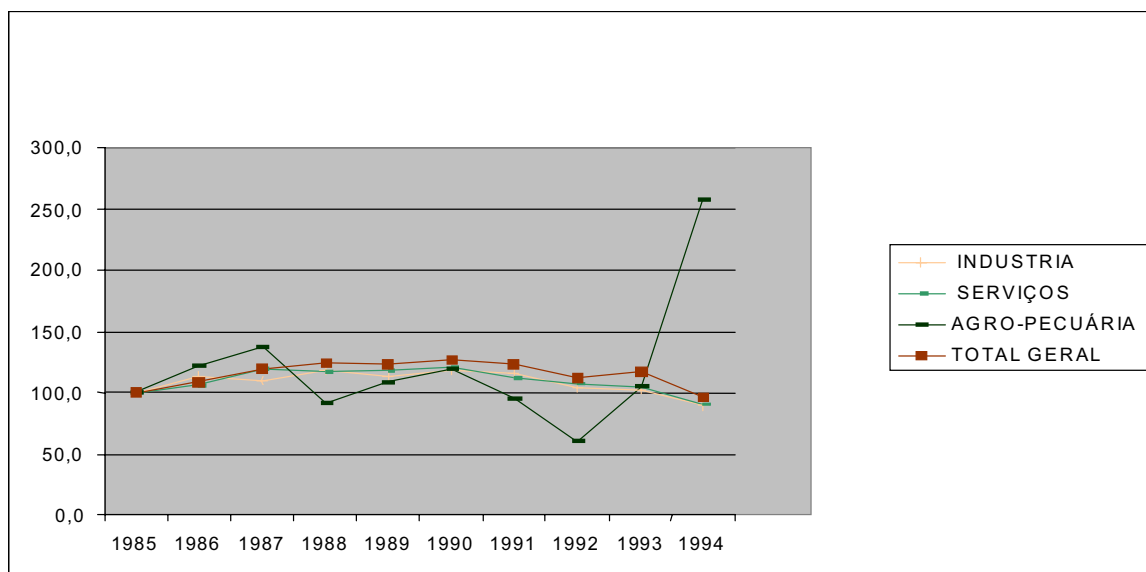
GRÁFICO 4.7 - Evolução do número de estabelecimentos em Campina Grande – 1985=100

Deve-se ignorar o setor primário, e a categoria dos outros/ignorados, devido a ínfima importância do primeiro e ao aumento da eficiência no registro do segundo, a partir do uso da internet para o fornecimento das informações à RAIS.⁵³ Como o objeto em estudo é o espaço urbano-industrial, foi excluído o setor primário. Assim, pode-se observar no gráfico 4.7 que o número de indústrias e de empresas de serviços cresceu a partir de 1985, apresentando inflexão nos anos 1991-1994, sendo isso reflexo da recessão e da reestruturação produtiva

⁵³ Antes de 1994, as informações fornecidas pelo empresariado, que compõem os dados da RAIS, eram apresentadas em formulário escrito e enviado ao MTE, o que deixava grandes vácuos de informações devido a inúmeros fatores, dos quais se destacam: a falta de cuidado, o erro no registro das informações, o descaso etc. A partir de 1994, essas informações passaram a ser fornecidas *on line*, possibilitando uma maior eficiência na coleta dos dados. Não se nega a possibilidade de equívocos nos dados devido à auto classificação dos mesmos, mas entende-se que a distorção não invalida o uso das informações, além do que a contínua auto-classificação leva ao aprimoramento no fornecimento dos dados.

ade de segmentos econômicos, repercutindo no principalmente na construção civil.

Entre 1991 e 1994 a queda no número de estabelecimentos de serviços e indústrias de Campina Grande foi abrupta. O declínio mostrado no gráfico 4.7 é visivelmente maior nos serviços devido ao fato de o mesmo apresentar elevado número de estabelecimentos de pequeno porte, mais suscetíveis às crises e recessões econômicas. No período em análise, a indústria perdeu 30% de seus estabelecimentos, os serviços 37,8%, enquanto a economia em seu todo 33,9%.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

GRÁFICO 4.8 – Evolução Relativa do Emprego segundo grandes setores da economia 1985=100

No tocante aos dados do emprego, há maior similitude entre a evolução do emprego nacional e o municipal, ou seja, o emprego declinou na primeira metade dos anos 1990, tendo o setor primário apresentado as maiores inflexões, tanto para a redução (início dos anos 1990) quanto para o aumento do emprego (1994). O declínio no número de estabelecimentos implicou a diminuição do emprego formal nos mesmos. No gráfico 4.8, pode-se ver o declínio do número de trabalhadores formais nos setores da economia municipal. Entre 1985 e 1992, a indústria conservou um número superior a 10 mil trabalhadores empregados

partir do ano seguinte, o contingente de empregados anterior ao volume mantido nos anos citados.

Entre 1985 e 1994 o emprego e o número de estabelecimentos mantêm relação direta na indústria, ou seja, evoluem na mesma direção. Quanto aos serviços, essa relação apresenta-se ameaçada devido ao número de estabelecimentos crescer proporcionalmente mais que o volume de emprego. Um dado interessante dessa relação é, entre 1990 e 1991, o número de estabelecimentos de serviços continua crescendo enquanto o volume de emprego começa a diminuir. Nos anos seguintes, o declínio do número de estabelecimentos será proporcionalmente superior ao declínio do volume de emprego.

Nos quatros primeiros anos (1985/1989), o emprego formal apresentou significativo crescimento, tendo os serviços apresentado o maior crescimento no período. Esses dados confirmam a retomada do crescimento econômico do município, em que o emprego e o crescimento da produção guardam entre si relação diretamente proporcional. No entanto, no momento seguinte, o emprego formal, à exceção do setor primário, apresentou declínio, evidenciando a recessão do período. Nesse segundo momento, o declínio ocorrido anula praticamente o crescimento do período anterior, totalizando, no período em estudo (1985/1994), perdas significativas para o emprego. No total geral da economia, as perdas são de aproximadamente 3%, tendo a indústria reduzido em 10,7% os postos de trabalhos e os serviços 10,2%⁵⁴.

Tabela 4.2 – Crescimento anual do emprego formal em Campina Grande

SETORES	1986	1987	1988	1989	1985/1989	1990	1991	1992	1993	1994	1994/1990	1994/1985
PRIMARIO	21,3	13,5	-33,3	17,9	8,2	10,6	-20,5	-36,2	73,0	145,3	115,1	157,4
SECUNDARIO	13,0	-2,8	7,8	-3,9	13,8	3,4	-1,6	-10,9	-0,3	-13,2	-24,1	-10,7
SERVIÇOS	5,7	12,6	-1,8	0,6	17,6	2,4	-6,9	-4,4	-1,7	-14,7	-25,4	-10,2
TOTAL GERAL	8,2	9,8	4,1	-0,8	22,7	3,5	-3,1	-9,3	4,1	-16,9	-23,9	-3,3

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Os dados apresentados na tabela 4.2 indicam, pelo crescimento do emprego, tanto a retomada do crescimento econômico na segunda metade dos anos 1980, como também a recessão dos anos 1990, mostrando um ciclo no qual

⁵⁴ Números absolutos se encontram na Tabela 3.E no apêndice.



emprego se manifesta sucessivamente. A expansão produtiva e a abertura comercial dos anos 1990 implicaram em transformações significativas para a economia em sua configuração produtiva, em especial a industrial, e, conseqüentemente, para o espaço urbano campinense.

Uma das implicações da reestruturação produtiva conjugada com a abertura comercial constituiu-se na rápida introdução de novas tecnologias já muito utilizadas fora do país. O uso e a produção dessas novas tecnologias, em especial, computadores e software foram, no Brasil, estimuladas via parques tecnológicos cuja institucionalização foi iniciada em 1984, consolidando-se a partir de 1987, quando foi criada a Associação Nacional das Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC), visando a estimular o desenvolvimento dos parques. Na segunda metade da década de 1980, o Brasil contava com 10 Parques Tecnológicos, dos quais apenas 1 situava-se no Nordeste – o de Campina Grande – os demais encontravam-se no Sudeste (6) e no Sul (3). Atualmente se destaca no Nordeste como principais produtores de tecnologia ligada à Informática – os software – Fortaleza, Recife e Campina Grande (CHAVES, 1997).

Campina Grande insere-se rapidamente neste contexto de avanço científico-tecnológico, através da criação de programas de incentivo ao desenvolvimento tecnológico pela Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTc-Pb) que foi instituída em 1984, por iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no âmbito do programa de apoio a pólos e parques tecnológicos, com o objetivo de criar condições favoráveis para a elevação do grau de interação entre o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico-Tecnológico e o setor produtivo regional.

Alguns fatores influenciaram significativamente na implantação de um Parque Tecnológico em Campina Grande. Destaca-se entre eles a existência de duas Universidades Públicas – uma Federal e uma Estadual. O PaqTc-Pb procura promover o desenvolvimento tecnológico na Paraíba, através do incentivo à criação de empresas de base tecnológica e à difusão de informação tecnológica na região. Contando com o apoio de inúmeros Órgãos Governamentais⁵⁵ o PaqTc-

⁵⁵...Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT/CNPq/FINEP; Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República - SAE/PR; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT;



em sua estrutura, um dos núcleos do Programa Exportação - SOFTEX 2000,⁵⁶ o Campina Grande Software (CGSoft) que tem como objetivo apoiar as empresas de software que instalarem-se no Município. Criado em 1992, o CGSoft visa a incentivar no Município o desenvolvimento de empresas de base tecnológicas que possam produzir software para exportação. (CHAVES, 1997)

Desde sua fundação o PaqTc-Pb apóia a criação e consolidação de empresas. A partir de 1988, o PaqTc-Pb passou também a abrigar em sua sede pequenas empresas que se encontravam em estruturação. A atuação enquanto incubadora de empresas consolidou-se em 1988 e, em 1990, foi implantado o Sistema de Incubação de Empresas de Base Tecnológica, com capacidade para abrigar dez pequenas empresas, cujos atrativos consistiam em incentivos fiscais, construção de galpões empresarias, programas de bolsas tecnológicas, acesso a outros programas da Instituição, consultoria em gestão e mercado, entre outros. O desenvolvimento desse segmento impulsionou nas décadas seguintes o crescimento da indústria de informática, como também de serviços e atividades conexas gerando significativos volumes de tributação, aproximadamente 20% dos US\$ 650 milhões da receita municipal.

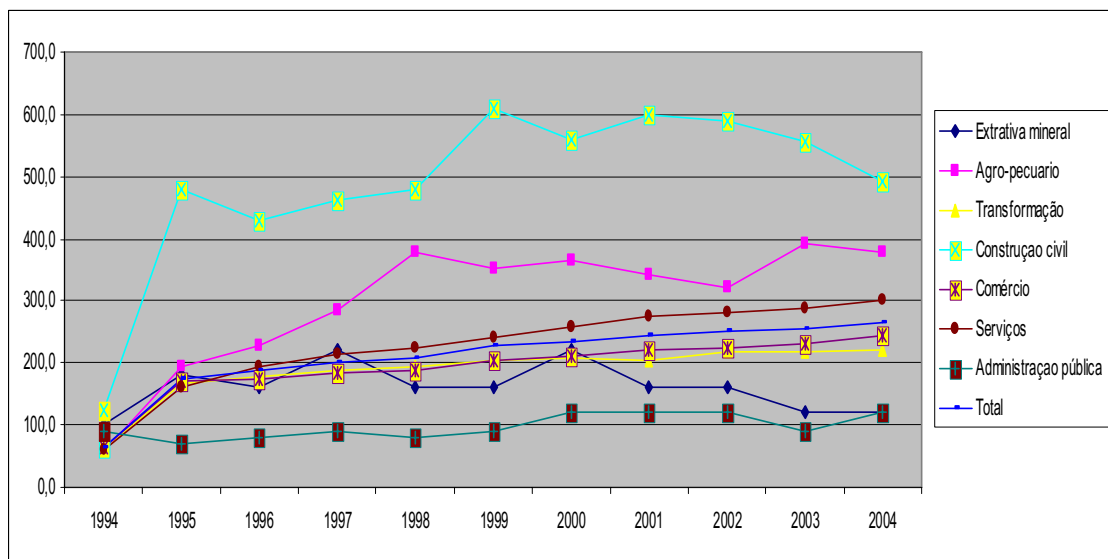
4.3 - AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NA ECONOMIA CAMPINENSE – 1994/2005

Entre 1994 e 2005, os efeitos da estabilização monetária, fruto do Plano Real, e os efeitos do processo de reestruturação produtiva já estavam consolidados. É nesse contexto que se materializou a nova configuração industrial campinense. A retomada do crescimento econômico, embora com baixas taxas, após a recessão dos anos 1990, implica significativo crescimento do número de

Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal da Paraíba - CCT/UFPB; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; Departamento de Ciência e Tecnologia - SICTCT/FUNCETI/FAPESQ; Secretaria Extraordinária do Desenvolvimento Econômico/PMCG; Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa - SEBRAE; Associação de Empresas de Base Tecnológica - AEBT; IBM do Brasil; Banco do Nordeste do Brasil S/A - BNB; Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica Industrial - ABIPTI e o Núcleo do Programa Nacional de Desenvolvimento de Software para Exportação de Campina Grande - CGsoft/SOFTEX 2000

⁵⁶ ...“O SOFTEX 2000 é um programa do Governo Federal coordenado pelo CNPq, que tem como objetivo transformar o Brasil num país produtor e distribuidor de software, com forte ênfase no setor exportador, atingindo 1% do mercado mundial até o ano 2000”(CHAVES, 1996)

...ego, como também mudanças nos rendimentos
 indústria apresentou também significativo crescimento
 no número de estabelecimentos, embora não tanto quanto o setor de serviços. O
 setor agropecuário apresenta um crescimento *sui generis* devido muito mais a
 formalização e melhor captação das informações do que mesmo crescimento do
 setor. A melhor captação se deve a mudança metodológica ocorrida no
 levantamento dos dados pela RAIS/MTE. Quanto a construção civil, tanto a base
 sua evolução é caracterizada pelos pequenos empreendimentos, mas não se
 nega que o mesmo tenha crescido, mesmo que de forma atomizada.



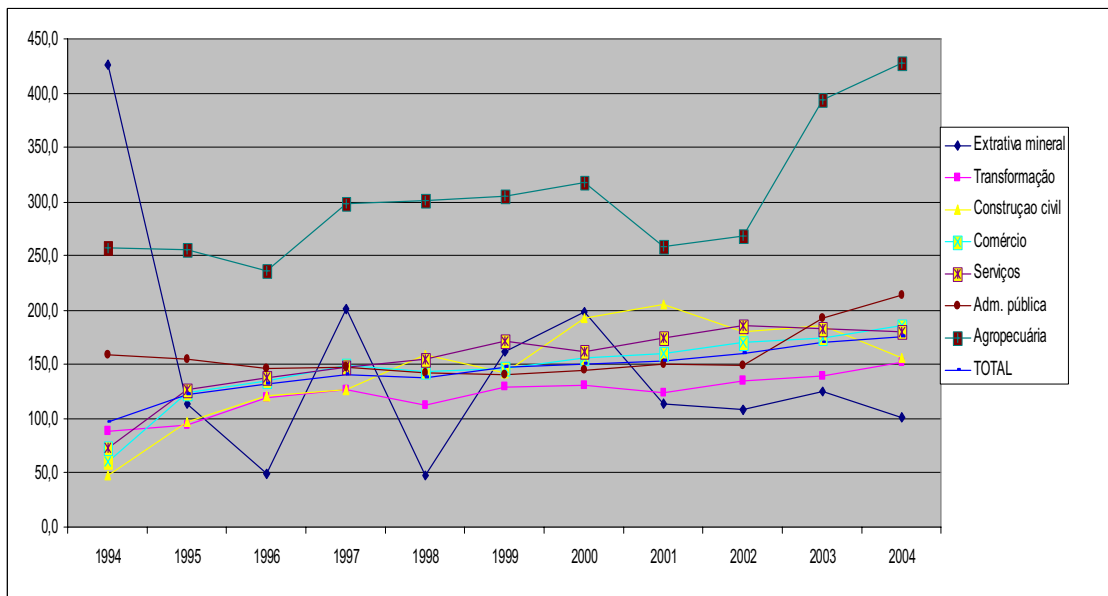
Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs. Ano base 1985=100

GRÁFICO 4.9 - Evolução do Número de Estabelecimentos em Campina Grande, Segundo Grandes Setores 1994/2004

O gráfico 4.9 mostra a evolução do número de estabelecimentos dos setores produtivos em Campina Grande. O crescimento do segmento da construção civil evidencia um significativo crescimento das estruturas físicas da cidade. Com relação a 1985, o crescimento da construção civil supera relativamente os demais setores e apresenta-se em sexto lugar no número de estabelecimentos (tabela 4.3) e em décimo lugar na participação do emprego formal (tabela 4.4) na economia municipal. Esse fato deve-se em razão do setor ser hegemonicamente constituído por micro e pequenas empresas.

indústria e os serviços apresentaram crescimento significativo. O crescimento do emprego na indústria (59,2%) tenha superado percentualmente o crescimento do emprego nos serviços (43%). O emprego total cresceu 44,3%.



Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs. Ano base 1985=100

Gráfico 4.10 - Evolução do Emprego Formal Segundo Segmentos Econômicos em Campina Grande 1994/2004⁵⁷

Nos últimos vinte anos, a configuração econômica campinense se alterou significativamente. A tabela 4.3 expressa as transformações no número de estabelecimentos, na configuração da economia. O comércio varejista apresenta-se como segmento hegemônico, responsável por quase 40% do número de estabelecimentos no município. Esse segmento absorve mais de 16% do emprego formal no município, ficando atrás apenas do segmento de administração pública direta e autarquias (18,8% em 2004)⁵⁸. O comércio varejista campinense é reflexo histórico-econômico do desenvolvimento das atividades

⁵⁷ Os dados dos setores agropecuário e extrativo mineral não significativos devido ao pequeno volume dos mesmos, implicando em alteração relativa significativa a pequenas mudanças no número absoluto.

⁵⁸ O comércio varejista apresenta uma participação no número de estabelecimentos muito superior a sua participação no emprego devido ao fato desse segmento apresentar uma relação emprego-estabelecimento muito baixa. Em outras palavras, um estabelecimento no comércio varejista pode funcionar com poucos empregos formais, na prática, um único empregado, que pode ser o proprietário.



século XX, que declinaram em importância devido PEREIRA, 1998).

Tabela 4.3

PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR SUB-SETOR NA ECONOMIA CAMPINENSE (%)

SUB-SETORES	1985	1990	1994	1995	2000	2004
Extrativa mineral	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,1
Indústria de produtos minerais não metálicos	1,1	1,3	1,2	0,9	0,8	0,7
Indústria metalúrgica	1,2	1,5	1,1	1,1	1,0	1,0
Indústria mecânica	0,8	0,7	0,3	0,3	0,4	0,5
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,4	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Indústria do material de transporte	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
Indústria da madeira e do mobiliário	2,0	1,7	1,3	1,1	1,3	1,0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,1	1,0	1,0	0,8	0,9	0,8
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1,2	1,0	0,9	0,9	0,8	0,7
Ind. química de prod. farmacêuticos, vet., perfumaria, ...	0,9	0,8	1,3	1,1	1,3	1,5
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2,2	2,8	3,2	4,5	3,2	2,5
Indústria de calçados	0,7	0,8	0,9	0,9	1,0	1,1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	5,1	4,0	3,7	3,1	3,7	3,8
Serviços industriais de utilidade pública	0,2	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1
Construção civil	2,3	5,8	4,4	6,1	5,6	4,4
Comércio varejista	37,7	34,8	37,3	37,7	38,4	39,0
Comércio atacadista	9,8	7,4	7,3	6,5	4,8	5,2
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,5	1,3	2,7	1,0	1,2	1,1
Com. e adm. de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	7,4	6,4	5,0	5,3	8,1	8,5
Transportes e comunicações	4,9	3,2	4,7	3,0	2,9	2,8
Serv. de aloj., alim., reparação, manutenção, redação, etc..	11,1	9,9	7,5	7,9	10,5	11,3
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,3	3,3	6,5	7,3	8,5	8,2
Ensino	2,1	1,8	2,7	2,9	3,3	3,7
Administração pública direta e autárquica	0,6	0,3	0,8	0,2	0,3	0,3
Agricultura, silv., criação de animais, extrativismo vegetal...	0,8	0,8	0,7	0,9	1,3	1,2
Outros / ignorado	0,4	8,5	4,1	5,7	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs: Números na cor azul mostram os principais sub-setores da economia de Campina Grande, referente ao número de estabelecimentos.

Os segmentos em ascensão, frente aos que declinam, demonstram uma transformação produtiva e espacial⁵⁹ no município. Nesses últimos anos, os segmentos de construção civil; de serviços médicos, odontológicos e veterinários; e, de ensino; praticamente duplicaram sua participação no número de estabelecimentos. Enquanto, sub-setores, como os de Madeira e mobiliário;

⁵⁹ A dimensão espacial será estudada no capítulo seguinte.

te e comunicações perderam grande parte de sua estabilidade.

Tabela 4.4
PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL POR SUB-SETOR NA ECONOMIA CAMPINENSE (%)

sub-setores da economia	1985	1990	1995	2000	2004
Extrativa mineral	0,5	0,4	0,5	0,7	0,3
Indústria de produtos minerais não metálicos	2,7	1,6	1,5	1,2	0,9
Indústria metalúrgica	1,7	2,1	1,2	1,1	1,2
Indústria mecânica	1,0	0,3	0,3	0,3	0,3
Indústria do material elétrico e de comunicações	1,1	0,9	0,9	0,6	0,6
Indústria do material de transporte	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
Indústria da madeira e do mobiliário	0,6	0,4	0,4	0,7	0,7
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,6	1,3	1,1	1,3	1,7
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	3,8	4,5	0,7	1,0	0,9
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2,2	1,6	1,8	1,9	2,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	3,8	3,6	5,8	6,3	4,7
Indústria de calçados	1,3	2,2	2,2	5,6	7,3
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	6,0	5,3	3,9	3,7	3,3
Serviços industriais de utilidade pública	3,4	2,0	2,9	1,8	1,6
Construção civil	4,0	5,0	3,2	5,1	3,5
Comércio varejista	15,2	13,5	16,1	16,6	16,7
Comércio atacadista	4,0	3,2	3,3	3,4	3,5
Instituições de crédito, seguros e capitalização	4,2	2,9	2,3	1,3	1,0
Com. e administração de imóveis, valores mob., serv. técnico...	2,7	3,1	3,1	5,0	5,4
Transportes e comunicações	5,3	4,7	5,8	5,3	4,0
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manut., redação, r...	12,6	9,2	5,6	8,0	7,1
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,0	5,6	7,0	6,3	5,7
Ensino	2,2	2,1	8,2	7,5	8,3
Administração pública direta e autárquica	15,5	17,9	19,7	15,0	18,8
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	0,2	0,2	0,4	0,5	0,5
Outros / ignorado	0,5	6,4	2,1	0,0	0,0
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs: Números na cor azul mostram os principais sub-setores da economia de Campina Grande, referente ao número de empregos.

Do ponto de vista do emprego, alguns dados reforçam o papel de determinados segmentos econômicos. Por exemplo, o do comércio varejista emprega mais de 16% dos trabalhadores no município. O segmento que mais emprega, como já foi informado, é o de administração pública e autarquias, com

⁶⁰ Sobre o declínio do comércio atacadista de Campina Grande, ver: PEREIRA (1998).

al municipal, seguido pelo varejo, pelo ensino, pela pagamento de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc.

As especificidades dos segmentos industriais serão discutidas na seção seguinte, no entanto, deve-se destacar a evolução da indústria têxtil, que vinha apresentando crescimento significativo na configuração produtiva campinense, desde os anos 1980. A configuração produtiva de Campina Grande concentra a maior parte do emprego nos segmentos anteriormente mencionados.

Tabela 4.5

Participação dos estabelecimentos de Campina Grande no número de estabelecimentos da Paraíba e no Nordeste (%) – 1985/2004

SUB-SETORES DA ECONOMIA	CG/PB		CG/NE	
	1985	2004	1985	2004
Extrativa mineral	17,9	6,3	1,3	0,6
Indústria de produtos minerais não metálicos	20,2	15,5	1,6	1,1
Indústria metalúrgica	47,7	28,7	2,9	2,1
Indústria mecânica	68,4	46,0	4,2	3,6
Indústria do material elétrico e de comunicações	75,0	65,2	3,9	5,1
Indústria do material de transporte	0,0	35,0	0,0	1,9
Indústria da madeira e do mobiliário	34,0	34,8	2,1	1,8
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	26,9	20,8	1,9	1,5
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	42,9	33,0	3,2	2,5
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	25,0	39,9	1,7	3,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	32,5	32,1	2,6	1,8
Indústria de calçados	44,4	46,6	6,0	9,5
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	23,8	19,6	2,4	1,8
Serviços industriais de utilidade pública	3,6	4,4	0,5	0,4
Construção civil	17,5	13,3	1,3	1,3
Comércio varejista	24,2	18,0	1,5	1,2
Comércio atacadista	41,0	28,3	2,8	1,6
Instituições de crédito, seguros e capitalização	6,5	14,8	0,6	1,0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	23,1	13,0	1,2	1,0
Transportes e comunicações	21,3	17,8	1,8	1,1
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	20,0	19,5	1,4	1,3
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	24,2	25,1	2,2	2,1
Ensino	24,7	23,9	1,9	1,9
Administração pública direta e autárquica	3,4	2,6	0,4	0,3
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	13,3	5,4	0,7	0,2
Outros / ignorado	19,4	0,0	0,9	0,0
Total	22,7	18,1	1,6	1,3

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs: Números na cor azul mostram os sub-setores da economia que ampliaram e em vermelho os que diminuíram suas respectivas participações no número de estabelecimentos em Campina Grande.



concentram quase 60% de todo o emprego formal. Este segmento mostra-se importante devido ao fato de que o mesmo está diretamente ligado ao nível de renda e de produção no município. O segmento de administração pública cresce em participação, principalmente em anos de crise econômica, como evidenciam os dados apresentados pelos anos de recessão na década de 1990.

Quando se observa a evolução da participação dos estabelecimentos campinenses frente ao estado e a região, em geral ocorre declínio da participação municipal. Esse fato deve-se ao crescimento mais rápido de outros municípios nordestinos em relação ao de Campina Grande, resultado do maior investimento público e privado nesses municípios. No entanto, quatro segmentos, sendo três industriais e um de serviços⁶¹, apresentam crescimento de sua participação tanto no estado como na região. Desses segmentos, a indústria calçadista campinense apresenta maior importância por possuir, em 2004, 9,5% de todos os estabelecimentos do Nordeste e 46,6% dos da Paraíba. Essa participação mostra-se crescente desde a segunda metade dos anos 1980, acentuando-se na segunda metade dos anos 1990, quando o processo de re-localização da indústria calçadista, reflexo da reestruturação produtiva, favoreceu a implantação e o crescimento dos estabelecimentos no município. O crescimento desse segmento vem consolidar a função do município como um dos grandes provedores nacionais desse produto.

A indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria apresentou significativo crescimento, tanto frente ao estado quanto à região, absorvendo aproximadamente 40% dos estabelecimentos do estado e 3,0% dos do Nordeste. Os outros segmentos apresentaram crescimento, mas não tão significativos quanto o citado. A indústria de material de transporte, antes inexistente no município, passa a concentrar, em 2004, 35% dos estabelecimentos do estado e 1,9% dos do Nordeste. As instituições de crédito, seguros e capitalização incorporam 14,8% e 1,1% dos estabelecimentos do estado e da região, em 2004.

⁶¹ A indústria do material de transporte; a química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; a de calçados e as instituições de crédito, seguros e capitalização.

AL EM CAMPINA GRANDE NO EMPREGO DA PARAÍBA E NO

SUB-SETORES DA ECONOMIA	CG/PB		CG/NE	
	1985	2004	1985	2004
Extrativa mineral	22,6	11,4	0,7	0,6
Indústria de produtos minerais não metálicos	32,4	10,6	2,2	1,0
Indústria metalúrgica	47,0	36,8	1,7	1,9
Indústria mecânica	78,4	33,0	2,2	1,1
Indústria do material elétrico e de comunicações	85,2	86,6	3,7	3,1
Indústria do material de transporte	0,0	48,4	0,0	0,5
Indústria da madeira e do mobiliário	24,8	39,1	0,9	1,5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	33,2	37,4	2,0	3,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	60,0	15,6	4,2	2,0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	33,0	41,1	1,2	1,8
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	13,5	20,4	1,2	1,9
Indústria de calçados	49,1	51,1	5,7	4,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.	13,2	10,3	0,8	0,6
Serviços industriais de utilidade pública	21,5	9,1	1,6	1,2
Construção civil	9,9	14,4	0,6	0,8
INDÚSTRIA	19,9	20,2	1,2	1,4
Comércio varejista	28,0	20,9	1,4	1,2
Comércio atacadista	38,4	25,0	1,8	1,4
Instituições de crédito, seguros e capitalização.	15,0	14,8	1,0	0,8
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	17,1	14,9	0,4	0,6
Transportes e comunicações	22,0	19,8	1,1	1,0
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	23,2	16,5	1,2	0,9
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	21,7	29,6	2,9	1,7
Ensino	26,2	29,1	1,5	2,4
Administração pública direta e autárquica	3,6	5,2	0,4	0,5
SERVIÇOS	10,2	11,5	0,8	0,9
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	5,0	1,6	0,1	0,1
Outros / ignorado	52,2	0,0	1,0	0,0
TOTAL GERAL	12,3	12,7	0,9	0,9

Fonte: Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs: Números na cor azul mostram os sub-setores da economia que ampliaram e em vermelho os que diminuíram suas respectivas participações no número de emprego em Campina Grande.

Quanto à participação do emprego formal campinense no estado e na região, a ocorrência de crescimento na participação estadual e regional deu-se em um número maior de segmentos. Os segmentos industriais: do material de transporte; da madeira e do mobiliário; do papel, papelão, editorial e gráfica; da química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria; do têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; e, a construção civil, em conjunto com o segmento do

política direta e autarquia, apresentaram crescimento no regional. Os demais segmentos apresentaram declínio, embora o calçadista e o do material elétrico e de comunicação sejam os que detêm maior participação no emprego formal da região.

Como é possível observar na tabela 4.6, a maioria dos segmentos, que ampliam sua participação no nível regional, encontra-se no setor industrial. Esse dado, em conjunto com outros, revela a importância do setor industrial, em especial do segmento calçadista (PEREIRA; SILVA; APOLINÁRIO, 2007), da indústria do material elétrico e de comunicação, para o município⁶². Em geral, a indústria ampliou sua participação, tanto no estado (0,3%), quanto na região (0,2%). Embora o crescimento seja pequeno para o interstício temporal (20 anos), é representativo das transformações ocorridas no âmbito da reestruturação produtiva e da recessão econômica dos anos 1990. Quanto aos serviços o incremento no nível estadual (1,3%) é mais representativo do que no regional (0,1%). Esse fato deve-se ao parco incremento positivo na participação estadual e regional dos poucos segmentos que apresentaram crescimento.

Esse contexto mais geral serve de base para uma análise mais profícua do setor industrial campinense. Pela tabela 4.7, percebe-se que, na distribuição do emprego formal pelos setores, Campina Grande apresenta uma participação do setor industrial superior ao percentual do estado e da região, demonstrando a importância do setor para o município. A expansão dos serviços, nos últimos anos, não reduziu a participação do emprego industrial e, conseqüentemente, da produção industrial para a economia campinense.

Tabela 4.7
Participação do Emprego Formal segundo os Setores da Economia*

SETORES	Campina Grande		Paraíba		Nordeste	
	1985	2004	1985	2004	1985	2004
INDÚSTRIA	33,7	29,0	20,8	18,3	25,1	19,1
SERVIÇOS	65,6	70,5	78,6	77,6	72,8	76,6
AGRICULTURA	0,2	0,5	0,5	4,1	1,7	4,2

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE

* O somatório dos percentuais não soma 100,0 devido a existência da categoria outros/ignorados na RAIS. O diferencial que falta refere-se exatamente ao percentual dessa categoria.

⁶² O declínio da participação no número de estabelecimentos e do emprego não significa declínio absoluto nas variáveis estudadas. Em números absolutos, ocorreu crescimento tanto no emprego como no número de estabelecimentos. O declínio na participação indica que o crescimento de Campina Grande foi inferior aos dos outros municípios.

ETORIAIS NA CONFIGURAÇÃO INDUSTRIAL

A indústria campinense nasceu das transformações que a economia do município sofreu com a ascensão e crise da economia algodoeira ainda na primeira metade do século XX. No entanto, esse setor no município somente expande-se quando ocorreu o processo de integração produtiva e as conseqüentes ações estatais de apoio ao setor nos anos 1960 (PEREIRA, 1998). Com a recessão econômica e a reestruturação produtiva dos anos 1990, a configuração industrial campinense modificou-se. Alguns segmentos econômicos ascenderam em importância, enquanto outros declinaram.

Tabela 4.8

PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS INDÚSTRIAS POR SUB-SETOR NA ECONOMIA CAMPINENSE (%)

SUB-SETORES INDUSTRIAIS	1985	1990	1994	1995	2000	2004
Extrativa mineral	1,5	1,4	2,1	1,3	1,3	0,7
Indústria de produtos minerais não metálicos	5,7	5,7	6,0	4,0	3,6	3,7
Indústria metalúrgica	6,3	6,5	5,2	5,0	4,9	5,6
Indústria mecânica	3,9	3,2	1,3	1,3	2,0	2,7
Indústria do material elétrico e de comunicações	1,8	1,6	1,7	1,9	1,7	1,8
Indústria do material de transporte	0,0	0,4	0,4	0,6	0,5	0,8
Indústria da madeira e do mobiliário	10,5	7,5	6,4	5,0	6,1	5,5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica.	5,4	4,3	4,7	3,8	4,1	4,3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	6,3	4,5	4,3	4,2	4,0	3,6
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	4,5	3,8	6,4	5,0	6,2	8,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11,1	12,5	15,5	20,6	15,4	13,2
Indústria de calçados	3,6	3,8	4,3	4,0	4,7	5,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	26,1	18,0	18,0	14,3	17,9	20,3
Serviços industriais de utilidade pública	1,2	1,0	2,1	0,9	0,7	0,6
Construção civil	12,0	25,9	21,5	28,1	26,9	23,5
TOTAL INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Autor com base nos dados da RAIS/MTE

Obs: Números na cor azul mostram os principais sub-setores da indústria no que se refere ao número de estabelecimentos em Campina Grande.

Nas transformações dos últimos 20 anos, considerando o número de estabelecimentos, o segmento da construção civil consolidou uma participação próxima a um-quinco do número de estabelecimentos industriais, seguido pelos segmentos de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, com 20%, e, por fim, o setor têxtil do vestuário e artefatos de tecidos, com aproximadamente 13%. Chama a atenção o crescimento da indústria química de produtos farmacêuticos,



que quase duplicou sua participação (de 4,5% para 9,0%) e o segmento de construção civil (3,6% para 5,7%). O segmento que mais perdeu foi o de madeira e mobiliário, reduzido à metade de sua participação. A tabela 4.8 apresenta esses dados.

Na dimensão do emprego, os dados são mais reveladores das transformações em estudo. A indústria da construção civil, que detinha quase um quarto dos estabelecimentos, empregava apenas 12% dos trabalhadores do setor, enquanto o segmento calçadista, que detinha 5,7% dos estabelecimentos, empregava mais de 25% da mão-de-obra do setor. O setor têxtil, com 13,2% dos estabelecimentos, empregava 16% dos trabalhadores da indústria. Esses três segmentos eram responsáveis por mais de 53% da mão-de-obra na indústria, conformando o desenho industrial do município, em 2004.

Tabela 4.9
PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO FORMAL INDUSTRIAL POR SUB-SETOR NA ECONOMIA CAMPINENSE (%)

RAMOS DA INDÚSTRIA	1985	1990	1994	1995	2000	2004
Extrativa mineral	1,5	1,2	7,1	1,8	2,1	1,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	8,1	5,2	3,4	5,9	3,8	3,1
Indústria metalúrgica	5,1	6,7	3,3	4,5	3,5	4,3
Indústria mecânica	3,0	1,1	0,2	1,0	0,9	0,9
Indústria do material elétrico e de comunicações	3,2	3,0	0,9	3,4	2,0	2,0
Indústria do material de transporte	0,0	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4
Indústria da madeira e do mobiliário	1,9	1,4	1,0	1,6	2,3	2,4
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4,8	4,1	2,6	4,0	4,1	5,8
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	11,4	14,3	5,1	2,8	3,3	3,1
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	6,4	5,2	7,1	7,0	6,0	7,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11,3	11,5	11,5	22,0	20,1	16,0
Indústria de calçados	3,8	6,9	23,9	8,3	17,9	25,1
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	17,8	16,8	13,0	14,7	12,0	11,3
Serviços industriais de utilidade pública	10,1	6,5	14,4	10,9	5,6	5,4
Construção civil	11,7	16,0	6,3	12,0	16,3	12,0
TOTAL DA INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

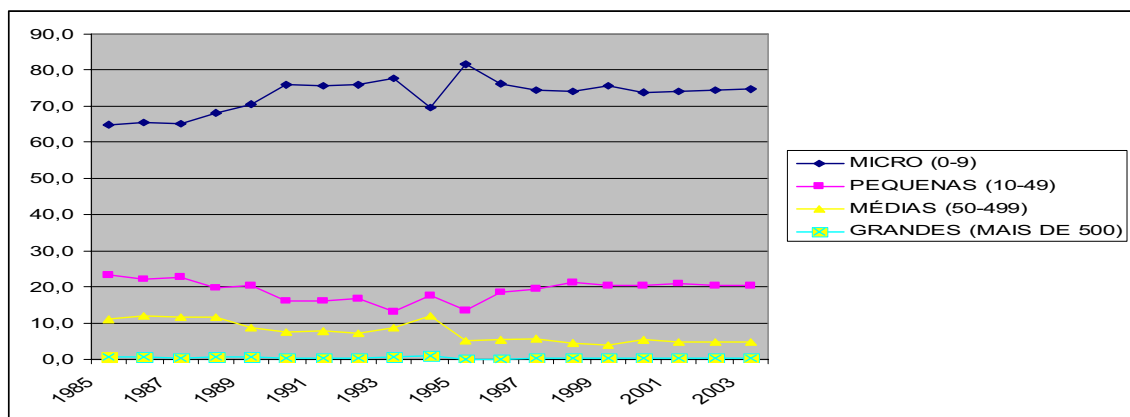
Fonte: Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Obs: Números na cor azul mostram os principais sub-setores da indústria no que se refere ao número de empregos em Campina Grande.

Outros segmentos apresentavam também participação significativa, embora menor que os dos segmentos mencionados. Desses, destacam-se os segmentos de produtos alimentícios (11,3%), química (7,0%) e papel, papelão, editorial e gráfico (5,8%). Esses segmentos, que já foram importantes na década de 1980, perderam importância na distribuição do emprego no setor industrial.

acavam-se as indústrias: de produtos minerais não metálicos, de madeira, de alimentos, de vestuário, de couros, peles, similares e indústrias diversas; e, as de serviços de utilidade pública.

As transformações no setor industrial caminharam no sentido de diminuir o tamanho dos empreendimentos, quando medidos com base no número de trabalhadores. As microempresas apresentaram crescimento em sua participação no universo dos estabelecimentos frente ao declínio da participação das pequenas, médias e grandes empresas, ratificando o trabalho do IPEA (2001:130). Em vinte anos, as microempresas ampliaram de 64,9% para 74,6% a sua participação no número de estabelecimentos.



Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 4.11 - PARTICIPAÇÃO DAS INDÚSTRIAS SEGUNDO O TAMANHO DOS ESTABELECIMENTOS – CAMPINA GRANDE

Quando se observa a evolução do emprego, tendo como base o ano de 1985, os dados evidenciam o fortalecimento de alguns segmentos industriais. O principal segmento consolidado nos últimos anos foi o calçadista, que, no período em análise, ampliou mais de 900% o contingente de trabalhadores formais empregados. O segmento de material de transporte, embora não apresente um contingente significativo de trabalhadores⁶³, apresentou incremento de mais de 600% enquanto o segmento têxtil, que absorvia mais de 1.087 trabalhadores, em 1985, ampliou em 115,7% o número de trabalhadores empregados.

⁶³ Esse sub-setor empregava apenas 59 trabalhadores em 2004.

segmentos industriais eram responsáveis por 76,9% do setor industrial, ou 22,3% da totalidade dos trabalhadores formais do município. No ano de 2004, o segmento calçadista firmou-se como o principal empregador industrial, com mais de 3,6 mil trabalhadores, enquanto o segmento têxtil (2,3 mil), a construção civil (1,7 mil), a indústria de produtos alimentícios (1,6 mil) e a química (1,0 mil), respectivamente, constituíam os cinco principais segmentos empregadores.

Tabela 4.10

Índice Demonstrativo da Evolução do emprego nos segmentos industriais campinenses – 1985 = 100

SEGMENTOS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL	1990	1994	1995	2000	2004
Extrativa mineral	93,7	425,9	113,3	198,6	101,4
Indústria de produtos minerais não metálicos	76,2	37,8	69,3	64,4	59,1
Indústria metalúrgica	154,8	58,7	83,5	93,9	126,7
Indústria mecânica	43,9	5,6	30,7	42,2	47,4
Indústria do material elétrico e de comunicações	112,8	26,6	103,3	85,5	95,4
Indústria do material de transporte	87,5	112,5	275,0	387,5	737,5
Indústria da madeira e do mobiliário	87,8	46,1	80,6	171,1	197,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	100,0	49,2	80,0	118,1	185,4
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas.	148,0	39,9	23,8	39,9	41,3
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	95,5	98,9	103,9	129,1	165,4
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	119,8	91,2	185,6	246,7	215,7
Indústria de calçados	213,1	560,8	207,9	650,4	1000,8
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.	110,9	65,2	78,5	93,0	96,6
Serviços industriais de utilidade pública	76,0	127,1	103,0	77,1	80,9
Construção civil	160,7	47,9	97,6	192,0	156,1
TOTAL DA INDÚSTRIA	117,7	89,3	95,4	138,4	151,8

Fonte: Elaborado com base nos dados da RAIS/MTE

Obs: Números na cor azul mostram os principais sub-setores da indústria no que se refere ao número de emprego em Campina Grande.

O segmento da informática, em especial os de software, que constituíram-se ainda nos anos 1980, embora não apresente-se explicitamente na tabela acima devido a metodologia da RAIS/MTE, está inserido nos dados acima. Esse segmento começou a demonstrar importância, não tanto no número de empregos, mas nos valores que movimenta, principalmente no que refere-se a sua contribuição para com a arrecadação de tributos no municipal. O desenvolvimento desse segmento gerou fortes influências em espaços regionais, contribuindo para



e alguns centros urbanos, dos quais destaca-se capitulo, utilizando outra fonte de dados, torna-se possível observa a participação desse segmento na indústria do município, principalmente no que refere-se ao número de empresas, empregos e sua localização territorial.

4.6– A GUISA DE CONCLUSÃO

A indústria campinense, na segunda metade da década de 1980, apresentou taxas de crescimento relativamente superior ao setor primário e ao de serviços, expressando-se no crescimento do número de estabelecimentos. No entanto, as taxas de crescimento do emprego não acompanharam a mesma tendência do número de estabelecimentos. A indústria apresentou taxas de crescimento mais baixas do que o setor de serviços e, na primeira metade da década 1990, devido à recessão econômica, impactou negativamente, reduzindo os volumes de emprego, tanto na indústria como nos serviços, embora o de serviços não tenha caído tanto quanto o da indústria, devido ao fato de o emprego público localizar-se majoritariamente nos serviços. Os números dos estabelecimentos e de emprego somente se recuperaram na segunda metade dos anos 1990. Neste período ratificou-se a forte presença dos estabelecimentos comerciais varejistas, com mais de um-terço de todos os estabelecimentos do município. Na indústria, destaca-se o segmento de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico, evidentemente, muito mais pelos alimentos e bebidas do que pelo álcool.

Quanto ao emprego, consolidou-se a participação dos segmentos da administração pública direta e autárquica e comércio varejista que juntos empregavam mais de 30% dos trabalhadores formais do município. Na indústria, o novo é a ascensão e a consolidação do emprego no segmento calçadista, que superou os segmentos metal-mecânico e têxtil. O pólo industrial campinense se consolidou, assim, no âmbito do emprego nos segmentos têxtil e calçadista, empregando mais 40% dos trabalhadores do setor industrial e aproximadamente 10% de todo o emprego formal do município.



), não tem apresentado crescimento significativo, e vestuário e artefatos de tecidos, cujo número de estabelecimentos e de empregos caiu significativamente desde 1995, reflexo da dificuldade de concorrência dessas empresas frente às importações de têxteis chinesas e da consolidação dos pólos têxteis de Caruaru e Santa Cruz do Capiberibe, em Pernambuco. Essa indústria não caiu mais porque instalou-se no município uma grande empresa de fiação e tecelagem.

Nas últimas duas décadas, a indústria calçadista assumiu papel preponderante na indústria do estado e do Nordeste. Os dados obtidos, principalmente os da RAIS/MTE, não deixam dúvida quanto à importância desse segmento para o município. Em Campina Grande, encontram-se mais de 50% de todo o emprego formal da indústria calçadista da Paraíba e, aproximadamente, 5% do emprego da região. Esse emprego é constituído por mais de 45% dos estabelecimentos do estado que, no município, encontram-se instalados e representam aproximadamente 10% de todos os estabelecimentos do Nordeste. Esses números mostram a importância do segmento para o município.

Diversos outros segmentos industriais também apresentam significativa importância, pois se concentram, majoritariamente, no município, garantindo ao mesmo a manutenção de um percentual de emprego industrial na faixa dos 30%, média superior ao estado, a região e ao país. A produção de uma série de estruturas físico-institucionais vem ratificar tal importância do segmento calçadista para Campina Grande. Dessas estruturas, destacam-se o pólo calçadista, a incubadora de empresas calçadistas e o Centro Couro-Calçadista Albano Franco. Essas três instituições objetivam dar suporte e apoio básico para o desenvolvimento da atividade couro-calçadista através da pesquisa, do desenvolvimento de produtos e serviços etc. A indústria calçadista aumentou em mais de 1000% o volume de empregos nas duas últimas décadas. Nenhum outro segmento apresentou um crescimento no emprego tão significativo. A exceção é a indústria do material de transporte (mais de 700%), no entanto, como a base inicial era muito pequena, esse crescimento falseia a importância do setor para a economia municipal. Nos últimos anos, a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e de perfumaria etc., tem apresentado significativo crescimento e, em menor porte, a indústria do papel, papelão, editorial e gráfica.



ditos dinâmicos da economia, a produção começa a chamar a atenção ainda nos anos 1980 quando ocorre a fundação do PAQTC-PB. Nos anos 1990, essa instituição, em conjunto com a universidade federal impulsionou significativamente no crescimento das empresas de produtos em eletrônica, telecomunicação e informação, vindo a constituir o pólo tecnológico do município. Embora os dados sejam apresentados apenas no próximo capítulo, o segmento ligado à produção do software consolidou-se ainda nos anos 1990, apresentando perspectivas positivas quanto a seu desenvolvimento e contribuição tributária para o município.

Em resumo, a análise aponta tendências de consolidação do segmento calçadista na indústria campinense, que se torna um dos principais centros produtores da região Nordeste, devido aos investimentos realizados em estruturas físico-institucionais e às inversões privadas na produção. Uma evidência dessa consolidação é o fato de o município ser hoje o maior produtor de sandálias plásticas do Brasil. Ao mesmo tempo, alguns outros segmentos também fortaleceram-se, a exemplo, do pólo tecnológico, que se constitui em um dos principais pólos produtores de software do país e possibilitou que Campina Grande fosse considerada, pela revista americana *Newsweek*, em 2001, uma das nove cidades de destaque no mundo que representa novo modelo de Centro Tecnológico. Em 2003, mais uma menção foi feita à cidade: desta vez referenciada como o "Vale do Silício Brasileiro", graças, além da *high tech*, às pesquisas envolvendo o algodão colorido "ecologicamente correto", desenvolvido pela EMBRAPA no município⁶⁴. Esse segmento também vem se tornando um dos principais contribuintes tributários municipal. Mesmo que a geração de empregos ainda não seja tão significativa, aponta para uma possibilidade de grande crescimento devido à presença de duas universidades públicas e várias faculdades particulares, da EMBRAPA, do SESI, do SENAC etc., os quais preparam mão-de-obra qualificada para o segmento, como também pelo fato da demanda por novas tecnologias crescer significativamente.

⁶⁴ Embora pareça muito ufanismo, é um indicador da representatividade do segmento para o município, quiçá da região.



**CAPITULO 5.0 - A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA DE
CAMPINA GRANDE.**

identificar como a indústria evolui no município, preponderantes dos não significativos para a economia, com base no número de estabelecimentos, no emprego formal e nos rendimentos do trabalho segundo as faixas de salários, utilizando-se dos dados da RAIS/MTE. Além disso, busca-se espacializar a presença dos segmentos industriais nos bairros de Campina Grande com o intuito de perceber os espaços em que se amplia a presença da indústria e os que declinam tal presença, nos anos 1990. Para isso, utilizaram-se os dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias da Paraíba, nos anos de 1992 e 2006.

Encontramos, nesse capítulo uma divisão atípica aos demais, pois se subdivide no número de sub-setores que compõem a indústria campinense. Após essa breve visão sobre os sub-setores, realiza-se, à guisa de conclusão, algumas considerações sobre a espacialidade da indústria.

Para entender-se o processo de distribuição espacial da indústria e do emprego é necessário saber que o município é dividido em quatro zonas com diversos bairros. Fazem parte do município seis distritos. No quadro 01 encontram-se os cinquenta bairros da cidade distribuídos pelas respectivas zonas e também os distritos que fazem parte do município.

Quadro 01

Bairros e distritos do município de Campina Grande – 2007

Zona Norte	Zona Sul	Zona Leste	Zona Oeste	Distritos
Alto Branco, Araxá, Bairro das Nações, Centro, Conceição, Cuités, Jardim Continental, Jardim Tavares, Jeremias, Lauritzen, Louzeiro, Monte Santo, Novo Bodocongó, Palmeiras.	Acácio Figueiredo, Bairro das Cidades, Catolé, Cruzeiro, Distrito Industrial, Estação Velha, Itararé, Jardim Paulistano, Liberdade Presidente Médice, Sandra Cavalcante, São José, Tambor, Três Irmãs, Velame, Vila Cabral.	Castelo Branco, Glória, José Pinheiro, Mirante, Monte Castelo, Nova Brasília, Santa Teresinha, Santo Antônio.	Bela Vista, Bodocongó, Centenário, Dinâmica, Jardim Borborema, Malvinas, Pedregal, Prata, Quarenta, Ramadinha, Santa Cruz, Santa Rosa, Serrotão, Universitário.	Catolé de Boa Vista, Catolé de Zé Ferreira, Galante, Marinha, São José da Mata.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no mapa temático 5.1

Obs. Em azul os novos bairros, ainda não contemplados nos mapas da cidade.

A figura 01 mostra a distribuição dos bairros no mapa do município. Optou-se metodologicamente pela unificação de dois bairros (Distrito Industrial e Velame) como apenas um espaço, devido ao fato do bairro do Velame se constituir em mais um distrito industrial do município. Oficialmente, o município

distrito industrial – bairro, o Velame e o Acácio de
 le Figueiredo, mais conhecido como “Catingueira”
 também constituiu-se como um novo distrito industrial, mas que nesse trabalho,
 ainda não foi reconhecido como tal, pelo fato da integração com o distrito
 industrial (bairro) ainda ser pequena.

Mapa Temático - 5.1

Mapa dos bairros de Campina Grande – PB - 2008

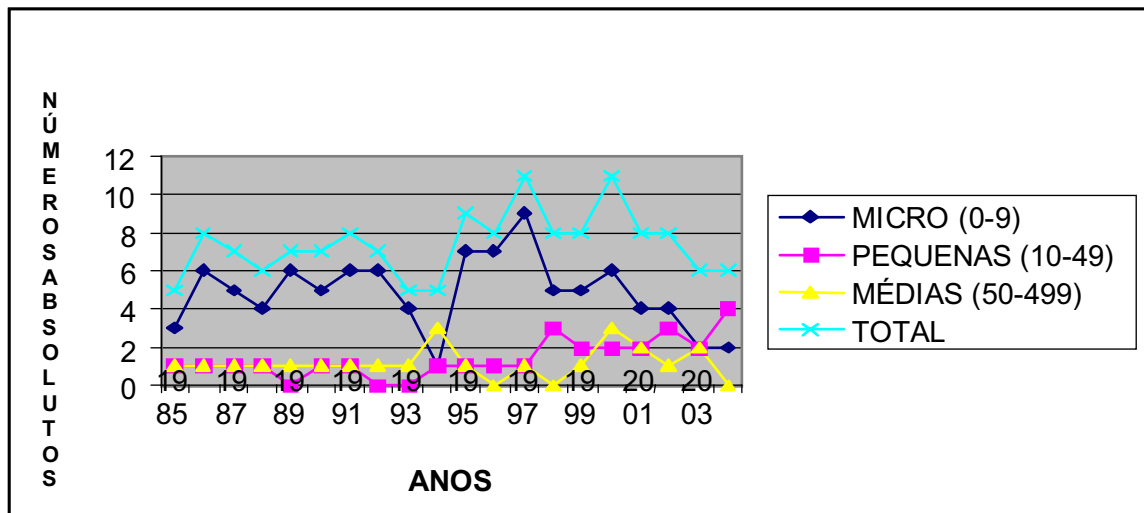


fonte: http://seplan.pmcg.pb.gov.br/mapas/Campina_GrandeMapa.pdf

RATIVA MINERAL

A indústria extrativa mineral não apresentou, nas últimas décadas importância significativa para a economia de Campina Grande, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos, quanto ao número de empregos formais, rendimentos, ou mesmo ao *quantum* produzido. O gráfico 5.1 mostra bem a importância para a economia que tem a indústria extrativa mineral. Tanto no número de estabelecimentos, quanto no de postos formais de trabalho, esse segmento representa aproximadamente 1% do número total de estabelecimentos e de emprego formal no município (ver tabela 4.9 e 4.8, no Capítulo 4).

Esses números devem-se ao fato de que a micro-região na qual Campina Grande se localiza não se constitui em espaço reconhecidamente produtor de minérios em razão dos mesmos existirem em pequenas quantidades ou de não terem sido descobertas jazidas significativas. A exceção é a bentonita, que transforma o município em um dos cinco maiores produtores mundiais do minério. São produzidas, em média, 250 mil toneladas, por ano. A indústria extrativa concentra-se na extração de minerais não metálicos e de pedra, argila e areia. Não há outras empresas formais no ramo atualmente.

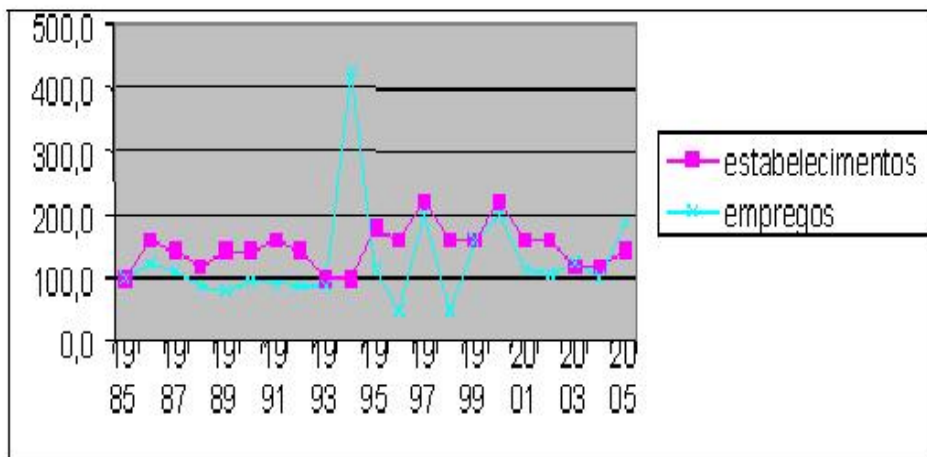


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.1 - Evolução absoluta do número de empresa extrativas minerais.

o que tange esse segmento, foi consideravelmente a redução de um distrito – Boa Vista – no qual se concentram as maiores jazidas desse minério. No entanto, esse segmento industrial contribui significativamente com o comércio exterior realizado por Campina Grande, pois, atualmente, 6 das 26 empresas exportadoras são da indústria extrativa mineral. Esse fato torna-o no segundo maior segmento exportador do município, ficando atrás apenas do segmento calçadista.

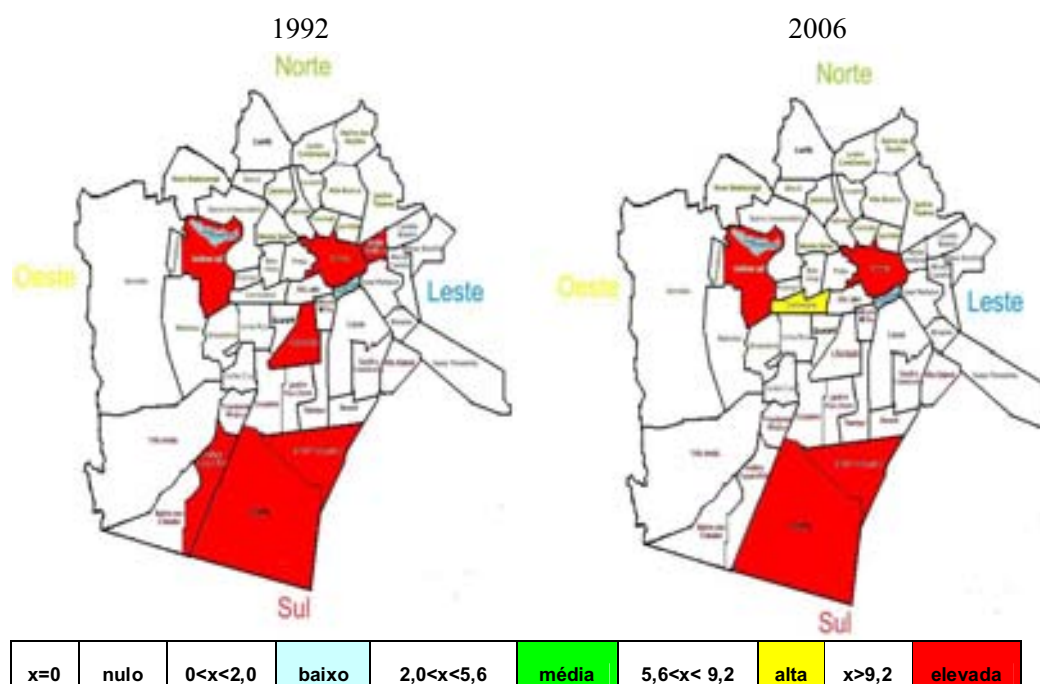
A evolução da participação dos estabelecimentos no segmento não apresentou crescimento significativo. No período de estudo (1985/2004), somente as pequenas empresas apresentaram incremento positivo a partir da segunda metade dos anos 1990. Esse fato somente vem corroborar a idéia de que, no município, ocorre um “re-aquecimento” da economia e que esse segmento, embora pequeno em participação, também “re-aquece” com o desempenho global da economia. Os dados também evidenciam que o crescimento na participação das pequenas empresas deu-se a partir do declínio da participação das micro e médias empresas. Com raras exceções (1994) o emprego apresenta tendência proporcional ao crescimento do número de estabelecimentos.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.2 - Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria extrativa mineral em Campina Grande – 1985=100

e apresentar pequena participação no número de emprego, remunera a maior parte dos trabalhadores na faixa padrão de salários⁶⁵. No período de análise (1985/2004), o segmento ampliou a participação dos trabalhadores remunerados com até três salários mínimos de 84,6% para 87,6%. A faixa de rendimento inferior a 1,0 salário mínimo sofreu redução relativa do número de trabalhadores, como também as faixas de rendimentos entre 5,01 e 10 salários. Se para os que ganham menos foi positivo, para os que ganham mais foram negativas as transformações que concentraram os trabalhadores na faixa salarial padrão. Os grandes “ganhadores” foram os trabalhadores com faixa de rendimento de 3,01 a 5 salários mínimos, que apresentou um incremento positivo de 3,5% para 8,3%⁶⁶. Essas mudanças contribuem para a elevação do padrão de vida dos trabalhadores dessa indústria.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.2 - Distribuição espacial da indústria extrativa de Campina Grande – 1992/2006⁶⁷

⁶⁵ Com base na faixa de rendimento paga em Dezembro.

⁶⁶ Nas tabelas 5A, 5.B, 5.C e 5.D, no apêndice, encontram-se os dados em valores absolutos e relativos.

⁶⁷ As cores nos mapas temáticos representam o nível de concentração da variável em estudo, considerando as escalas determinadas. Na introdução encontra-se a explicação de como foi construído os mapas. Em outras palavras, as cores representam os estágios da concentração, considerando os níveis relativos estabelecido na escala.



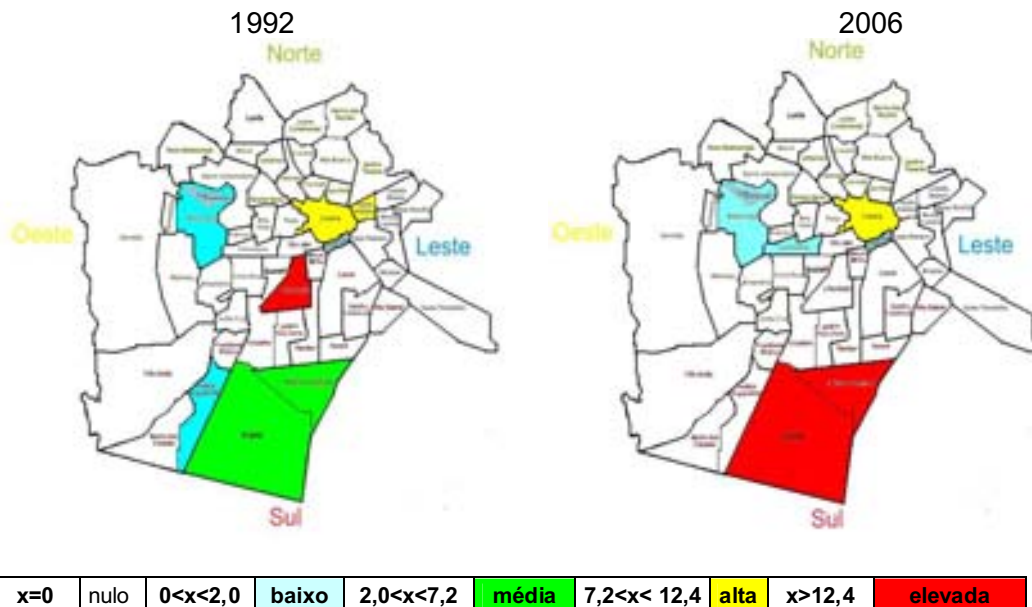
da indústria extrativa distribuíam-se, em 1992, de seis bairros campinenses, todos apresentando elevada participação no número de estabelecimentos sendo que o distrito industrial apresentava a maior concentração desses estabelecimentos (40%). A expansão da zona sul através do distrito industrial e pela construção da alça sudoeste favoreceu a concentração das empresas desse segmento no distrito industrial (Velame e Ligeiro), que ampliou sua participação para 57,14%, em detrimento dos demais estabelecimentos. A exceção se constitui no Centro, que ampliou em quase 2,0%, a sua participação, e do bairro de Bodocongó, que ampliou pouco mais de 4% (Ver quadros 5.E e 5.F no apêndice).

Campina Grande possuía até bem pouco tempo apenas um distrito industrial localizado no bairro do Ligeiro. A necessidade de expansão do distrito deveu-se aos novos estímulos e incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelo governo do estado e pela prefeitura na guerra fiscal que se acentua nos anos 1990. Essa expansão deu-se inicialmente através da constituição do bairro do Velame (antiga área rural) e, depois, do bairro da Catingueira (atualmente denominado Acácio de Figueiredo) como **novos distritos industriais**.

Nesse estudo, consideraremos o distrito industrial como um espaço que abrange o bairro do Velame e do Ligeiro, em razão da integração que se deu nos mesmos a partir da construção da BR-230, alça sudoeste, e, metodologicamente, devido a imprecisões existentes em alguns dados constantes no Cadastro Industrial da FIEP no que se refere à localidade de algumas empresas entre os dois distritos. Assim, as variáveis dos dois bairros foram agregadas, considerando-os como um único espaço. O terceiro distrito industrial (bairro da Catingueira) foi trabalhado em separado por não estar totalmente integrado ao distrito industrial, devido à sua ainda incipiente industrialização. Não se descarta que a expansão urbano-industrial que se verifica no município, e que será mostrada nesse e no capítulo seguinte, tenderá para a ocupação do espaço físico dos distritos industriais, incluído o da Catingueira.

Considerando os percentuais relativos à presença dos estabelecimentos do segmento da indústria extrativa mineral nos bairros, calculando nesses percentuais o desvio padrão e tomando-o como medida de concentração geográfica, constata-se que nesse segmento industrial ocorreu uma acentuação da concentração já existente, visível pela redução da presença industrial nos

5.1. Essa concentração ampliou o desvio padrão, 3,8 para 8,8.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

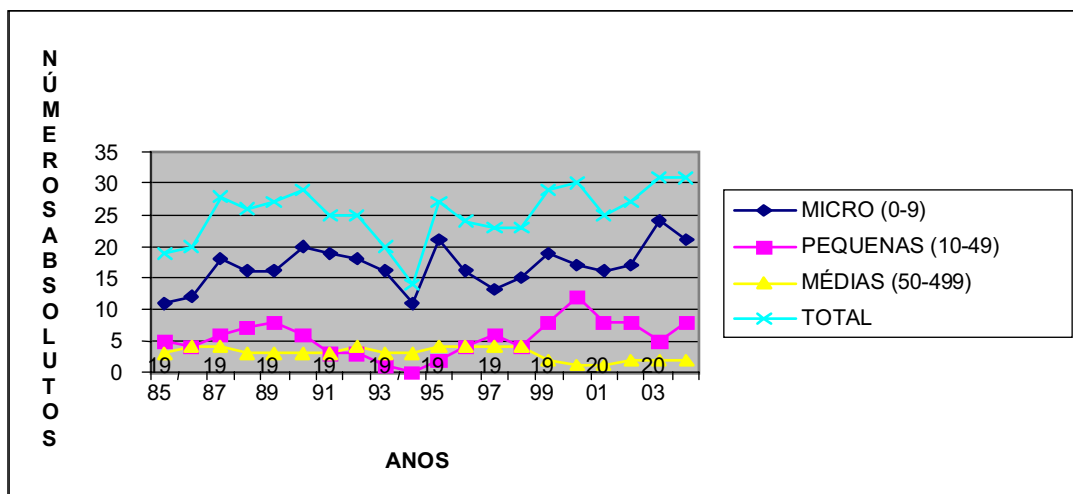
Mapa Temático 5.3 - Distribuição espacial do emprego da indústria extrativa mineral em Campina Grande

No que se refere ao emprego na indústria extrativa mineral, esse foi consideravelmente ampliado e concentrado ao sul da cidade, ou seja, o distrito industrial (Ligeiro/Velame) que concentrava 68% do emprego do segmento aumentou para 86,8%, em 2006 (Ver tabela 5.G e 5.H no apêndice). Os bairros, à exceção do distrito industrial, empregavam poucos trabalhadores em 1992, em empresas, normalmente, de pequeno porte. O centro da cidade concentrava a maior parte dessas pequenas empresas. Em 2006, constatou-se concentração acentuada, tanto dos estabelecimentos quanto do emprego, na indústria extrativa mineral no distrito industrial. Essa concentração no distrito industrial deve-se principalmente à facilidade dos transportes que o distrito possibilitava via alça sudoeste. O município também perdeu nesse período algumas empresas, devido à emancipação do distrito de Boa Vista, ocorrido na segunda metade dos anos 1990. Esse distrito comportava alguns estabelecimentos de médio porte do segmento de extração mineral, em especial, da bentonita, por possuir importantes reservas desse mineral.

ção (medido pelo desvio padrão) do emprego no setor mineral ampliou-se de 9,9 para 12,5. Na figura 5.2, visibiliza-se a transformação geográfica no emprego formal. O distrito industrial, com nível médio de concentração do emprego, ampliou sua participação para um nível elevado, com extinção da presença do segmento em alguns bairros e surgimento em outros⁶⁸.

5.2 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS

A indústria de produtos minerais não metálicos é responsável por pouco mais de 3% (2004) do emprego formal no setor industrial de Campina Grande, participação que, nas últimas três décadas, vem reduzindo-se drasticamente. Em 1980, a participação no emprego fora de 14% e no número de estabelecimentos de 20%. O segmento não apresentou um crescimento compatível com os demais segmentos, ou seja, foi superado por outros segmentos, em especial o têxtil-vestuário e o calçadista. No entanto, em números absolutos, esse segmento tem apresentado crescimento similar aos demais segmentos, principalmente no que se refere aos ciclos de crescimento e declínio, tanto no número de estabelecimentos quanto no número de empregos formais, ou seja, incremento positivo na segunda metade dos anos 1980 e 1990 e declínio na primeira metade dos anos 1990.

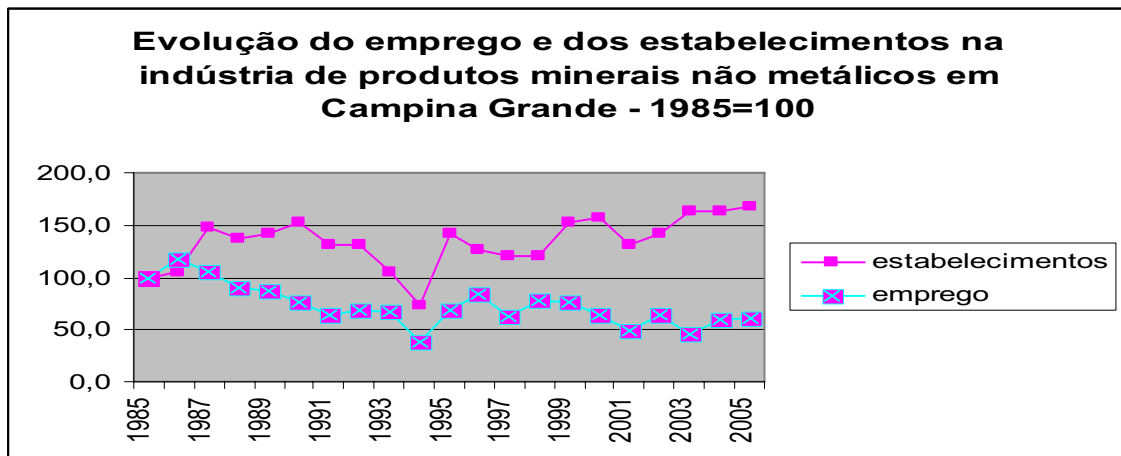


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.3 - Evolução absoluta das indústrias de produtos minerais não metálicos

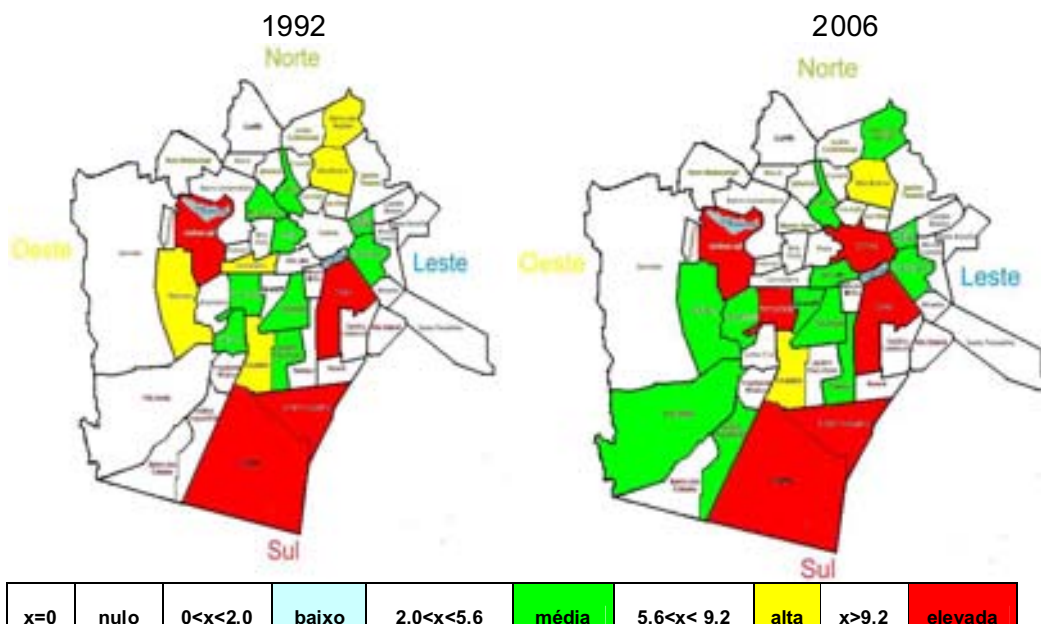
⁶⁸ Os números absolutos se encontram nos quadros 5.I e 5.J no apêndice.

mostram tanto o ano de 1994 como um piso o positivo para os anos seguintes. O que chama atenção é que o crescimento do segmento deve-se às micro e pequenas empresas que vêm ampliando sua participação em relação às empresas de porte médio, que demonstram contínua tendência de declínio e estão perto da extinção.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

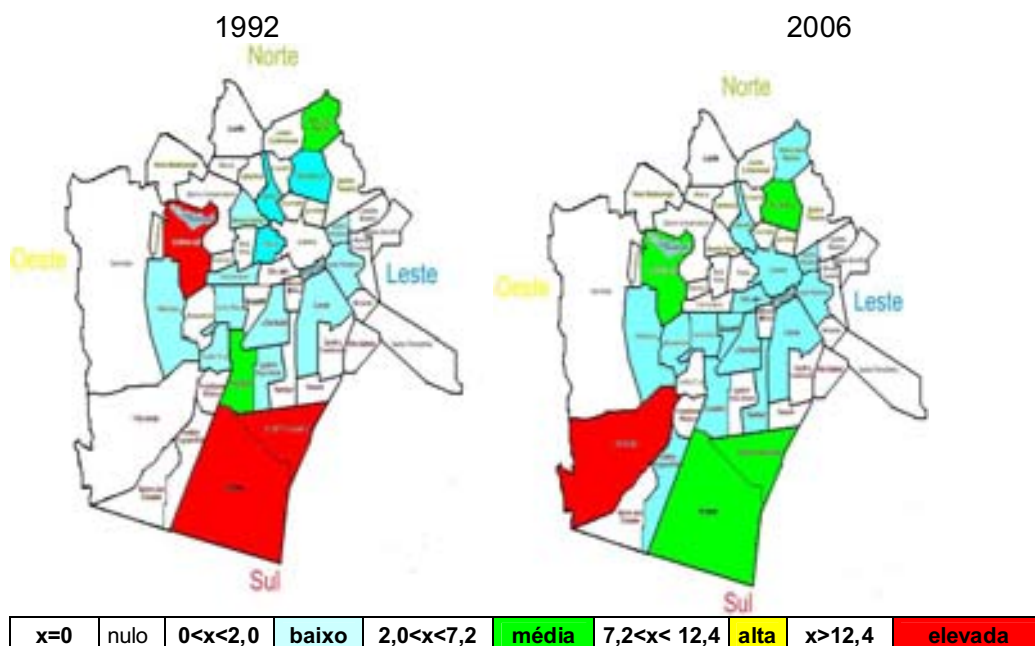
Gráfico 5.4 - Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria de produtos minerais metálicos em Campina Grande – 1982=100



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB
 Mapa Temático 5.4 - Distribuição espacial da indústria de produtos minerais não metálicos de Campina Grande

gora mostradas no setor, retomada do crescimento e declínio no emprego, ocorreram concomitantemente com uma desconcentração espacial da indústria de minerais não metálicos. Em 1992, apenas três bairros apresentavam nível elevado de concentração de estabelecimentos, enquanto, no ano de 2006, cinco eram os bairros com concentração elevada. Nesse período, quatro novos bairros apresentavam participação nessa indústria e dois perderam suas pequenas participações. O nível de concentração diminuiu de 3,7 para 3,4, demonstrando a expansão dessa indústria para outros bairros da cidade.

Quanto ao emprego, ocorre uma tendencial concentração desse no bairro das Três Irmãs, próximo do distrito industrial e na alça sudoeste. Esse bairro passa a concentrar mais de 80% de todo o emprego dessa indústria. Esse fato se deve em razão de uma única e grande empresa concentrar tal percentual de emprego e localizar-se no referido bairro. As demais empresas localizadas nos demais bairros empregam poucos trabalhadores frente à referida empresa.



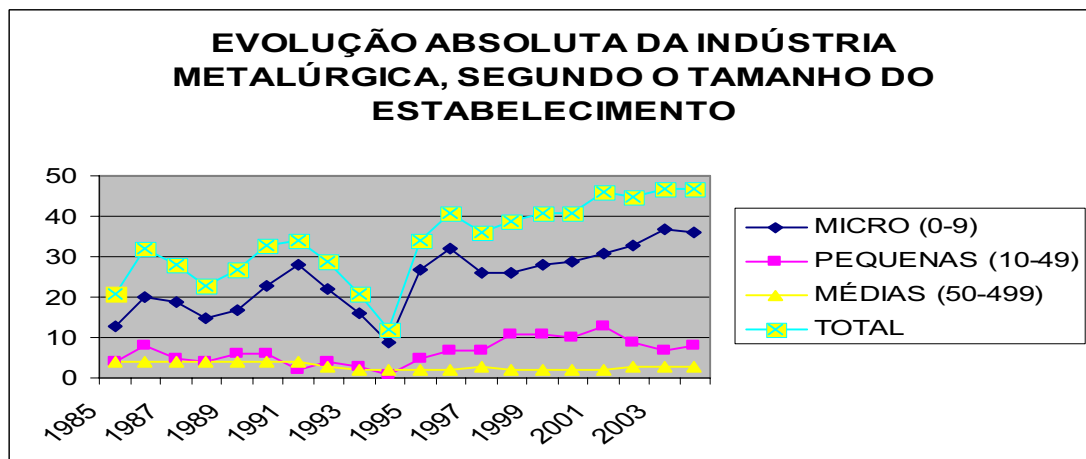
Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.5 - Distribuição espacial do emprego na indústria de produtos minerais não metálicos em Campina Grande

INDÚSTRIA METALÚRGICA

A indústria metalúrgica já se constituiu em uma das principais fomentadoras do desenvolvimento econômico do município. Nos anos 1960, esse segmento em conjunto com o mecânico, foi alvo de estímulo dos programas de incentivos fiscais e financeiros da SUDENE, em particular do 34/18, possibilitando que Campina Grande se constituísse em um pólo metal-mecânico para a Paraíba, em parte do Nordeste. O segmento metalúrgico, responsável por mais de 6,2% do número de estabelecimentos industriais e por mais de 4% do operariado, ampliou sua participação para 6,8% e 22,4%, respectivamente, nos anos 1970, chegando ao ápice de sua importância econômica para o município⁶⁹. No entanto, a crise dos anos 1980 reduziu sua influência econômica sobre o espaço produtivo municipal.

Nos anos 1990, a participação reduziu-se um pouco (para a casa dos 5%) enquanto a participação no emprego industrial caiu mais, de 22,4% (1970) para aproximadamente 3% (2004). O gráfico 4.5 mostra a retomada do crescimento da indústria metalúrgica em Campina Grande após 1994. Ressalta-se o crescimento das micro e pequenas empresas, nos últimos anos.

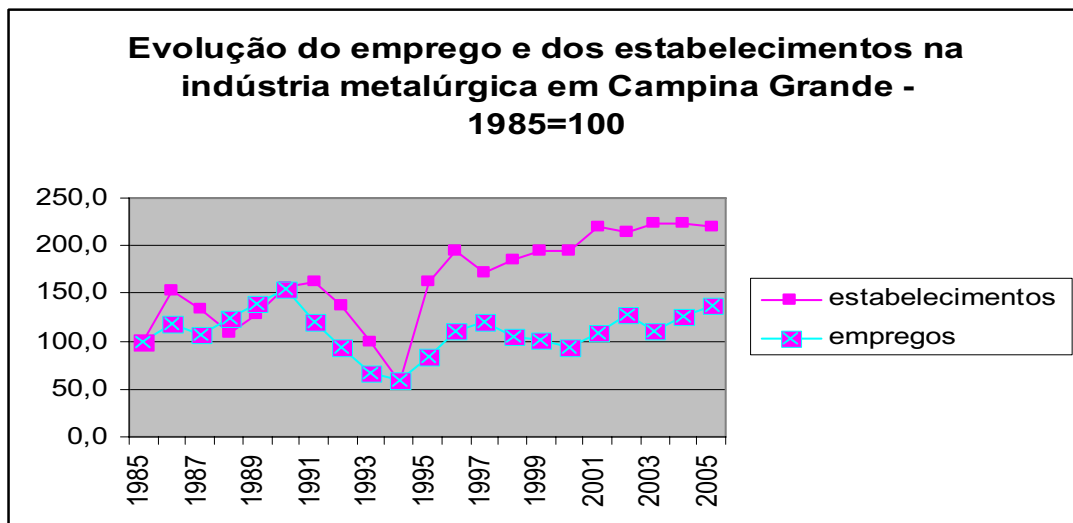


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.5 – Evolução Absoluta da Indústria metalúrgica, segundo o tamanho do estabelecimento em Campina Grande.

⁶⁹ Dados do IBGE – Censo Industrial de 1970.

o-empresas repercute em sua participação, que se ampliou para aproximadamente 80% do universo de empresas existentes no município. Da mesma forma, cresce a participação na geração do emprego formal por parte das micro-empresas. Após apresentar crescimento na segunda metade dos anos 1990, as pequenas empresas declinaram em suas participações no universo industrial metalúrgico. No que se refere à distribuição dos trabalhadores nas diversas faixas salariais, ampliou-se a concentração de trabalhadores na faixa que se estabelece entre 1 e 3 salários mínimos, que absorvia 77,2%, em 1985, passando para 85,5% dos trabalhadores em 1990. Esse segmento reduziu significativamente o *quantum* de trabalhadores que recebiam menos de 1 salário mínimo. As faixas superiores a 3 salários mínimos apresentaram crescimento ínfimo. O gráfico 5.6 mostra que, relativamente, depois de 1994, o número de estabelecimentos cresceu mais do que o número de empregos.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

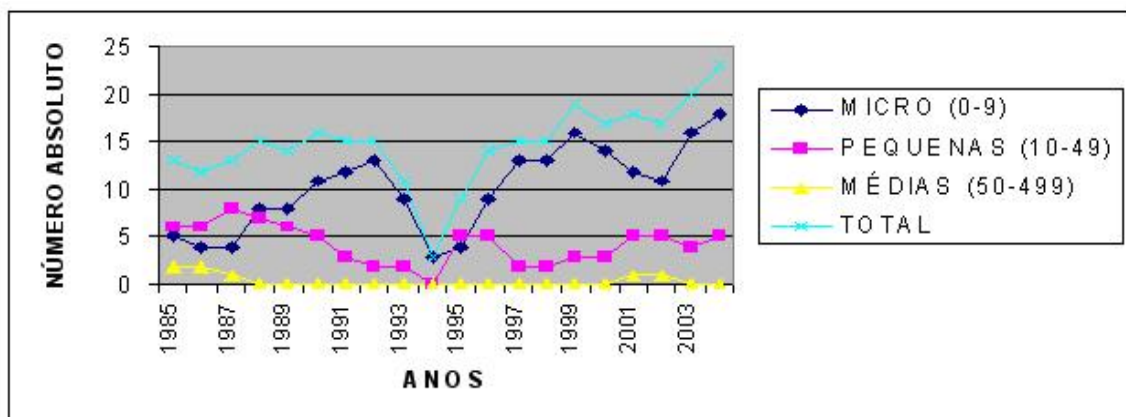
Gráfico 5.6 - Evolução do Emprego e dos estabelecimentos na indústria metalúrgica em Campina Grande – 1985=100

5.4 A INDÚSTRIA MECÂNICA

A indústria mecânica, cujo auge encontra-se nos anos 1970, quando era responsável por 8,8% do número dos estabelecimentos e 1,9%⁷⁰ dos

⁷⁰ Dados do IBGE – Censo Industrial de 1970.

participação a pouco mais de 1% nos estabelecimentos nos anos 1990⁷¹. Mais recentemente tem ocorrido uma pequena recuperação nessa indústria, provocada pela retomada do crescimento econômico do fim dos anos 1990. Essa recuperação torna-a responsável por pouco mais de 2,0% do número de estabelecimentos, mantendo a participação no emprego formal da indústria inferior a 1,0%.



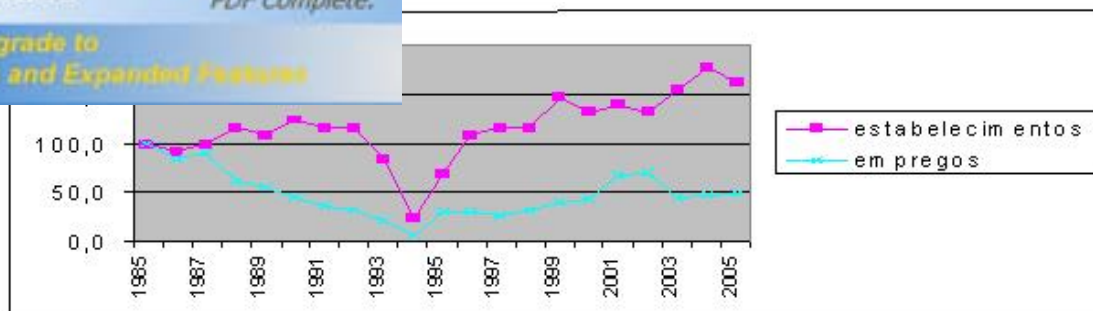
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.7 – Evolução Absoluta do número de indústrias do segmento mecânico em Campina Grande.

A retomada do crescimento pode ser observada no gráfico 5.7. A retomada é caracterizada pelo predomínio das micro-empresas sobre as demais, fato que ocorre a partir de 1988 e se consolida em 1996. A indústria mecânica se favoreceu no município em razão de o município ser um pólo intermediário entre o litoral e o sertão, pelo qual passavam homens, máquinas e mercadorias. Essa posição geográfica contribuiu para o desenvolvimento econômico municipal quando possibilitou demanda e, conseqüentemente, oferta por serviços e mercadorias para o interior nordestino.

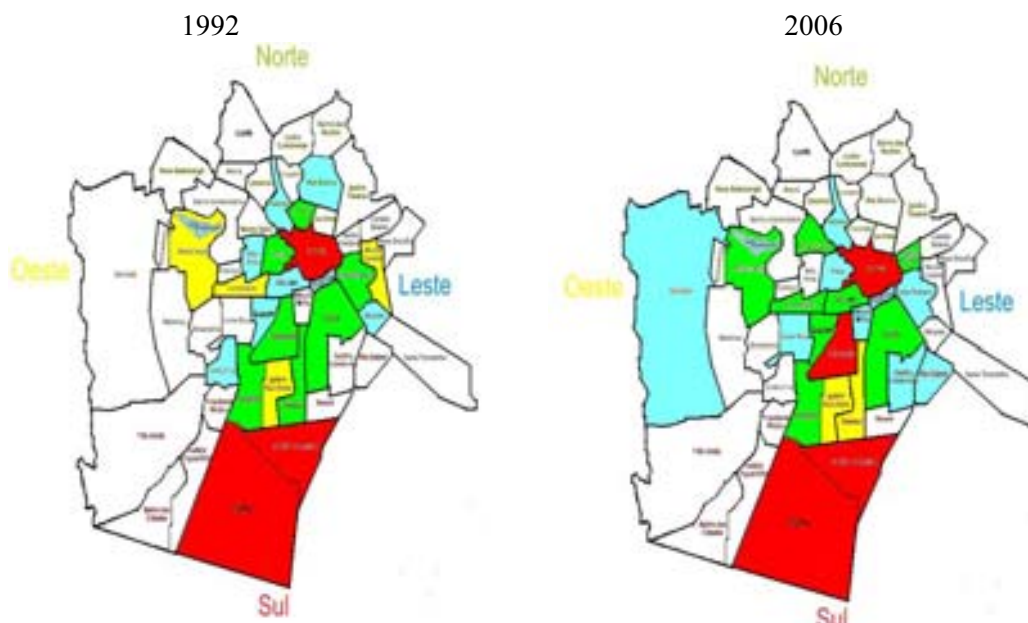
Essa indústria concentra os trabalhadores na faixa de salário padrão. Os dados da RAIS mostram que os trabalhadores concentram-se na faixa salarial que vai de 1 a 3 salários. Entre 1985 e 2004, essa faixa salarial ampliou-se, concentrando 86,0% dos trabalhadores do segmento, confirmando aumento de aproximadamente 26 pontos percentuais. Em geral, as demais faixas salariais diminuíram sua participação.

⁷¹ Dados da RAIS.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.8 – Evolução do emprego e dos estabelecimentos na indústria mecânica de Campina Grande – 1985=100



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<5,6	média	5,6<x< 9,2	alta	x>9,2	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	------------	------	-------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.6 - Distribuição espacial da indústria metal-mecânica de Campina Grande

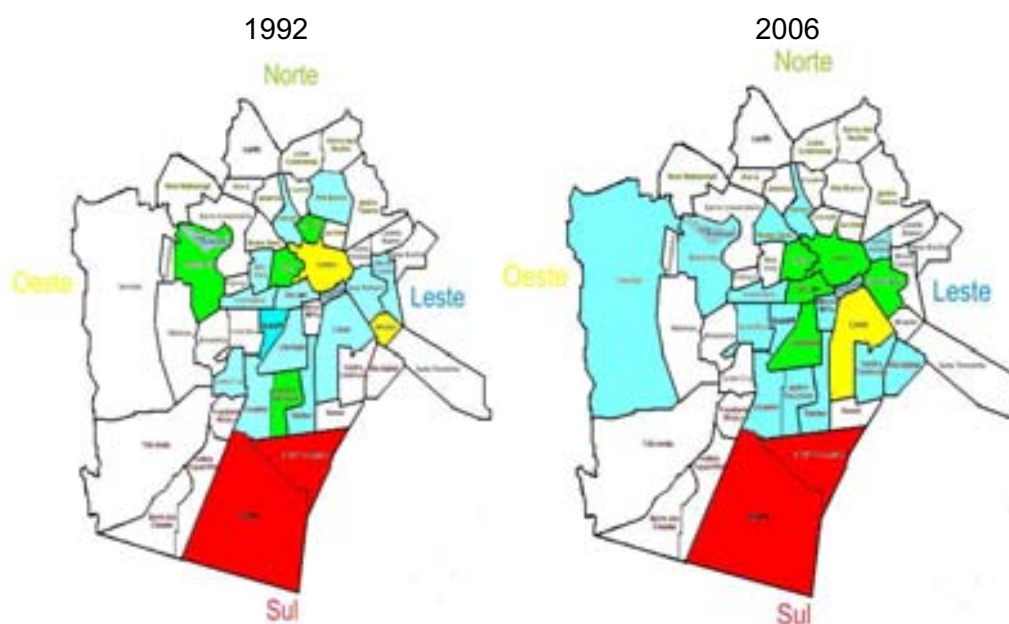
Considerado o segmento mecânico e metalúrgico em seu conjunto⁷², a distribuição dessa indústria no município revela tanto uma expansão para o oeste como, e mais significativa, para o sul, devido à existência do distrito industrial e

⁷² Esse procedimento se deve em razão da dificuldade de se distinguir tais empresas no Cadastro Industrial da Federação das Indústrias da Paraíba. Enquanto os dados da RAIS/MTE são específicos, as mudanças no Cadastro dificultam uma nítida dissociação entre essas indústrias. Optou-se, assim, pelo somatório dos valores apresentados pelos dois segmentos, visando uma análise espacial da presença desse segmento.

ção significativa refere-se ao declínio da participação do distrito industrial, que ampliou de 17,5% para 27% a participação no número de estabelecimentos do segmento no município.

O nível de concentração da presença industrial aumentou de 4 para 4,5, implicando em maior concentração dos estabelecimentos no Distrito Industrial. A expansão a oeste (1 bairro) não compensou a retração ocorrida nos bairros da zona norte (2 bairros).

A distribuição do emprego nesse segmento também tende para o sul e para a concentração no Distrito Industrial, que aumentou de 54,3% para 58,2% sua participação. A concentração do emprego no segmento aumentou de 7,9 para 8,4. A figura 5.6 mostra que poucos foram os bairros que alteraram significativamente a presença do emprego no segmento alterando os níveis no período em estudo.



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<7,2	média	7,2<x< 12,4	alta	x>12,4	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	-------------	------	--------	---------

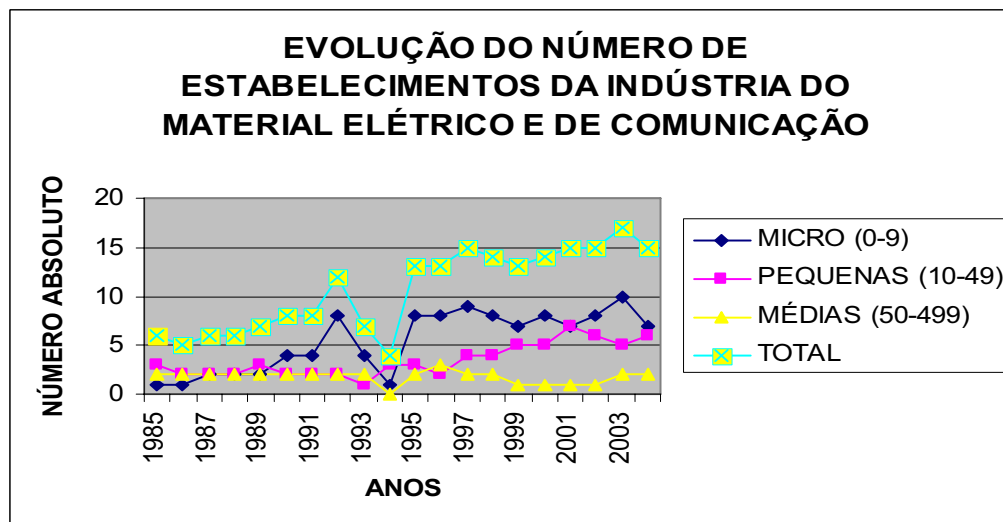
Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.7 - Distribuição espacial do emprego da industrial metal-mecânica em Campina Grande

MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES

Essa indústria tem pequena participação no número de estabelecimento e de emprego formal em Campina Grande. Historicamente, o segmento do material elétrico e de comunicação era responsável por aproximadamente 1% do número de estabelecimentos e de emprego formal no município. No entanto, a indústria paraibana era e ainda é predominantemente localizada em Campina Grande, representando, em 1985, 75% do número de estabelecimentos, mas tendo participação declinante, chegando em 2004, com uma participação de 65,2% do número de estabelecimentos do estado. Embora essa participação tenha se reduzido no panorama estadual, esse mesmo fato não ocorreu quando se olha para o panorama nordestino. O município ampliou de 3,9% para 5,1% sua participação no número de estabelecimentos nordestinos, percentual não desprezível para uma região como a Nordeste.

Na dimensão do emprego formal, ocorre o inverso, ou seja, a participação de Campina Grande no estado aumenta de 85,2% para 86,6% e se reduz no espaço regional de 3,7% para 3,1% entre 1985 e 2004 (ver tabelas 4.5 e 4.6 no cap. 4).

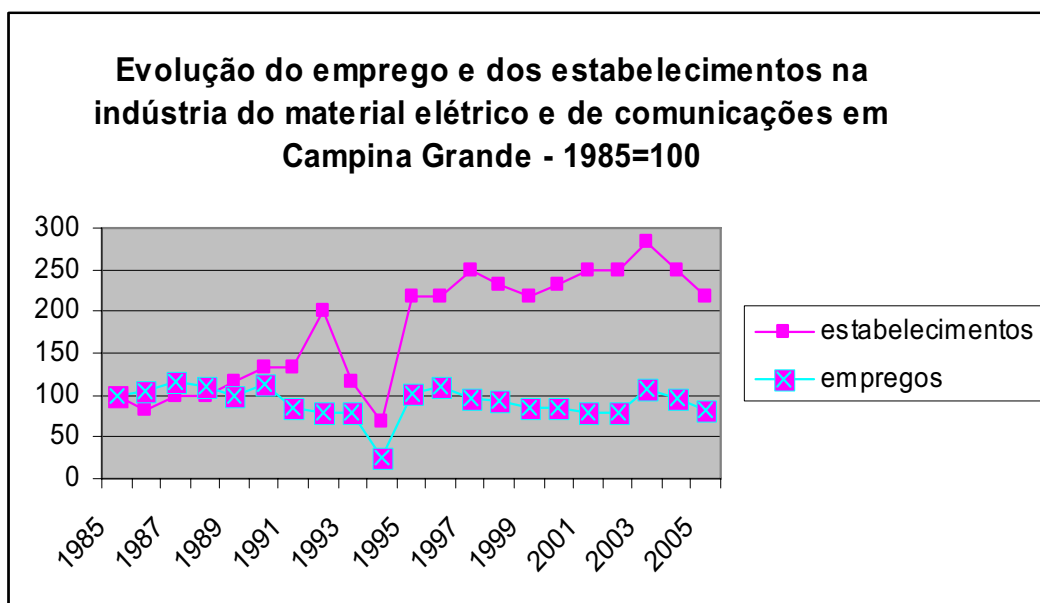


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.9 – Evolução do número de estabelecimentos da indústria do material elétrico e de comunicações.

encia recuperação quanto ao número de ia, tanto das micro como das pequenas empresas.

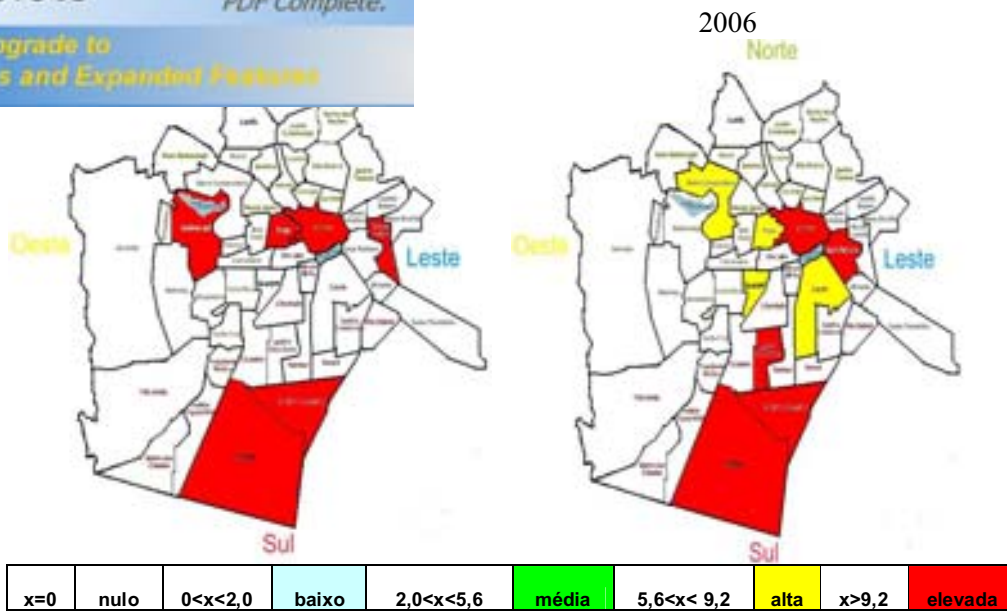
As médias empresas mantêm-se estáveis em seu *quantum*. O aumento do número de micro e pequenas empresas frente aos das médias resulta no aumento da participação das primeiras em relação às segundas no número de estabelecimentos da indústria. Os dados evidenciam um crescimento da participação dessa indústria campinense no espaço regional, mesmo considerando que as empresas municipais são de porte micro e pequeno.



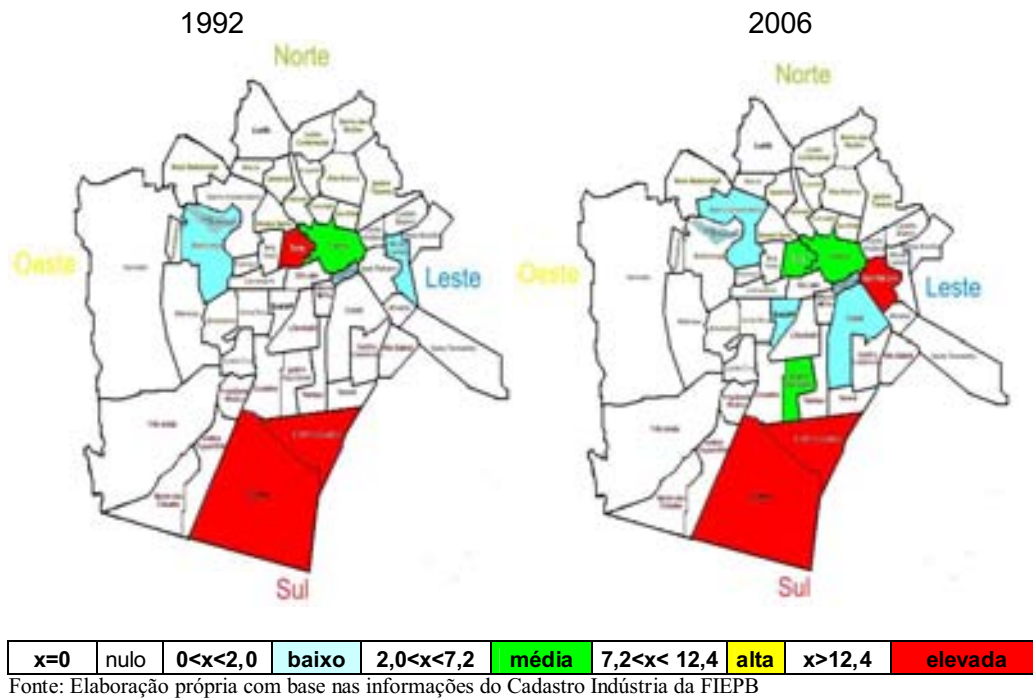
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.10 – Evolução do Emprego e dos estabelecimentos na indústria do material elétrico e de comunicações em Campina Grande – 1985=100

Esse segmento concentra 89,3% dos seus trabalhadores na faixa de remuneração de 1 a 3 salários mínimos em 2004, percentual muito superior aos 73,4% do ano de 1985. Essa mudança contribuiu para melhorar os salários dos que recebiam menos de 1 salário, que, em 1985, era de 21,4%, reduzindo-se para 0,3%.



Mapa Temático 5.8 - Distribuição espacial da indústria de material elétrico e de comunicações de Campina Grande



Mapa Temático 5.9 - Distribuição espacial do emprego da indústria do material elétrico e de comunicações em Campina Grande.

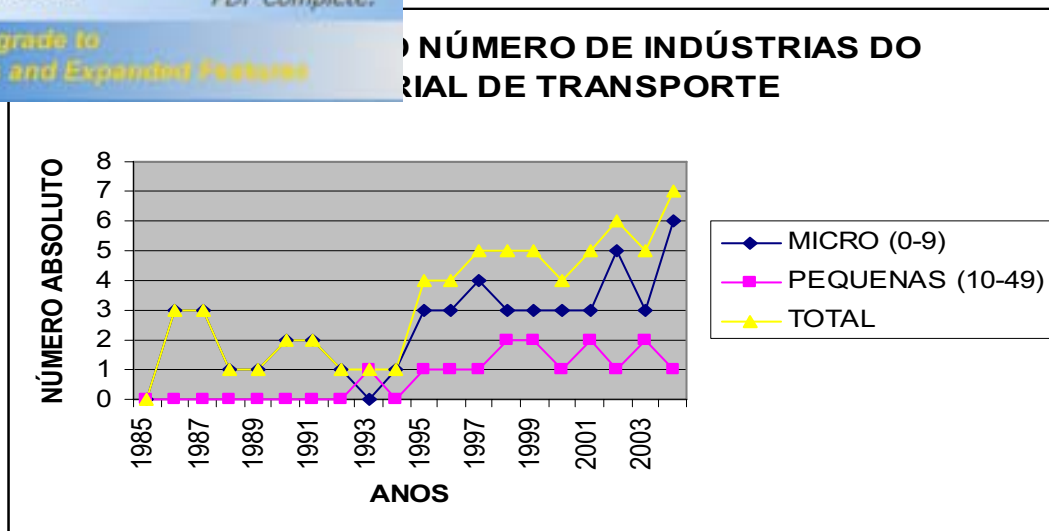
concentrava-se em cinco bairros de elevada indústria em 1992. As transformações nessa indústria, fundamentadas no crescimento da micro e pequena empresa, ampliou a presença de estabelecimentos em outros bairros, mantendo ainda níveis altos de concentração em quatro bairros e elevados em outros quatro. O bairro do José Pinheiro ampliou significativamente sua participação no número de estabelecimentos (25,8%), que tendia a concentrar-se no distrito industrial. Embora tenha apresentado considerável inflexão no número de empregos, o distrito industrial ainda mantém nível elevado de concentração do emprego formal (55,5%), mas as mudanças ocorridas implicaram declínio do nível geral de concentração do emprego de 11,1 para 8,7.

5.6 - A INDÚSTRIA DO MATERIAL DE TRANSPORTE

A indústria do Material de Transporte não apresentou, até a primeira metade dos anos 1980, participação significativa para o setor industrial e conseqüentemente para a economia do município. Segundo os Censos Industriais, a participação desse segmento não ultrapassa 1,0% no número de estabelecimentos e no emprego formal do setor secundário.⁷³ No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1990 ocorre um pequeno crescimento no número de firmas, importante para o segmento, mas ainda ínfimo para o município e caracterizado por consistir de micro e pequenas indústrias.

Esse segmento é o que apresenta a maior concentração de trabalhadores na faixa salarial de 1 a 3 salários mínimos, faixa esta que, em 2004, tinha 94,9% do total de empregos no segmento. O restante dos trabalhadores encontrava-se na faixa seguinte, de 3 a 5 salários. Diferente dos demais segmentos, a indústria do material de transporte aumentou relativamente mais o emprego do que o número de estabelecimentos na década de 1990.

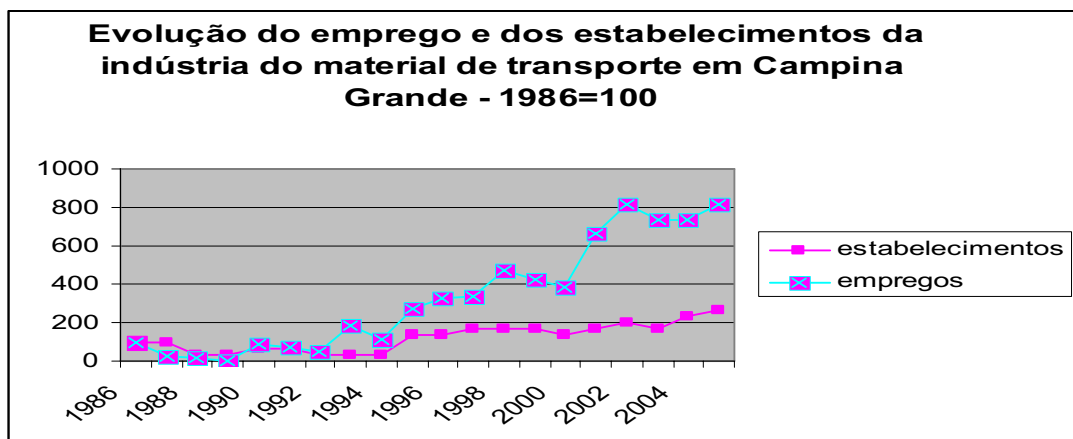
⁷³ A exceção ocorre na década de 1970 quando o segmento era responsável por 3,4% do número de estabelecimentos na indústria. Quanto à participação no emprego formal, esta oscila em torno dos 1,0%. Ver mais no capítulo 03.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.11 – Evolução do número de indústrias do material de transporte em Campina Grande.

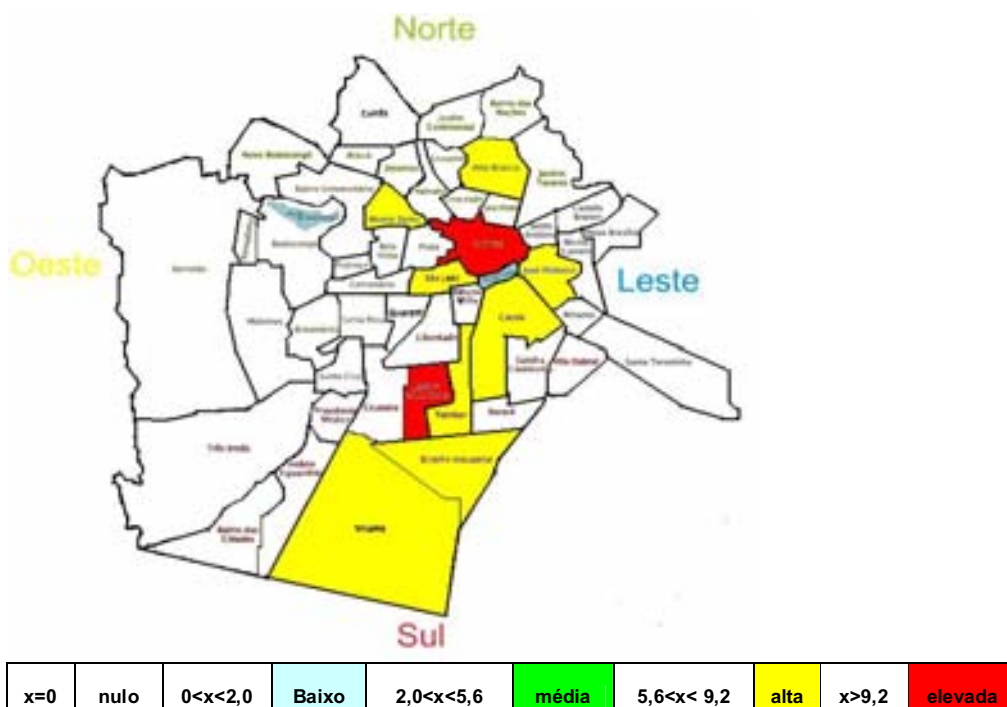
Mesmo de pequena participação no número de estabelecimentos e de emprego formal no município, esse segmento concentra o emprego em Campina Grande. Entre 1985 e 2004, esse segmento ampliou sua participação no emprego formal dessa indústria no estado de 85,2% para 86,6%, embora, frente à região, tenha declinado de 3,7% para 3,1%. Antes inexpressiva, a participação no número de estabelecimentos no estado, foi de 35%, em 2004.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.12 - Evolução do emprego e dos estabelecimentos da indústria do material de transporte em Campina Grande – 1985=100

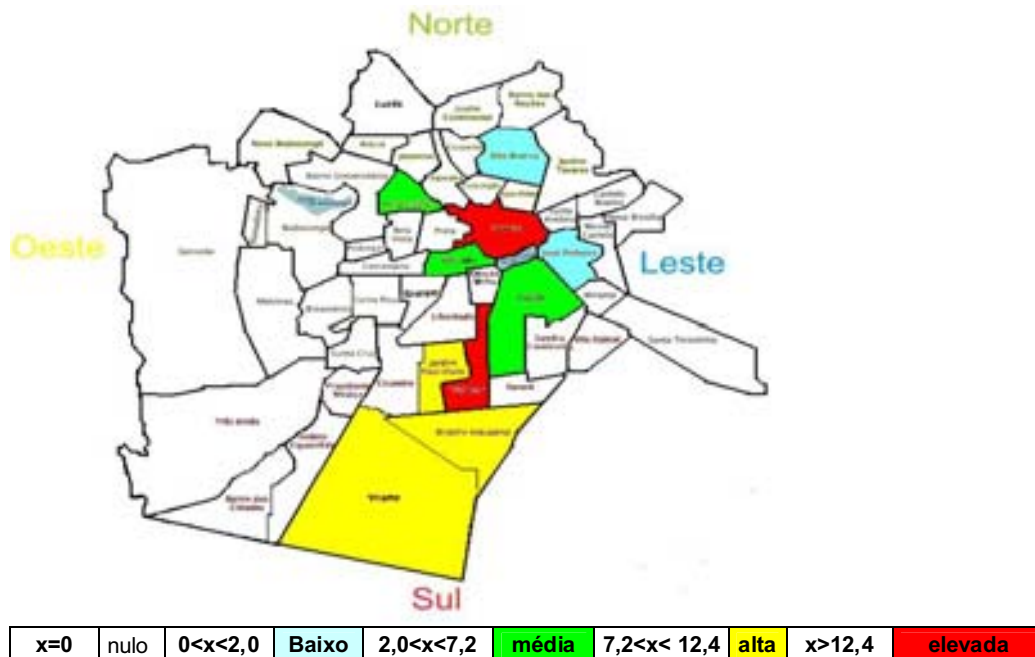
al não configurava no cadastro industrial do ano MTE já identificasse tanto a presença de empresas como de empregos formais no período, como pode ser visto nos gráficos 5.11 e 5.12. No gráfico 5.12, a opção pelo ano base de 1986 se deve em razão do ano anterior não ter sido constatado pela RAIS a existência de emprego formal no segmento. A não configuração no Cadastro Industrial da FIEPB torna impossível a observação das variações de sua configuração espacial nos anos em estudo. No entanto, é possível perceber-se como se distribui atualmente. Dessa forma, a figura 5.9 mostra a presença em nove bairros e a concentração desses estabelecimentos em dois bairros (Centro e Jardim Paulistano), embora os demais bairros apresentem alto nível de concentração dos estabelecimentos.



Mapa Temático 5.10 - Distribuição espacial da indústria do material de transporte de Campina Grande – 2006

No tocante ao emprego, o centro da cidade (51,4%) e o bairro do Tambor (16,7%) apresentavam, em 2006, elevados níveis de concentração, seguidos pelo Distrito Industrial e o bairro Jardim Paulistano com altos níveis. No mapa temático

concentração dessa indústria, cuja presença é muito alta nos bairros de Campina Grande. Os bairros do Tambor e do Jardim Paulistano apresentavam uma especificidade própria entre a concentração dos estabelecimentos e do emprego. Enquanto o primeiro apresentava níveis altos de estabelecimentos e elevados de emprego, o segundo apresentava o inverso, ou seja, elevados de estabelecimentos e alto de emprego.

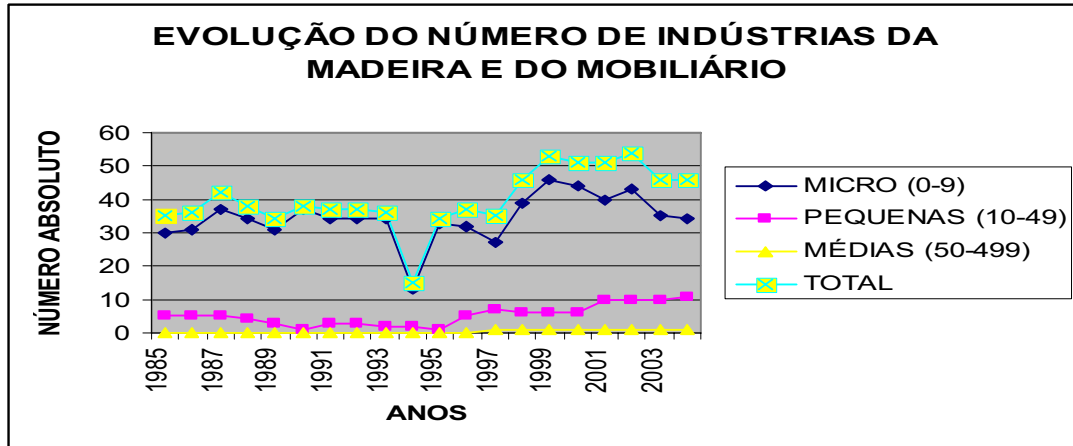


Mapa Temático 5.11 - Distribuição espacial do emprego da indústria do material de transporte de Campina Grande – 2006

5.7 - A INDÚSTRIA DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO

Esse segmento já apresentou importância maior para a economia do município. Nos anos 1960, era, segundo o IBGE, responsável por mais de 22,0% do número de estabelecimentos e, aproximadamente, 7,0% do emprego formal na indústria campinense. Nos anos 1980, chegou a apresentar uma participação de mais de 10% no número de estabelecimentos, mas com uma participação declinante no número de empregos (PEREIRA, 1998). Nos anos 1990, após um período relativamente estagnado apresentou pequeno crescimento na participação

...s e no de emprego formal. Mas esse crescimento ... campinense.

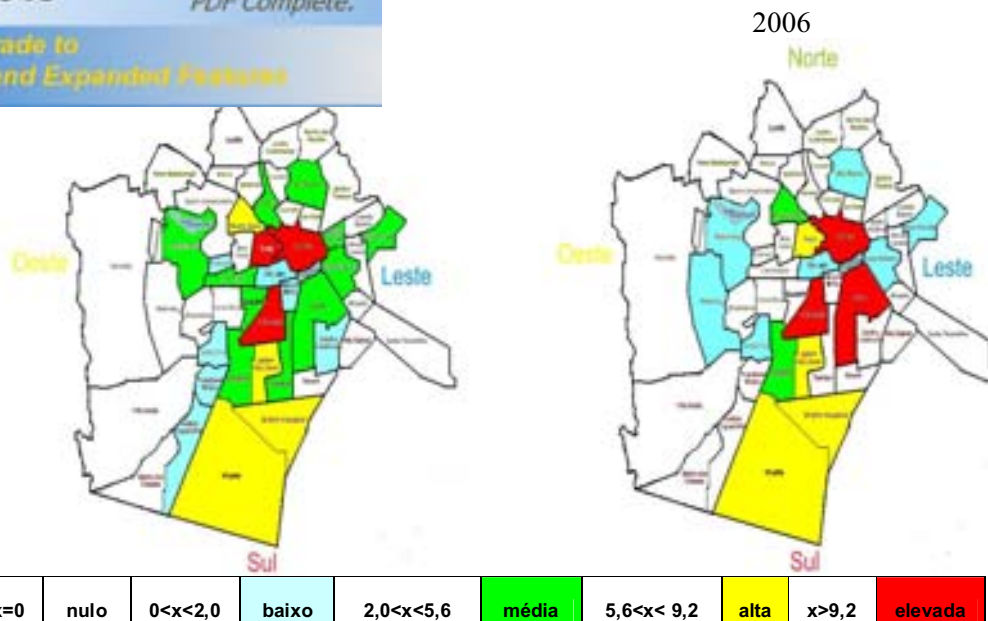


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.13 – Evolução do número de indústrias da madeira e do mobiliário em Campina Grande.

Na dimensão da remuneração, esse segmento apresenta um diferencial frente aos já apresentados. Similarmente aos demais segmentos, havia uma concentração dos trabalhadores (88,7%, em 2004, em relação a 36,7%, em 1985) na faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos, mas, diferentemente das demais, ocorre maior distribuição entre as demais faixas superiores. A distribuição é de pequena magnitude, mas quando se considera que até então ocorria uma concentração dos trabalhadores em faixas que não ultrapassavam 3 salários, a existência de trabalhadores percebendo mais de 10 salários (0,6% dos trabalhadores) se constitui em um fator positivo.

A indústria da madeira e do mobiliário se constituiu em uma das poucas indústrias que ampliou sua participação no número de estabelecimentos da Paraíba, de 34% para 34,8%, no período em estudo, ainda que tenha reduzido seu percentual em nível regional. O aumento na participação no emprego formal desse segmento no estado foi bem superior, ampliando de 24,8% para 39,1%. Quando se observa a participação municipal na região, observa-se um crescimento de 0,9% para 1,5% entre 1985 e 2004 (Ver tabelas 4.5 e 4.6 no Capítulo 4).

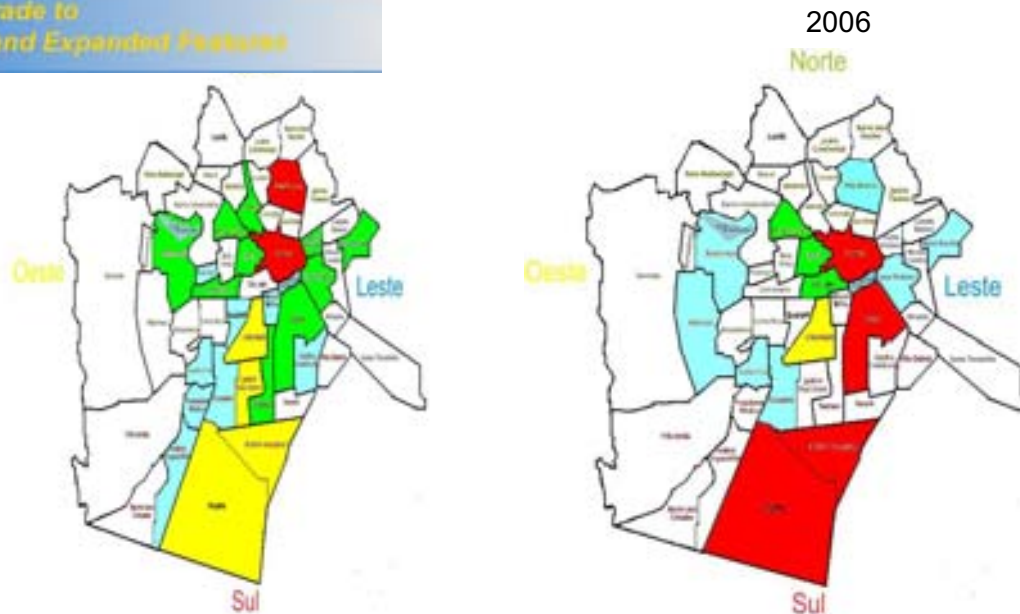


Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB.

Mapa Temático 5.12 - Distribuição espacial da indústria da madeira e do mobiliário de Campina Grande

A indústria da madeira e do mobiliário concentrava a maior parte dos estabelecimentos em três bairros da cidade, tendo no Centro da mesma o maior percentual de concentração (43,7%), mas apresentava maior dispersão dos demais estabelecimentos. Em 2006, essa concentração foi ampliada. Da mesma forma reduziu-se a presença dos estabelecimentos do segmento nos bairros, antes em 24 passando para 16 bairros. O nível geral de concentração ampliou-se de 3,7 para 4,8.

O emprego que se concentrava em dois bairros (Centro, 18,9%, e Alto Branco 12,7%), apresentando uma concentração elevada entre os bairros (3,7), ampliou sua concentração (6,5) e canalizou-se para a zona sul, tendo no Distrito Industrial o maior volume de emprego (34,6%), seguido pelo bairro do Catolé (25,3%). O Centro ainda mantém um elevado nível de concentração (17,5%), mas com pequena redução em relação ao ano de 1992.



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<7,2	média	7,2<x< 12,4	alta	x>12,4	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	-------------	------	--------	---------

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB.

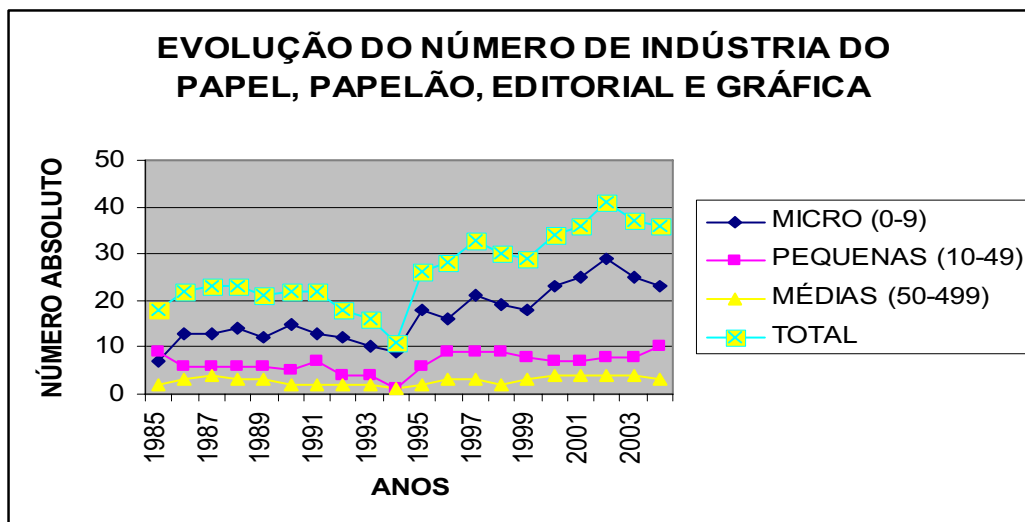
Mapa Temático 5.13 - Distribuição espacial do emprego da indústria da madeira e do mobiliário em Campina Grande.

5.8 A INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO, EDITORIAL E GRÁFICA.

Embora não seja um segmento expressivo no município no que concerne ao número de estabelecimentos e de emprego formal, se constitui em um setor importante no que se refere à participação no número de estabelecimentos do Estado. A participação desse segmento na indústria estadual, embora tenha se reduzido de 26,9% (1985) para 20,8% (2004), tem demonstrado um sensível crescimento a partir da segunda metade dos anos 1990. Esse crescimento, evidenciado pelo gráfico 5.25, localiza-, principalmente, entre microempresas, mantendo-se o número de pequenas e médias.

Esse crescimento, ocorrido no número de micro-empresas, vincula-se muito mais à fração do segmento relacionada com a indústria gráfica que demanda poucos recursos para sua implantação. Outro aspecto importante deve-se às mudanças salariais ocorridas na indústria. Segundo os dados da RAIS, a

es, na faixa salarial que se encontra entre 1 e 3 salários mínimos (1985) para 76,0% (2004). Um elemento importante nesse processo de concentração refere-se ao declínio da faixa inferior, em benefício das faixas superiores, ou seja, essa indústria tende, mesmo concentrando-se na faixa de 1 a 3 s.m., a distribuir os trabalhadores em faixas superiores. Em outras palavras, aumentou o percentual de trabalhadores nas faixas superiores a 3 salários mínimos. Em geral, os segmentos industriais apresentados até aqui apresentavam tendência a diminuir a participação dos trabalhadores nas faixas salariais superiores a 3 salários.

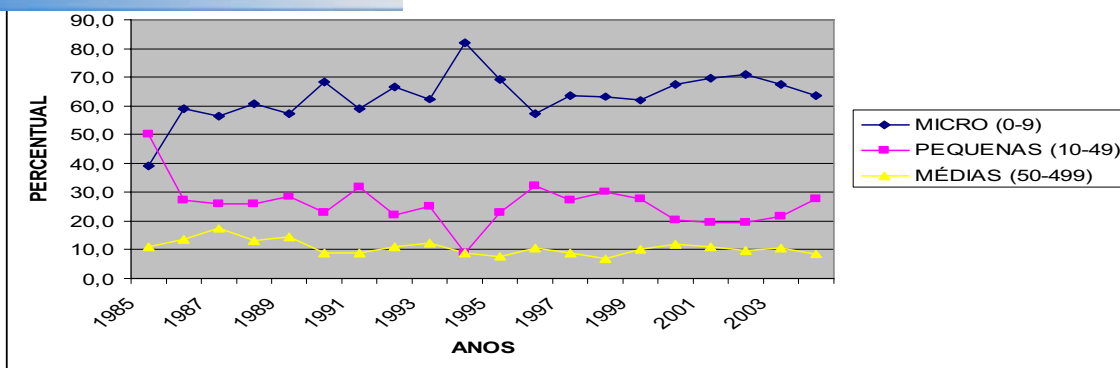


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.14 – Evolução do número de indústrias do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande.

As participações no número de estabelecimentos, ainda que oscilem, mantêm-se estáveis entre as pequenas e médias, enquanto as micro-empresas apresentam um crescimento relativo em sua participação.

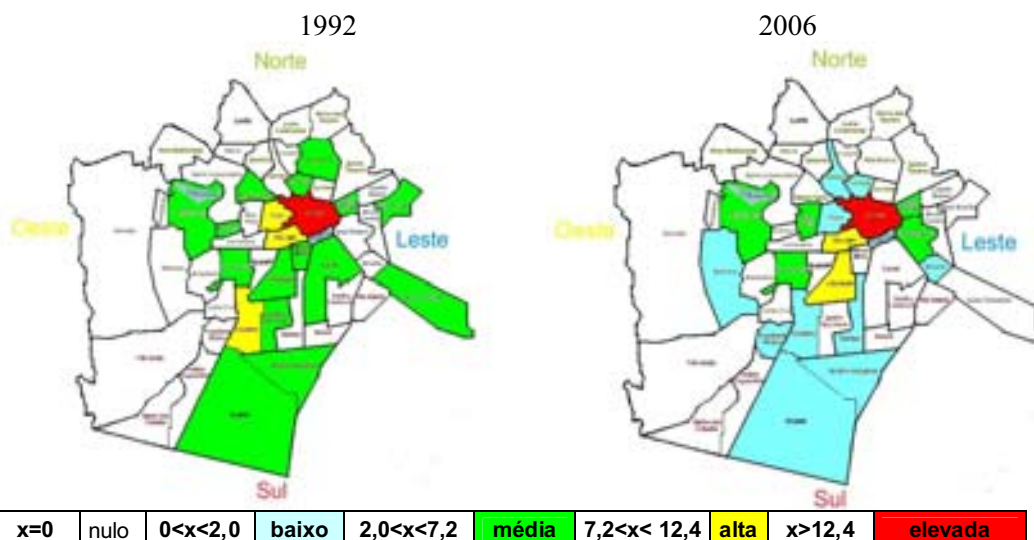
**PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NA
INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO, EDITORIAL E GRÁFICA**



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.15 – Evolução da participação dos estabelecimentos na indústria do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande.

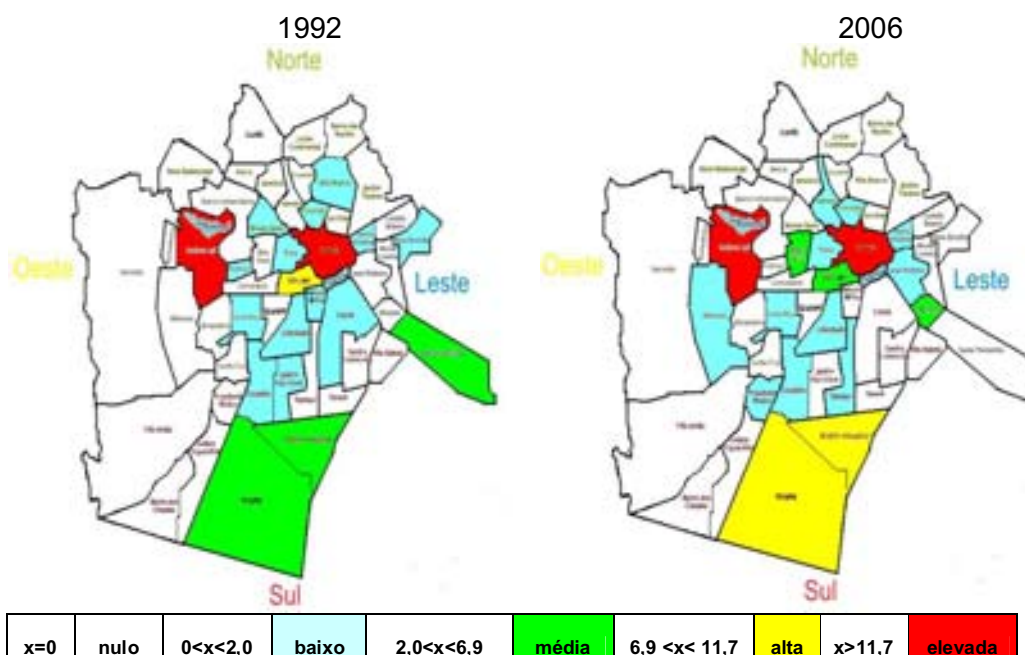
A Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica em Campina Grande ampliou sua participação frente ao segmento no estado, de 33,2% para 37,4%, enquanto, na região, ampliou de 2,0% para 3,0%, entre 1985 e 2004.



Fonte: Elaborado pelo com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.14 - Distribuição espacial da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica de Campina Grande

o aumento da concentração do número de bairros, em especial no Centro, que amplia de 43,7% para 52,8% sua participação. O crescimento da concentração ratifica-se pelo aumento no nível de concentração geral que aumenta de 6,4 para 7,6.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

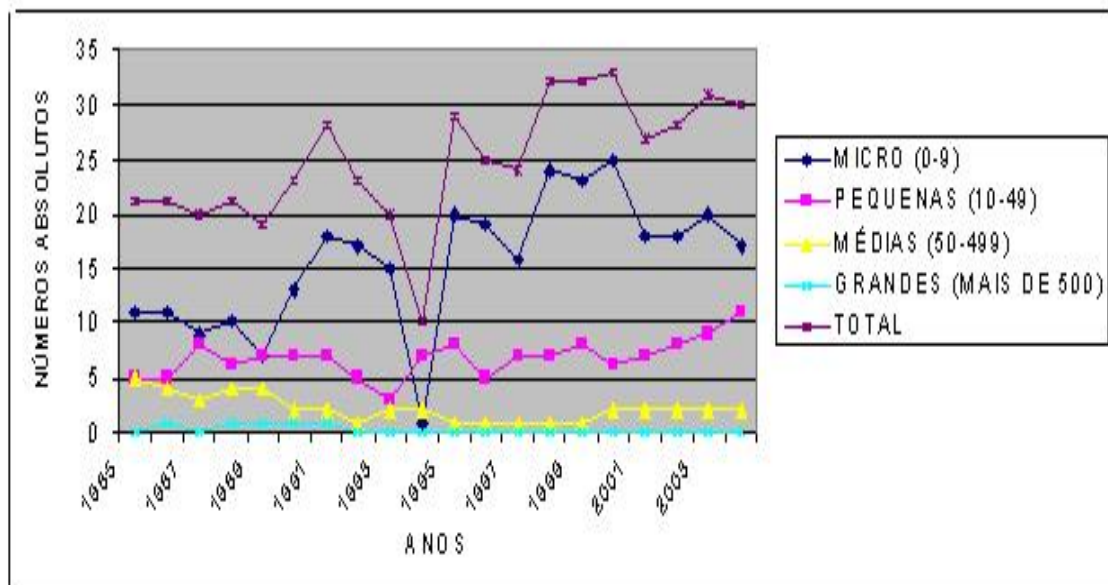
Mapa Temático 5.15 - Distribuição espacial do emprego da indústria do papel, papelão, editorial e gráfica em Campina Grande.

Quanto ao emprego, somente ocorreu acentuação da concentração nos bairros de Bodocongó e no Centro no período em estudo. No Centro, concentra-se o emprego no segmento editorial e gráfico constituído fundamentalmente por micro e pequenas empresas e, em Bodocongó, o de papel e papelão, cujo nível elevado de concentração de emprego deve-se a uma fábrica de porte médio de papel e celulose⁷⁴. Esses dois bairros concentram, em 2006, mais de 77,8% de todo o emprego formal desse segmento.

⁷⁴ Em 2006, a IPELSA, Indústria de Celulose e Papel da Paraíba S/A, empregava 260 trabalhadores. A presença dessa indústria no Bairro de Bodocongó se deve ao fato da mesma utilizar as águas do açude próximo na sua unidade fabril. O processo de reciclagem do papel realizado pela mesma produz um dejetos líquido que é lançado em um canal, que, até bem pouco tempo, não possuía nenhuma estrutura. Atualmente, a água é tratada e, com menor grau de impureza, canalizada, atravessa a cidade através de canais, desaguando em um córrego nos limites da mesma.

DA BORRACHA, FUMO, COUROS, PELES, AS

Esse segmento reduziu significativamente sua participação no emprego formal na indústria do estado e na região. No período em estudo reduziu de 60,0% para 15,6% a participação estadual e de 4,2% para 2,0%, a participação regional. No tocante ao número de estabelecimentos, a participação frente ao estado reduziu-se de 42,9% para 33,0%, enquanto a participação regional reduziu-se de 3,2% para 2,5%. Essa sistemática redução, tanto na participação no número de estabelecimentos quanto no emprego formal, deve-se ao pequeno crescimento desse segmento no município. Os números apresentados pelo gráfico 5.16 demonstram que, a partir da segunda metade dos anos 1990, ocorreu um crescimento no número de micro e pequenas empresas, mantendo-se relativamente estável o número de médias e extinguindo-se as grandes empresas a partir de 1991.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

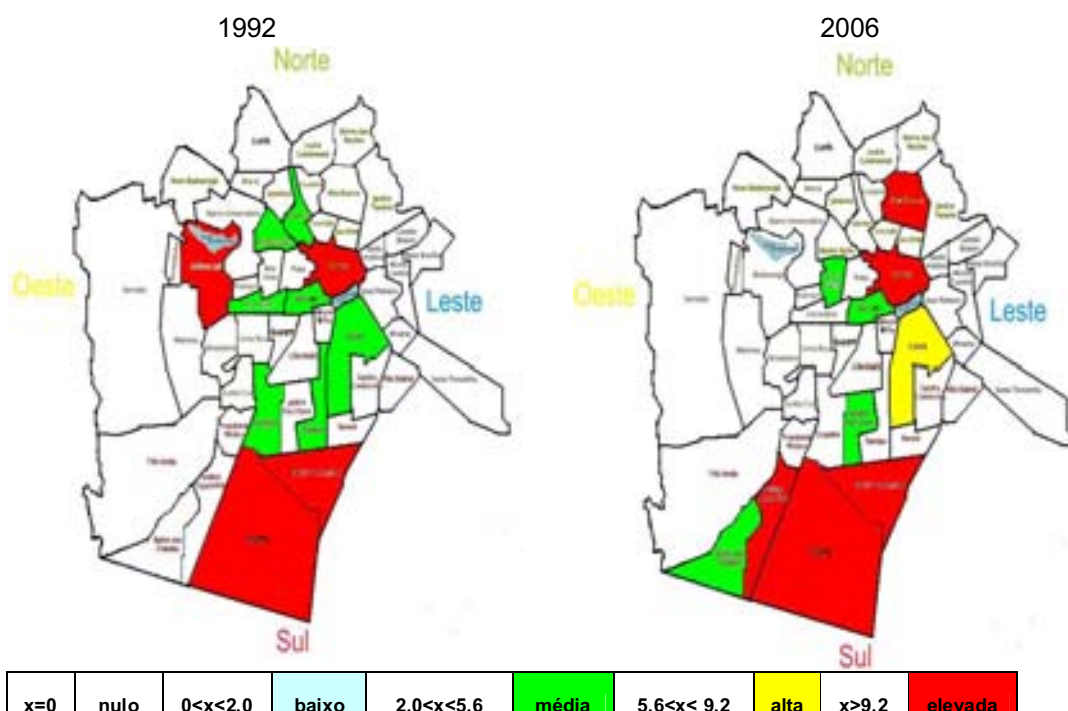
Gráfico 5.16 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria da borracha, fumo, couros, peles e similares de Campina Grande.

O crescimento no número de empresas no segmento não contribuiu para a elevação do emprego formal no município, devido ao fato de grandes empresas

pequenos e micro estabelecimentos. Os dados da indústria de 1.094 empregos em 1985, declinando para 452 em 2004, enquanto o número de empresas cresce de 21 para 30, no mesmo período (ver dados das tabelas 5.N e 5.O no apêndice). Observando o Cadastro Industrial da FIEP, em outro período de análise, constata-se que também não houve grandes avanços no segmento. Houve uma redução de uma unidade produtiva no número de estabelecimentos e o aumento de apenas 10 empregos (de 345 para 355) entre 1992 e 2006.

Tomando por base o ano de 1985, as micro-empresas ampliaram seu número em 54,5%, as pequenas em 120,0%, as médias diminuíram em 60% e as grandes se extinguíram. O emprego, que evoluía na segunda metade dos anos 1980, regrediu, a partir dos anos 1990, em 58,7% em relação ao ano de 1985.

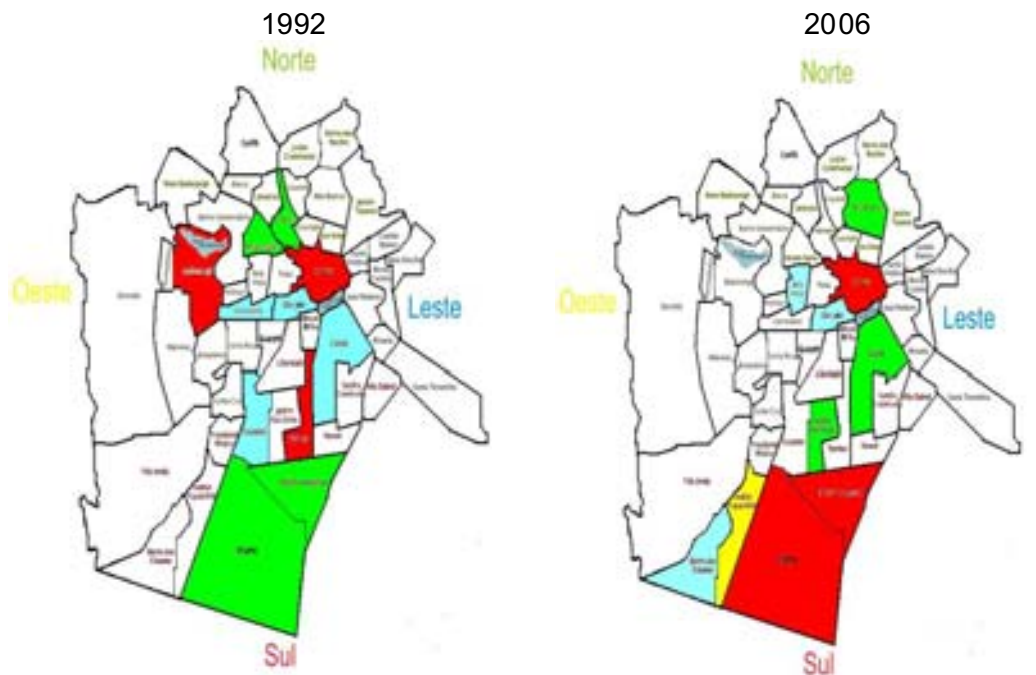
Quanto aos rendimentos dos trabalhadores, ocorre similarmente aos demais uma concentração na faixa de renda de 1 a 3 s.m. O que diferencia esse segmento é que o mesmo apresenta o maior percentual (12,4%, em 2004) de trabalhadores recebendo menos de 1 s.m. no setor industrial.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.16 - Distribuição espacial da indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas em Campina Grande

...il concentrava os estabelecimentos em três bairros (Industrial) com níveis elevados de concentração. No período em estudo, ocorreu uma leve realocização, com perdas para a zona oeste em benefício de uma leve expansão para a zona norte (Alto Branco) e, mais acentuadamente na zona sul. Tais mudanças podem ser visibilizadas na figura 5.15.



x=0 nulo 0<x<2,0 baixo 2,0<x<7,2 média 7,2<x< 12,4 alta x>12,4 elevada
 Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.17 - Distribuição espacial do emprego na indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e ind. diversas em Campina Grande

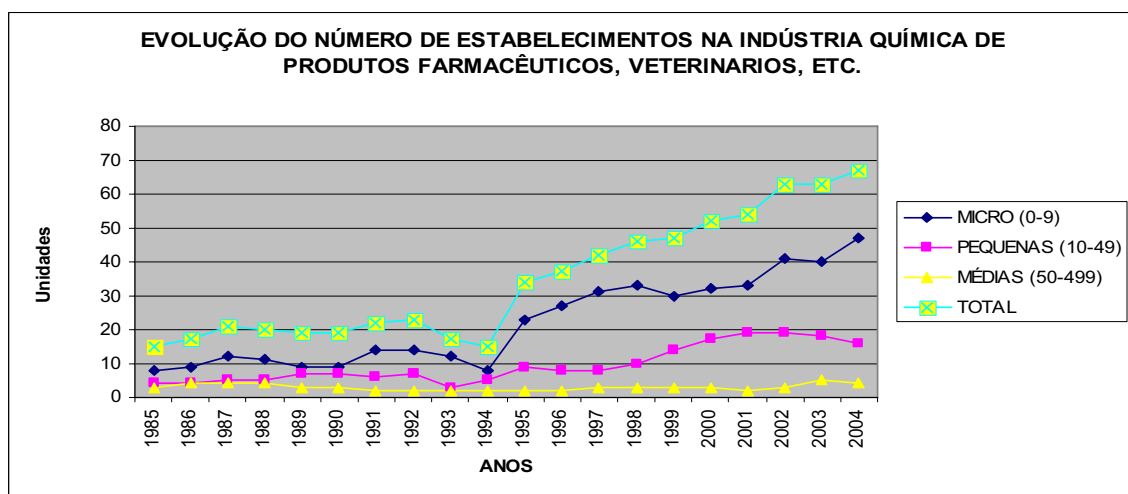
Um fato importante relaciona-se com a extinção desse segmento no bairro de Bodocongó. Em 1992, o referido bairro era responsável por 26% dos estabelecimentos, e 49,3% dos empregos e, 15 anos depois, não foi constatado presença da atividade no bairro, segundo o Cadastro Industrial da FIEPB. Esse bairro, historicamente, foi responsável por grande parte das atividades vinculadas ao tratamento de couros, peles e fumo, devido ao fato dos curtumes utilizarem-se das águas do açude de Bodocongó. A crise do segmento extinguiu oficialmente a atividade, embora venha crescendo a atividade de produção calçadista no referido

instalação de empresas calçadista e de uma des.

O segmento sofreu significativa realocização e redução do nível de emprego no município. Ampliou a concentração no Distrito Industrial (51,6% em 2006) e no Centro (22%), em detrimento da maioria dos demais bairros que contavam com a presença da atividade.

5.10 - INDÚSTRIA QUÍMICA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, VETERINÁRIOS, PERFUMARIA.

A indústria química apresenta crescimento significativo na segunda metade dos anos 1990, em especial para as micro e pequenas empresas. As médias esboçam um crescimento a partir do ano 2002. Esse pequeno crescimento não atenua a predominância das micro e pequenas empresas no segmento em detrimento das médias (ver gráfico 5.17 e 5.18).

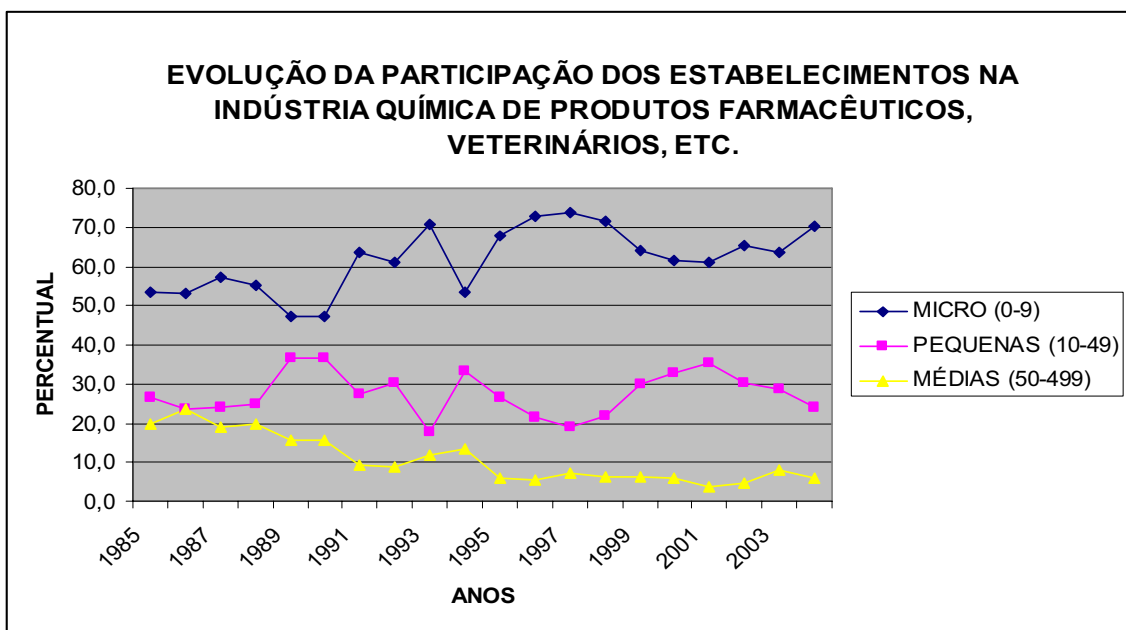


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.17 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, etc. de Campina Grande.

No entanto, esse segmento apresenta crescimento em importância no estado e na região, pois ampliou de 25,0% para 39,9% sua participação no

do estado e de 1,7% para 3,0% no da região, no refere ao número de trabalhadores formalizados, este ampliou sua participação no município de 33,0% para 41,1%, no estado de 1,2% para 1,8% na Nordeste. Esses dados demonstram a importância do segmento para a economia do estado e do município. Além desse crescimento relativo, o segmento da indústria química ampliou em números absolutos mais de 65% o número de trabalhadores, de 619 empregos formais para 1.024 entre 1985 e 2004. A maior parte do emprego foi gerado pelas micro e pequenas empresas.



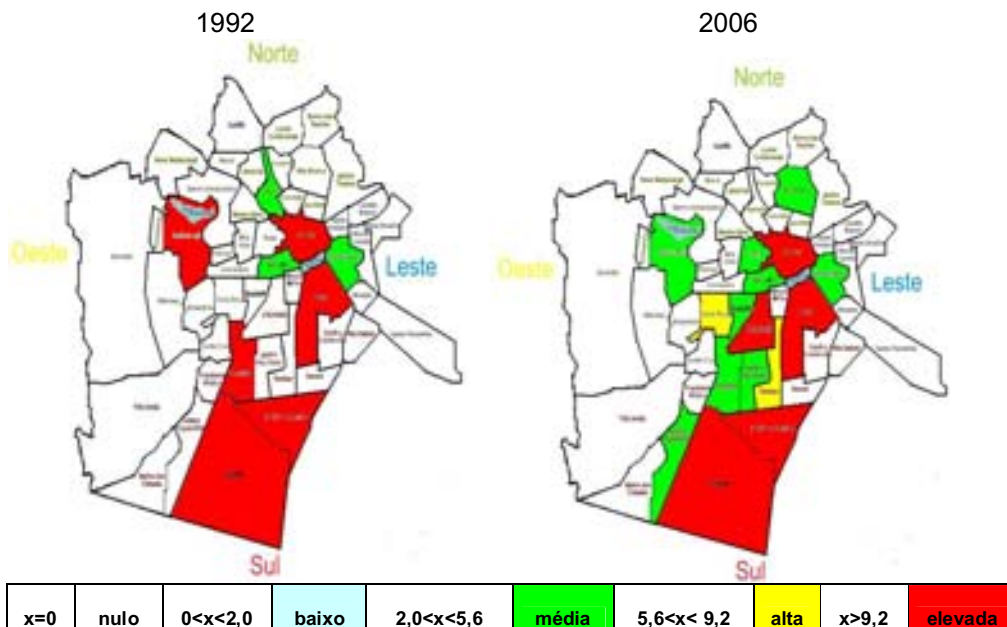
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.18 – Evolução da participação dos estabelecimentos na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, etc.

Esse segmento ampliou consideravelmente o número de trabalhadores na faixa de salário padrão da indústria campinense. Essa concentração ocorre em benefício dos que ganhavam menos de 1 salário e em detrimento dos que recebiam mais de 3 salários mínimos.

A indústria química concentrava-se em cinco bairros em 1992, reduzindo significativamente essa concentração em razão do surgimento de novas indústrias em bairros que até então não possuíam tal segmento produtivo. A expansão

dência para o sul, para o Distrito Industrial, embora aliado a sua participação no número de estabelecimentos.

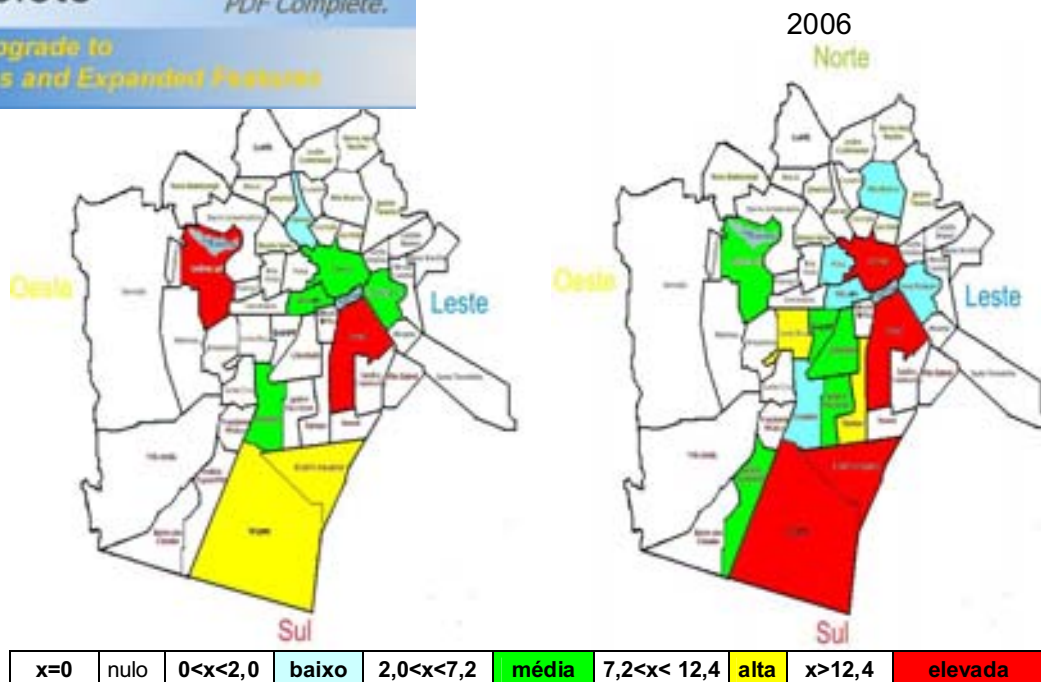


Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa temático 5.18 - Distribuição espacial da indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, em Campina Grande.

Segundo Dados do Cadastro (FIEPB), o emprego segue as tendências dos estabelecimentos, em outras palavras, Catolé (40%) e Bodocongó (33,3%) que detinham a maior parte do emprego no segmento, reduziram sensivelmente tais participações, enquanto o Centro e distrito industrial, no caminho inverso, ampliaram abruptamente suas respectivas participações.

A redução da concentração do emprego apresenta-se bem superior a dos estabelecimentos. Esse fato deve-se ao crescimento do número de micro e pequenas superarem o das médias empresas.

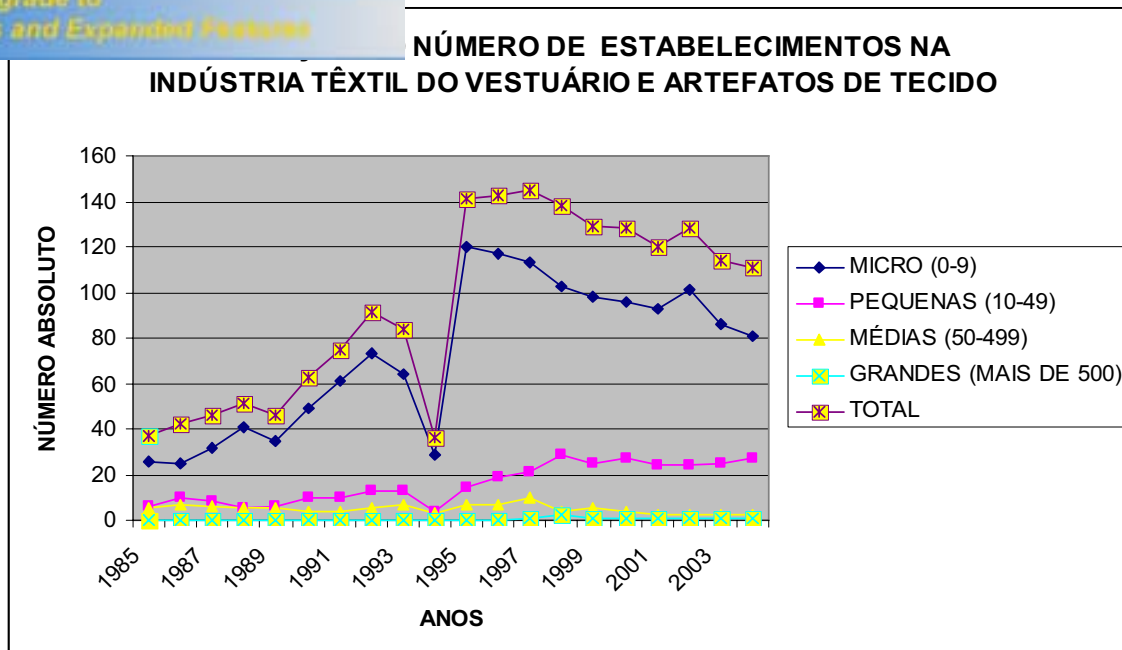


Mapa temática 5.19 - Distribuição espacial do emprego na indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc. de Campina Grande.

5.11 - INDÚSTRIA TÊXTIL DO VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS

O segmento têxtil se constitui em um dos principais segmentos da indústria campinense, tanto no que se refere ao número de estabelecimentos, como no de emprego e na distribuição dos rendimentos.

No que se refere ao número de empresas, ocorre um crescimento na segunda metade dos anos 1980 perdurando até 1992. A partir da segunda metade dos anos 1990, constatou-se declínio no número de micro e médias empresas, não ocorrendo o mesmo com as pequenas empresas. Esse fato amplia a participação das pequenas em detrimento das micro-empresas na economia municipal. A participação das médias é declinante, enquanto as grandes praticamente não alteram sua participação. Esse segmento é um dos três que possuem grandes empresas (mais de 500 empregos formais), estabelecidas em Campina Grande.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.19 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecido de Campina Grande.

O gráfico 6.19 mostra bem que o segmento micro e de pequenas empresas estabelecidas em Campina Grande predominam sobre as demais. Vale ressaltar que a ascendência das pequenas empresas se constituiu em um dado importante para o segmento, por gerar tendenciosamente mais empregos do que as micro-empresas.

A participação do segmento municipal no número de estabelecimentos do estado reduziu-se muito pouco, de 32,5% para 32,1%, e, na região, de 2,6% para 1,8%, no período de estudo. Esse declínio se constituiu em um sinal de alerta para os problemas que afetam o segmento, em especial as micro-empresas, que não estão sendo resolvidos pelo empresariado, nem pelo setor público⁷⁵. No entanto, a redução do número de estabelecimentos não afetou o montante total do emprego, que cresceu, entre 1985 e 1998, somente impactando no período que abrange os anos de 1999 a 2001. A partir de 2002, iniciou-se uma recuperação do emprego formal no segmento, mas, até o ano de 2004, ainda não

⁷⁵ Um dos principais problemas se relaciona com a entrada de produtos têxteis chineses, a preços baixos, inviabilizando a produção local das micro e pequenas empresas.

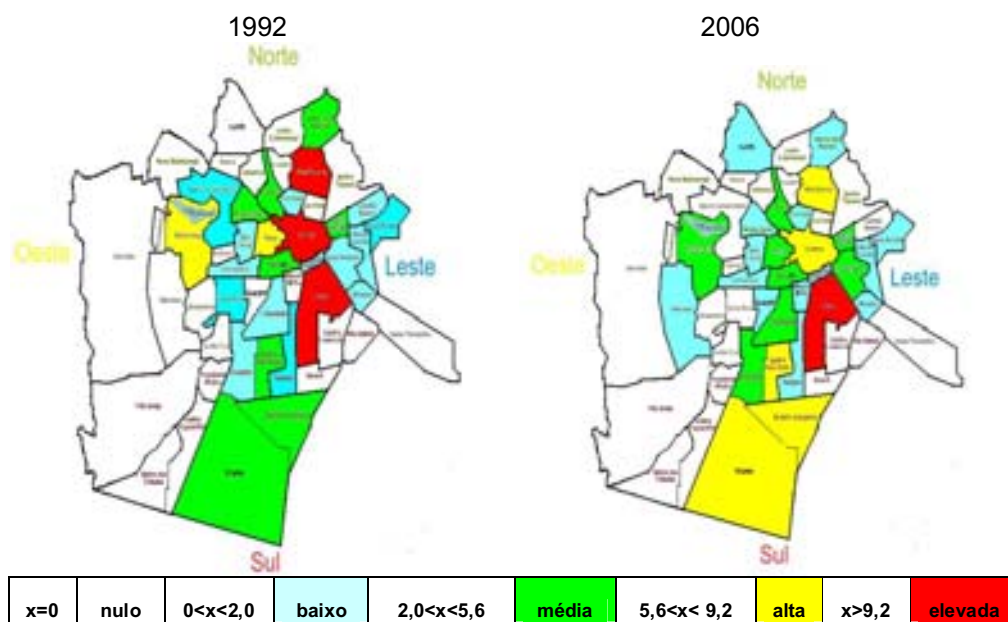


1998, considerado o pico do emprego formal no (os formais).

As perdas de postos de trabalho, ocorridas entre 1992 e 1998, devido ao declínio do número de micro-empresas, foram em parte compensadas pelo crescimento no número de pequenas empresas que, desde 1995, apresentam crescimento contínuo. A participação do emprego formal do segmento têxtil campinense no emprego da indústria do estado ampliou-se de 13,5% para 20,4% e, na região, ampliou-se de 1,2% para 1,9%. Dados mais recentes indicam retomada do crescimento no emprego nesse setor. Dados da RAIS/MTE mostram que, em 2005, o segmento empregou 2.581 pessoas, ratificando retomada do crescimento do segmento, pois o emprego apresentou crescimento desde 2001. O Cadastro Industrial da FIEPB apresenta, para 2006, contingente de 3.018 trabalhadores no segmento. Como o Cadastro apresenta normalmente contingentes inferiores aos apresentados pela RAIS/MTE, supõe-se que o crescimento formal do segmento seja um pouco maior. A participação desse segmento alcança 15,8% do contingente de trabalhadores na indústria campinense. Se agregarmos o segmento têxtil-vestuário ao segmento calçadista (28,4% em 2005) alcançamos o percentual de 43,8% do emprego formal na indústria (ver Tabela 5.P no apêndice), denotando a importância desses segmentos para o município e a necessidades de medidas e políticas públicas que contribuam para a evolução dessas atividades.

Outro fator relevante do desenvolvimento desse segmento é a evolução do padrão salarial. Esse segmento industrial, junto com o calçadista e o de utilidade pública, foram os únicos que apresentaram tendência de distribuição salarial diferente dos demais, pois, embora concentrando os trabalhadores na faixa salarial padrão, promoveu uma distribuição maior pelas demais faixas salariais. A única faixa salarial que apresentou declínio consiste na inferior a 1 salário mínimo, cuja participação foi reduzida de 7,2% para 2,5% dos trabalhadores. As demais faixas ampliaram suas respectivas participações no que tange a distribuição dos trabalhadores. Esse segmento ampliou consideravelmente a participação dos trabalhadores que recebiam mais de 10 salários, que em 1985 eram 0,8% dos trabalhadores da indústria, para quase 17%, em 2004. A distribuição menos concentrada em faixas salariais muito baixas contribui para a elevação do padrão de vida dos trabalhadores do segmento.

é resultado das transformações ocorridas no setor de produção têxtil, decorrente da modernização produtiva, e de realocação de novas plantas industriais, muitas das quais advindas do sul e sudeste do Brasil. Essas novas plantas pugnavam com as menores pelos trabalhadores mais qualificados e, devido ao poder financeiro, absorveram os trabalhadores mais qualificados. O segmento de treinamento e qualificação de mão-de-obra também voltou-se para a formação dessa mão-de-obra. Assim, diversas instituições foram criadas/reformuladas⁷⁶ para atender à demanda empresarial por mão-de-obra qualificada.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.20 - Distribuição espacial da indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos em Campina Grande.

Esse segmento é o terceiro em número de empresas com atividades exportadoras (4 empresas), ficando atrás do segmento calçadista e do extrativista de minerais não metálicos. O segmento têxtil/confecções foi responsável por mais de 23% das exportações da Paraíba em 1999, elevando no ano seguinte, esse percentual para 27% (mais de 14 milhões de dólares). Campina Grande foi

⁷⁶ Em especial, destaca-se o SENAI, como instituição de formação e qualificação de mão-de-obra para indústria em geral, não somente para o segmento Têxtil. Recentemente (2004), foi criada a Universidade Corporativa da Indústria da Paraíba (UCIP), com sede em Campina Grande, com pretensões de contribuir para a qualificação da mão-de-obra industrial.

ficativa dessas exportações (VERBER, 2007).

 nimento a presença da Wentex (Coteminas) no

 município, pois, a partir da segunda metade dos anos 1990, proporcionou forte

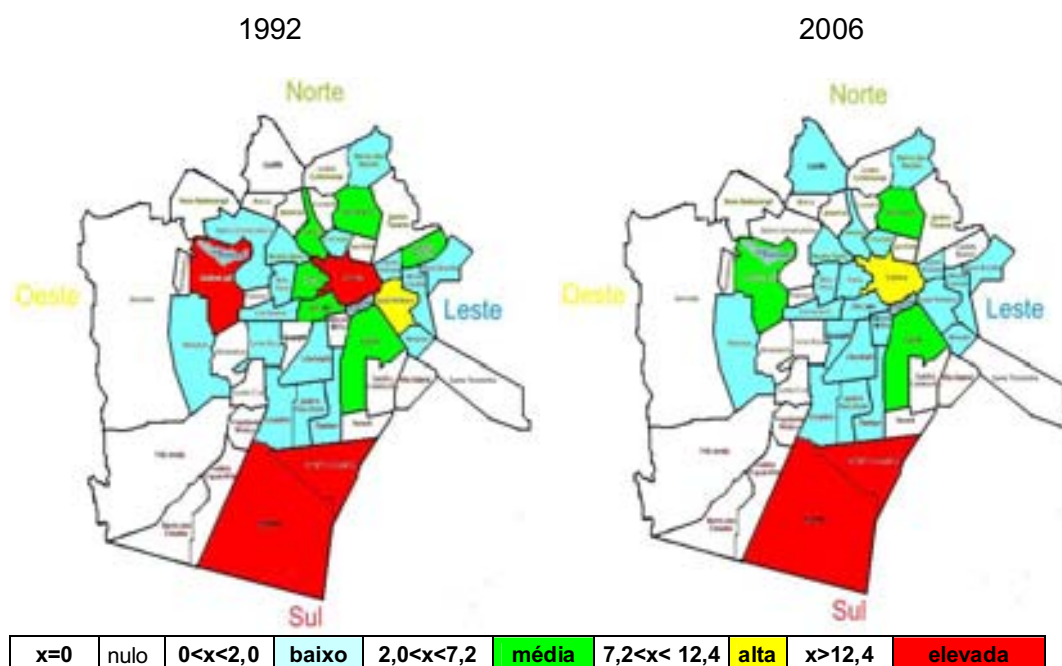
 impulso no segmento têxtil-vestuários. Essa empresa ocupa extensa área no

 distrito industrial que a torna uma das maiores da América Latina,⁷⁷ segundo

 informações da própria empresa. Em número de empregados, a Coteminas é a

 segunda maior empregadora na indústria, ficando atrás somente da Alpargatas,

 do segmento calçadista.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Industrial da FIEPB

Mapa Temático 5.21 - Distribuição espacial do emprego na indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos de Campina Grande.

A indústria têxtil e do vestuário concentrava, em 1992, aproximadamente

 20% do número de estabelecimentos no centro da cidade, mas, no período em

 estudo, constatou-se sensível deslocamento dos estabelecimentos em direção a

 zona sul, em particular para o bairro do Catolé. Esse segmento é composto por

 um número muito grande de micro e pequenas indústrias e, com a

 desconcentração ocorrida nos estabelecimentos que se localizavam no Centro,

⁷⁷ Ver imagem 01 do capítulo 6.

preponderância no que se refere ao número de estabelecimentos, o emprego não seguiu totalmente a mesma tendência. Mesmo tendendo para o sul, o emprego concentrou-se no distrito industrial, em razão da implantação de médias e grandes empresas nesse bairro, que passou a concentrar mais de 64% do emprego do segmento.

O caso da Wentex (Coteminas) é emblemático, pois, em 2006, já empregava 1560 trabalhadores. Essas modificações geográficas na localização das empresas levaram a uma acentuação da concentração dos estabelecimentos no bairro do Catolé e do emprego no Distrito Industrial.

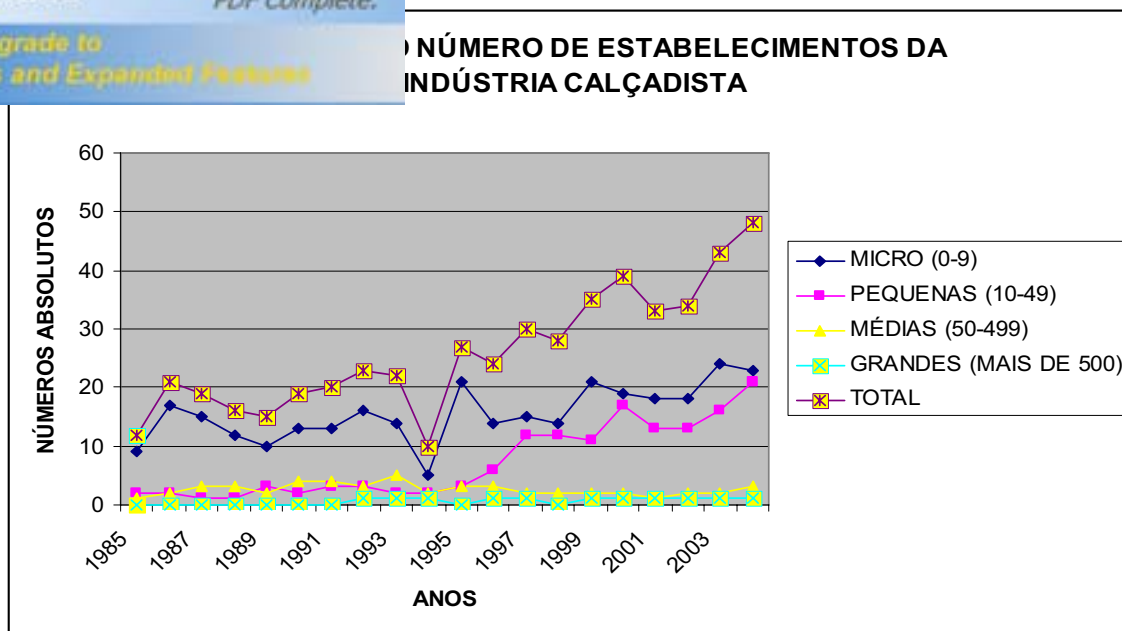
A figura 4.2 explicita as transformações ocorridas nos últimos anos na localização do emprego segundo os bairros de Campina Grande. Não se alterou significativamente a participação do emprego no segmento têxtil-vestuário na maioria dos bairros. À exceção é o Centro, que perdeu participação, e o distrito industrial, que ampliou a sua participação, tornando-se preponderante sobre as demais. O bairro de Bodocongó acentua suas perdas no segmento.

5.12 INDÚSTRIA DE CALÇADOS

O segmento calçadista campinense apresentou-se, junto com o têxtil, como segmento preponderante na indústria. Essa preponderância deve-se a diversos fatores dos quais se destaca o histórico. Em um passado não longínquo, a tradição troupeira, a feira de gado que se formou na grande campina que originou a cidade, a experiência no trato das peles e do couro (curtumes), permitiu a existência de pequena indústria calçadista que, mesmo com a quase extinção oficial dos curtumes⁷⁸, não foi extinta.

A crise dos anos 1980 não apagou o potencial criativo das micro e pequenas empresas calçadistas: as primeiras retomaram o crescimento ainda na segunda metade dos anos 1980 e as segundas, a partir da segunda metade da década seguinte. Essa indústria cresceu tanto em número de estabelecimentos (300%) quanto em número de empregos formais (900%), nos últimos 20 anos (ver quadros 5.Q e 5.R, no apêndice).

⁷⁸ Quase extinção oficial porque se detectou a existência de estabelecimentos não formais no segmento couro-calçadista, em especial, curtumes.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.20 – Evolução do número de estabelecimentos da indústria calçadista de Campina Grande.

A evolução da participação dos estabelecimentos, conforme o tamanho, demonstra um rápido crescimento das micro e pequenas empresas. Considerando o número de estabelecimentos, esse segmento já apresentava importância crescente nos anos 1980, devido a sua participação na indústria do estado (44,4%) e na região (6,0%). A partir dos anos 2000, essa participação é ampliada para 46,6%, no estado, e 9,5%, na região, ratificando a importância desse segmento para a economia municipal e a inserção do município na economia regional. Essa importância consolida-se quando se observa o crescimento do emprego formal no segmento. A participação no emprego formal desse segmento na indústria do estado, que se ampliou de 49,1% para 51,1% entre 1985 e 2004, embora a participação, na região, tenha diminuído, no mesmo período, de 5,7% para 4,7%, reflexo do crescimento mais célere do emprego em outras cidades nordestinas, em especial Sobral e Horizonte, que se apresentam como principais produtores de calçados do Nordeste. Campina Grande coloca-se em terceiro lugar tanto em número de estabelecimentos como em número de empregos, utilizando-se os dados da RAIS/MTE.

stinas, segundo o emprego
 forma na indústria calçadista - 2005

CIDADES	EMPREGOS	POSIÇÃO	%
Sobral-CE	14.791	1	18,1
Horizonte -CE	8.010	2	9,8
Campina Grande - PB	4.765	3	5,8
Itapetinga -BA	4.480	4	5,5
Santo Estevão - BA	2.864	5	3,5
Fortaleza -CE	2.723	6	3,3
Russas -CE	2.616	7	3,2
Maranguape - CE	2.345	8	2,9
Crato - CE	2.328	9	2,9
Itapagé - CE	2.267	10	2,8
TOTAL	47.189		57,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados da RAIS/MTE.

Na distribuição regional do emprego e dos estabelecimentos calçadistas, Campina Grande assume preponderância sobre as demais porque, segundo Pereira, Silva e Apolinário (2007,p.431):

Das quatro cidades que apresentam o maior volume de emprego, somente uma (Campina Grande) apresenta fatores históricos na formação da indústria calçadista. As demais são resultados dos recentes incentivos e das políticas fiscais e financeiras. Sobral, de elevada participação no emprego formal, apresentou crescimento industrial recente, e a indústria calçadista se instalou em 1993. A indústria calçadista de Itapetinga se constitui fundamentalmente da empresa que se realocizou de Campina Grande em 1997. Quanto a Horizonte, a indústria calçadista também é recente, da segunda metade dos anos 1990. Dessa forma, pode-se concluir preliminarmente que as políticas fiscais e financeiras agressivas têm impacto significativo na atração de empresas calçadistas, principalmente se a esse fator agregar-se uma mão de obra de custo baixo e quase nula em organização sindical.

É interessante observar que somente Campina Grande ocupa o terceiro lugar no que se refere ao emprego e aos estabelecimentos. Sobral e Horizonte, mesmo tendo a maior quantidade de empregos não se apresentam entre as nove cidades com maior número de empreendimentos. O número de empreendimentos é um fator importante para constituírem-se sinergias que permitam a constituição

b. O porte das empresas intensifica essa sinergia no pólo, para uma meso-região, estado ou região.

Dados do Cadastro Industrial da FIEPB para o ano de 2006 indicam que o potencial calçadista do município continua a crescer, pois o emprego já alcança um contingente de 6.638 trabalhadores em 81 estabelecimentos.

Tabela 5.2

As nove* principais cidades nordestinas segundo o número de estabelecimentos na indústria calçadista – 2005

CIDADES	ESTABELECEMENTOS	POSIÇÃO	%
Juazeiro do Norte - CE	89	1	16,9
Fortaleza -CE	77	2	14,6
Campina Grande -PB	50	3	9,5
Salvador -BA	33	4	6,3
Patos -PB	23	5	4,4
Conceição do Coité -BA	22	6	4,2
Jequié - BA	21	7	4,0
Feira de Santana - BA	20	8	3,8
Barbalha - CE	11	9	2,1
TOTAL	346		65,5

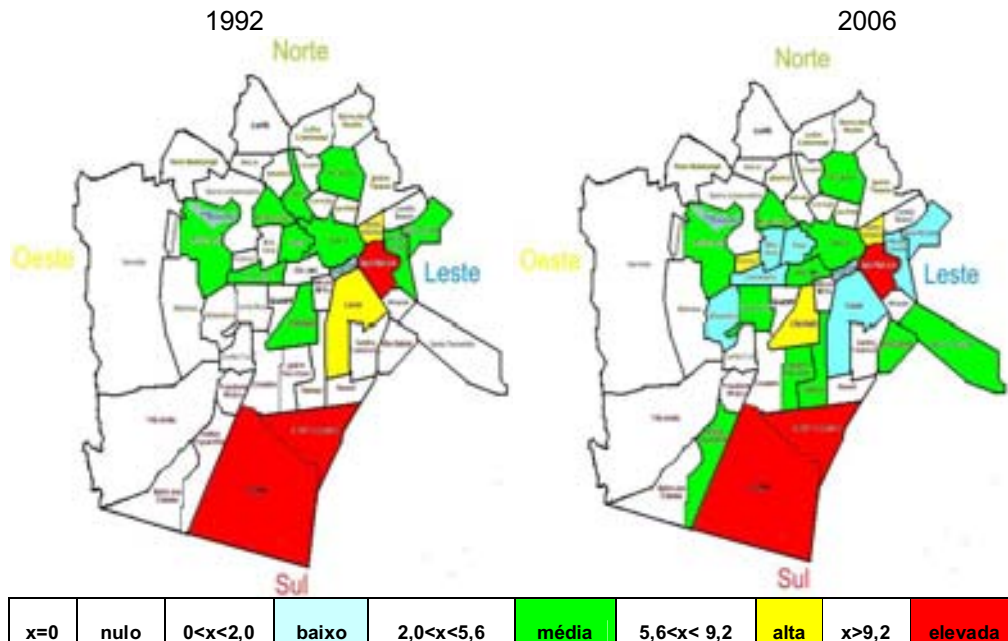
Fonte: Elaboração própria a partir dos Dados da RAIS/MTE.

*Somente 09 cidades apresentaram volume de estabelecimentos superior a uma dezena.

Na dimensão salarial, a indústria calçadista constitui-se como uma entre as três que diminuíram a concentração salarial da faixa padrão. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao crescimento do número de empresas e da demanda por trabalhadores para o setor, principalmente por trabalhadores qualificados. Essa qualificação implicou incentivo à criação dos diversos organismos de apoio às empresas do setor, destacando-se o centro da tecnologia do couro “Albano Franco”, responsável por treinamento de mão-de-obra, tratamento do couro e desenvolvimento de tecnologias para a indústria. A encubadora de empresas e o pólo couro-calçadista são estruturas e instituições novas que surgiram, devido à importância do setor para o município, contribuindo para o desenvolvimento do segmento e da cidade (ver Capítulo 6).

A indústria calçadista apresenta evolução na distribuição dos trabalhadores nas diversas faixas de rendimento mais simétrica. Ocorreu crescimento no número de trabalhadores localizados nas faixas salariais mais elevadas. O percentual de trabalhadores que recebiam mais de 10 salários ampliou-se de 2,4% (1985) para mais de 21% em 2004, ficando atrás apenas da indústria de

ava aproximadamente 50% dos trabalhadores que

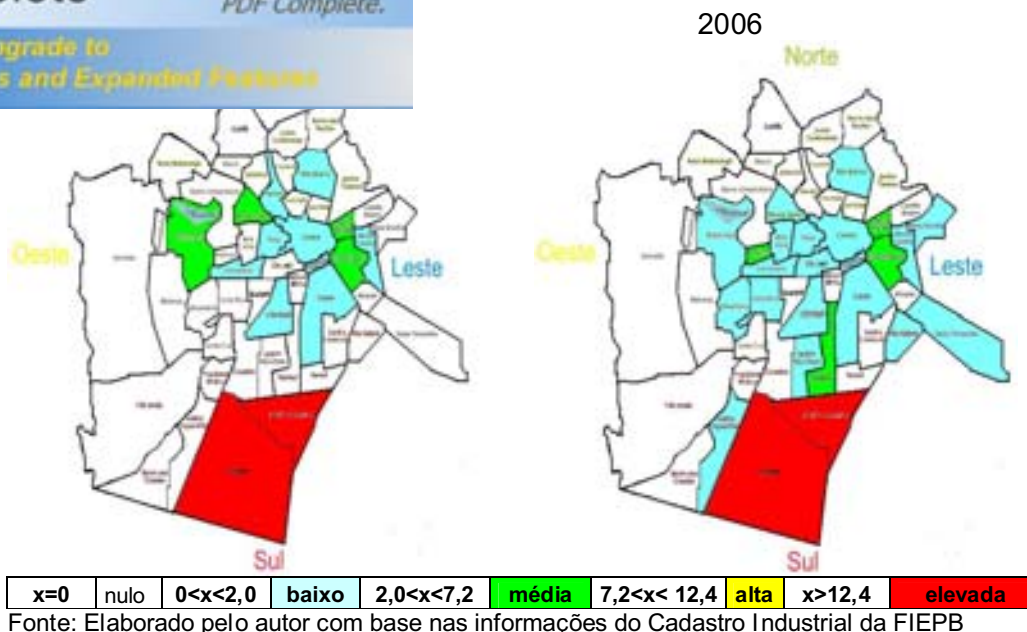


Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.22 - Distribuição espacial da indústria de calçados em Campina Grande

Quanto à distribuição espacial, ocorreu sensível desconcentração dos estabelecimentos. O Bairro do José Pinheiro concentrava, em 1992, mais de 36% do número de estabelecimentos, reduzindo sua participação para pouco mais de 24% em 2006. O segmento calçadista ampliou sua presença de 14 para 23 bairros no período em estudo.

No que se refere ao emprego, ocorreu uma tendência inversa ao dos estabelecimentos, ou seja, uma acentuada concentração do emprego no Distrito Industrial, que aumenta de 75,3% para 80,3%, em 2006. Embora tenha ampliado o número de bairros com presença de empregos no segmento calçadista, reflexo da expansão das empresas para os diversos bairros, o volume de emprego tende a concentrar-se no Distrito Industrial, devido ao fato das maiores empresas lá se instalarem. A perda de uma grande empresa calçadista em 1997 (PEREIRA, 1997) reduziu o emprego, mas não afetou a tendência de consolidação do pólo calçadista no município.

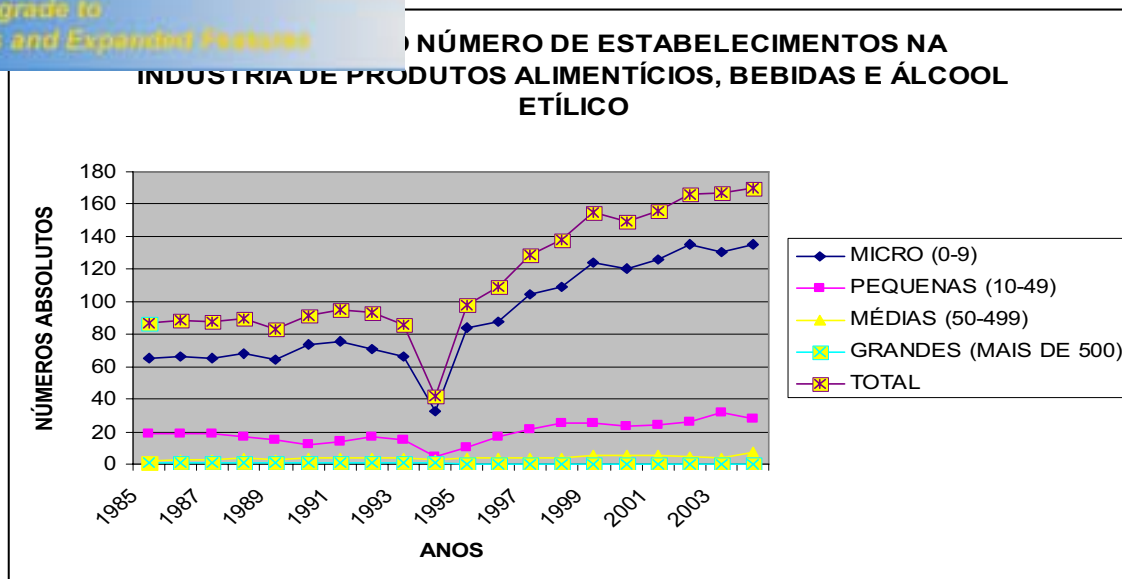


Mapa Temático 5.23 - Distribuição espacial do emprego na indústria calçadista de Campina Grande

O pólo calçadista é beneficiado por uma série de estruturas criadas para dar suporte e alavancar, junto com os incentivos fiscais-financeiros e para-fiscais, as empresas do setor. Dentre essas estruturas criadas, ressaltam-se o Centro de Tecnologia do Couro e Calçados Albano Franco e a incubadora de empresas do segmento (ver Capítulo 6).

5.13 - INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO

Esse segmento constitui-se como o setor mais tradicional e, tendenciosamente, o que apresentava o maior número de estabelecimentos na indústria do município. Esses estabelecimentos caracterizam-se por ser em sua maioria micro e pequenas empresas, e se concentrarem na produção de alimentos e bebidas. A partir da segunda metade dos anos 1990, as micro-empresas apresentaram significativo crescimento no número de estabelecimentos frente às demais empresas.

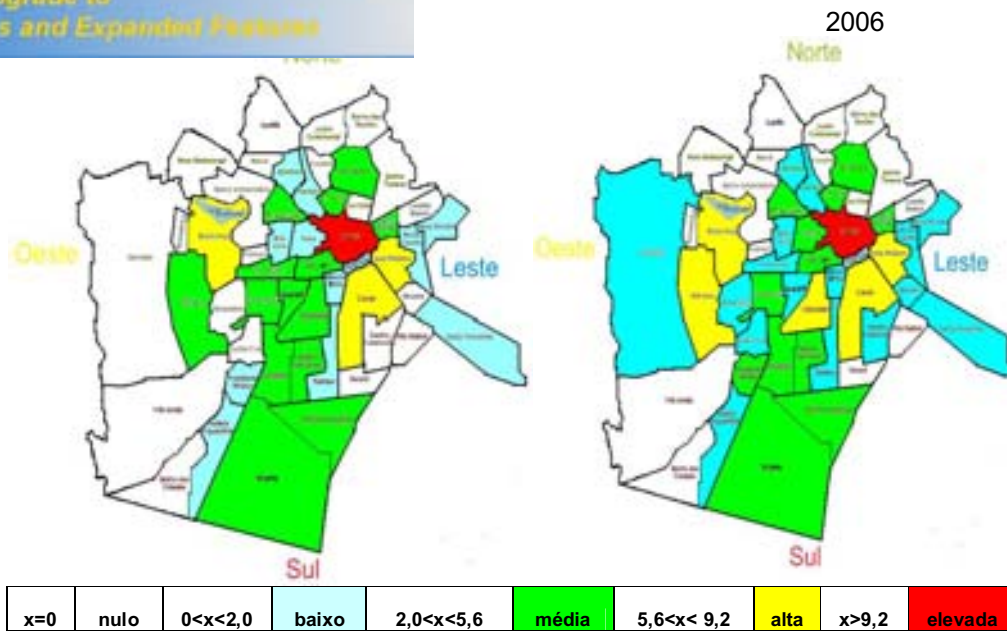


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.21 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

A preponderância das micro-empresas na indústria as torna responsáveis por aproximadamente 80% do número de estabelecimentos. As pequenas empresas representam quase 17% e as demais respondem pelo restante, ou seja, 3% aproximadamente. Esse segmento, que era responsável por mais de 26% do número de estabelecimentos industriais em 1985, reduziu sua participação para pouco mais 20% em 2004, tendo, durante toda a década de 1990, uma participação inferior a essa última. Essa redução de participação confere com o crescimento absoluto do número de estabelecimentos do segmento. Situação diferente ocorre com o emprego.

O emprego, nesse segmento, que respondia por aproximadamente 18% de todo emprego na indústria no ano 1985, reduziu-se para pouco mais de 11% no ano de 2004. A redução foi relativa e absoluta, devido ao declínio do emprego formal que, no último ano do estudo, ainda encontrava-se com valores absolutos inferiores aos da década de 1980. Esse declínio relativo e absoluto do emprego deu-se durante toda a década de 1990, apresentando pequena inflexão na segunda metade dessa década, mas isso não permitiu alcançar os volumes da década anterior.



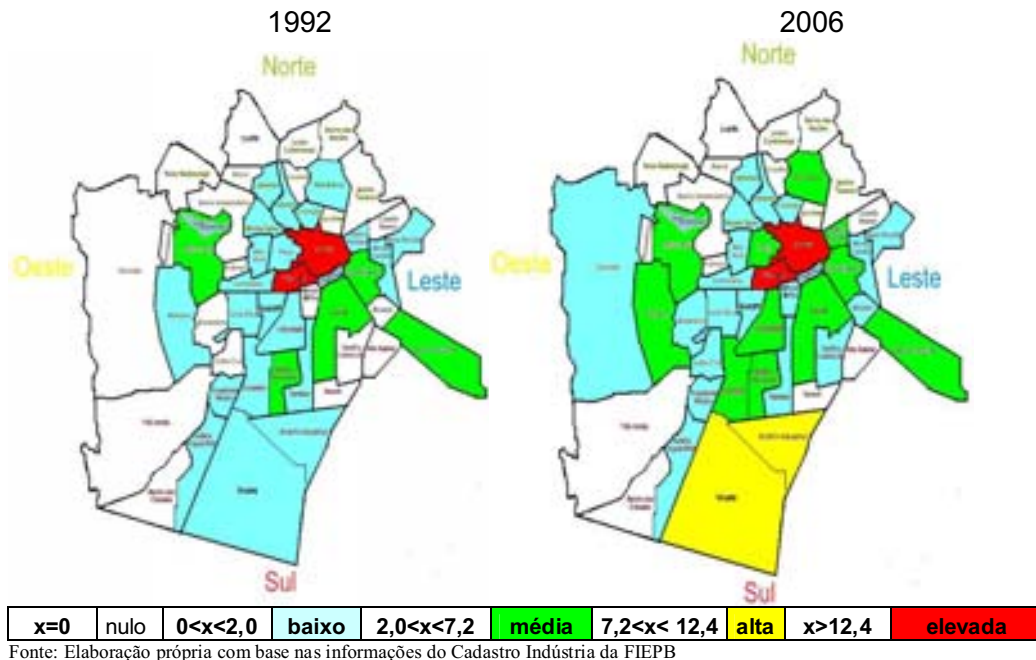
Mapa Temático 5.24 - Distribuição espacial da indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico em Campina Grande

O declínio do emprego frente ao crescimento do número de estabelecimentos demonstra um processo de atomização (redução) do tamanho dos estabelecimentos perceptível para quase todos os segmentos da indústria campinense. O gráfico 5.21 mostra bem que as micro-empresas ampliaram a participação frente ao declínio participativo dos demais tamanhos de empresas. Essa evolução deve-se ao fato do segmento comportar grande número de pequenas empresas produtoras, principalmente de alimentos, que foi favorecida pelo desenvolvimento de novas tecnologias, a exemplo dos pequenos fornos a gás para padarias.

Quanto aos rendimentos pagos por essa indústria, há uma concentração dos trabalhadores na faixa padrão de salários em detrimento das demais. Esse processo, como já foi dito, ocorre em 12 dos 15 segmentos que compõem o setor industrial campinense.

Essa indústria dissemina-se pela maior parte dos bairros da cidade. Essa disseminação deve-se ao fato de que esse segmento é composto,

pequenas empresas. Isso não quer dizer que não há pequenas empresas, sendo duas empresas de porte médio que são exportadoras em Campina Grande.



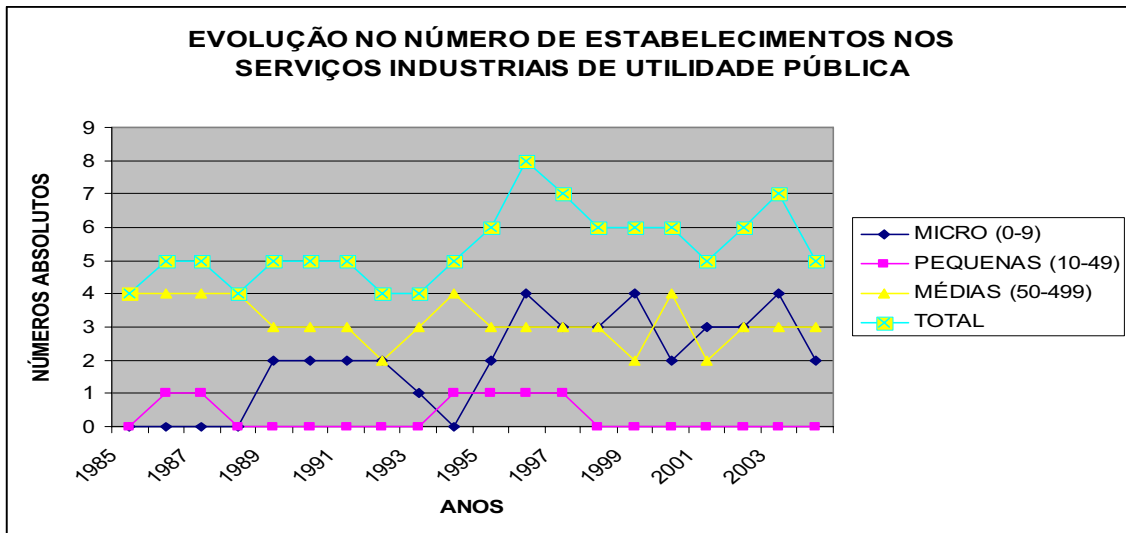
Mapa Temático 5.25 - Distribuição espacial do emprego na indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico de Campina Grande.

Geograficamente essas empresas expandem-se pelos bairros da cidade, diminuindo a concentração que ocorre no Centro. Em 1992, o Centro detinha mais de 20% dos estabelecimentos, reduzindo sua participação para pouco mais de 15% em 2006. O emprego que se concentrava no Bairro de São José (42,9%) desconcentra-se sensivelmente. Em 2006, apenas o Centro (13,9%) e São José (13,8%) apresentam elevadas concentrações de empregos no segmento. A figura 5.24 espacializa bem essas informações, mostrando o crescimento do Distrito Industrial, mas ainda a manutenção dos elevados níveis no Centro e no São José.

5.14 SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA

De modesta participação no número de estabelecimentos, esse segmento teve sua participação no número de estabelecimentos e no emprego formal da

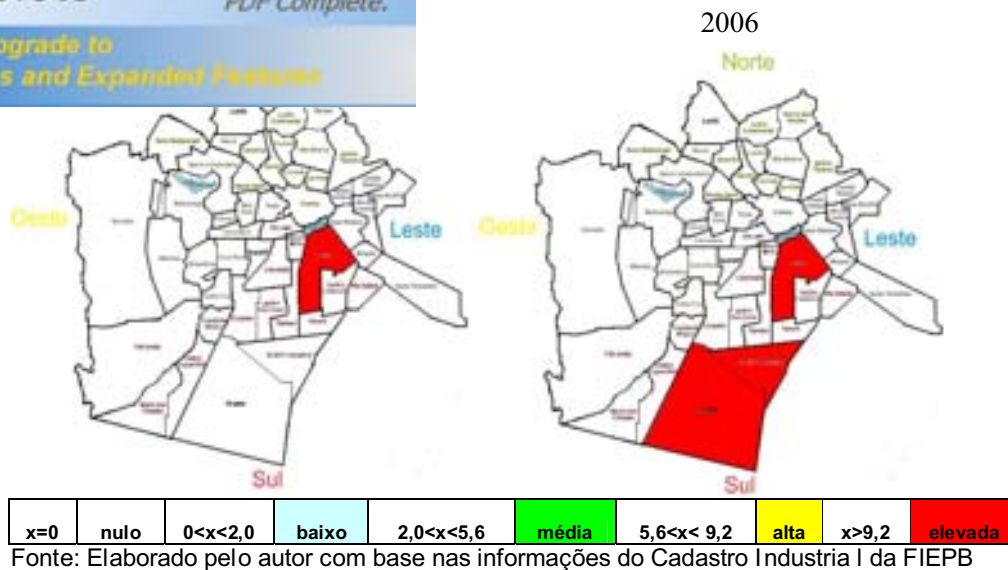
e, entre 1985 e 2004. O emprego reduziu-se de aproximadamente 5% e o número de estabelecimentos de aproximadamente 1% para 0,6%. No gráfico 4.22, mostra-se que o segmento compõe-se basicamente por poucas empresas, das quais, em 2004, duas eram micro e três eram médias.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.22 – Evolução no número de estabelecimentos nos serviços industriais de utilidade pública em Campina Grande.

A evolução do número de empresas não apresentou um crescimento de 25% entre 1985 e 2004, ou seja, o acréscimo de apenas uma empresa. Quanto ao emprego, ocorre um declínio significativo a partir de 1994, ano de pico do emprego no segmento. Esse segmento apresenta uma distribuição mais simétrica dos trabalhadores nas diversas faixas salariais. Na evolução da distribuição dos rendimentos, o número de trabalhadores nas faixas de rendimentos acima dos cinco salários mínimos cresceu consideravelmente. Essa indústria, junto com a de material de transportes, constituíam-se nas únicas que não remuneravam com menos de 1 salário mínimo. Nos últimos anos, o número de trabalhadores concentrados nas faixas de rendimentos inferiores a cinco salários foi reduzido significativamente em benefício das faixas superiores.

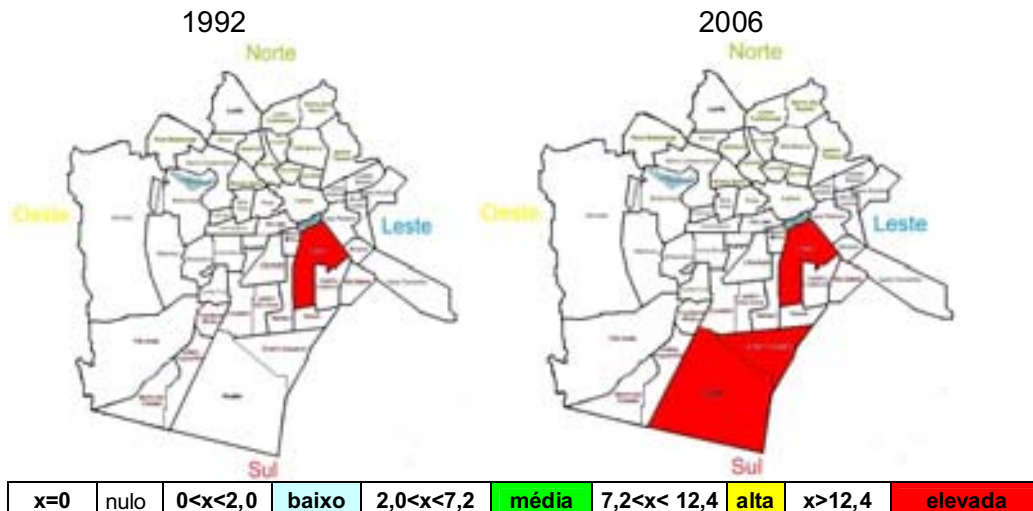


Mapa Temático 5.26 - Distribuição espacial dos serviços industriais de utilidade pública de Campina Grande

As transformações salariais ocorridas nessa indústria são tão importantes que a mesma concentra aproximadamente 50% dos trabalhadores do setor industrial campinense com rendimentos acima de 10 salários mínimos. Essa participação tem se mantido elevada, embora com relação a 1985 tenha sofrido uma pequena redução de aproximadamente seis pontos percentuais. Considerando os trabalhadores com rendimentos acima de 10 salários, essa indústria apresenta-se em primeiro lugar, seguida pela indústria calçadista, com pouco mais de 20%, e a têxtil com 10% desse contingente, e podem ser considerados a elite econômica dos trabalhadores da indústria campinense.

O Cadastro Industrial apontava a existência de uma única empresa no segmento de serviços industriais de utilidade pública em Campina Grande no ano de 1992. No mesmo ano, a RAIS/MTE apresentava a existência de cinco empresas, sendo três médias e duas pequenas. Essa diferença deve-se às diferentes metodologias de pesquisa das instituições. Em 2006, permanecem as respectivas quantidades de empresas. Independentemente dessa questão, as figuras mostram que as empresas existentes e funcionando, segundo o Cadastro, divide-se entre Catolé e o Distrito Industrial. Conseqüentemente, o emprego divide-se da mesma forma, mas em proporções diferentes, ou seja, Catolé

...s - quartos do volume de emprego, ficando o



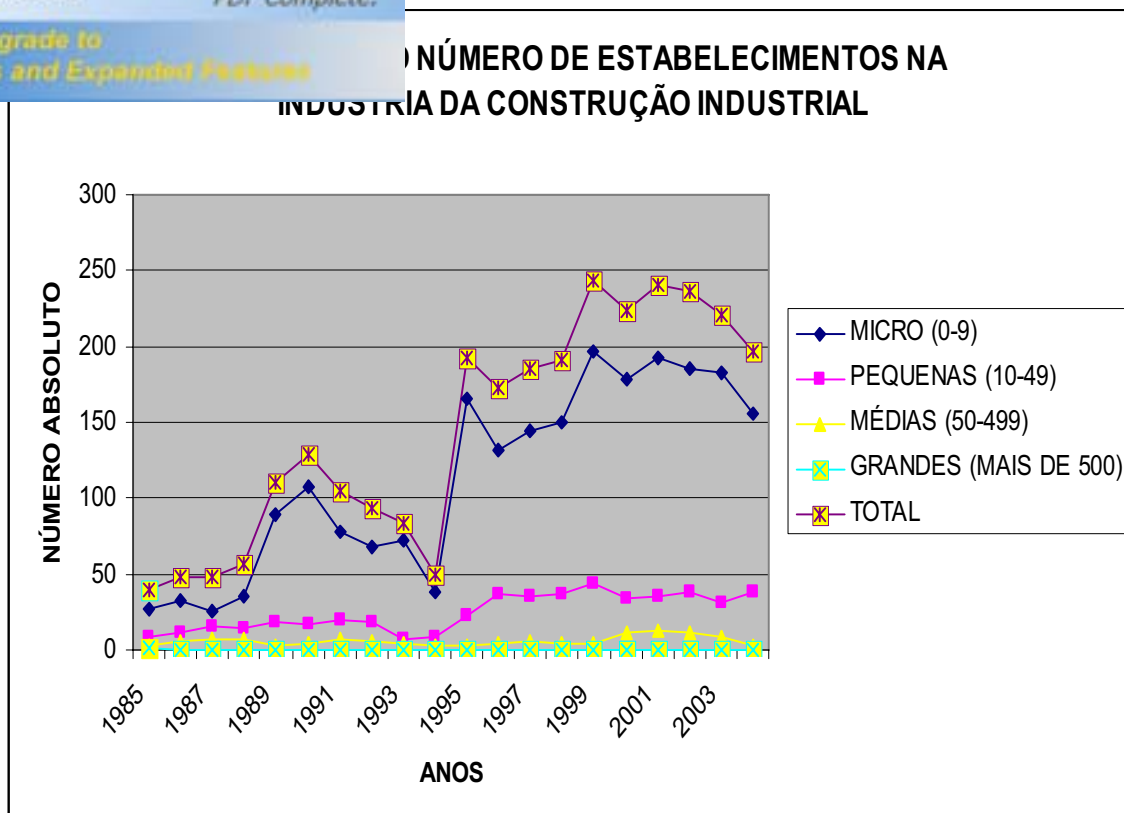
Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.27 - Distribuição espacial do emprego na indústria de serviços de utilidade pública de Campina Grande

5.15 INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

O segmento da construção civil, em Campina Grande, apresentou crescimento significativo, no que tange ao número de estabelecimentos, a partir da segunda metade dos anos 1980. A evolução do número de estabelecimentos apresentou uma inflexão com a recessão do início dos anos 1990, mas, a partir de 1995, ocorre uma retomada do crescimento do segmento, baseado especialmente nas micro e pequenas empresas.

O significativo crescimento do número de micro-empresas implicou preponderância das mesmas no segmento. Além do mais, no que tange à participação do segmento na indústria campinense, ocorreu um crescimento de sua participação de aproximadamente 12% (1985) para mais de 23% (2004), tendo alguns picos de participação nos anos 1990.

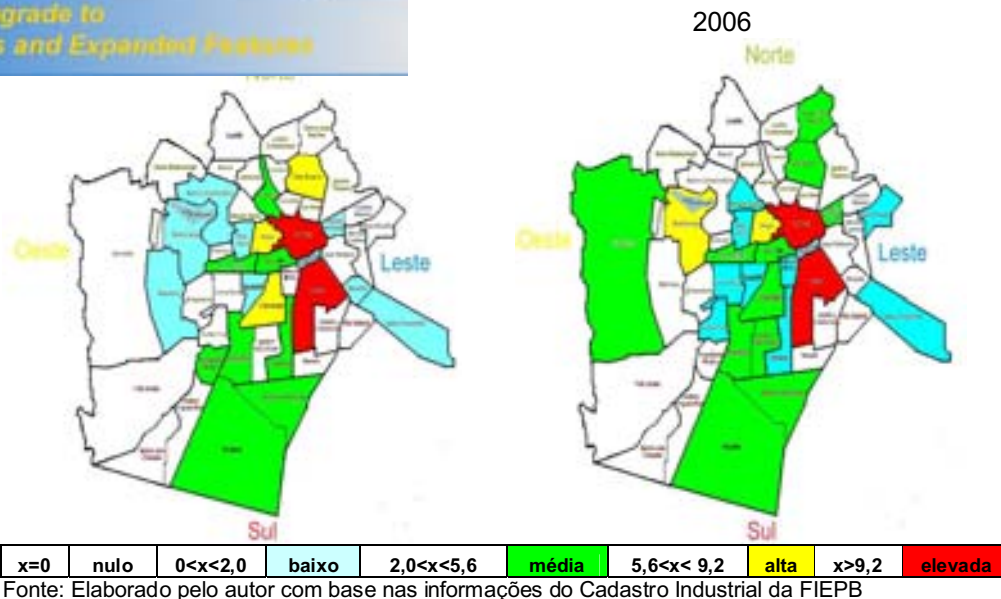


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Gráfico 5.23 – Evolução do número de estabelecimentos na indústria da construção civil de Campina Grande.

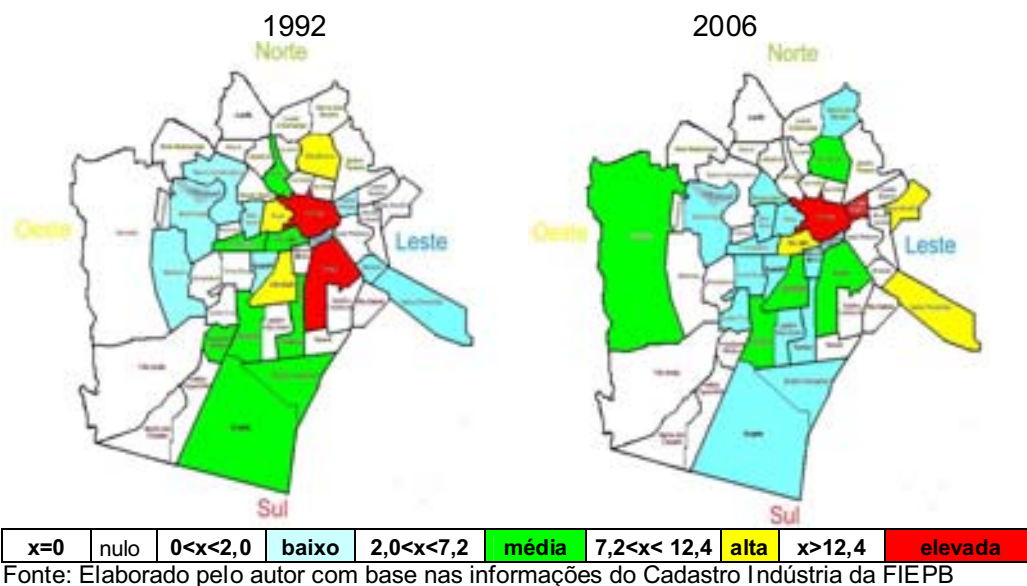
Esse crescimento no número de estabelecimentos e, conseqüentemente, na participação do segmento na indústria do município não repercutiu da mesma forma no emprego formal. A participação do emprego do segmento na indústria não afastou-se muito da casa dos 12%, embora tenha alcançado picos de 18% em alguns anos da década de 1990. Em números absolutos, o emprego no setor ampliou-se em pouco mais de 56% em relação ao ano de 1985.

No que tange aos rendimentos, o segmento promoveu uma ínfima redistribuição dos trabalhadores nas diversas faixas salariais acima de 1 salário mínimo. O segmento ainda concentra mais de 92% dos trabalhadores na faixa salarial padrão, apresentando, assim, uma estrutura salarial muito concentrada nessa faixa.



Mapa Temático 5.28 - Distribuição espacial da indústria da construção civil em Campina Grande.

Quanto ao emprego, o Centro (25,9%) continuou mantendo elevados níveis de concentração, embora, em relação a 1992, tenha reduzido pela metade. O bairro do Catolé não se configurava entre os detentores de significativo nível de empregos, diferentemente do bairro do Santo Antônio.



Mapa Temático 5.29 - Distribuição espacial do emprego na indústria da construção civil de Campina Grande

dos estabelecimentos acentuou-se entre 1992 e 2000 com o surgimento de micro e pequenas empresas em diversos bairros da periferia. No entanto, o Centro (31,2%) e Catolé (13,5%) continuam concentrando a maior parte do número desses estabelecimentos de pequeno porte.

5.16 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE OUTROS SEGMENTOS PRODUTIVOS

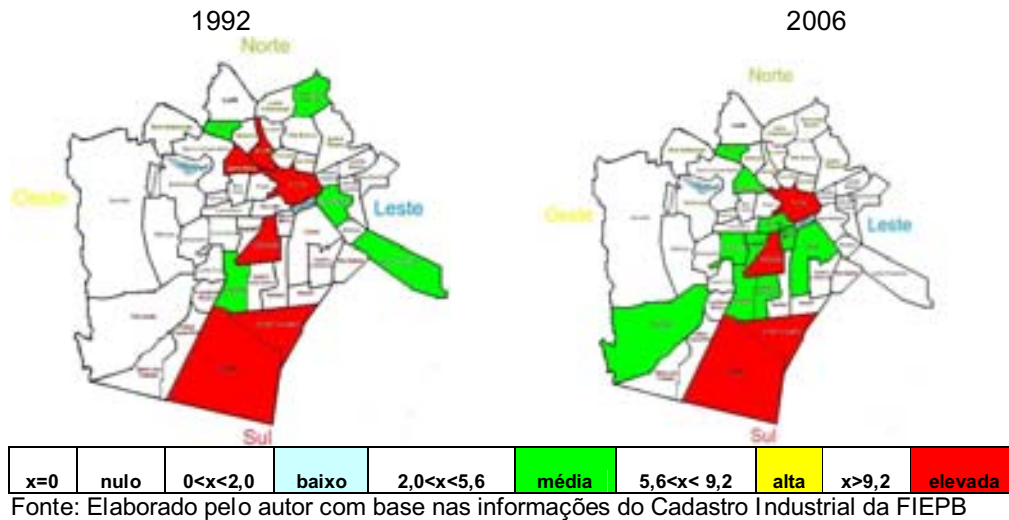
O Cadastro Industrial da FIEPB apresenta uma estrutura classificatória diferente da utilizada pelo IBGE e, conseqüentemente, pela RAIS/MTE, para os sub-setores da economia. Nesse estudo, foram realizadas algumas modificações visando a compatibilizar minimamente as duas estruturas para análise. Essas modificações não atrapalham a análise, pois, como já foi dito, utilizam-se duas fontes de dados, mas em separado. Para a distribuição espacial da indústria e do emprego utilizou-se o Cadastro da FIEPB. Nele, encontram-se segmentos produtivos que não constam na divisão classificatória segundo os sub-setores industriais do IBGE. Assim, apresentamos em separados a distribuição espacial desses segmentos produtivos, que se constituem nas atividades da:

- a) indústria de materiais plásticos;
- b) serviços de reparação, manutenção e instalação industrial; e,
- c) informática.

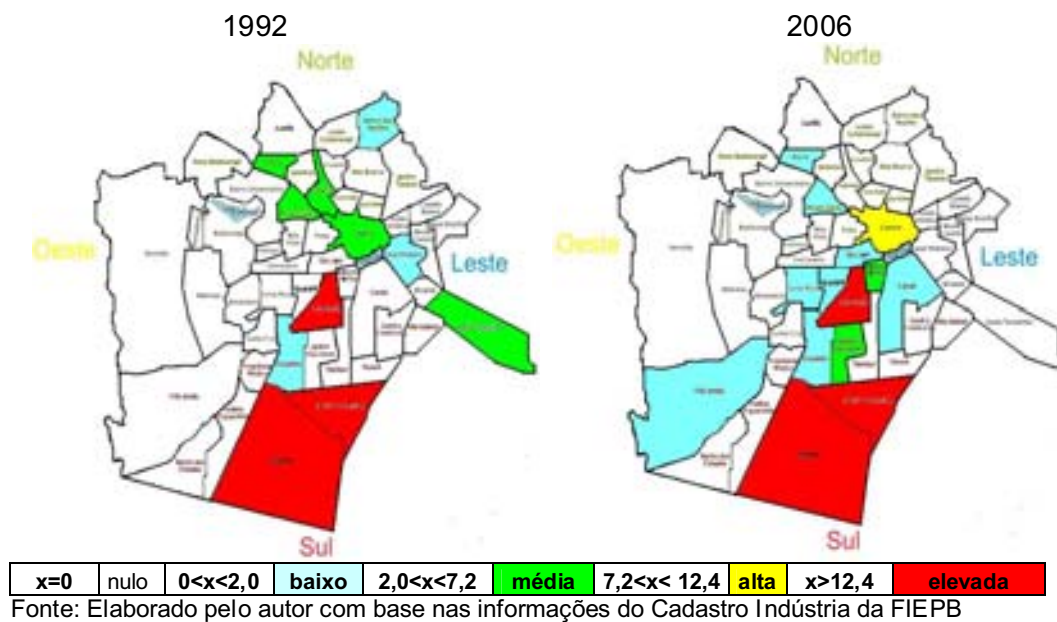
5.16.1 - A Indústria de Materiais plásticos

A indústria de materiais plásticos, como as demais, apresentou sensível tendência à concentração espacial na região sul, em particular, no distrito industrial que já concentra 33,3% dos estabelecimentos e 30,9% do emprego. O bairro da Liberdade, ainda que apresentando menor concentração de estabelecimentos (13,9%), apresenta maior concentração de empregos (48,3%), em razão da existência nesse espaço de uma empresa de médio porte dessa indústria. Em síntese, esse segmento ampliou a dispersão geografia entre os

do à concentração dos estabelecimentos e do camente nos bairros mencionados.



Mapa Temático 5.30 - Distribuição espacial da indústria de materiais plásticos em Campina Grande



Mapa Temático 5.31 - Distribuição espacial do emprego na indústria de materiais plásticos de Campina Grande

A distribuição espacial do emprego mostra-se mais concentrada nos respectivos bairros do que a dos estabelecimentos. Muito embora tenha ocorrido



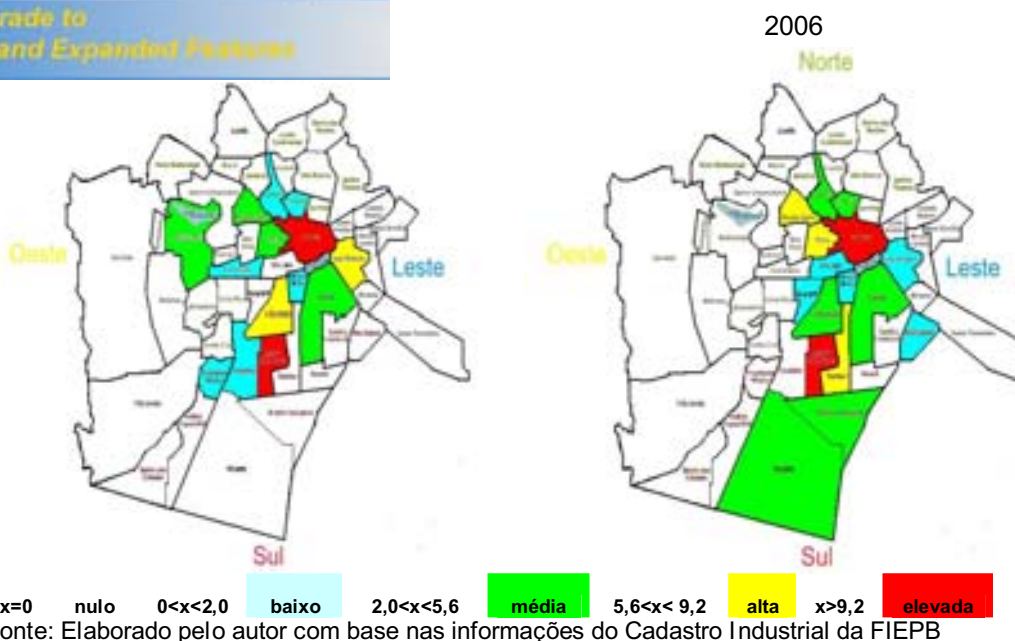
apresentados pelos bairros da Liberdade e Distrito um crescimento na concentração do emprego nos referidos bairros, atingindo um volume de 89,2% de todo o emprego do segmento no município. Caso acrescente-se a participação do Centro (7,8%), os três bairros concentraram mais de 97% do emprego nas indústrias de materiais plásticos.

5.16.2 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação.

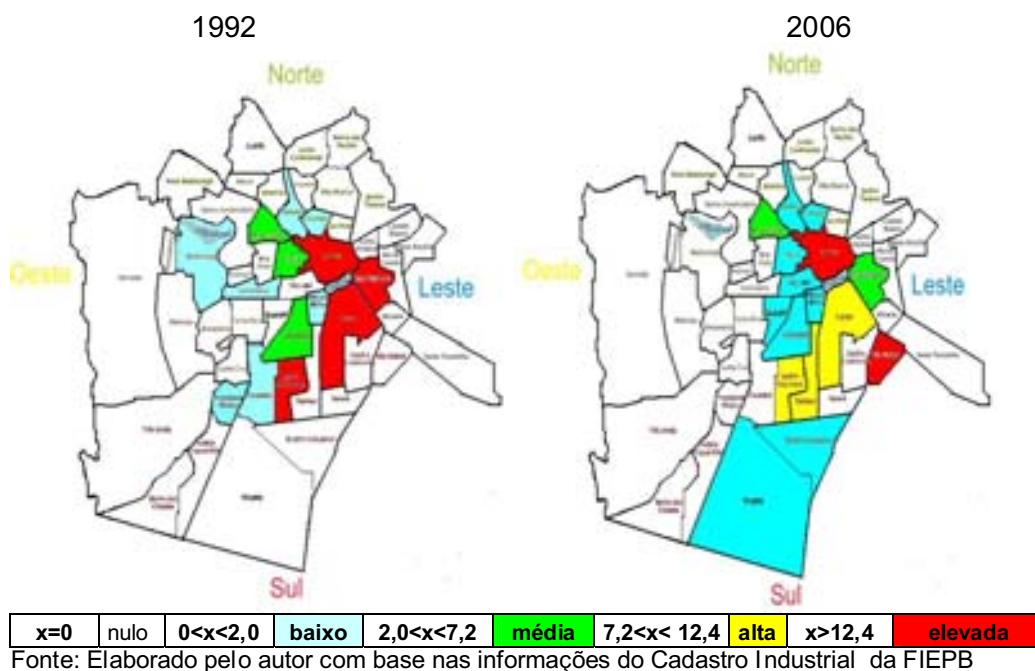
O Cadastro da FIEPB considera diversos serviços de reparação, manutenção e instalação como atividades industriais. Isso se deve, em grande parte, ao fato de diversas empresas que realizam tais atividades realizarem também a produção de determinados bens (produtos) que estão diretamente relacionados aos serviços de reparação, manutenção e instalação. Como exemplo, podem ser citadas as indústrias de retificação de motores, que tanto reparam quanto produzem determinados componentes para os motores. Não cabe aqui um questionar da metodologia aplicada. Partimos dos dados existentes no cadastro da FIEPB para produzir figuras que demonstrem o processo de espacialização das indústrias de Campina Grande. Como já foi dito, os dados do Cadastro da FIEPB dissociam-se dos da RAIS/MTE devido a abrangência desse segundo ser superior é mais preciso do que o Cadastro da FIEPB, no que se refere ao número de empregos formais. No entanto, o Cadastro permite uma identificação do endereço e da localização das atividades industriais, enquanto os dados da RAIS/MTE restringem-se ao âmbito municipal.

Quanto aos serviços de reparação, manutenção e instalação, a distribuição geográfica municipal sofreu alterações no sentido de ampliação de sua dispersão e diminuiu-se a concentração existente no Jardim Paulistano⁷⁹, ampliando-se a participação de outros bairros, mesmo considerando a extinção dessa atividade em alguns bairros. Ressalte-se que o Centro ampliou sua participação e em conjunto com o Jardim Paulistano, apresentavam elevados níveis de concentração dessa atividade.

⁷⁹ A concentração dessa atividade no Jardim Paulistano se deve a um fator histórico: a constituição de um “distrito dos mecânicos”, que concentrava a maior parte das atividades vinculadas a atividade de manutenção e reparação de veículos automotivos. Nesse “distrito” também se aglomerou outras atividades afins as oficinas mecânicas, que vão desde o comércio à atividades outras.



Mapa Temático 5.32 - Distribuição espacial dos serviços de reparação, manutenção e instalação em Campina Grande



Mapa Temático 5.33 - Distribuição espacial do emprego na indústria de serviços de reparação, manutenção e instalação de Campina Grande

Nos anos 1990, o emprego no segmento de serviços de reparação, manutenção e instalação, embora ampliando sua dispersão geográfica,



..., o Centro (37,1%) e Vila Cabral (13,2%), que de concentração do emprego e, em conjunto, são responsáveis, atualmente, por mais de 50% dos empregos do segmento. O distrito industrial, embora ampliando sua participação, antes nula, detém ínfima participação no emprego do segmento.

5.16.3 - Indústria da Informática

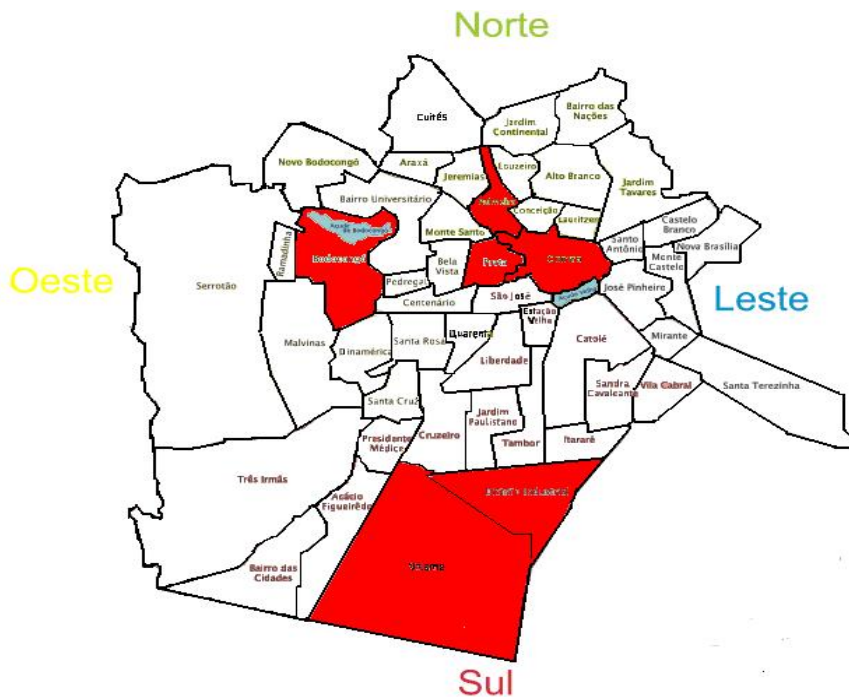
A indústria da Informática em Campina Grande constitui-se, similarmente ao caso de todo o Brasil, em atividade muito recente. No entanto, essa atividade cresceu muito rapidamente na cidade em razão das universidades, em especial a UFPB (atual UFCG), e do apoio dos governos constituídos. A origem das pesquisas computacionais remonta ao ano de 1967, quando a Universidade Federal adquiriu o primeiro computador no Nordeste⁸⁰. Nos anos que se seguiram, ocorreu a criação dos Cursos de Mestrado em Engenharia de Sistemas (1970); Formação de Técnicos de Nível Superior em Processamento de Dados (1973); Bacharelado em Ciências da Computação (1976); e, mais recentemente, os cursos de mestrado e doutorado em Ciências da Computação. Essa formação de profissionais de elevada qualificação deu origem às primeiras empresas de informática nos anos 1980, que foram impulsionadas pelas ações do governo do estado ainda nessa década. Dentre as ações desenvolvidas pelo governo, destaca-se a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PaqTc-PB),⁸¹ localizado em Campina Grande, no ano de 1984. A partir dos anos 1990, acentua-se o surgimento das empresas produtoras de software.

O sucesso de Campina Grande na produção de software e artigos de informática deve-se muito mais ao fato de ser pioneira e de apresentar significativa penetração dos seus produtos no mercado nacional e internacional, do que mesmo ao número de estabelecimentos e de emprego no segmento. Segundo dados da RAIS/MTE para 2005, a Paraíba possui apenas 79 estabelecimentos produtores de TIC, igualando-se a Rondônia e ficando à frente dos estados de Alagoas, Amazonas, Piauí, Maranhão, Tocantins, Acre, Roraima, Amapá. A Paraíba participa com apenas 0,53% no número de estabelecimentos e

⁸⁰ Um *mainframe* 1130 da IBM ao custo de US\$500 mil dólares.

⁸¹ Para mais informações sobre o PaqTC-PB, ver <http://www.paqtc-pb.com.br>.

2, que no Brasil são 14.924 e 169.342, no texto, Campina Grande, que possui apenas 15 estabelecimentos formais, participa no estado com 19% e no Brasil com 0,1%. No emprego formal, detém 5,8% na participação no estado e 0,03% no País (ver tabela 4.P no apêndice)



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<5,6	média	5,6<x<9,2	alta	x>9,2	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	-----------	------	-------	---------

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

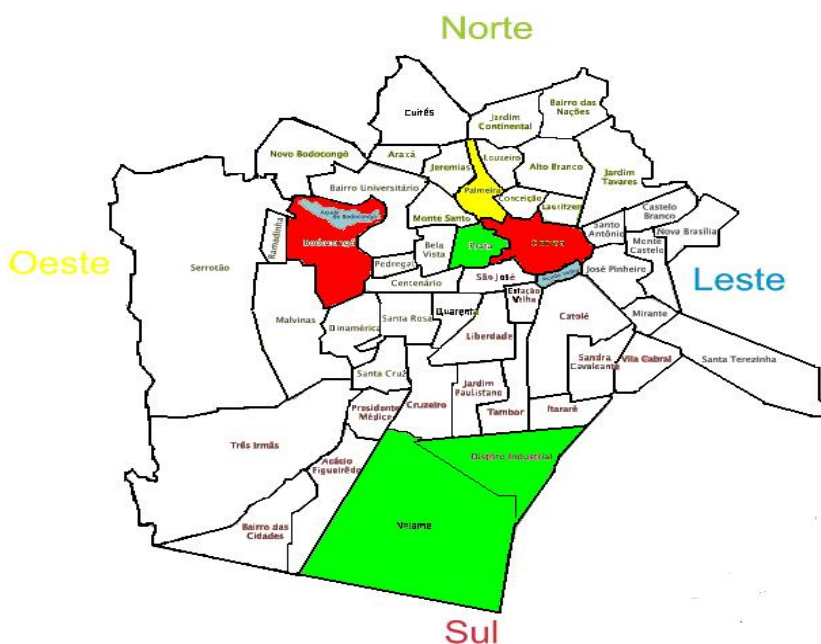
Mapa Temático 5.34 - Distribuição espacial da indústria em informática em Campina Grande – 2006

Os incentivos oferecidos pelo PaqTc-Pb e por outras instituições⁸³ possibilitaram que, entre 1993 e 1997, 27 novas empresas, vinculadas à informática e à microeletrônica, consolidassem de suas atividades. As empresas que desenvolvem software encontram-se diretamente e/ou indiretamente vinculadas a UFCG, que gera técnicos de alto nível através dos seus cursos de Ciências da Computação e de Engenharia Elétrica. Atualmente, segundo

⁸² Nesse cálculo, consideramos como empregos em Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC) apenas os segmentos vinculados à produção de *software* por representar a principal atividade de desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, consideramos a classificação de Roselino (2006) que envolve as atividades de consultoria em *hardware*, consultoria em *software*, processamento de dados, atividades de banco de dados e distribuição on-line de conteúdo eletrônico e manutenção e reparação de máquinas de escritório e de informática.

⁸³ Ver Capítulo 5.

pele PaqTC-PB em parceria com o SEBRAE, 100 empresas produtoras de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em Campina Grande. O Cadastro da FIEPB, porém, informa apenas a existência de 8 “indústrias” com 77 empregos. Essas empresas estariam distribuídas por cinco bairros, dos quais o Centro da cidade concentraria a maior parte, 37,5%. Esse segmento apresentava elevada concentração de seus estabelecimentos.



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<7,2	média	7,2<x< 12,4	alta	x>12,4	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	-------------	------	--------	---------

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 5.35 - Distribuição espacial do emprego na indústria da informática de Campina Grande – 2006

O emprego também está muito concentrado no centro da cidade (49,3%) e no bairro de Bodocongó. O fato é que outras fontes pesquisadas (PAQTC-PB, 2004; CORREIO DA PARAÍBA, 2002) mostram que os números apresentados, tanto pela RAIS/MTE quanto pelo Cadastro da FIEPB, subestimam o real número de empresas e de empregos. Segundo o Jornal da Ciência (SPBC, 2003), Campina Grande tinha em 2003, aproximadamente, 100 empresas de tecnologia, sendo 80 delas surgidas na própria cidade, quase todas com algum tipo de apoio



em sua maioria, software. Pesquisa realizada pelo ou, também, aproximadamente 100 empresas no município, no entanto, somente consegui identificar 82.

Em geral, a indústria do software e da informática surge perto de centros educacionais e de pesquisa, gerando pólos tecnológicos ou tecnopóles (SPOLIDORO, 1996), como é o caso de Campina Grande.

5.6 - A GUIA DE CONCLUSÃO

O intuito desse capítulo foi identificar como a indústria evoluiu setorialmente e espacialmente no município, dissociando os segmentos preponderantes dos não significativos para a economia, com base no número de estabelecimentos, no emprego formal e nos rendimentos do trabalho, segundo as faixas de salários. Além dessa evolução, buscou-se espacializar a presença dos segmentos industriais nos bairros de Campina Grande com o objetivo de perceber os espaços em que se amplia a presença da indústria e os que declinam tal presença nos anos 1990. Para isso, utilizaram-se os dados do Cadastro Industrial da Federação das Indústrias da Paraíba, nos anos de 1992 e 2006 e os da RAIS/MTE.

Resumindo, podemos afirmar que, em geral, a indústria campinense reduziu seu tamanho, quando avaliado pelo número de empregados, indicando o crescimento do número de micro e pequenas empresas em detrimento das médias e grandes que passaram a se constituir em poucas unidades e tendenciosamente concentradas no distrito industrial ou a na zona sul da cidade. Deve-se ressaltar que essas grandes empresas foram em geral favorecidas pelos incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelo governo do estado e o do município, pois conseguem, pelo poder político-econômico, absorver significativas parcelas dos incentivos fiscais e para-fiscais que contribuem para reduzir os custos de instalação e de manutenção favorecendo a acumulação de capital.

Pelo menos uma parte das pequenas e médias indústrias, também favoreceram-se dos incentivos fiscais e para-fiscais, mas explicitamente aquelas que inauguraram novos empreendimentos, pois, os incentivos fiscais, em sua maior parte, somente são concedidos para os novos investimentos. As pequenas

em alguns poucos incentivos para-fiscais que lhes possibilitam a permanência no mercado. Entre os incentivos para-fiscais, encontramos doação de terrenos, terraplanagem, construção de galpões etc. Além disso, foram criadas, pelo Estado e pelo setor privado, estruturas físico-institucionais que visam a dar apoio tanto à indústria, como também a outros segmentos produtivos do município. As novas estruturas físico-institucionais⁸⁴ urbanas revitalizam e promovem o desenvolvimento do espaço urbano municipal e contribuem para com a indústria ao permitir do escoamento da produção e uma melhor circulação dos bens, serviços e pessoas.

Das transformações na estrutura urbana, que se mostram como elementos que contribuem para o desenvolvimento industrial, destacam-se: o Parque Tecnológico da Paraíba, o Centro Couro-Calçadista Albano Franco, a alça Sudoeste⁸⁵, a duplicação da BR-230, a construção do centro de comercialização Luiza Mota (posteriormente shopping) e a universidade corporativa da indústria (UCIP). Essas instituições contribuem direta e indiretamente para o desenvolvimento da atividade industrial através do desenvolvimento de novas tecnologias, produtos e serviços, seja na qualificação da mão-de-obra ou na facilitação da circulação de bens e serviços (FIEP, 2004). Mensurar o impacto dessas instituições sobre o setor industrial foge da alçada desse trabalho, por isso, cabe-nos apenas mencioná-las.

Observando as tendências recentes da indústria no município, a partir das mudanças ocorridas no volume de estabelecimentos e de emprego, e suas respectivas localizações, pode-se concluir que, embora a indústria tenha ampliado sua presença nos bairros da cidade, em 13,9%, entre 1992 e 2006, desconcentrando as unidades produtivas, esta ainda permanece relativamente concentrada no centro da cidade (18,7%). No entanto, o distrito industrial vem ampliando significativamente sua participação no número de estabelecimentos e de emprego e mostra-se como uma tendência, devido ao crescimento da participação das médias e grandes empresas através de seu deslocamento ou instalação para o distrito industrial ou para a zona sul. Esse processo é reflexo da

⁸⁴ A opção pelo termo estrutura físico-institucional se deve ao fato de esses objetos imobiliários, em geral, serem além de estruturas físicas e arquitetônicas que ocupam espaços de diferentes dimensões (físicas, ideológicas, simbólicas etc.) também instituições compostas por diversos atores sociais, atuando não necessariamente em harmonia.

⁸⁵ Rodovia construída, a sudoeste, para desviar o tráfego pesado do centro da cidade.



e estabelecimentos ocorridas em nove segmentos e a concentração ocorreu em seis segmentos dos quinze analisados, como pôde ser visto neste capítulo e nos quadros 5.E e 5.F do apêndice.

No que se refere ao emprego industrial, este concentrou-se muito no distrito industrial (45,2%) e na zona sul (68,7%), embora o mesmo seja encontrado, atualmente, em maior número de bairros. Em outras palavras, encontra-se a presença de indústrias fora da zona sul, mas elas são de menor porte quanto ao número de emprego. Essa configuração é resultado da concentração do emprego ocorrido em oito segmentos frente à desconcentração ocorrida em outros sete segmentos industriais (quadros 5.G e 5.H no apêndice). Seis dos oito segmentos que ampliaram a concentração do emprego fizeram-no junto ao Distrito Industrial que agregou as novas e maiores indústrias do município, a exemplo, a COTEMINAS que emprega quase 2,0 mil trabalhadores ou a ALPARGATAS com mais de 5,0 mil.

Considerando tais elementos, é possível afirmar que a tendência de expansão da indústria campinense ocorre, com algumas exceções, em direção da zona sul e do Distrito Industrial. As exceções ocorrem em relação à indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria etc. e a de serviços e de reparação, que ampliaram sua participação no número de estabelecimentos e de emprego no Centro do município. Dez segmentos industriais aumentaram suas presenças no Centro do município, no entanto, declinaram seus respectivos volumes de emprego, indicando que as indústrias que se instalaram nesse espaço da cidade tendem a apresentar um volume pequeno de emprego. Somente dois dos dez setores aumentaram a participação no emprego industrial, a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc. e a de serviços de reparação e manutenção.

Quanto ao Distrito Industrial, esse apresenta uma tendência contrária à ocorrida no Centro. Ampliou a concentração de estabelecimentos em nove indústrias e no emprego em onze. Esses dois bairros ainda concentram a maior parte da indústria do município, mas, enquanto o Centro apresenta redução de sua participação no número de estabelecimentos e de empregos, o Distrito Industrial amplia sua participação nas duas variáveis.



exemplo do calçadista, que mesmo tendo os empregos no Bairro do José Pinheiro (25,0%) e o emprego no Distrito Industrial (80,0%), apresentam tendências de crescimento no bairro de Bodocongó, devido à implantação de um pólo calçadista, uma encubadora e uma instituição de P&D para essa indústria, já em funcionamento.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

CAPITULO 6.0 - DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL RECENTE DE CAMPINA GRANDE



campinense é anterior à industrialização, surgindo sob a forma no início do século XX. O desenvolvimento urbano deve-se, em seus primórdios, ao desenvolvimento da atividade mercantil algodoeira que gerou os estímulos e as condições necessárias para a industrialização primária de Campina Grande, fundada no beneficiamento do algodão. A configuração econômica, setorial e espacial da indústria do município sofreu intensas transformações, desde sua origem e, mais proficuamente, a partir da década de 1960, quando os segmentos de alimentos e bebidas; químico, farmacêutico e veterinário; couro e peles e têxtil assumiram a preponderância no setor industrial. Posteriormente, nos anos 1970, os segmentos da metal-mecânica e têxtil assumiram a hegemonia no que se refere à geração de emprego. Nos anos 1980, a crise capitalista promoveu forte recessão, implicando declínio da atividade industrial. A retomada do crescimento somente ocorreu na segunda metade dessa década. Nesse período, o crescimento da economia, como é perceptível pelos dados do crescimento do emprego formal, do número de estabelecimentos produtivos e do consumo de energia, reverte a perda ocorrida durante os anos de recessão. O crescimento econômico do período apresenta-se como reflexo das transformações econômicas e produtivas, implicando transformações urbanas e institucionais, que se acentuaram na década de 1990 (PEREIRA, 1998; 2004a).

O significativo crescimento da economia campinense redundou em transformações em todo o espaço urbano. Essas transformações constituíram-se como resultado das mudanças na economia e na indústria, como também da atuação do Estado, em especial do poder municipal, e da reação da população às iniciativas empresariais e estatais, enquanto estratégias de sobrevivência em meio à transformação urbana. Os capitalistas, os governos e a população, como agentes da produção do espaço, produzem e reproduzem-se em um espaço urbano dinâmico. As transformações sócio-econômicas somente influenciaram e produziram transformações urbanas através da atuação, não necessariamente cooperativa, desses agentes históricos, políticos e econômicos. O resultado da interatividade cooperativo-competitiva desses atores sociais mostra-se na ocupação do espaço pelas estruturas e equipamentos residenciais, comerciais, de serviços e industriais, de uso individual e coletivo, privado e público, que moldam



ano dinâmico, que se conhece como Campina

Das transformações na estrutura urbana, que se mostram como elementos que contribuem para o desenvolvimento urbano, destacam-se: o Parque Tecnológico da Paraíba, o Centro Couro-Calçadista Albano Franco, a alça Sudoeste, a construção do centro de comercialização Luiza Mota (posteriormente shopping), o Shopping Center Iguatemi, o Parque do Povo, O hotel e centro de Convenções Raimundo Asfora, a expansão da universidade estadual, a universidade corporativa da indústria (UCIP), a construção da unidade do SENAT, etc. Esse capítulo busca relacionar o desenvolvimento urbano com o desenvolvimento econômico, em particular o industrial, nas últimas décadas. Para isso, divide-se o capítulo em quatro partes: a primeira apresenta a distribuição espacial da indústria, enfocando-se os principais espaços onde se localiza a indústria no município; a segunda expõe os rumos do desenvolvimento urbano-industrial campinense recente, enfatizando o crescimento do Distrito Industrial; a terceira parte busca focar a expansão urbana e o desenvolvimento urbano-industrial do município e a quarta parte constitui-se de uma breve conclusão.

6.1- A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA CAMPINENSE

A indústria campinense apresentou elevado grau de presença urbana em 2006. Na década de 1990, já era hegemonicamente localizada na urbe. Nos anos seguintes, alcançou um percentual de 99,2% dos estabelecimentos e 99,8% nos empregos em localização urbana. A existência de estabelecimentos e de empregos formais fora do espaço urbano central (cidade) não implica necessariamente indústrias rurais, pois essas poucas unidades se localizam em distritos do município, que apresentam significativo grau de urbanidade, dado o tamanho do município em estudo. A Tabela 6.1 mostra a transformação ocorrida nos percentuais do emprego e da indústria entre 1991 e 2006.

Observando mais minuciosamente a distribuição da indústria e do emprego nos bairros de Campina Grande, constatam-se as transformações espaciais da indústria campinense. As figuras 6.1 e 6.2 mostram que a expansão industrial ocorreu, principalmente, no sentido sul e oeste do município. Essa expansão deve tanto às políticas de incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelo governo do



al, quanto aos fatores de estímulo à aglomeração, , infra-estrutura básica etc. Dentro das políticas de incentivos, destacam-se a criação/expansão dos distritos industriais do Veleiro e da Catingueira (Acácio de Figueiredo) e a construção da alça viária sudoeste, que possibilitou um rápido fluxo de transporte, desligando do trânsito interno da cidade o tráfego de caminhões. Além do mais, os incentivos fiscais-financeiros e para-fiscais concedidos pelos governos no período, como também a oferta de terra a preços acessíveis contribuíram para a concentração das indústrias naquele espaço. Ratificando tal assertiva, está a instalação das seis novas empresas (tabela 6.1) e a intenção de implantação manifestada por outras quatro no distrito industrial (PARAÍBA, 1996)

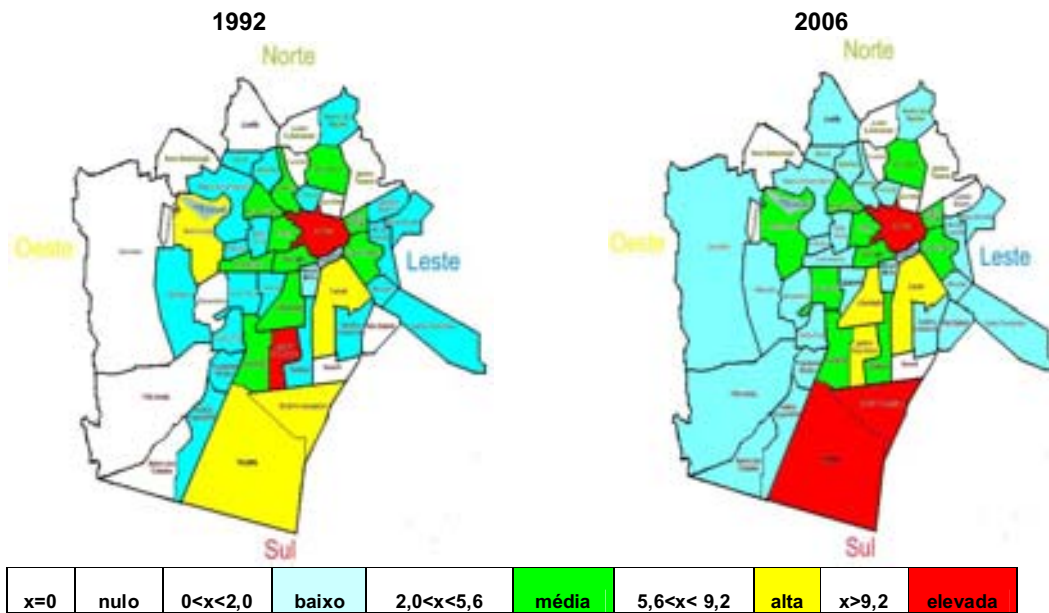
Tabela 6.1
Distribuição da Indústria e do Emprego nos Espaços Urbano e Rural de Campina Grande.

ESPAÇOS	INDÚSTRIA		EMPREGO FORMAL	
	1991	2006	1991	2006
Rural	2,13	0,78	1,38	0,15
Urbano	97,87	99,22	98,62	99,85
TOTAL MUNICÍPIO	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Cadastro Indústria da FIEP.

O início dos anos 1990 foi marcado por intensa recessão econômica promovida pela política econômica implementada pelo governo Collor. Nesse período, a economia de Campina Grande apresentava-se no ápice de um pequeno crescimento econômico, iniciado na segunda metade dos anos 1980 (ver Capítulo 4.2) e a configuração espacial da indústria no município mostrava-se concentrada no centro da cidade e em um bairro da zona sul (Jardim Paulistano). Esses dois bairros concentravam 31,4% do número de estabelecimentos industriais do município em 1992. O Centro apresenta essa elevada concentração devido às características históricas da formação industrial de Campina Grande. Iniciada na primeira metade do século XX, a indústria campinense surge a partir da diversificação das atividades vinculadas ao comércio e beneficiamento do algodão, que tendia a localizar-se nas ruas centrais (comércio) e próximo aos reservatórios de água do município (açudes de Bodocongó e Velho), como mostrou Pereira (2004c). Os curtumes constituem-se, junto com as indústrias

dimentos industriais de grande porte no município, os principais reservatórios de água de Campina Grande, os açudes de Bodocongó e Velho.



Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 6.1 - Distribuição espacial da indústria de Campina Grande

A indústria campinense expandiu-se para as regiões sul e sudoeste do município. Os bairros do Ligeiro e do Velame (distritos industriais) ampliaram suas respectivas participações, em detrimento do Centro e do Jardim Paulistano. Essa expansão urbano-industrial dos últimos anos vem transformando áreas rurais em urbanas, mas manteve a existência do espaço periurbano, cada vez mais cercado e reduzido.

No período em estudo, dezoito (dos quarenta e nove) bairros apresentaram redução relativa em suas respectivas participações no número de indústrias do município. Desses dezoito, cinco bairros reduziram significativamente, alterando suas posições no nível de concentração industrial citadino. Oito bairros não alteraram suas posições. Vale ressaltar que desses bairros sete não apresentavam existência de qualquer unidade industrial, enquanto um, Araxá, manteve a participação no número de indústrias, independentemente do tamanho dos estabelecimentos existentes no bairro.

se realça nesses bairros, que não apresentam refere-se ao fato de a maioria ser habitada por um população pobre⁸⁶ (5 bairros)⁸⁷, enquanto os outros três bairros compõem-se de classe média/alta⁸⁸. Dos vinte e quatro bairros⁸⁹ que ampliaram sua participação no número de estabelecimentos industriais, seis que não apresentavam a existência de unidades industriais passaram a contar com a presença de indústrias. Desses bairros, cinco apresentam uma concentração salarial, das pessoas responsáveis pelos domicílios, abaixo dos três salários mínimos, tendo como exceção apenas um bairro cuja a concentração apresenta-se nas faixas superiores. Quatorze ampliaram suas participações dentro do próprio grau de concentração e quatro apresentaram crescimento significativo ampliando o grau de concentração (ver quadros 5.E e 5.F no apêndice). Esses quatro bairros – Distrito Industrial Ligeiro/Velame, Liberdade, Santa Rosa e Tambor – pertencem a zona sul da cidade.

A distribuição do emprego industrial apresenta-se similar à da indústria, no entanto, apresentando magnitudes diferentes. Chamam inicialmente a atenção a perda relativa de emprego de alguns bairros (21), em um dos quais (Monte Castelo) foi extinto o pouco emprego industrial que lá existia; a inexistência de emprego industrial em sete bairros; e o aumento relativo do emprego em vinte e um bairros. Dos bairros que diminuíram sua participação, sete diminuíram seu grau de concentração do emprego, enquanto os que ampliaram suas respectivas participações, somente três mudaram de grau de concentração. O distrito industrial, embora não tenha ampliado seu grau de concentração, devido ao fato de encontrar-se no grau mais elevado, constituiu-se no espaço intra-urbano que mais ampliou sua participação no período – de 29,9 para 45,3%⁹⁰-, seguido pelo bairro das Três Irmãs com pouco mais de 7%. O Centro da cidade constituiu-se, junto com os bairros de São José e Bodocongó, nos espaços que mais perderam

⁸⁶ Consideramos como pobre toda pessoa, responsável pelo domicílio com renda inferior ou igual a 1 salário mínimo, de classe média as pessoas com renda acima de 1 e inferior ou igual a 10 salários, e classe alta os que recebem acima de 10 salários. Essa classificação é arbitrária e foi realizada apenas para se construir uma noção distributiva e classificatória dos responsáveis pelos domicílios. Os dados foram obtidos através dos Censos do IBGE, 2000.

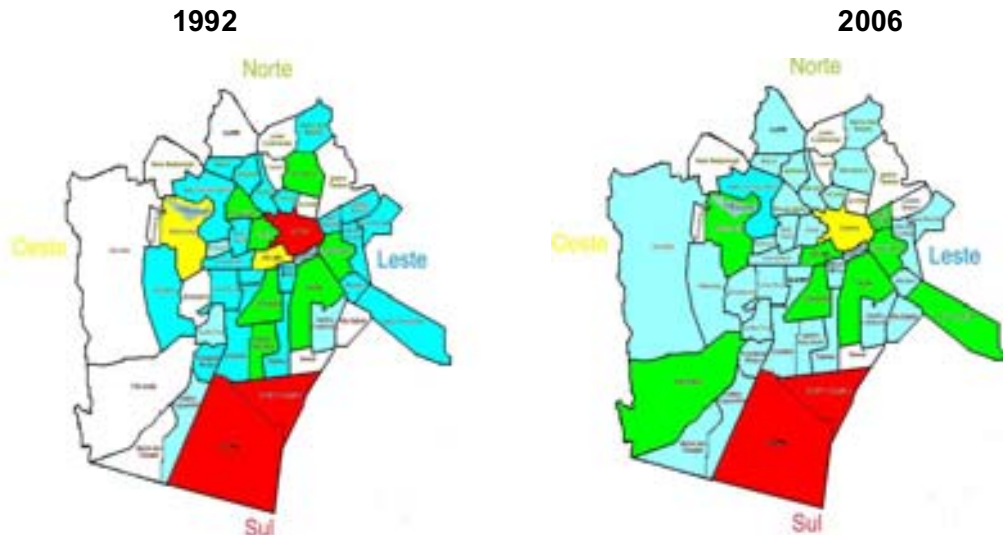
⁸⁷ Ramadinha, Novo Bodocongó, Jardim Continental, Louzeiro e Monte Castelo.

⁸⁸ Itararé, Lauritzen e Jardim Tavares

⁸⁹ Vinte e cinco bairros se consideramos o distrito industrial do Velame separado do distrito do Ligeiro.

⁹⁰ O distrito industrial aumentou 15 pontos percentuais, ou em 50% o número de trabalhadores.

is de 18 pontos percentuais (ver quadros 5.G e 5.H



x=0	nulo	0<x<2,0	baixo	2,0<x<7,2	média	7,2<x< 12,4	alta	x>12,4	elevada
-----	------	---------	-------	-----------	-------	-------------	------	--------	---------

Fonte: Elaboração própria com base nas informações do Cadastro Indústria da FIEPB

Mapa Temático 6.2 - Distribuição espacial do emprego industrial de Campina Grande

Dos bairros que ampliaram suas respectivas participações, um-terço encontra-se entre a zona sul e oeste mostrando a tendência geográfica de crescimento urbano-industrial do município. Essa expansão se deve em grande parte ao fato dessa área possuir grande quantidade de terras disponíveis, a preços acessíveis, e aos estímulos oferecidos pelos poderes públicos às empresas que lá se instalassem. Nessa área, localizam-se os distritos industriais do município.

Nos bairros a sudoeste de Campina Grande, a infra-estrutura urbana ainda é precária, no entanto, mostra-se qualitativamente superior a muitos outros bairros, em geral os mais pobres, com exceção dos bairros de classe média-alta. A alça sudoeste permite rápido fluxo de transporte, evitando as externalidades de um trânsito congestionado. A oferta de energia é ampla, característica histórica do município, devido ao fato de passar pela cidade a rede de energia da CHESF. A água sempre se constituiu em um grande problema em Campina Grande e a



permitam a integração entre os reservatórios Campina Grande pode resolver o problema. Essa ampliação da oferta impediria a perda de determinados investimentos industriais que necessitam de grande oferta hídrica. Enquanto a propaganda governamental divulga que a cidade estava quase toda saneada, dados da CAGEPA (2007) indicam que apenas 61,1% das residências contavam com esgotamento sanitário no ano de 2006.

Os dados do IBGE (Censos 2000 e 1991) mostram que o crescimento populacional da zona sul apresentou o maior incremento absoluto (19.112) e relativo (20,9%). Nesse espaço, os bairros Distrito Industrial e Três Irmãs apresentaram os maiores incrementos absolutos no período, com taxas de crescimento superiores a 100%. A zona norte perdeu população, mesmo tendo os bairros do Araxá (114,2%) e de Novo Bodocongó (89,1%) apresentado crescimento significativo. Como bairros mais populosos e tradicionais perderam parte significativa da população, a zona norte reduziu sua população residente.

6.2 - O CRESCIMENTO DO DISTRITO INDUSTRIAL E O DESENVOLVIMENTO URBANO CAMPINENSE

Os dados apresentados até o momento, permitem constatar a existência de bairros, em Campina Grande, que se sobrepõem sobre os demais, no que se refere à presença de estabelecimentos industriais e do emprego. Considerando as informações contidas no Cadastro Industriais da FIEPB (1992/2006), sete bairros apresentaram em 1992 e em 2006, alta ou elevada participação no número de estabelecimentos e do emprego industrial⁹¹, são eles: Distrito Industrial, Centro, Catolé, Bodocongó, Liberdade e Jardim Paulistano.

Dentre os espaços que apresentam importante presença da indústria e do emprego destacam-se o distrito industrial do Ligeiro e do Velame. Em conjunto esses bairros absorvem uma população de 5.528 moradores, não se constituindo em um dos espaços mais populosos, mas no de maior incremento relativo (161,7%) da população, entre 1991 e 2000, e no número de indústria (28

⁹¹ Consideramos como alta ou elevada a participação superior a 5,6% para o número de indústrias e 7,2% no emprego.

em 2006. A população ali residente situa-se, na maioria, em situação de pobreza, no que se refere aos rendimentos nominais, entre as faixas de $\frac{1}{2}$ a 3 salários mínimos (75,5% dos chefes de família).

Esse espaço constitui-se no espaço da indústria por excelência. É resultado de uma política de estímulos e incentivos públicos e de investimentos privados capitalistas que produziu um espaço no qual as atividades industriais tendem a ser preponderante sobre as demais (PEREIRA, 1998). O primeiro distrito (Ligeiro) foi instalado ainda nos anos 1960, os dois seguintes constituíram-se a partir da expansão do primeiro nos anos 1980 (Velame) e 1990 (Catingueira⁹²).

Nesse espaço, denominado de distrito industrial, concentra-se o segundo maior número absoluto (94) e relativo (10,6%) de indústrias em geral. Concentra mais de 45,3% de todo emprego industrial do município. Mais especificamente, o distrito concentra, principalmente, as indústrias dos seguintes segmentos: extrativas minerais (57,1%), serviços industriais de utilidade pública (50%), indústrias de matérias plásticas (33,3%) e indústria metal-mecânica (27%). Quanto ao emprego industrial, o bairro concentra 86,8% do da extrativa mineral; 80,3% da calçadista; 64,8% da têxtil, vestuário e artefatos de tecidos; 58,2% da metal-mecânica; 55,5% do material elétrico e de comunicações; 51,5% da Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas; não considerando as demais, que também apresentam percentuais significativos.

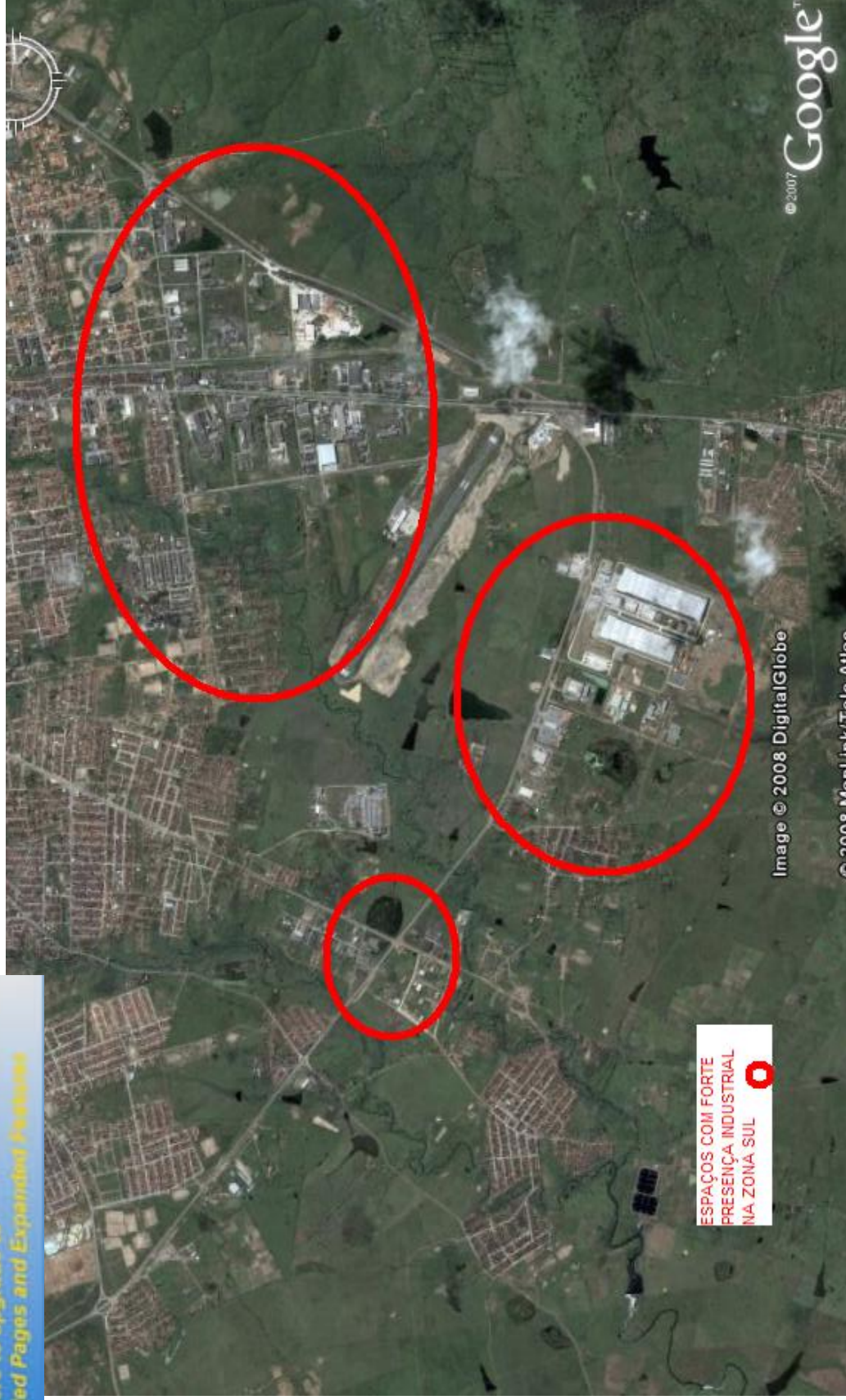
Considerando o volume absoluto de indústrias e emprego apenas no bairro, ocorre uma concentração de indústrias nos segmentos metal-mecânico (21,3%) e de matérias plásticas (12,8%). Os demais segmentos apresentam presença de estabelecimentos na casa de um dígito. Quanto ao emprego, concentra-se na indústria calçadista (55,6%) e na têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (20,4%). Os demais segmentos apresentam presença do emprego na casa de um dígito.

⁹² Nesse estudo consideramos o distrito industrial do Ligeiro e do Velame, como um único espaço devido à integração existentes entre os mesmos, além de que, verificando as informações no cadastro da FIEP, muitas indústrias informam que se localizam em ruas que normalmente pertencem ao outro bairro. Quanto ao terceiro distrito (Catingueira), não foi considerado como parte do distrito industrial, por não ter ainda alcançado um nível tão significativo de indústrias quanto os dois primeiros.

PDF Complete
Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features

Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

Sul – Distritos industriais (Velame e Ligeiro) – de Campina Grande 2007



Fonte: GOOGLE, 2006



Investimentos privados direcionam-se diretamente para a infraestrutura básica para que essas empresas realizem suas respectivas produções. Essa infraestrutura relaciona-se com: a abertura de avenidas para escoamento da produção e o fornecimento de água, esgotos, energia e comunicações⁹³. Além dessa infraestrutura básica, o governo do estado vem sendo chamado a contribuir com as atividades produtivas privadas – leia empresas capitalistas, principalmente de grande porte – com investimentos em formação e qualificação da mão-de-obra e, principalmente, incentivos fiscais. O apelo por esses últimos tem sido grande e quando não renovado, tem provocado a fuga de empresas para outros espaços (PEREIRA, 1997)

A atuação do governo do estado foi de fundamental importância para a constituição desse espaço de produção, desde o princípio de sua formação (PEREIRA, 1998) ao atual contexto. Os três entes da federação, que compõem o Estado, atuaram conjuntamente⁹⁴ através dos inúmeros estímulos e incentivos fiscais, para o desenvolvimento do distrito industrial. No entanto, independentemente desse conflito político, as inversões públicas caminharam no sentido de promover a acumulação privada de capital, ao reduzir os investimentos infra-estruturais que o capitalista teria de realizar para efetivar o processo de produção.

Tabela 6.2
Campina Grande - Empresas Efetivamente Instaladas e Empregos diretos previstos inicialmente e existentes atualmente - 2006

EMPRESA	EMPREGO DIRETOS PREVISTOS	EMPREGOS DIRETOS EXISTENTES
Americanflex Ltda	325	79
Fuji Granitos	100	76
Têxtil Ervest S.A.	350	64
Wentex Ind.Com. Conf. Ltda	686	1560
Poligran	300	53
Apel Ltda	66	16
TOTAL	1827	1848

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de Pereira (1998) e do Cadastro da Federação das Indústrias da Paraíba (2006)

⁹³ Após o processo de privatização, na segunda metade dos anos 1990, a energia e as comunicações foram assumidas por empresas privadas. A água e os esgotos continuam ainda sob o controle do estado.

⁹⁴ Nem sempre os executivos dos diversos níveis da federação, atuaram conjuntamente. O conflito entre os grupos no poder impulsionava-os a atuarem de forma concorrencial. Isso se deveu muitas vezes a situações em que os executivos do município e o do estado eram de grupos econômicos e partidos diferentes buscando a hegemonia política.



fiscal estimulou a atração de inúmeras empresas para generosos incentivos aos capitais. Na segunda metade dessa década, das dez empresas que pretendiam instalar-se em Campina Grande, prevendo geração de 3.392 empregos, somente seis realizaram seus intuitos até 2006, gerando apenas 54,5% (1848) do emprego previsto de forma direta. Das empresas em funcionamento, à exceção da Wentex (Coteminas), cinco criaram menos empregos diretos do que o previsto, negando a previsão do governo paraibano na época. Esses investimentos realizados localizam-se exatamente na área de expansão do município, ou seja, os distritos industriais a sul e sudoeste do centro.

Essas e outras empresas de menor porte contaram para instalar-se no município com uma política de estímulos fiscais e para-fiscais do governo do estado e do município. Por parte do governo do estado, os instrumentos de incentivo à indústria são coordenados pela Companhia de Industrialização do Estado da Paraíba – CINEP, que consiste em uma empresa de economia mista, criada a partir do Decreto nº 4.457 de 13 de novembro de 1967. Vinculada à Secretaria da Indústria, Comércio, Turismo, Ciência e Tecnologia, a CINEP promove os incentivos industriais a partir de três programas:

- a) FAIN – Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba;
- b) Programa de Lotes e Galpões; e,
- c) FUNDESP - Fundo de Industrialização do Estado da Paraíba.

Este último programa é destinado apenas para as micro e pequenas empresas, enquanto os dois primeiros direcionam-se para as médias e grandes empresas.

O incentivo fiscal-financeiro do FAIN – que consiste em empréstimos com encargos subsidiados – ocorre da seguinte forma: após a aprovação do projeto da empresa, emitida e ratificada por decreto, a empresa passa a recolher o ICMS devido ao estado (75% do ICMS total), diretamente ao FAIN, depositando a referida importância em uma conta específica no Agente Financeiro do Fundo; depois de trinta dias do efetivo recolhimento, o Fundo libera (empresta) à empresa, um percentual estabelecido na Resolução do valor do ICMS a ser recolhido, que, no caso de Campina Grande, é de 80%⁹⁵. Doze meses após a liberação do empréstimo do ICMS, a empresa

⁹⁵ Para as cidades litorâneas o percentual é de 60%, enquanto para as demais cidades do interior da Paraíba o repasse é de 100%.



com um desconto, cujo percentual foi estabelecido na

A política de incentivos implementada pelo Governo do Município de Campina Grande consiste na concessão, pelo prazo de vinte anos, dos seguintes incentivos:

- Renúncia do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS) pertencente ao Município;
- Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
- Isenção de Taxa de Licença para Execução de Obra;
- Isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI);
- Execução parcial ou total de serviços de terraplenagem e infra-estrutura do Terreno (PMCG, 2008).

A esses incentivos concedidos pelos governos do estado e do município, os empresários ainda contam com o apoio do governo federal através de diversos programas e políticas dos quais se destacam:

- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para aceleração do crescimento econômico da região visando consolidar complexos e pólos industriais já existentes, com prioridade aos micronegócios das zonas semi-áridas.
- Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços cujo objetivo é financiar a implantação, expansão, modernização e realocização de empreendimentos dos setores comercial e de prestação de serviços, tem como Fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
- Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (PMPE): financia a implantação, ampliação e modernização de micro e pequenas empresas não rurais, com vistas à geração de emprego e renda e ao desenvolvimento sustentável.
- Programa Nordeste Competitivo (PNC) que, com recursos do BNDES, financia a implantação, expansão e modernização de atividades industriais, comerciais, turísticas, agropecuárias e de prestação de serviços.
- O Programa de Promoção do Emprego e do Trabalhador (PROTRABALHO): promove a geração de emprego e a melhoria nas condições de vida do trabalhador, mediante apoio financeiro a atividades industriais, comerciais, turísticas, prestação de serviços e de infra-estrutura.
- Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (INDUSTRIAL): financia a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos industriais com recursos do BNDES (SEBRAE-PB, 2008).



Incentivos concedidos pela União são para todos os municípios brasileiros, não se constituindo assim em um diferencial que justifique o crescimento industrial no município. Independente desse fato, algumas empresas de médio e grande porte aproveitaram-se desses incentivos e instalaram e/ou ampliaram suas plantas produtivas no município.

Os distritos industriais de Campina Grande (Ligeiro, Velame e Acácio de Figueiredo) vêm ampliando consideravelmente suas participações no número de estabelecimentos e de empregos industriais, como também no que se refere à população residente. O Centro da cidade que em 1992 detinha a primeira posição no número de estabelecimentos e a segunda no de empregos industriais perde, sistematicamente, participação frente ao do Distrito Industrial que mesmo mantendo a segunda posição no número de estabelecimentos, amplia a concentração do emprego, consolidando sua hegemonia sobre o espaço municipal.

O Centro de Campina Grande destaca-se pela concentração das atividades comerciais, financeiras e administrativas. De baixo nível de crescimento vertical, o centro caracteriza-se pela diversidade de ocupação do seu espaço, no qual convivem micro e pequenas empresas dos setores da economia, além de contar com um comércio informal e ambulante expressivo. Contando com uma população de 7.390 pessoas, cujo rendimento médio mensal ultrapassa os R\$ 1.300,00, o centro vem perdendo significativa parcela de sua população. Entre 1991 e 2000, perdeu 19,1% (1.750) de sua população residente. O bairro tem o segundo maior volume absoluto de pessoas (204) recebendo mais de 20 salários, representando 8,4% dos responsáveis pelos domicílios. (IBGE, 2000)

No que tange a distribuição das indústrias e do emprego no município, o centro concentra os seguintes percentuais: 52,8% Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; 37,2% da informática; 33,3% da de matéria elétrica e de comunicações; 31,2% da construção civil; 26,1 % da borracha, fumo, couros, peles, similares e diversas. Outros segmentos também apresentam concentração importante no Centro. No que se refere ao emprego industrial, concentram-se no centro: 51,4% da indústria de material de transporte; 49,3% da informática; 40,6% do papel, papelão, editorial e gráfica; 37,1% dos serviços de reparação, manutenção e instalação; e 29,5% da construção civil. Alguns outros segmentos apresentam participação importante no bairro.



construção civil (18,1%); os produtos alimentícios, e o papel, papelão, editorial e gráfica (16,9%) são os principais segmentos industriais no que se refere aos estabelecimentos industriais. Quanto ao emprego industrial, destacam-se os segmentos: construção civil (27,9%); Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica (20,6%); têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (11,0%) e de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (10,6%). Os demais segmentos apresentam participação na casa de um dígito.

O Centro ainda concentra grande parte da atividade industrial, principalmente micro e pequenas indústrias. Das 166 indústrias presentes, que empregam 2.171 trabalhadores no Centro, 86,7% empregam menos de 19 trabalhadores formais. Essas indústrias concentram-se nos segmentos da construção, com 18% dos estabelecimentos e 27,9% dos trabalhadores; de edição, impressão e reprodução de gravações, com 15,6% dos estabelecimentos e 19,8% dos trabalhadores; e fabricação de produtos alimentícios e bebidas, com 16,8% dos estabelecimentos e 10,8% dos trabalhadores formais.

O Distrito Industrial vem superando gradualmente o Centro da cidade, principalmente por poder absorver as médias e as grandes empresas devido à existência de terrenos disponíveis e mais baratos entre o primeiro e o segundo espaço. No Centro da cidade, o número de estabelecimentos é, em 2006, 16,2% menor do que em 1992, e o volume de emprego é menor em 15,4% no mesmo período. Enquanto isso, o distrito industrial cresceu em 42,2% o número de estabelecimentos e em 133% o número de empregos.

Esse crescimento no Distrito Industrial ensejou o desenvolvimento de outras atividades e a ampliação da infra-estrutura naquele espaço. Assim, o governo federal em conjunto com o do estado e o do município, promoveram significativos investimentos, dos quais se destacam:

- Ampliação do aeroporto de Campina Grande;
- Implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário;
- Instalação da nova Sede da Companhia de Industrialização da Paraíba;

população, do número de indústrias e do número de empregos, considerando os bairros de Campina Grande

BAIRROS	var. rel. (%) da pop. 1991/2000	var. rel. % indústria 1992/2006	var. rel. emprego 1992/2006
Alto Branco	9,8	-21,1	4,2
Araxá	114,2	0,0	-76,0
Centro	-19,1	-16,2	-15,4
Conceição	-5,4	-20,0	-50,8
Cuités	31,9	-	-
Continental	49,4	-	-
Jardim Tavares	29,7	-	-
Jeremias	-6,4	50,0	111,1
Lauritzen	-11,6	-	-
Louzeiro	-4,7	-	-
Monte Santo	-9,3	-41,2	-52,6
Nações	10,7	-50,0	-32,4
Novo Bodocongó	89,1	-	-
Palmeira	-8,4	-44,0	-57,2
ZONA NORTE	-0,8	-21,8	-19,2
Bela Vista	-7,4	16,7	125,0
Bodocongó	-7,9	-26,3	-25,4
Centenário	5,8	-54,2	-56,6
Dinamerica	101,7	-	-
Malvinas	74,7	25,0	-3,8
Pedregal	-12,9	150,0	2216,7
Prata	-16,2	-32,7	-51,6
Quarenta	13,0	25,0	203,1
Ramadinha	-68,2	-	-
Santa Cruz	41,3	33,3	380,0
Santa Rosa	-12,0	171,4	305,7
Serrotão	92,8	-	-
Universitário	24,0	-75,0	-87,5
ZONA OESTE	13,8	-9,3	-3,5
Catingueira	101,6	125,0	1933,3
Cidades	46,3	-	-
Catolé	9,4	25,8	7,6
Cruzeiro	50,7	-16,1	116,5
Distrito Industrial/velame	161,7	42,4	133,1
Estação Velha	-20,2	100,0	238,9
Itará	20,2	-	-
Jardim Paulistano	13,1	-43,3	-12,3
Liberdade	-7,8	37,8	43,3
Presidente Médice	-35,0	-28,6	5,6
Sandra Cavalcante	-0,9	100,0	900,0
São José	-14,2	36,4	-47,5
Tambor	53,8	120,0	57,5
Três irmãs	130,5	-	-
Vila Cabral	37,4	-	-
ZONA SUL	20,9	15,5	99,2
Castelo Branco	7,4	-100,0	-100,0
José Pinheiro	12,8	-4,3	-12,5
Mirante	80,2	33,3	-63,2
Monte Castelo	-32,2	-16,7	-11,9
Nova Brasília	8,5	-28,6	1069,6
Santo Antonio	-9,2	31,6	323,2
ZONA LESTE	-6,9	0,0	59,9
SUB-TOTAL	10,1	-3,5	52,0
Santa Teresinha	-	25,0	171,7
TOTAL	-	-3,4	53,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do IBGE(1991/2000) e FIEPB (2006)



Inauguração do Pólo dos Marceneiros – galpão com mais metros quadrados, com infra-estrutura de apoio a essa atividade;

- Inauguração de condomínio industrial Walling Nordeste com possibilidade de apoio a 32 pequenas indústrias;
- Construção da Estação de Tratamento de Esgotos.

Esses e outros investimentos privados e públicos, em conjunto com o aumento da oferta de empregos possibilitado pelas novas empresas explicam o crescimento populacional ocorrido nos bairros da zona sul. Com base nos dados do IBGE (1991 e 2000), constata-se que, na zona sul, encontram-se três dos cinco bairros que mais ampliaram relativamente o volume populacional. No Distrito Industrial (Ligeiro-Velame), a população aumentou em mais de 160%. No bairro Três Irmãs, o incremento populacional foi de mais de 130%. Esses incrementos possibilitaram que a zona sul ampliasse em mais de 20% a população residente. Próximo ao crescimento da zona sul, encontra-se a zona oeste, cuja população cresceu mais de 13%. Esse crescimento na zona oeste deve-se principalmente ao crescimento populacional dos bairros Dinamérica (101%), Serrotão (92%) e Malvinas (74%) que margeiam a alça viária sudoeste, na qual têm crescido os investimentos industriais, residenciais e públicos.

Esse crescimento populacional e do emprego e a conseqüente expansão urbana implicam transformações no espaço urbano do município. Para compreendê-las é necessário estudar o desenvolvimento da urbe campinense.

6.3 - EXPANSÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO-INDUSTRIAL CAMPINENSE

Pensar a cidade implica compreender que a cidade é, na dimensão geoeconômica, uma localidade central, um assentamento humano, um espaço de produção não-agrícola, um espaço comercial e de serviços. A cidade não se constitui apenas como reflexo passivo das condições macroeconômicas ou como palco de acontecimentos sociais e políticos ou, ainda, como uma grande arena para o exercício do poder para os grupos locais, muito embora possam acontecer embates pelo controle



Consideramos a cidade como uma força ativa, uma produtora de empregos, renda e, conseqüentemente, desenvolvimento sócio-econômico (SOUZA, 2003).

Campina Grande apresenta as características acima citadas, de assentamento humano, de espaço comercial, de serviços e industrial, de localidade central de um espaço maior do que as configurações territoriais que institucionalmente a definem. Seu desenvolvimento urbano apresenta-se vinculado ao desenvolvimento industrial nos últimos anos, como mostrou Pereira (1998; 2004c). Este município caracteriza-se por apresentar uma elevada importância dos serviços, em especial o comércio, e da indústria, não apenas para a micro-região em que se localiza, mas para o estado da Paraíba e para o Nordeste. Essa importância já foi maior, mas continua elevada em alguns segmentos, em especial no têxtil, nos calçados, na produção de software etc. Os espaços dedicados à atividade industrial absorvem significativa parcela territorial da cidade e contam com vários estímulos e incentivos fiscais, financeiros e para-fiscais da parte do poder executivo municipal e estadual⁹⁶. Esses estímulos e incentivos colocaram o município na guerra fiscal nos anos 1990, atraindo investimentos industriais de grande magnitude para a cidade.

A indústria encontra-se presente na maior parte dos bairros da cidade (42 bairros, ver figura 6.1). No entanto, alguns bairros tendem a concentrar estabelecimentos e emprego. Esses bairros constituem-se em espaços privilegiados para a indústria em razão dos incentivos fiscais-financeiros e para-fiscais concedidos pelo poder público, sendo constituídos como distritos industriais, ainda na década de 1960, em alusão às concepções marshallianas e às experiências italianas.

Campina Grande, cujo desenvolvimento sócio-econômico célere, no início do século XX, projetou-a como uma das principais cidades do interior do Nordeste e do Brasil, amplia, relativamente, mais o emprego formal do que a população (tabela 6.5). Em outras palavras, a taxa de crescimento do emprego formal é superior à da população. Segundo o Censo de 2000, o município apresenta-se como a quinquagésima cidade mais populosa do País e a décima terceira do Nordeste, com uma população de pouco mais de 355 mil pessoas⁹⁷. Entre os anos 1991 e 2000,

⁹⁶ Ver quadro 6.A no apêndice.

⁹⁷ Segundo o IBGE, a estimativa para a população de Campina Grande em 2006 é de 379.871 pessoas.



mento populacional de 10,4%, taxa levemente superior e muito inferior ao apresentado pela capital (20,2%).

Não se modificam significativamente as participações populacionais, no período 2006/2000, nos espaços em estudo, considerando a estimativa para 2000 e o Censo de 2006, segundo o IBGE (2007).

A taxa de urbanização, no período 1991/2000, subiu de 94,9% para 95%, crescimento insignificante, mas explicável pela existência de um pequeno espaço rural. A população rural apresentou crescimento de 9,6% no período, frente ao crescimento de 10,5% da população urbana. Como não existem dados para o ano 2006 e considerando o crescimento populacional, é provável a continuidade do crescimento da urbanização e das áreas de assentamento populacional, tanto das classes populares, quanto das mais abastadas, embora com pequenas taxas, como demonstram os dados para os anos 1991 e 2000. Essa afirmação pode ser constatada através da expansão urbana observada.

Tabela 6.4
População em Campina Grande, João Pessoa e na Paraíba.

	POPULAÇÃO TOTAL							
	1991		2000		2006*		variação	variação
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	2000/1991	2006/2000
Campina Grande	321.904	10,1	355.331	10,3	379.871	10,6	10,4	6,9
João Pessoa	497.600	15,5	597.934	17,4	672.081	18,7	20,2	12,4
Demais Municípios	2.381.610	74,4	2.490.560	72,3	2.543.934	70,7	4,6	2,1
Paraíba	3.201.114	100,0	3.443.825	100,0	3.595.886	100,0	7,6	4,4

Fonte: Atlas do Desenvolvimento e IBGE

*Estimativa IBGE

Comparando o crescimento populacional de Campina Grande com outras cidades de porte médio⁹⁸, é possível observar as mudanças ocorridas nos últimos anos.

⁹⁸ Na escolha das cidades levou-se em consideração três aspectos: a) cinco cidades com população inferiores a de Campina Grande e cinco com população superior no ano de 2000; b) as cidades não são integrantes de regiões metropolitanas oficiais; e c) não são capitais dos estados. A escolha dos municípios considerou os cinco municípios maiores e os cinco menores que atendessem os três critérios, sendo escolhidos os municípios de Feira de Santana (BA), Juiz de Fora (MG), Campos de Goytacazes (RJ), Caxias do Sul (RRS), São José do Rio Preto (SP), Piracicaba (SP), Jundiá (SP), Pelotas (RS), Bauru (SP) e Montes Claros (MG). É importante ressaltar que esse rank é apenas indicativo, pois as cidades utilizadas para construção do mesmo, guardam entre si, apenas a proximidade populacional e a dimensões acima mencionadas. Ademais, nada há de muito comum entre elas, tendo contextos sócio, histórico e políticos muito diferentes.



, Campina Grande apresentou a segunda menor taxa de crescimento do emprego formal na indústria e emprego formal total, explicita contextos sócio-econômicos relativamente favoráveis para o município em estudo. No rank elaborado, que considera a média aritmética simples entre o crescimento populacional, o crescimento do emprego formal na indústria e o emprego formal total do município, a cidade paraibana aparece em 4º lugar entre as 11 cidades, mostrando que a mesma supera cidades com população bem superior, como Juiz de Fora. Na lista, a cidade de Campo de Goytacazes apresenta-se como a de menor crescimento populacional e de maior crescimento do emprego formal. Esse fato deve-se em grande parte ao crescimento econômico possibilitado pelo crescimento da indústria do petróleo.

Tabela 6.5

População em 2000 e Evolução Percentual da População*, do Emprego Formal na Indústria, do Emprego Formal Total, no Período 2000/2005, em 11 cidades Brasileiras.

CIDADES	População - 2000	1	2	3	POSIÇÃO
Feira de Santana (BA)	480.949	9,7	32,4	31	3
Juiz de Fora (MG)	456.796	9,7	-5,5	9,9	11
Campos dos Goytacazes (RJ)	406.989	4,7	52,7	63,7	1
Caxias do Sul (RS)	360.419	12,1	28,4	26,1	5
São José do Rio Preto (SP)	358.523	13,5	20,3	27,9	6
Campina Grande (PB)	355.331	5,9	31,7	30,7	4
Piracicaba (SP)	329.158	9,6	33,8	31,3	2
Jundiaí (SP)	323.397	6,6	9,2	30,8	8
Pelotas (RS)	323.158	6,0	-5,7	14,3	10
Bauru (SP)	316.064	10,9	18,9	26,4	7
Montes Claros (MG)	306.947	11,6	3,7	24,7	9

Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, RAIS e ATLAS DO DESENVOLVIMENTO.

1 - Variação populacional (%) 2005/2000

2 - Variação do emprego formal na indústria (%)2005/2000

3 - Variação do emprego formal total (%) 2005/2000

* Para o uso da população em 2005, utilizou-se a estimativa do IBGE.

Campina Grande apresentou a quarta maior taxa de crescimento do emprego industrial e também de crescimento do emprego total, demonstrando que esta cidade coloca-se entre as cidades de porte médio que ampliaram consideravelmente o setor industrial. Das cidades apresentadas na tabela 6.5, somente uma, Piracicaba,



conjugada com crescimento superior ao de Campina Grande e dinamismo econômico nos últimos anos, Campina Grande foi escolhida, e premiada, pelo Jornal Gazeta Mercantil, como a décima sexta mais dinâmica do Brasil em 2007⁹⁹.

A evolução populacional de Campina Grande, em taxas menores, em relação à capital, assume um aspecto revelador quando se compara o crescimento populacional com a evolução do emprego formal no mesmo período entre as duas cidades. Campina Grande apresentou crescimento na participação no emprego formal no estado de 1,4 pontos percentuais. Enquanto a Capital apresentou o declínio relativo de mais de 7 pontos percentuais. Esse dado mostra o crescimento relativo da importância do município como gerador de emprego industrial no estado. O crescimento na participação do emprego formal no estado revela um potencial de crescimento econômico que, embora não necessariamente venha a acontecer, pode favorecer tanto o desenvolvimento econômico quanto o urbano do município. O setor industrial colaborou significativamente com o crescimento do emprego formal, pois diminuiu a diferença de mais de 10 pontos percentuais para pouco mais de 7 pontos, entre a indústria de Campina Grande e a de João Pessoa, demonstrando uma redução no hiato existente na participação do emprego formal no estado entre a indústria de Campina Grande e a da Capital, que tinha se acentuado a partir dos anos 1980.

Tabela 6.6

Evolução da participação do emprego formal dos municípios na indústria e no total da economia do estado.

	1991		2000		2005	
	Economia	Indústria	Economia	Indústria	Economia	Indústria
Campina Grande	11,90	21,5	12,63	21,0	13,30	22,5
João Pessoa	53,98	32,5	50,25	32,3	46,40	29,4
Outros Municípios	34,12	46,0	37,12	46,6	40,30	48,0
Paraíba	100,00	100,0	100,00	100,0	100,00	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE

Nos últimos quinze anos, o crescimento do emprego formal, segundo os grandes setores do IBGE, mostra que o setor industrial, da construção civil e os serviços cresceram, relativamente mais em Campina Grande do que em João Pessoa. O setor

⁹⁹ PMCG, 2007. Disponível em: <<<http://portal.pmcp.pb.gov.br/index.php?page=206&a=482>>>. Acesso em 10 de julho de 2007.

mente, mas tanto em uma como na outra cidade, o crescimento foi expressivo e inexpressível frente aos demais setores, principalmente porque ambas as cidades apresentam elevado grau de urbanização (tabela 6.7). Esses dados revelam o crescimento urbano-econômico dessas cidades, em especial o de Campina Grande, que, no período, apresentou taxas de crescimento do emprego superior ao da capital em três dos cinco grandes setores do IBGE. Permite constatar ainda o processo de desconcentração econômico-produtivo, que arrefecera nos anos 1980 e que voltou a intensificar-se. Em outras palavras: ocorreu uma redistribuição espacial das atividades produtivas, em especial do emprego formal na Paraíba.

Tabela 6.7

Crescimento relativo do emprego formal dos municípios, segundo setores do IBGE, no período 1991/2005.

CRESCIMENTO PERCENTUAL DO EMPREGO FORMAL NO PERÍODO 1991-2005						
	INDÚSTRIA	CONST. CIVIL	COMÉRCIO	SERVIÇOS	AGROPEC.	TOTAL
Campina Grande	53,6	32,9	91,9	83,3	291,4	59,3
João Pessoa	32,5	8,6	155,2	26,5	306,7	22,4
Demais Municípios	52,6	82,1	152,7	53,1	781,8	68,2
Total	46,3	21,1	137,8	40,1	711,6	42,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE

Os dados sobre o emprego formal, obtidos via RAIS/TEM, mostram que o crescimento da indústria em Campina Grande acentuou-se nos últimos 7 anos, reforçando o pequeno crescimento econômico e do emprego na cidade ocorrido no fim dos anos 1980 (ver capítulo 2).

Os incentivos fiscais e financeiros concedidos pelos governos municipal e estadual contribuíram para o crescimento econômico no período. No entanto, os agentes econômicos, sociais e políticos do município têm procurado mostrar que Campina Grande não se constitui em um simples receptáculo territorial para obtenção de vantagens fiscais para os capitais voláteis; trata-se de um espaço privilegiado para as atividades produtivas. Esse privilégio deve-se a ação dos atores sociais que atuam nesse espaço, favorecendo que o mesmo venha a ser considerado um “território de ancoragem duradoura dos circuitos econômicos em ambiente de cooperação federada” (BRASIL, 2004, p.18). No entanto, embora para muitos agentes econômicos, principalmente entre o grande empresariado, ainda persista a visão de que a “guerra



ersas, cresce entre os estudiosos (VARSANO;1997, idéia de que as cidades com maiores vantagens na competição pela atração dos fluxos econômicos são as que apresentam menor desigualdade socioeconômica e não as de menores custos salariais. No caso dos estados, são aqueles que conseguem “bançar” os benefícios, sem reduzir seus gastos sociais. Em outras palavras, as cidades e os estados competitivos são os que se recusam a desmontar os seus sistemas de proteção social. A pesquisa realizada pela CNI (1997) apontou que os custos salariais mais baixos não se encontravam entre os primeiros motivos para a atração de empreendimentos industriais. Aquelas cidades que buscaram oferecer a desregulamentação como vantagem, tiveram o seu crescimento limitado pela própria queda na qualidade de vida.

A expansão urbana em Campina Grande apresenta-se relevante frente ao crescimento populacional verificado aos últimos anos, embora essa taxa de crescimento populacional tenha ficado aquém do das cidades médias, de porte populacional similar ao de Campina Grande (tabela 6.5), no contexto nacional e regional. Segundo os Censos de 1991 e 2000, considerando o crescimento populacional no Nordeste, nos anos 1990, o município foi o 701º em crescimento populacional, ficando atrás de cidades cuja expressividade populacional é insignificante. Esse fato mostra uma menor capacidade de atração de imigrantes por parte do município, no entanto, contribui para diminuir as pressões sobre o poder público, no seu orçamento, por mais investimentos sociais. Independentemente desse pequeno crescimento populacional, ocorreu, e continua ocorrendo, uma expansão urbana no município.

O crescimento urbano de Campina Grande expande-se para fora do núcleo central da urbe campinense. Essa expansão ocorre em forma de um espraiamento das estruturas urbanas, em particular as residenciais e comerciais, em todas as direções, com maior impulso ao sul e ao oeste devido: à expansão do distrito industrial, oferta de terra, à facilidade de comunicação e trânsito (alça sudoeste) e de acesso à infraestrutura básica (água, energia, etc.). A literatura tem ressaltado o papel das despesas com infra-estrutura como variável determinante para o crescimento econômico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico e social. Segundo Ferreira (1994), o mecanismo de propagação ocorre da seguinte forma: para uma dada quantidade de fatores privados, melhores estradas, energia, água e comunicação



produto final e, conseqüentemente, implicam em maior produtividade, reduzindo o custo por unidade de insumo. A maior produtividade, por sua vez, traduzem-se aumento de receitas, *coeteris paribus* e, em elevação da remuneração dos fatores, o que estimula o investimento e o emprego.

Os investimentos em infra-estrutura normalmente caracterizam um fenômeno conhecido na literatura macroeconômica como *crowding-in*. Considerando o estudo de Pêgo Filho *et al* (1999), podemos definir o mecanismo de *crowding-in* como um esforço de um país, estado ou município, em se habilitar em infra-estrutura econômica, força de trabalho, tecnologia, P&D e aparato institucional que o conduza a ser um pólo de atração de investimentos privados e manter tendência de crescimento econômico. Campina Grande, nos últimos anos, tem realizado seu “dever de casa”, ao realizar os investimentos anteriormente mencionados em educação, transportes, saneamento, energia, P&D, etc. Esses investimentos favoreceram a expansão urbana ao sul da cidade, que tem em seu distrito industrial, um significativo elemento de atração de novas empresas.

A expansão do Distrito Industrial adentra no município vizinho de Queimadas (cidade dormitório localizada a 14 km), estimulando uma conurbação com o mencionado município, que se beneficia com a possibilidade de parte de sua população ocupar postos de trabalho no citado distrito. Devido à rápida expansão do distrito industrial, nos últimos anos, coabitam na zona sul, junto às atividades industriais, atividades rurais e comerciais; há sensível crescimento residencial. Em outras palavras, a industrial e as atividades rurais ocupam espaços muito próximos. Pode-se dizer, de acordo com o que defende Sousa (2003), que, em relação à franja rural-urbana ou o espaço periurbano, mostram-se ainda muito visíveis no Distrito Industrial de Campina Grande.

A imagem 01 mostra a presença de núcleos residenciais junto às atividades industriais na zona sul de Campina Grande. Na maioria, núcleos urbanos que se formaram junto ao distrito industrial. Próximo ao distrito encontra-se a “comunidade” do Ligeiro que se beneficiou com o crescimento da atividade industrial ao ampliar o número de residentes existentes naquele espaço. O crescimento populacional estimulou o crescimento de outras atividades, em especial o comércio. Da mesma forma, o crescimento populacional nesse espaço implicou pressões sobre o governo do estado e

sem a presença no local, fato comprovado pela recente
nidade (calçamento, posto de saúde, etc.)

No sudoeste de Campina Grande, ocorre uma expansão urbana resultante de alguns fatores, dos quais destacam-se: a grande oferta de terras; o crescimento do distrito industrial; as facilidades de transportes geradas pela BR-230, a abertura de avenidas e ruas¹⁰⁰; expansão residencial e a criação de estruturas institucionais educativas e de saúde de grande porte¹⁰¹. Essa expansão estimulada pelos fatores citados ratifica-se pelos loteamentos realizados naquele espaço, como também pelas construções populares que se generalizam. Esse espaço conta com grandes áreas de degradação e erosão ambiental, incluindo uma área enorme ocupada com o depósito de lixo do município.

Foto 01 e 02
Expansão urbana à Sudeste Novos - conjuntos Habitacionais



Fonte: autor



Fonte: autor

O Estado tem papel importante, pois é o principal responsável pela distribuição das grandes estruturas de consumo coletivo e nesses últimos anos tem implantado inúmeras estruturas físico- institucionais ao sul e sudoeste do município (ver exemplos nas fotos 03 e 04).

¹⁰⁰ Avenidas Francisco Lopes de Almeida, Floriano Peixoto, Juscelino Kubischek e de várias ruas.

¹⁰¹ Dentre essas estruturas destaca-se o Centro de Treinamento do SEST-SENAT, o Hospital de Emergências e Traumas e o DETRAN.

Foto 04
Unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem nos Transportes



Fonte: autor



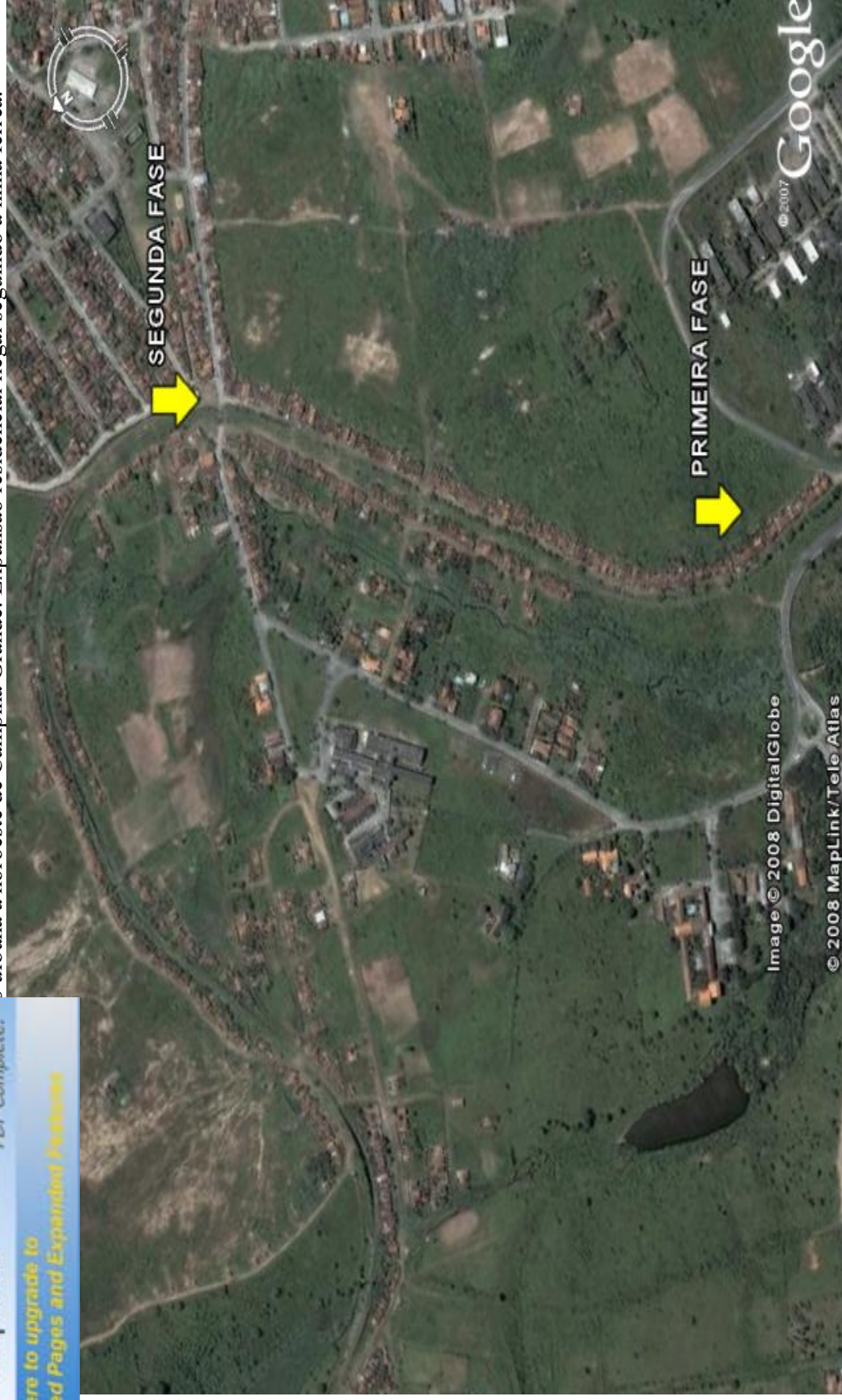
Fonte: autor

A expansão a oeste caminha para um processo de integração da urbe central ao distrito de São José da Mata. Essa integração se fortalece devido ao crescimento da localidade chamada de Lagoa de Dentro, que liga a urbe central ao referido distrito, através da BR-204. A expansão do adensamento urbano de Lagoa de Dentro atrai diversos empreendimentos, principalmente comerciais, ampliando a área urbana de Campina Grande .

Na direção noroeste, o crescimento urbano, visível na imagem 02, ocorre através da ocupação residencial informal e ilegal realizada pelas camadas mais pobres no espaço público que circunda a linha férrea e nos bairros periféricos que ali localizam-se: Araxá, Jeremias e Universitário. As construções residenciais nessa expansão, pela linha de ferro, caracterizam-se pela precariedade total, principalmente em sua segunda parte, pois, na primeira parte, de ocupação inicial e mais antiga¹⁰², a ocorrência de investimentos públicos básicos (calçamento, energia e água) possibilitou melhorias significativas nas condições de vida dos moradores, como também valorizou os imóveis na localidade (ver foto 05).

¹⁰² A primeira parte da ocupação ocorreu no trecho (bairro Universitário) que antecede uma pequena ponte férrea no bairro do Jeremias. A segunda parte da ocupação é após essa ponte (bairro do Aráxa) e nela as condições sócio-urbanas apresentam elevado grau de deficiência.

urbana a noroeste de Campina Grande. Expansão residencial ilegal seguindo a linha férrea.



fonte: google

A primeira fase já conta com infra-estrutura de pavimentação, água, energia e telefone. A segunda fase não conta com nenhuma infra-estrutura.



Principal da Favela da Invasão (primeira parte).



Fonte: autor

A segunda parte do subúrbio, que se adensa continuamente segundo a linha férrea, ainda não se beneficiou dos investimentos públicos em geral, à exceção da energia elétrica que chega à comunidade, embora ainda se perceba a existência de ligações clandestinas. A ocorrência de residências sem energia, água e saneamento, com a presença excessiva de lixo é mais freqüente quanto mais distante localizam-se as residências dentro da comunidade (ver fotos 06 e 07).

Foto 06 - Parte não urbanizada da Favela da Invasão (segunda parte).



Fonte: autor

O processo de ocupação das marginais da linha de ferro ocorreu a partir dos anos 1990 e acelerou-se na década de 2000. As estruturas institucionais, que existem

antigas¹⁰³. O Estado faz-se presente, com mais energia elétrica, ausentando-se de uma presença mais significativa, o que leva moradores alegarem que os poderes públicos somente “se lembram deles em período de eleição”. Essa ausência do Estado abre espaço para a presença de poderes paralelos, em particular o tráfico de drogas¹⁰⁴.

Foto 07 - Parte não urbanizada da Favela da Invasão (segunda parte).



Fonte: autor

A expansão Norte ocorreu pelas vias de saída, em direção ao brejo Paraibano e ao agregado urbano denominado Genipapo, pequeno adensamento populacional na zona rural de Campina Grande. Esse pequeno aglomerado urbano é composto, em sua maior parte, de residências de agricultores que atuam no cinturão verde do município, gerando produtos primários para o mercado consumidor campinense.

Foto 08 - Novos Loteamentos ao Norte de Campina Grande



Fonte: autor

¹⁰³ Hospital da Fundação Assistência da Paraíba, fundado em 1966, e Colégio Redentorista fundado em 1975.

¹⁰⁴ Afirmação proferida por alguns moradores da comunidade, em conversa informal como o autor.



Fonte: autor

Foto 10 - Novos empreendimentos na fronteira norte de Campina Grande



Fonte: autor

Uma segunda expansão, de maior vigor, ocorre via saída para o brejo paraibano. Essa expansão já conta com empreendimentos residenciais, de alto valor agregado (condomínios fechados), e comerciais (casas de shows e restaurantes) transformando o espaço rural (ver fotos 08-10). Condomínios horizontais fechados ainda são poucos em Campina Grande. O mais expressivo e de maior poder aquisitivo por parte dos seus moradores, é o condomínio Prive das Nações, localizado na zona norte, já fora da sede do município, mas cujo adensamento vem conurbando crescentemente o condomínio com os demais bairros próximos (fotos 11-13).

O crescimento vertical ainda não é tão expressivo e é muito recente. Alguns condomínios fechados, semi-verticais, de classe média baixa, a exemplo dos condomínios Santa Bárbara e Nenzinha Cunha Lima, foram fechados devido à

velas que inspiravam algum perigo, principalmente de
na auto-segregação por parte dos residentes nesses
condomínios.

Foto 11 - Condomínio horizontal de alto padrão ao norte de Campina Grande



Fonte: autor

Foto 12 - Condomínio horizontal de alto padrão ao norte de Campina Grande



Fonte: autor

alto padrão ao norte de Campina Grande



Fonte: autor

A expansão urbana a nordeste e a leste ainda é tênue (imagem 03), similarmente aos demais casos, ocorreu pelas vias de saída. Nesse caso, foi favorecida pela construção de um conjunto habitacional (Bairro da Glória I e II) com intuito de abrigar parte da população da zona leste, que habitava em condições inapropriadas na favela da Cachoeira. O empreendimento construído pelo governo do estado, com apoio federal, através da Caixa Econômica Federal¹⁰⁵, previa em seu projeto inicial um investimento de R\$ 20 milhões, com execução realizada através da Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba, Companhia de Habitação Popular da Paraíba (CEHAP) e Superintendência de Obras do Plano do Desenvolvimento do Estado (SUPLAN). Estavam previstas a construção de 876 unidades habitacionais, para onde seriam relocadas as famílias da Cachoeira. Na primeira fase do projeto, a CAGEPA se encarregaria pela

...instalação de 7,6 mil metros de rede de distribuição de água; 2,5 mil ligações domiciliares; construção de reservatório com capacidade para 76 metros cúbicos e Estação Elevatória de Água Tratada. Serão implantadas ainda 4,8 mil metros de drenagem e 91,3 mil metros quadrados de pavimentação por paralelepípedo. (PARAÍBA, 2007).

¹⁰⁵ Não é a toa que o bairro chama-se Glória, nome da mãe do governador Cássio da Cunha Lima.

03 - Expansão urbana a nordeste de Campina Grande -2006



fonte: Google Em vermelho os bairros da Glória, já construídos, mas não visíveis no google. Em amarelo o jardim verdejante.

, refere-se à pavimentação e urbanização, cuja tarefa é e na qual seriam investidos R\$ 3.3 milhões, dos vinte milhões previsto para todo o projeto. A terceira fase refere-se à construção de casas do tipo moradias simples, moradia e comércio duplex, cuja tarefa compete à CEHAP, e seriam aplicados R\$ 9.4 milhões. Esses investimentos ampliam o espaço urbano campinense na zona leste, melhorando a qualidade de vida da população que residia na favela da Cachoeira. No entanto, não foram realizados outros investimentos nesse novo espaço urbano, principalmente os relacionados à educação, à saúde e à segurança (ver fotos 14-17).

Foto 14



Fonte: autor

Foto 15

Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira



Fonte: autor

A propaganda governamental realizada por um de seus órgãos estatais preconizava que o Bairro da Glória contaria com “uma Escola contendo oito salas de aula, um Posto de Saúde Padrão, uma Creche pré-escola e berçário, um Clube de Mães, uma sede para a Sociedade de Amigos do Bairro, um Centro de Capacitação Profissional, além de rede de água e de esgotamento sanitário e pavimentação” (CAGEPA, 2007). No entanto, em visita de campo ao espaço em estudo, não foi constatada a existência de todos os equipamentos de consumo coletivo divulgados pelos órgãos estatais na imprensa. Apenas alguns “equipamentos” foram encontrados: uma pequena escola estadual em construção, com quatro salas de aulas¹⁰⁶; um posto de polícia, cuja viatura encontrava-se estacionada a frente; esgotamento sanitário e

¹⁰⁶ Estava previsto uma escola com 08 salas de aula. Ver: << http://www.cagepa.pb.gov.br/v3/artigo_view.php?id=217>> acesso em 03 de setembro de 2007.

prerrogativas para o bairro. O fornecimento de água e energia

Foto 16

Bairro da Glória que abrigou os moradores da antiga favela da cachoeira



Fonte: autor

Foto 17



Fonte: autor

Esses equipamentos não dão conta das necessidades da população naqueles bairros, principalmente devido existência de um aglomerado residencial que se encontra próximo, denominado pelos moradores de Jardim Verdejante, que se encontra quase totalmente sem infra-estrutura urbana (ver fotos 18-21). Segundo os moradores do local, o aglomerado conta apenas com energia elétrica e água encanada. Nesse aglomerado, as construções residenciais ainda se apresentam, em grande parte, como construções rústicas, de pau-a-pique, taipa etc. Os moradores do Jardim Verdejante não contam com uma série de serviços públicos e equipamentos de consumo coletivo que melhorariam as condições de vida no local, a exemplo da coleta de lixo, praças, escolas¹⁰⁸ etc.

Após as eleições estaduais de 2006, o ritmo dos investimentos públicos estaduais foi reduzido significativamente, implicando entrega das residências aos antigos moradores da favela da Cachoeira sem o término das infra-estruturas básicas.

Quanto ao Jardim Verdejante a infra-estrutura implementada pelos órgãos públicos limitam-se ao fornecimento de energia e água. Quanto aos equipamentos de consumo coletivo, inexistem e a população desse espaço busca se beneficiar dos equipamentos instalados no Bairro da Glória. Segundo informações de moradores

¹⁰⁷ Constatação realizada na pesquisa de campo.

¹⁰⁸ Informação obtida em diálogo informal com moradores, durante visita de campo à localidade.

contribui para o crescimento da criminalidade e da

Foto 18 - Jardim Verdejante



Fonte: autor

Foto 19 - Jardim Verdejante



Fonte: autor

A distribuição de equipamentos de consumo coletivo e de infra-estrutura básica em conjunto com os investimentos privados possibilitara um desenvolvimento urbano em Campina Grande que se caracteriza, primordialmente, por uma expansão urbana a sul e oeste do município. A imagem 04 mostra bem essa expansão e a localização dos principais equipamentos e da infra-estrutura no município. Os pontos em verde consistem nos equipamentos instalados pós ano de 2000, os pontos em amarelo consiste as instalações na década de 1990, em azul os instalados na década de 1980 e em vermelho as instalações anteriores a década de 1980. Como pode se observar, os pontos amarelos e verdes se localizam em sua maior parte no sul e oeste do município, em grande parte próximo a alça sudoeste da cidade.

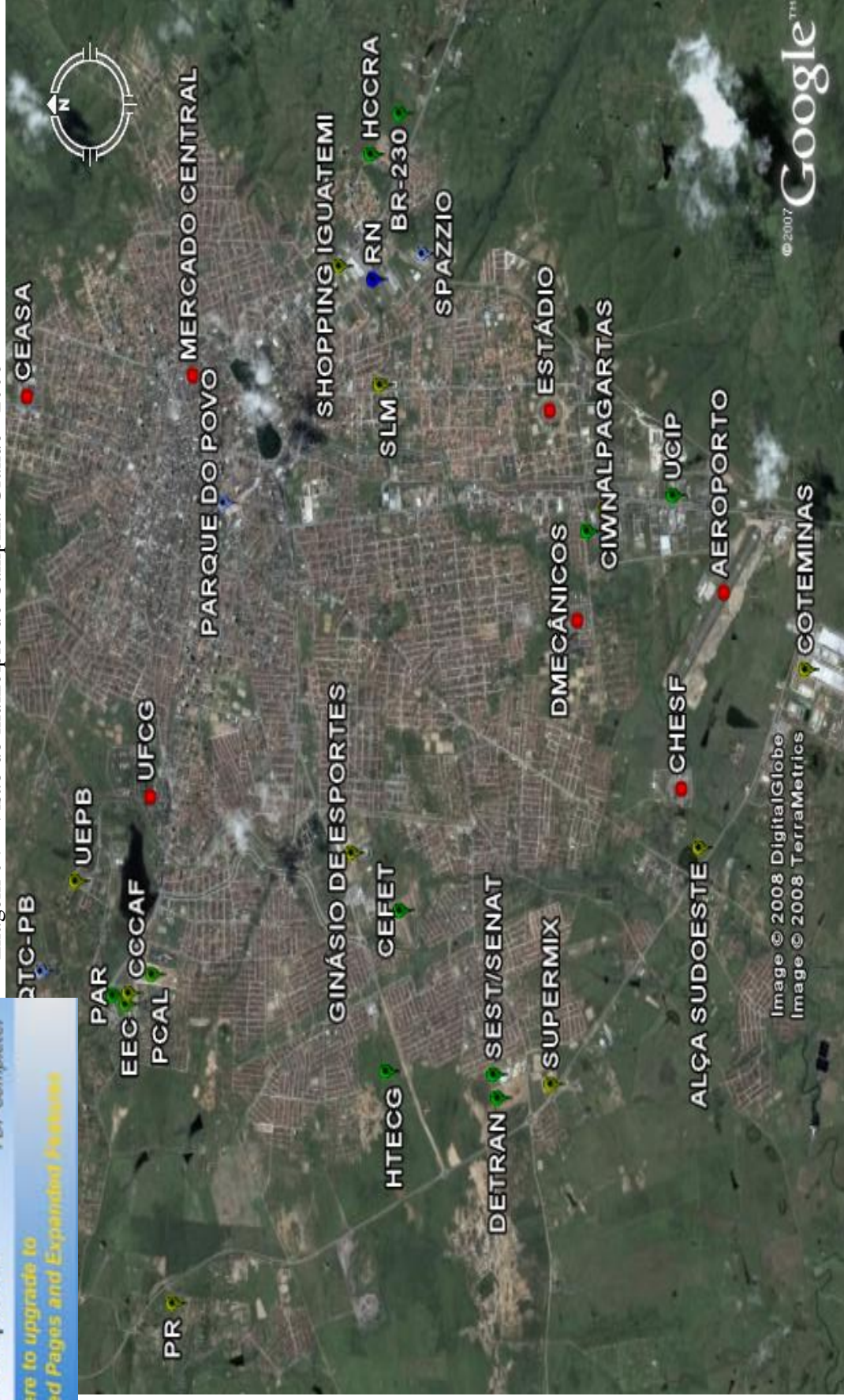
Foto 20 - Jardim Verdejante



Foto 21 - Jardim Verdejante



Imagem 04 - Visão do município de Campina Grande - 2006



fonte: google.

Pontos na cor verde são as estruturas/instituições criadas na década de 2000, em amarelo são as criadas nos anos 1990, em azul nos anos 1980 e em vermelho antes dos anos 1980.



ISÃO

Nesse último capítulo, a intenção de mostrar a expansão industrial e urbana do município na direção da zona sul, em especial para o distrito industrial, torna-se perceptível tanto pelos números apresentados, que mostram o resultado do processo que consistiu no investimento público e privado naquele espaço.

Essa expansão deve-se tanto às políticas de incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelo governo do estado e o do município, quanto aos fatores de estímulo à aglomeração, como a proximidade dos concorrentes e fornecedores, a facilidade de transportes, infra-estrutura básica etc. A partir da segunda metade dos anos 1990, a economia campinense retoma seu crescimento industrial, estimulado principalmente pelos incentivos mencionados. Esse crescimento se ratificou ainda naquele período pela instalação de seis novas empresas (tabela 6.1) e a intenção de implantação manifestada por outras quatro no distrito industrial.

Os dados apresentados nesse capítulo permitem constatar a existência de bairros, em Campina Grande, que se sobrepõem aos demais, no que se refere à presença de estabelecimentos industriais e do emprego. Considerando as informações contidas no Cadastro Industrial da FIEPB (1992/2006) e a escala elaborada, sete bairros apresentaram, em 1992 e em 2006, alta ou elevada participação no número de estabelecimentos e do emprego industrial. Na zona sul, onde a indústria apresentou maior crescimento de estabelecimentos e, principalmente, de emprego, cresceu abruptamente o volume de pessoas residentes naquele espaço. O distrito industrial (bairros do Ligeiro e do Velame), agrega uma população de 5.528 moradores, não se constituindo em um dos espaços mais populosos, no entanto, no de maior incremento relativo (161,7%) da população entre 1991 e 2000. A atuação do governo do estado através dos incentivos fiscais, para-fiscais e dos investimentos em infra-estrutura foi de fundamental importância para a constituição desse espaço de produção, e para a predominância da indústria no mesmo. A construção da alça viária sudoeste favoreceu a comunicação e os transportes pelo distrito industrial estimulando o crescimento residencial, que redundou nas taxas acima mencionadas.

Independentemente do conflito político existente entre as oligarquias que controlam o estado na Paraíba, as inversões públicas caminharam no sentido de



de capital, ao incentivar a redução dos investimentos. Esta teria que realizar para efetivar o processo de produção.

Neste contexto de guerra fiscal, os tributos, em especial, o ICMS e o IPTU transformaram-se em moeda de troca, o que permitiu que alguns empresários implantassem ou ampliassem seus investimentos na cidade. Dessa forma, constata-se uma elevada correlação entre crescimento industrial e populacional nos bairros da zona sul - Ligeiro, Velame, Catingueira e Três Irmãs. Esses bairros constituíram-se nos espaços de maior expansão demográfica no período 1991 e 2000. Da mesma forma, neles ocorreu crescimento do número dos estabelecimentos e do emprego industrial.

Esse significativo crescimento fez com que o município de Campina Grande apresentasse as taxas mais elevadas no emprego industrial e no emprego total entre as cidades com níveis populacionais próximos. Além disso, a taxa de crescimento do emprego industrial, muito superior ao da capital do estado, implicou redistribuição das participações do emprego industrial do estado, na qual Campina Grande se mostrou em ritmo crescente, recuperando, no período, parte da importância que tinha até os anos 1970. Essa recuperação da importância econômica e, especialmente, industrial, ocorreu, *pari passu* com a criação de estruturas físico-institucionais para apoio e suporte à indústria. Além disso, ampliou-se o número de equipamentos de consumo coletivo, como os citados no capítulo, para dar suporte às necessidades de uma classe social que se expande em seus próprios espaços. Os condomínios fechados horizontais de luxo, em áreas afastadas do centro, como também os verticais disseminaram-se, a partir dos anos 1990, tão rapidamente quanto as áreas pobres que continuam com os seus problemas sociais, econômicos e ambientais, e com presença mínima do estado.

O crescimento populacional relativamente menor do que o crescimento do emprego formal indica uma melhoria no desenvolvimento urbano do município. Essa melhoria é relativa e recoloca o município em uma posição, mais elevada no rank social brasileiro. A expansão industrial contribuiu para com a expansão urbana, implicando novas pressões sobre o Estado por equipamento de consumo coletivo que atenda tanto os interesses da população, como dos capitalistas.



CONCLUSÕES FINAIS

Essa tese começou a ser elaborada, partindo-se de uma questão central que se referia à possível ocorrência de uma reconfiguração industrial em Campina Grande nos anos 1990, e uma secundária que se relacionava com a atuação do Estado dentro desse contexto. A resposta inicial a essas questões era positiva no sentido de ter, de fato, ocorrido a reconfiguração industrial. Além disso, tal reconfiguração era resultado de um processo maior de reestruturação produtiva do capital em conjunto com a atuação pró-capital dos governos estaduais e municipais, que se constituía em uma reação à falta de uma política de desenvolvimento regional e industrial nacional.

A hipótese inicial desse trabalho confirmou-se, sendo demonstrada capítulo a capítulo dessa tese. No primeiro, mostrou-se, com base nos diversos autores apresentados, que o espaço e seu *design* espacial, na sociedade capitalista, tornou-se um dos aspectos das forças produtivas que muito tem contribuído para o desenvolvimento do espaço local. Esse espaço somente pode ser apreendido dialeticamente, por se constituir em uma abstração concreta. Além do que o controle sobre as relações e o design espacial passaram a ter para a sociedade, suma importância, pois o espaço tornou-se, um instrumento político de suma importância, capaz de gerar valores, poder político e econômico, para os privilegiados produtores de espaço, compreendidos pelos capitalistas e pelo Estado. Não é à toa, que uma das políticas pró-capital utilizadas pelos municípios e pelas unidades federativas, na qual Campina Grande inclui-se, consiste na doação de terrenos e criação de toda uma infraestrutura básica para a implantação das novas indústrias. Além disso, o espaço e seu *design* espacial são transformados em prol de um desenvolvimento industrial que é visto como solução para inúmeros problemas da cidade, em especial, o do emprego e o da renda, mesmo que para isso o Estado perca recursos devido as diversos incentivos concedidos. Incentivos fiscais e para-fiscais que vão transformando o espaço ao produzir estruturas-instituições próprias, como também estruturas-instituições conexas de suporte e apoio à atividade industrial e às demais atividades econômicas e de reprodução da força de trabalho.

Afinal, é via produção do espaço que o Estado assegura o controle social e favorece a classe dominante que se apropriou, reproduziu e continua reproduzindo o



classe dominante se constitui em tendência, que não sua totalidade, devido a capacidade que as relações sociais têm para reagir sobre o espaço e a política do espaço, mesmo sendo expressão delas. O Estado, entendido como uma estrutura para o exercício do poder, influencia e determina, em algumas situações e contextos, a produção do espaço. No caso em estudo, o Estado, ao conceder incentivos fiscais e para-fiscais influencia a produção do espaço urbano-industrial e, ao distribuir infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivo, determina o *design* espacial, tanto na dimensão industrial quanto nas demais dimensões. O exercício desse poder apresenta uma dimensão espacial que emergiu em importância nas últimas décadas. No município alvo desse estudo, essa realidade se concretiza nas políticas públicas pró-capital, que produziu um espaço urbano-industrial ao sul de Campina Grande, que tende a estender-se para o oeste, devido à alça viária sudoeste que contorna o município.

Os capitalistas interferem diretamente na produção do espaço através de seus investimentos, produzindo um *design*, que não fica totalmente a seu bel prazer e desejo, devido as regulações estabelecidas pelo Estado e as reações da classe trabalhadora que, em alguns momentos, pode interferir nos objetivos da classe capitalista. Já os trabalhadores interferem no espaço, transformando-o conforme suas condições sócio-econômicas e políticas, que normalmente são limitadas no embate com o capital e o Estado. Mesmo assim, não deixam de reagir às ações capitalistas e estatais sobre o espaço urbano.

As políticas e medidas implementadas pelos poderes públicos estimularam o capital a se instalar na zona sul, em especial nos distritos industriais, repercutindo na expansão urbana do município. A indústria apropria-se dos espaços urbanos da cidade, reconstrói e produz um espaço “a sua semelhança”, ou seja, com características industriais. A reação dos trabalhadores, da população em geral, é de aproximar-se desses espaços em busca da sobrevivência, vislumbrada na possibilidade do emprego industrial ou alguma atividade que retorne algum ganho financeiro. Esses elementos podem ser constatados, em Campina Grande, através do significativo crescimento populacional ocorrido na zona sul, em especial nos distritos industriais, e nas diversas atividades comerciais que se disseminaram. Castells (2000) já argumentava que o espaço não se constituía simplesmente em pura ocasião de desdobramento da



que isso, o espaço é uma expressão concreta de cada sociedade se especifica.

O espaço urbano-industrial campinense pode e deve ser visto como o espaço sócio-econômico concreto, que em uma visão lipietziana e lefebveana constitui-se como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais materializados espacialmente. Por ser espaço concreto, também é um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações. As dificuldades de ampliação da infraestrutura básica na zona sul de Campina Grande, reflexo da incapacidade de investimento do estado, é um dos principais constrangimentos objetivos encontrados no contexto estudado. Mesmo com esse constrangimento, a sociedade contemporânea campinense cria e recria seu espaço sempre sobre a base de um espaço concreto herdado de períodos passados. As relações sociais, em especial as de produção industrial e as comerciais, constituem-se no fator fundamental da determinação desse espaço urbano-industrial, desde sua origem.

Um aspecto importante e que precisa ser levado em consideração, principalmente quando se procura entender o Estado e a política de incentivos ao capital nesse século em Campina Grande, leva-nos à concepção poulantziana de que o Estado é a condensação material de uma relação de forças que monopoliza procedimentos de organização do espaço, representa e organiza o interesse político da classe dominante em longo prazo, detém autonomia relativa em relação às frações do capital e age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Atualmente o conflito, entre as oligarquias que detêm o poder político no município e no estado, acentua-se no espaço urbano-industrial campinense. Cada grupo político preconizam como suas as políticas de estímulo ao capital, que julgam ser os fatores mais importantes para o desenvolvimento desse espaço. Esse conflito contribui para o desenvolvimento da zona sul, mas não na mesma medida que contribuiria se os esforços fossem conjuntos e no mesmo sentido e direção.

Essas políticas públicas voltadas para a indústria e para o urbano, constituem-se tanto como suporte keynesiano para a economia, quanto como fator regulador do crescimento econômico, permitindo o crescimento da indústria, da economia e do emprego no município. As políticas pró-capital do período se estabelecem, devido à inevitabilidade da mesma em um contexto de reestruturação produtiva do capital, que



acentuada descentralização produtiva, promovendo o nesse processo de descentralização produtiva nem todos ganham, a Paraíba ganhou muito pouco, embora as duas principais cidades tenham ganhado várias empresas e perdidos outras, na concorrência que se estabeleceu entre os municípios e estados brasileiros.

Embora alguns autores acreditem que a busca por aproveitamento de potencialidades regionais para o desenvolvimento da indústria de base local fundamente-se como critério para os determinantes das novas localizações, cremos que os incentivos fiscais e financeiros ainda constituem-se no principal atrativo para as empresas que realocalizaram-se. Com isso, não queremos negar que o aproveitamento das potencialidades não contribuem para a atração das empresas, fato constatado em Campina grande, principalmente nos segmentos calçadista e de *software*, por constituírem uma histórica tradição que gerou mão-de-obra, instituições e condições materiais para tal atração. Não é à toa que a maior parte dos estados e municípios brasileiros ampliaram a oferta de incentivos fiscais e para-fiscais para a implantação e/ou ampliação de empreendimentos industriais. Campina Grande não ficou atrás, como foi mostrado nos capítulos dessa tese. O município foi além dessa concessão financeira, pois já detinha um capital social significativo, representado pelos níveis educacionais encontrados na cidade, reflexo da mesma ser um pólo regional da educação, e de ter uma forte tradição comercial e industrial desde o início do século XX.

Observando essa evolução industrial, principalmente no período da reestruturação produtiva, que ensejou as transformações urbanas nas últimas décadas, pode-se perceber que a tendência que se consolida tende a permanecer durante um futuro próximo. Os números dos estabelecimentos e de emprego que se recuperam na segunda metade dos anos 1990 mostram que se ratificou a forte presença dos estabelecimentos da indústria calçadista, têxtil, alimentos e bebidas, construção civil. O segmento da informática também tem crescido muito. Embora ainda seja pequeno em emprego e empresas, já é grande em vendas e tributos para o município.

Observando-se a variável emprego, constata-se que a participação dos segmentos da administração pública direta e autárquica e o comércio varejista, que juntos empregam mais de 30% dos trabalhadores formais do município, consolidou-se nesse patamar nos últimos anos. Na indústria, com a ascensão e consolidação do



superou os segmentos metal-mecânico e têxtil. O pólo idou, assim, no âmbito do emprego nos segmentos calçadista e têxtil, empregando mais 40% dos trabalhadores do setor industrial e, aproximadamente, 10% de todo o emprego formal do município. A indústria têxtil, porém, não tem apresentado crescimento significativo, nem no segmento de fiação e tecelagem, muito menos de vestuário e artefatos de tecido, cujo número de estabelecimentos e de empregos caiu significativamente desde 1995, reflexo das importações de têxteis chinesas e da consolidação dos pólos têxteis de Caruaru e Santa Cruz do Capiberibe, em Pernambuco. O segmento de fiação e tecelagem estabeleceu-se em algumas poucas unidades, incluindo uma grande empresa de fiação e tecelagem recém instalada. A retomada de incentivos ao segmento torna-se fundamental para que o mesmo mantenha-se, pelo menos como gerador de empregos para o município. Um risco que o município corre é que o emprego desses dois segmentos se concentra em poucas empresas e que a guerra fiscal pode estimular a realocação das mesmas, caso não sejam atendidas solicitações dessas empresas quando do fim dos atuais incentivos. Esse caso já foi verificado no município, na década de 1990, com outra empresa calçadista e, no fim dos anos 1970, com uma empresa metal-mecânica, ambas de grande porte, quando se avalia pelo volume de empregos.

Nas últimas duas décadas, a indústria calçadista assumiu papel preponderante no município. Os dados obtidos, principalmente os da RAIS/MTE, não deixam dúvida da importância desse segmento, pois em Campina Grande encontram-se mais de 50% de todo o emprego formal da indústria calçadista da Paraíba e, aproximadamente, 5% do emprego desse segmento no Nordeste. A indústria que mais emprega na Paraíba está em Campina Grande e é calçadista. Esta empresa emprega quase 10% da mão-de-obra formal do município, representando sua saída da cidade sério risco sócio-econômico, ao mesmo tempo em que concede aos seus dirigentes um poder político e econômico sobre os governos municipal e estadual.

Diversos outros segmentos industriais também apresentam significativa importância, pois concentram-se majoritariamente no município, garantindo ao mesmo a manutenção de um percentual de emprego na faixa dos 30%, média superior à do estado, à da região e ao do país. A construção de uma série de estruturas físico-institucionais vem ratificar tal importância e constitui-se como uma transformação no



Essas estruturas destacam-se o pólo calçadista, a indústria de calçados e o Centro Couro-Calçadista Albano Franco no bairro de Bodocongó, na zona oeste, que dão suporte ao segmento calçadista. Essa indústria aumentou em mais de 1000% o volume de empregos nas duas últimas décadas.

Em resumo, a indústria campinense aponta tendências de consolidação do segmento calçadista, tornando o município um dos principais centros produtores da região Nordeste, devido aos investimentos realizados em estruturas físico-institucionais e as inversões privadas diretamente na produção. Uma evidência dessa consolidação é o fato de o município ser hoje o maior produtor de sandálias plásticas do Brasil.

Alguns outros segmentos também se fortalecem, a exemplo do pólo tecnológico, que se constitui em um dos principais pólos produtores de *software* do País. Das estruturas e instituições que contribuem para o desenvolvimento do pólo, podemos citar as duas universidades públicas, as faculdades particulares e o PaqTC-PB. Em geral outras instituições também colaboram para o desenvolvimento industrial do município, como o SENAI e a EMBRAPA.

Observando as tendências espaciais da indústria no município, a partir das mudanças ocorridas no volume de empresas e de emprego, e suas respectivas localizações, pode-se concluir que, embora a indústria tenha ampliado sua presença nos bairros da cidade, em 13,9%, entre 1992 e 2006, desconcentrando as unidades produtivas, ainda permanece relativamente concentrada no centro da cidade (18,7%), embora o distrito industrial venha ampliando significativamente sua participação no número de estabelecimentos e de emprego. Esse processo é reflexo do volume de desconcentração do número de estabelecimentos ocorrida em diversos segmentos ter sido maior do que a concentração nos outros segmentos.

No que se refere ao emprego industrial, este concentrou-se muito no distrito industrial (45,2%) e na zona sul (68,7%), embora o mesmo seja encontrado, atualmente, em um maior número de bairros. Essa configuração é resultado da concentração do emprego ocorrido em oito segmentos industriais frente à desconcentração ocorrida em outros sete. Seis dos oito segmentos que ampliaram a concentração do emprego fizeram-no junto ao Distrito Industrial que agregou as novas



...município, a exemplo da COTEMINAS, SUPERMIX,

Considerando tais elementos, é possível afirmar que a tendência de expansão da indústria campinense ocorre, com algumas exceções, em direção da Zona Sul e do Distrito Industrial. As exceções ocorrem em relação à indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc., a de serviços e de reparação que ampliaram sua participação no número de estabelecimentos e de emprego no Centro do município, pois constituem-se normalmente de pequenas indústrias que procuram localizar-se próximo ao comércio, que, em Campina Grande, é no Centro da cidade. Dez segmentos industriais aumentaram suas presenças no Centro do município, no entanto, declinaram seus respectivos volumes de emprego, indicando que as indústrias que se instalam nesse espaço da cidade tendem a apresentar um volume pequeno de emprego. Somente dois dos dez setores aumentaram a participação no emprego industrial, a indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, etc., e a de serviços de reparação e manutenção.

Quanto ao Distrito Industrial, este apresenta tendência contrária à ocorrida no Centro. Ampliou a concentração de estabelecimentos em nove indústrias e no emprego em onze. Esses dois bairros ainda concentram a maior parte da indústria do município, mas, enquanto o Centro apresenta redução de sua participação no número de estabelecimento e de emprego, o Distrito Industrial amplia sua participação.

Alguns segmentos, a exemplo do calçadista, que mesmo estando os estabelecimentos concentrados no Bairro do José Pinheiro (25,0%) e o emprego no Distrito Industrial (80,0%), apresentam tendências de crescimento no bairro de Bodocongó, devido à implantação de estruturas físico-institucionais, o pólo e a incubadora calçadista e o Centro Couro-Calçadista Albano Franco.

A expansão urbano-industrial para a zona sul, em particular para o distrito industrial deve-se, assim, às políticas de incentivos fiscais e para-fiscais concedidos pelos governos do estado e do município. Secundariamente, deve-se aos fatores de estímulo à aglomeração, como facilidade de transportes, infra-estrutura básica, a mão-de-obra qualificada etc. Dentro das políticas de incentivos, destacam-se, como já foram citadas, a criação/expansão do distrito industrial do Veleiro e da Catingueira (Acácio de Figueiredo) e a construção da alça viária sudoeste, que permitiu rápido fluxo



principalmente com a ligação com a BR-230, que tem da indústria nos últimos anos.

Resumindo, foi possível constatar a existência de bairros, em Campina Grande, que se sobrepõem os demais, no que se refere à presença de estabelecimentos industriais e do emprego. Considerando as informações contidas no Cadastro Industriais da FIEPB (1992/2006), e a escala elaborada, sete bairros apresentaram em 1992 e em 2006, alta ou elevada participação no número de estabelecimentos e do emprego industrial. A zona sul foi a maior “ganhadora”, devido aos distritos industriais onde a indústria apresentou maior crescimento de estabelecimentos e, principalmente, de emprego, crescendo também o volume de pessoas residentes naquele espaço. Os distritos e a zona sul “ganharam” porque a política urbana para esse espaço fundamentou-se na concessão de impostos, em especial, o ICMS e o IPTU, que se transformaram em moeda de troca, permitindo que alguns empresários implantassem ou ampliassem seus investimentos naquele espaço. Dessa forma, constatou-se uma elevada correlação entre crescimento industrial e populacional nos bairros da zona sul, onde se localizam os distritos industriais do Ligeiro, do Velame da Catingueira e os bairros de Três Irmãs que se constituíram nos espaços de maior expansão demográfica nas últimas décadas.

O significativo crescimento econômico de Campina Grande mostrou taxas mais elevadas no emprego industrial e no emprego total do que outras cidades com níveis populacionais próximos. Além disso, este crescimento, superior ao da capital do estado, fez com que ocorresse uma redistribuição das participações do emprego industrial do estado, na qual Campina Grande mostra um crescimento econômico que a faz recuperar, no período, parte da importância que tinha até os anos 1970. Essa recuperação é visível quando se olham os dados recentes do CAGED (2008), os quais mostram que, nos anos de 2006 e 2007, a taxa de crescimento do emprego formal no município foi de 9,63%, maior que os índices registrados na Paraíba, no Nordeste e no país. Nesse mesmo período, a taxa de geração de emprego formal na Paraíba foi de 4,6% e, no Brasil, de 5,5%. Esses dados vêm confirmar que pelo menos no curto prazo, a tendência de o município manter o crescimento econômico, principalmente através do desenvolvimento dos segmentos apresentados, tornando-a referência nacional nos calçados e nos *softwares*, bem como uma referência regional na indústria de material



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

a de papel, papelão, editorial e gráfica, mantendo a
mentos mencionados.



REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Globalização e Espacialidade: o novo papel do local. In. CASSIOLATO e LASTRES, José E. e Helena Maria M. **Globalização & Inovação Localizada: experiências de sistemas locais no mercosul**. Brasília, IBICT/MCT 1999

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho. reestruturação produtiva e crise no sindicalismo**. São Paulo: boitempo, 2000

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1995

_____, Trabalho, reestruturação produtiva e os desafios do sindicalismo e dos movimentos sociais no Brasil. IN: FERNANDES e VALENÇA, Edesio e Márcio Moraes (org.) **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005

AMARAL FILHO, Jair do. A Endogeneização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Revista Planejamento e Políticas Públicas** N.23, IPEA, Brasília jun. 2001

ARANHA, Gervásio B. **Campina Grande no Espaço Econômico Regional: Estradas de Ferro, Tropeiros e Empório Comercial Algodoeiro. (1907 - 1957)**. Tese de mestrado em sociologia Rural - UFPB 1991.

ARAÚJO. Tânia B. de. Industrialização do Nordeste: Intenções e Resultados IN: **A questão Nordeste**. MARANHÃO, Silvio et alli. ed. Paz e Terra - São Paulo - 1984

AZZONI, C. R. Indústria e reversão da polarização no Brasil. **Ensaio econômico**. São Paulo:IPE/USP 1986

BARROS, José R. Mendonça de. e GOLDENSTEIN, Lídia. Avaliação do Processo de Reestruturação Industrial Brasileiro. In. **Revista de Economia Política**, vol. 17, n.2 (66) abril-junho de 1997.

BECATTINI, Giacomo. El distrito Marshalliano: una noción socioeconómica. In: BENKO, George e LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que Ganan**, València: Alfons el Magnànim, 1994

BENITEZ, Rogério M. O capital social fixo como insumo do desenvolvimento regional. IN. **Revista Econômica do Nordeste**. V. 29, N. 02, Fortaleza, abril/junho de 1998

BENKO, George e LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que Ganan**, València: Alfons el Magnànim, 1994

BENKO, George, El impacto de los Tecnopolos em el desarrollo regional. Una revisión crítica. **Revista Eure**, v. 24, N. 73, Santiago, dez. 1998



Globalização na Aurora do Século XX. São Paulo:

_____, **A Ciência Regional**, Portugal, Oeiras:Celta 1999

_____, A Recomposição dos Espaços. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. Vol.I, N.2, p, 7-12, Mar. 2001

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). Guerra fiscal: competição tributária ou corrida ao fundo do tacho? **Informe-se**. Secretaria de Assuntos Fiscais. BNDES/BNDESPAR, n. 04, janeiro de 2000

BOBBIO, Noberto et. Al. **O marxismo e o Estado**, Rio de Janeiro: Graal 1979

BRANDÃO. Carlos Antônio. Economia Política e dimensão Territorial do Desenvolvimento.In. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, 10 (2): 29-44, junho de 1996.

BRASIL, **Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**. Ministério das Cidades, Brasília, Novembro de 2004.

_____, **Anuário Estatístico do Brasil. Nordeste**. SUDENE/DPG/PSE/ Grupo Contas Nacionais, 199?

BRITO, Adriana Fernandes; BONELLI, Regis. Políticas industriais descentralizadas: as experiências européias e as iniciativas subnacionais no Brasil. In. **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 01, n. 01, Brasília, jun. de 1997

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**, 17^a ed. Rio de Janeiro: Unijui, 1997

BURSZTYN, M.**O poder dos donos**. Petrópolis:Vozes, 1985

CAIADO, Aurilio Sergio Costa. **Reestruturação Produtiva e Localização Industrial: a dinâmica Industrial na RMSP entre 1985 e 2000**. mimeo. ANPEC. 2002

CAIXETA, Nely. Uma Saga dos anos 1990. **Revista Exame**. Edição 579, ano 27, N.6, 15 de março de 1995.

CANO, Wilson. **Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional**. Campinas: editora da UNICAMP, 1995

_____, **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. 4^a. Ed., Campinas: UNICAMP-IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2).

_____, **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930/1995)**. 2. Ed., Campinas: UNICAMP-IE, 1998. (30 anos de Economia – UNICAMP, 2).



mundo. São Paulo: HUCITEC, 1996

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. São Paulo: Papirus, 1994

CARVALHO, Maria L. Gonçalves; AGUIAR, Gelfa M. C.; DANTAS, Leilian C. **Setor industrial de Campina Grande – diagnostico e tendências** – mimeo. UFPB, campus II, 1995

CASTEL, R. **A Nova Questão Social**. São Paulo: Vozes, 2005

CASTELLS, M. Crise do Estado, Consumo Coletivo e Contradições Urbanas. In: POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977

_____, A intervenção Administrativa nos Grandes Centros Urbanos. IN: **Espaço e Debates**, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982

_____, **A Questão Urbana**, São Paulo: Paz e Terra, 2000a

_____, **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra 2000b

_____, **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra 2000c

_____, **O fim do Milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 2003

CHESNAIS, F. (org.) **A Mundialização do Capital**. São Paulo, Xamã. 1996

CHAVES, Noraney S. **O Programa de Incubação de Empresas do Parque Tecnológico da Paraíba – Um estudo de caso**. Monografia – Departamento de Economia e finanças – UFPB – Campus II – Campina Grande – 1997

CINGRA. **Campina Grande, Dados e Informações** - Companhia de Industrialização de Campina Grande (CINGRA) – 1966

CNI/CEPAL. **Investimentos na Indústria Brasileira 1995/99: Características e Determinantes**. CNI, Rio de Janeiro. 1997

COHN, A. **Crise Regional e Planejamento**. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978

COLLIER, David. Resumo do Modelo Autoritário Burocrático. In. COLLIER, David. (org.) **O Novo Autoritarismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COMPANS, Rose. **Empreenderismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: Unesp, 2004

CORREIO DA PARAÍBA. **Campina em foco**. Caderno Opinião. João Pessoa - PB. 16 de maio de 2002.



_____, Bernard. Sistemas industriales locales en Francia: un
BENKO, George; LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que**
_____, 1994

DINIZ, Clélio C. Impactos Territoriais da reestruturação produtiva. In: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **O Futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Observatório, UFRJ-FASE, Rio de Janeiro: Revan, 2000

_____, Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.31, pp. 35-64, set. 1993

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley, **Macroeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1994

ENGELS, Frederich. Origem da família, da propriedade privada e do Estado. IN: MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Obras Escolhidas**. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Omega 1980

FEIJÓ, Carmem A. do V. C.; CARVALHO, Paulo Gonzaga M. A Evolução Recente da Produtividade e do Emprego na Indústria Brasileira. **Revista Proposta**, n. 63, dezembro de 1994

FARIAS, Flávio Bezerra. **O Estado Capitalista Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, série Questões da Nossa Época, n. 73, 2000

FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (org.) **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2005

FERREIRA, Maria de Fátima S. & LEMOS, Mauro B. Localização Industrial e Fatos Estilizados da Nova Reconfiguração Espacial no Nordeste. IN: **Revista Econômica do Nordeste**. Vol.31, N. Especial, Fortaleza, nov. de 2000.

FERREIRA P.C. Infra-Estrutura Pública, Produtividade e Crescimento. EPGE **Ensaio Econômico**, nº 246, Setembro de 1994.

FIEP. **Cadastro das Indústrias do Estado da Paraíba – 1969**. FIEP. Campina Grande .1969

_____, **Cadastro das Indústrias do Estado da Paraíba – 1974**. FIEP. Campina Grande .1974

_____, **Cadastro das Indústrias do Estado da Paraíba – 1979**. FIEP. Campina Grande .1979

_____, **Cadastro das Indústrias do Estado da Paraíba – 1992**. FIEP. Campina Grande, 1992



_____, **ias do Estado da Paraíba – 2006**. FIEP. Campina

_____, **Documento de Referência**. Universidade Corporativa da Indústria da Paraíba.UCIP.FIEP, Campina Grande, 2004

FORTES, José A. Sá; SOARES, Rosa Maria S. de Melo. **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. UNB.Brasília 1996

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova cultural, Serie os Economistas, 1982

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 15ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.

_____, **O Brasil Pós-Milagre**. 8ª Ed. São Paulo: Paz e Terra - 1983

GALVÃO, Alexander P.; COCCO, Giuseppe. **Desenvolvimento Local e espaço Público: questões para a realidade brasileira**. Recife, FUNDAJ, 1999.

GASQUES, José Garcia, et. Al. Desempenho e Crescimento do Agronegócio no Brasil. **Texto para discussão**. N. 1009. IPEA, Brasília, fev. 2004. disponível em:<<
http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1009.pdf>> Acesso em 04 de junho de 2007

GORENDER, Jacob. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. In. **Estudos avançados**, 11 (29), 1997.

GAROFOLI, Giacchino, Los Sistemas de pequeñas empresas: una noción socioeconómica. IN: BENKO, George; LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que Ganan**, València: Alfons el Magnànim, 1994

GOODMANN, David; ALBUQUERQUE, Roberto C. **Incentivos a industrialização e desenvolvimento do Nordeste** – Série IPEA, Nº 20, Rio de Janeiro, 1974

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. São Paulo: EDUSP, 1997

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiave**.Porto Alegre: L&PM, 1996

GTDN. Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. IN: **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, vol.28, n. 04, out./dez. 1997

GUIMARÃES NETO. Leonardo. **Introdução à formação Econômica do Nordeste**. Recife: Massagana, 1989

_____, Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. In. **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 15, Brasília, 1997



os de desenvolvimento em um contexto regional. In: **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

HARVEY, D. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____, O trabalho, o Capital e o Conflito de Classes em torno do Ambiente Construído nas sociedades capitalistas avançadas. IN: **Espaço e Debates**, número 06, ano 02, São Paulo: Cortez, 1982

_____, **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998

_____, **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005

HIRATA, Helena. Fordismo e modelo japonês. In. **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. UNB, Brasília, 1996.

HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura 1981

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico do Brasil (1930-1960)** - Rio de Janeiro - Editora Civilização Brasileira - 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO PARANÁ (IBQP-PR) **Retratos da produtividade no Brasil**. Curitiba, IBQP-PR, 2000

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Industrial de 1960. Paraíba**. VII Recenseamento Geral do Brasil. Paraíba: IBGE, 1960. (Série Regional).

_____, **Censo Industrial. 1970. Paraíba**. VIII Recenseamento Geral do Brasil. Paraíba: IBGE, 1970. (Série Regional).

_____, **Censo Industrial. 1980. Paraíba**. IX Recenseamento Geral do Brasil. Paraíba: IBGE, 1980. (Série Regional).

_____, **Censo Demográfico**. 1991. (Microdados).

_____, **Censo Demográfico**. 2000 (Microdados).

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (IPEA), **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste**. IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR. Brasília:IPEA, 2001

LAUSSEN, J. R. A Respeito de pólos de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.



A relação democracia, desenvolvimento local e contexto da globalização. In. **Vivência**. Revista do _____, jan./dez. 1996

LEFÈBVRE, Henry., **O Direito a Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____, **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004

LEITE, José Alfredo A. - **Macroeconomia** - São Paulo: Atlas, 1994

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In. OLIVEIRA, Carlos Alonso de; MATTOSO, Jorge E. L.; SIQUEIRA NETO, José Francisco; OLIVEIRA, Marco Antonio, POCHMANN, Marcio (orgs.). **O mundo do trabalho. crise e mudança no final do século**. MTb, PNUD, CESIT, UNICAMP, SCRITTA, Campinas:Página Aberta, 1994

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. Ed. Abril Cultural, Serie Os Economistas – SP – 1982

_____, **Obras escolhidas**. Tomo I, II e III, São Paulo: Alfa-Omega, 1980 .

LIMA, Damião. **O processo de industrialização via incentivos fiscais: expansão e crise em Campina Grande**. Dissertação de Mestrado em Economia Ruara – UFPB – Campus II, Campina Grande - 1996

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988a.

_____, **Miragens e Milagres**. São Paulo: Nobel, 1988b

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Daniele. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates**. Rio de Janeiro: Cortez, ano VIII, n. 25, 1988

_____, Flexibilidad ofensiva, flexibilidad defensiva. Dos estrategias sociales en la producción de los nuevos espacios económicos. In: BENKO, George e LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que Ganar**, València: Alfons el Magnànim, 1994

LOJKINE, Jean. A análise marxista do Estado. IN: **Espaço e Debates**, número 01, ano 01, São Paulo, 1981a.

_____. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981b

LUXEMBURG. Rosa. **A Acumulação do Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1988

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: Nobel, 2002.

MAIA, Sabiniano. **Caminhos da Paraíba 1500 – 1978**. João Pessoa: A União 1978



inovador e sistemas territoriais de produção. **Revista do Local**. Vol.3, N.4, p, 9-16, Mar. 2002

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Nova Cultural, 1985

_____, **A crise do Capital. os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARIZ, Celso. **Evolução Econômica da Paraíba**. Ed. União - J. Pessoa - PB 1939

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes. 1983

_____, **O Capital, Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova cultural 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Obras Escolhidas**. Vol. I, II e III. São Paulo: Alfa-Omega 1980

MARTINELLI, Flavia & SCHOENBERGER, Erica. Los Oligopólios están bien, gracias. Elementos de reflexion sobre la acumulacion flexible. In. BENKO, George e LIPIETZ, Alain. **Lãs Regiones que Ganar**, Valência: Alfons el Magnànim, 1994

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1988

MATTOSO, Jorge E. L. **A desordem do Trabalho**. São Paulo: Página aberta, 1995

MELO. João Cardoso de. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982

MELO, Marcus A. B. C. de. Globalização, Crise do Estado e Metrôpoles no Brasil. IN: GONÇALVES, Maria Flora (org). **O Novo Brasil Urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto 1995

MILIBAND, Ralph. **O Estado e a Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972

MORAES, A. C. Robert; COSTA, W. Messias da. **Geografia Crítica: a valorização do Espaço**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOUTINHO, Lúcia M. G.; PORSSE, Alexandre A. Mudança estrutural na Relação entre Emprego e Produção no Setor Automobilístico. IN. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n. Especial, dez. 1999.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribaçã: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, jul.1990.

_____, **Elegia pra uma re(li)gião. SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981



_____ **Documentação da Nação**. Campinas: Unicamp.1998

_____ **Local de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC Campina Grande**, PB . SEBRAE, PaqTc-PB, Campina Grande, 2004<<disponível em <http://www.sebrae.com.br>>>acesso em 23 de fevereiro de 2007.

PARAÍBA, **Jornal do Desenvolvimento**. Informativo Semanal da coordenadoria de Comunicação do Estado da Paraíba. João Pessoa, ano I, n. 31, dezembro de 1996.

_____, **Decreto nº 17.252, de 27.12.1994: Legislação do FAIN – Fundo de Apoio e Incentivo à Indústria – CINEP**: disponível em <http://www.Paraíba.gov.br> . Acesso em 21.01.2008.

PAUGAN, Serge. **A desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003

PAULA, Luiz Fernando R. de. Reestruturação Industrial, Sistema Financeiro e Políticas de Estado: o ajustamento produtivo nos EUA e no Japão nos anos 1970 e 1980. **Cadernos da FCECA**. Campinas, PUCCAMP, v. 4, n. 01, jan/jun. 1995

PÊGO FILHO, B.; CÂNDIDO JUNIOR, J. O.; PEREIRA, F. **Investimentos e Financiamento da Infra-Estrutura no Brasil: 1990/2002**. IPEA. Texto para Discussão nº 680, Brasília, outubro de 1999.

PEREIRA, William E. N., **Intervenção do Setor Público no Nordeste**. Monografia de graduação em Economia - Universidade Federal da Paraíba - Campus II , atual UFCG - 1994.

_____, Wallig e Azaléia, qual será a próxima? **Jornal da Paraíba**, caderno de economia, pág. 02. 14 de junho de 1997.

_____, **A Evolução Econômica de Campina Grande: Uma Avaliação da Economia Municipal a partir do Comércio**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal da Paraíba. 1998

_____, Origens da Urbanização de um Entreposto Comercial Nordestino: o caso de Campina Grande. **Revista Tomo**. (2002) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFSE. Vol. Ano. N. 2004a

_____, Evolução Do Emprego Formal Nas Metrôpoles Nordestinas (1996/2003). **Cadernos de Economia**. Revista do Curso de Economia da Fundação Francisco Mascarenhas. Patos, PB, 2004 b

_____, Gênese de um processo de industrialização Municipal: o caso de Campina Grande. **X SEMINÁRIO DE PESQUISA DO CCSA - UNIVERSIDADE E DESAFIOS CONTEMPORANEOS**. UFRN. Natal, setembro de 2004c.



, Marconi Gomes, O Crescimento do Emprego Formal (1996/2003) In. MACAMBIRA, Júnior (org.) **O Mercado de Trabalho em Fortaleza**, Fortaleza, Imprensa universitária, 2006

PEREIRA, William E. N.; SILVA, Marconi Gomes; APOLINÁRIO, Valdênia. A Distribuição Espacial da Indústria Calçadista no Nordeste (1985/2005). In. MACAMBIRA, Júnior; SANTOS, Sandra Maria dos (org.) **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza, IDT, BNB, 2007

PERROUX, F. O Conceito de Pólo de Crescimento. . In: FAISSOL, Speridião (org.). **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

PIORE, Michael J.; SABEL, Charles F. **The Second industrial divide. Possibilities for prosperity**. New York. Basic Books, inc. Publishers, 1984

PMCG . **Perfil do Município de Campina Grande**. Campina Grande:Gráfica municipal. 1984

_____. **Livro do Município de Campina Grande**. Campina Grande:Gráfica municipal. 1984

_____, **Campina Grande em Dados -1985-1992**. Campina Grande: Gráfica Municipal, 1994

POCHMANN, Marcio. **O Trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999

POULANTZAS, Nicos (org.). **O Estado em Crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977

_____, **Estado, Poder e Socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982

ROSA, Antônio Lisboa Teles da, Emprego, Produtividade e Jornada de Trabalho na Indústria Brasileira Durante a Primeira Metade da Década de 1990. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. 02, p. 195-212, abr./jun. 1997

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. Críticas e Alternativas. São Paulo: Hucitec 1979

_____, . **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994

_____, **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996

_____, **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997

_____, **O Espaço do Cidadão**. 5ª ed. São Paulo: Nobel 2000



paço: técnica e tempo, razão e emoção. São

_____, **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Edusp, 2004

SASHKIN, Marshall, KISER, kenneth J. **Gestão da Qualidade Total na Prática**. Rio de Janeiro: Campus 1994.

SASSEN, Sasquia. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: estúdio Nobel. 1994

SCOTT, A.I.; STORPER, M. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: reconstrução teórica. **Espaço e debates**, São Paulo, 1988.

SILVA, Iranise Alves da Silva. **A crise da moradia**. A política Habitacional para as classes de baixa renda de Campina Grande – PB. Rio de Janeiro: Agir: João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1987.

SIMÕES, André. **Descentralização Federativa e “Desenvolvimento” Fragmentado: uma análise dos incentivos a atração de atividades econômicas nos municípios das regiões Sul e Nordeste**. Recife. V Encontro de Economistas de Língua Portuguesa – 5 a 7 de novembro de 2003

SORJ, Bernado. **Estado e Classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC de Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003

SOUZA, Celina. Regiões Metropolitanas: Trajetória e influencia das escolhas institucionais. IN: RIBEIRO, Luiz César de Q. (org.) **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: ed. Fundação Perseu Abramo, Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2004

SPOLIDORO, Roberto. As tecnópoles e a sociedade do conhecimento. In. **Padrões tecnológicos, trabalho e dinâmica espacial**. UNB, Brasília, 1996.

SWEEZY, Paul M. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976

TAVARES. Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro:Zahar, 1972.

VARSANO, Ricardo. A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde. In. **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 01, n. 01, Brasília, jun. de 1997



o de. **Ascensão e Queda da Economia Algodoeira do Estado de Paraíba (1907 - 1940)**. Dissertação de mestrado em Engenharia da Produção UFPB, João Pessoa, mimeo. 1980

VELTZ, Pierre. **Mundialización, ciudades y territorios. La economía de archipiélago**. Barcelona, Espanha: Ariel S.A., 1999

WOMACK, James P., JONES, Daniel T., ROOS, Daniel. **A máquina que mudou o mundo**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992

Sítios e outros documentos.

PARAÍBA, Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba.CAGEPA. Disponível em : <<http://www.cagepa.pb.gov.br/v3/artigo_view.php?id=217>> acesso em 01 de setembro de 2007.

MOURA, Rosa. OS DESAFIOS DA GESTÃO METROPOLITANA NO BRASIL . 2ª Conferencia Estadual das Cidades. 2005. texto PDF. Disponível em: <<<http://www.conferencia.cidades.pr.gov.br/>>> Acesso em 11 de julho de 2007

PARAÍBA. Obras no bairro da Glória serão iniciadas nesta quinta. Disponível em <http://portal.Paraiba.pb.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1067&Itemid=2>> Acesso em 23 de maio de 2007

PMCG, 2007. Disponível em<< <http://portal.pmcg.pb.gov.br/?page=132&parent=91>>> Acesso em 10 de julho de 2007

VERBER. Edson. Paraíba exporta mais de 100 produtos. Correio da Paraíba. Disponível em <<<http://www.onordeste.com.br/noticias/pParaiba35.html>>>. Acesso em 05 de julho de 2007

SBPC. Jornal da Ciência. (2003) Disponível em: <<<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=1720>>> Acesso em 09 de julho de 2008.

SEBRAE-PB, Incentivos Financeiros. Disponível em <http://www.sebraepb.com.br/interna.jsp?pagina=investindo_na_Paraiba_incentivos_financeiros> acesso em 30 de janeiro de 2008.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

APÊNDICES



Quadro 3.A

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto – 1962/1977

	BRASIL	NORDESTE
anos	variação anual	Variação anual
1962	5,2	5,0
1963	1,6	6,2
1964	2,9	6,9
1965	2,7	4,1
1966	3,8	3,9
1967	4,9	10,8
1968	11,2	9,5
1969	9,9	7,0
1970	8,8	2,1
1971	13,3	8,8
1972	11,7	7,5
1973	13,9	9,3
1974	9,8	7,9
1975	5,7	7,4
1976	9,2	6,7
1977	4,7	8,2
1978	6,0	6,9
1979	6,8	6,0
1980	9,2	5,1
1981	-4,3	-
1982	0,8	-
1983	-2,9	-
1984	5,4	-

fonte: Nordeste : análise conjuntural 1981 - BNB - n. 19

a economia na formação do emprego – 1985-1989

Sub-setores da economia	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	0,5	0,6	0,5	0,4	0,3
Indústria de produtos minerais não metálicos	2,7	3,0	2,4	2,0	1,9
Indústria metalúrgica	1,7	1,9	1,6	1,7	2,0
Indústria mecânica	1,0	0,8	0,8	0,5	0,4
Indústria do material elétrico e de comunicações	1,1	1,0	1,0	0,9	0,9
Indústria do material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria da madeira e do mobiliário	0,6	0,7	0,7	0,5	0,5
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,6	1,7	1,5	1,4	1,4
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	3,8	4,8	2,0	4,7	5,1
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	2,2	2,4	2,2	2,1	1,9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	3,8	4,8	3,8	3,3	3,8
Indústria de calçados	1,3	1,5	1,6	1,5	1,5
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	6,0	5,3	5,6	5,2	5,1
Serviços industriais de utilidade pública	3,4	3,3	3,1	3,0	1,9
Construção civil	4,0	3,4	4,5	5,0	4,5
Comércio varejista	15,2	16,2	14,4	13,9	14,3
Comércio atacadista	4,0	3,8	3,6	3,4	3,2
Instituições de crédito, seguros e capitalização	4,2	3,4	3,0	3,1	3,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	2,7	2,2	3,7	3,0	3,1
Transportes e comunicações	5,3	5,5	5,6	5,4	5,3
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	12,6	9,6	13,1	9,9	9,5
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,0	3,6	3,7	4,1	4,7
Ensino	2,2	2,1	2,4	2,0	1,8
Administração pública direta e autárquica	15,5	17,7	16,2	17,1	17,6
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Outros / ignorado	0,5	0,5	2,9	5,5	5,7
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



ro 3.C

QUANTIDADE DO EMPREGO FORMAL NOS SUB-SETORES DA ECONOMIA CAMPINENSE.

SUBSETOR DA ECONOMIA	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	22,4	-9,7	-19,6	-8,7	15,5
Indústria de produtos minerais não metálicos	17,2	-9,6	-14,9	-3,7	-12,1
Indústria metalúrgica	18,7	-9,8	16,0	12,5	10,8
Indústria mecânica	-15,3	6,2	-31,4	-11,9	-19,2
Indústria do material elétrico e de comunicações	4,3	10,4	-4,6	-9,9	14,0
Indústria do material de transporte	-	-75,0	-50,0	-100,0	-
Indústria da madeira e do mobiliário	14,4	11,2	-16,2	-16,1	-1,9
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	17,2	-4,5	-0,8	-3,3	-6,9
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	35,9	-53,3	137,3	8,2	-9,3
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	17,9	3,8	-1,2	-11,9	-10,5
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	37,3	-13,7	-8,8	14,7	-3,3
Indústria de calçados	30,2	11,7	-2,2	0,8	48,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	-4,4	14,7	-2,2	-3,1	6,7
Serviços industriais de utilidade pública	4,0	2,3	2,3	-36,3	9,6
Construção civil	-6,7	44,5	15,2	-9,3	14,1
Comércio varejista	15,4	-2,1	0,6	2,1	-2,8
Comércio atacadista	3,7	3,7	-3,0	-6,5	3,9
Instituições de crédito, seguros e capitalização	-10,6	-3,9	8,4	4,8	-9,5
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	-12,5	81,6	-15,3	1,9	4,9
Transportes e comunicações	12,2	12,4	-0,4	-1,1	-8,3
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	-17,0	49,0	-21,0	-5,0	0,7
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	-2,8	13,6	16,7	12,0	23,9
Ensino	1,4	28,7	-13,3	-10,7	18,4
Administração pública direta e autárquica	23,0	0,6	10,3	2,1	4,9
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	21,3	13,5	-33,3	17,9	10,6
Outros / ignorado	11,3	564,9	98,6	1,9	16,4
TOTAL GERAL	8,2	9,8	4,1	-0,8	3,5

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Anexo 3.D

EMPREGO FORMAL ANUAL NOS SUB-SETORES DA ECONOMIA CAMPINENSE.

RAMOS DA ECONOMIA	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	143	175	158	127	116
Indústria de produtos minerais não metálicos	778	912	824	701	675
Indústria metalúrgica	491	583	526	610	686
Indústria mecânica	287	243	258	177	156
Indústria do material elétrico e de comunicações	304	317	350	334	301
Indústria do material de transporte	0	8	2	1	0
Indústria da madeira e do mobiliário	180	206	229	192	161
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	459	538	514	510	493
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.094	1.487	695	1.649	1.785
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	619	730	758	749	660
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.087	1.492	1.287	1.174	1.347
Indústria de calçados	367	478	534	522	526
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.717	1.641	1.883	1.842	1.784
Serviços industriais de utilidade pública	974	1.013	1.036	1.060	675
Construção civil	1.128	1.052	1.520	1.751	1.589
TOTAL INDUSTRIA	9.628	10.875	10.574	11.399	10.954
Comércio varejista	4.326	4.994	4.889	4.919	5.023
Comércio atacadista	1.144	1.186	1.230	1.193	1.115
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1.187	1.061	1.020	1.106	1.159
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	782	684	1.242	1.052	1.072
Transportes e comunicações	1.504	1.688	1.898	1.890	1.869
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	3.586	2.978	4.438	3.504	3.330
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.130	1.098	1.247	1.455	1.630
Ensino	636	645	830	720	643
Administração pública direta e autárquica	4.432	5.452	5.487	6.052	6.178
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	61	74	84	56	66
Outros / ignorado	133	148	984	1.954	1.991
TOTAL SERVIÇOS + AGRICULTURA	18.921	20.008	23.349	23.901	24.076
TOTAL GERAL	28.549	30.883	33.923	35.300	35.030

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Quadro 3.E

Número de estabelecimentos por sub-setor da economia em Campina Grande

TOTAL DOS ESTABELECEMENTOS POR SU-BSETOR	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	5	8	7	6	7
Indústria de produtos minerais não metálicos	19	20	28	26	27
Indústria metalúrgica	21	32	28	23	27
Indústria mecânica	13	12	13	15	14
Indústria do material elétrico e de comunicações	6	5	6	6	7
Indústria do material de transporte	0	3	3	1	1
Indústria da madeira e do mobiliário	35	36	42	38	34
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	18	22	23	23	21
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	21	21	20	21	19
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	15	17	21	20	19
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	37	42	46	51	46
Indústria de calçados	12	21	19	16	15
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	87	89	88	90	83
Serviços industriais de utilidade pública	4	5	5	4	5
Construção civil	40	49	49	58	113
Comércio varejista	645	683	737	752	772
Comércio atacadista	167	176	170	173	162
Instituições de crédito, seguros e capitalização	25	24	22	25	28
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	127	131	129	123	135
Transportes e comunicações	84	81	89	88	80
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	189	207	238	225	219
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	73	72	55	53	71
Ensino	36	34	36	38	36
Administração pública direta e autárquica	10	12	12	10	9
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	14	15	14	11	17
Outros / ignorado	6	10	234	313	185
Total	1.709	1.827	2.134	2.209	2.152

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Quadro 3.F

Participação no total dos estabelecimentos de Campina Grande.

TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS POR SUBSETOR	1985	1986	1987	1988	1989
Extrativa mineral	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3
Indústria de produtos minerais não metálicos	1,1	1,1	1,3	1,2	1,3
Indústria metalúrgica	1,2	1,8	1,3	1,0	1,3
Indústria mecânica	0,8	0,7	0,6	0,7	0,7
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3
Indústria do material de transporte	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0
Indústria da madeira e do mobiliário	2,0	2,0	2,0	1,7	1,6
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1,1	1,2	1,1	1,0	1,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1,2	1,1	0,9	1,0	0,9
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	0,9	0,9	1,0	0,9	0,9
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2,2	2,3	2,2	2,3	2,1
Indústria de calçados	0,7	1,1	0,9	0,7	0,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	5,1	4,9	4,1	4,1	3,9
Serviços industriais de utilidade pública	0,2	0,3	0,2	0,2	0,2
Construção civil	2,3	2,7	2,3	2,6	5,3
Comércio varejista	37,7	37,4	34,5	34,0	35,9
Comércio atacadista	9,8	9,6	8,0	7,8	7,5
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1,5	1,3	1,0	1,1	1,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	7,4	7,2	6,0	5,6	6,3
Transportes e comunicações	4,9	4,4	4,2	4,0	3,7
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	11,1	11,3	11,2	10,2	10,2
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	4,3	3,9	2,6	2,4	3,3
Ensino	2,1	1,9	1,7	1,7	1,7
Administração pública direta e autárquica	0,6	0,7	0,6	0,5	0,4
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	0,8	0,8	0,7	0,5	0,8
Outros / ignorado	0,4	0,5	11,0	14,2	8,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Quadro 4.7A
Número de Estabelecimentos Industriais nos Estados Brasileiros, Segundo o Número de Empregados em 1985

1985	ZERO EMPREG.	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	TOTAL
Rondônia	41	223	109	71	52	17	12	4	2	2	533
Acre	4	39	21	25	18	4	3	2	0	0	116
Amazonas	33	190	133	116	109	47	51	31	23	11	744
Roraima	2	15	4	2	5	2	1	1	0	0	32
Para	80	446	338	318	214	89	63	23	14	7	1.592
Amapá	5	30	18	9	11	4	5	3	1	1	87
Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Maranhão	60	363	145	93	75	36	23	9	2	4	810
Piauí	28	288	98	60	52	18	14	5	3	2	568
Ceara	139	817	445	366	294	111	65	45	25	15	2.322
Rio Grande do Norte	60	335	172	106	83	36	30	20	4	10	856
Paraíba	60	428	236	149	107	42	37	15	14	4	1.092
Pernambuco	179	1.185	607	453	361	150	110	57	41	38	3.181
Alagoas	38	227	126	69	67	28	23	12	12	16	618
Sergipe	16	192	118	55	62	23	11	14	9	3	503
Bahia	152	1.162	659	455	364	143	103	62	34	17	3.151
Minas Gerais	1.535	7.906	3.079	2.020	1.501	522	420	168	86	45	17.282
Espírito Santo	256	1.110	517	359	267	65	57	19	10	11	2.671
Rio de Janeiro	1.004	6.111	3.209	2.281	1.762	691	522	215	100	71	15.966
São Paulo	3.112	18.382	10.076	8.560	7.714	3.428	2.735	1.099	513	317	55.936
Paraná	952	4.440	1.929	1.472	1.129	381	263	113	48	18	10.745
Santa Catarina	598	3.365	1.557	1.224	951	357	272	116	65	52	8.557
Rio Grande do Sul	1.444	6.685	2.704	1.902	1.478	708	594	289	131	56	15.991
Mato Grosso do Sul	123	631	268	188	128	26	12	7	3	3	1.389
Mato Grosso	111	571	212	162	97	29	13	6	2	3	1.206
Goiás	252	1.555	579	359	230	84	36	22	5	8	3.130
Distrito Federal	59	263	145	106	73	22	13	7	0	4	692
Total	10.343	56.959	27.504	20.980	17.204	7.063	5.488	2.364	1.147	718	149.770

Fonte: RAIS/MTE



Quadro 4.B
Número de Estabelecimentos Industriais nos Estados Brasileiros, Segundo o Número de Empregados em 2005

2005	ZERO EMPREG.	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	TOTAL
Rondônia	171	760	326	336	248	62	25	5	4	0	1.937
Acre	34	180	59	57	47	10	4	2	0	0	393
Amazonas	86	453	322	238	224	113	99	42	31	20	1.628
Roraima	17	89	30	23	20	4	1	2	0	0	186
Para	287	1.200	689	637	537	202	117	43	16	7	3.735
Amapá	20	122	41	48	18	5	12	1	1	0	268
Tocantins	100	500	158	133	74	19	9	6	0	1	1.000
Maranhão	125	805	316	255	166	61	36	11	6	0	1.781
Piauí	126	801	375	259	137	48	25	5	4	2	1.782
Ceara	625	3.003	1.457	1.069	762	268	146	54	26	20	7.430
Rio Grande do Norte	191	1.107	504	396	310	98	43	19	10	7	2.685
Paraíba	152	1.078	569	363	219	80	60	27	5	9	2.562
Pernambuco	480	3.149	1.500	980	697	207	92	59	17	23	7.204
Alagoas	78	607	247	157	129	44	16	10	6	25	1.319
Sergipe	107	660	337	180	144	56	29	30	7	3	1.553
Bahia	643	3.828	1.493	1.125	761	277	196	52	28	18	8.421
Minas Gerais	3.424	16.262	7.146	4.982	3.356	1.182	624	226	94	55	37.351
Espírito Santo	525	2.336	1.270	1.056	718	207	92	37	14	6	6.261
Rio de Janeiro	1.056	6.066	3.248	2.441	1.755	602	332	148	52	39	15.739
São Paulo	5.778	31.853	16.624	14.138	10.376	4.011	2.338	922	375	187	86.602
Paraná	2.521	10.831	4.770	3.579	2.474	892	483	171	73	43	25.837
Santa Catarina	2.265	11.270	5.200	3.673	2.368	861	450	158	78	40	26.363
Rio Grande do Sul	3.413	15.640	5.815	3.974	2.526	1.071	692	229	125	52	33.537
Mato Grosso do Sul	288	1.266	470	326	236	75	48	26	7	6	2.748
Mato Grosso	502	1.974	862	720	413	111	54	23	10	8	4.677
Goiás	912	4.286	1.804	1.185	781	237	128	33	21	18	9.405
Distrito Federal	184	925	371	236	151	42	26	6	5	5	1.951
Total	24.110	121.051	56.003	42.566	29.647	10.845	6.177	2.347	1.015	594	294.355

Fonte: RAIS/MTE



Quadro 4.C

Distribuição Relativa dos Estabelecimentos Industriais nos Estados Brasileiros, Segundo o Número de Empregados em 1985

1985	Zero EMPRE G.	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	TOTAL
Rondônia	7,7	41,8	20,5	13,3	9,8	3,2	2,3	0,8	0,4	0,4	100,0
Acre	3,4	33,6	18,1	21,6	15,5	3,4	2,6	1,7	0,0	0,0	100,0
Amazonas	4,4	25,5	17,9	15,6	14,7	6,3	6,9	4,2	3,1	1,5	100,0
Roraima	6,3	46,9	12,5	6,3	15,6	6,3	3,1	3,1	0,0	0,0	100,0
Para	5,0	28,0	21,2	20,0	13,4	5,6	4,0	1,4	0,9	0,4	100,0
Amapá	5,7	34,5	20,7	10,3	12,6	4,6	5,7	3,4	1,1	1,1	100,0
Maranhão	7,4	44,8	17,9	11,5	9,3	4,4	2,8	1,1	0,2	0,5	100,0
Piauí	4,9	50,7	17,3	10,6	9,2	3,2	2,5	0,9	0,5	0,4	100,0
Ceara	6,0	35,2	19,2	15,8	12,7	4,8	2,8	1,9	1,1	0,6	100,0
Rio Grande do Norte	7,0	39,1	20,1	12,4	9,7	4,2	3,5	2,3	0,5	1,2	100,0
Paraíba	5,5	39,2	21,6	13,6	9,8	3,8	3,4	1,4	1,3	0,4	100,0
Pernambuco	5,6	37,3	19,1	14,2	11,3	4,7	3,5	1,8	1,3	1,2	100,0
Alagoas	6,1	36,7	20,4	11,2	10,8	4,5	3,7	1,9	1,9	2,6	100,0
Sergipe	3,2	38,2	23,5	10,9	12,3	4,6	2,2	2,8	1,8	0,6	100,0
Bahia	4,8	36,9	20,9	14,4	11,6	4,5	3,3	2,0	1,1	0,5	100,0
Minas Gerais	8,9	45,7	17,8	11,7	8,7	3,0	2,4	1,0	0,5	0,3	100,0
Espírito Santo	9,6	41,6	19,4	13,4	10,0	2,4	2,1	0,7	0,4	0,4	100,0
Rio de Janeiro	6,3	38,3	20,1	14,3	11,0	4,3	3,3	1,3	0,6	0,4	100,0
São Paulo	5,6	32,9	18,0	15,3	13,8	6,1	4,9	2,0	0,9	0,6	100,0
Paraná	8,9	41,3	18,0	13,7	10,5	3,5	2,4	1,1	0,4	0,2	100,0
Santa Catarina	7,0	39,3	18,2	14,3	11,1	4,2	3,2	1,4	0,8	0,6	100,0
Rio Grande do Sul	9,0	41,8	16,9	11,9	9,2	4,4	3,7	1,8	0,8	0,4	100,0
Mato Grosso do Sul	8,9	45,4	19,3	13,5	9,2	1,9	0,9	0,5	0,2	0,2	100,0
Mato Grosso	9,2	47,3	17,6	13,4	8,0	2,4	1,1	0,5	0,2	0,2	100,0
Goiás	8,1	49,7	18,5	11,5	7,3	2,7	1,2	0,7	0,2	0,3	100,0
Distrito Federal	8,5	38,0	21,0	15,3	10,5	3,2	1,9	1,0	0,0	0,6	100,0
Total	6,9	38,0	18,4	14,0	11,5	4,7	3,7	1,6	0,8	0,5	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Quadro 4.D

Distribuição Relativa dos Estabelecimentos Industriais nos Estados Brasileiros, Segundo o Número de Empregados em 2005

2005	0 EMPREGADOS	ATE 4	DE 5 A 9	DE 10 A 19	DE 20 A 49	DE 50 A 99	DE 100 A 249	DE 250 A 499	DE 500 A 999	1000 OU MAIS	TOTAL
Rondônia	8,8	39,2	16,8	17,3	12,8	3,2	1,3	0,3	0,2	0,0	100,0
Acre	8,7	45,8	15,0	14,5	12,0	2,5	1,0	0,5	0,0	0,0	100,0
Amazonas	5,3	27,8	19,8	14,6	13,8	6,9	6,1	2,6	1,9	1,2	100,0
Roraima	9,1	47,8	16,1	12,4	10,8	2,2	0,5	1,1	0,0	0,0	100,0
Paraíba	7,7	32,1	18,4	17,1	14,4	5,4	3,1	1,2	0,4	0,2	100,0
Amapá	7,5	45,5	15,3	17,9	6,7	1,9	4,5	0,4	0,4	0,0	100,0
Tocantins	10,0	50,0	15,8	13,3	7,4	1,9	0,9	0,6	0,0	0,1	100,0
Maranhão	7,0	45,2	17,7	14,3	9,3	3,4	2,0	0,6	0,3	0,0	100,0
Piauí	7,1	44,9	21,0	14,5	7,7	2,7	1,4	0,3	0,2	0,1	100,0
Ceará	8,4	40,4	19,6	14,4	10,3	3,6	2,0	0,7	0,3	0,3	100,0
Rio Grande do Norte	7,1	41,2	18,8	14,7	11,5	3,6	1,6	0,7	0,4	0,3	100,0
Paraíba	5,9	42,1	22,2	14,2	8,5	3,1	2,3	1,1	0,2	0,4	100,0
Pernambuco	6,7	43,7	20,8	13,6	9,7	2,9	1,3	0,8	0,2	0,3	100,0
Alagoas	5,9	46,0	18,7	11,9	9,8	3,3	1,2	0,8	0,5	1,9	100,0
Sergipe	6,9	42,5	21,7	11,6	9,3	3,6	1,9	1,9	0,5	0,2	100,0
Bahia	7,6	45,5	17,7	13,4	9,0	3,3	2,3	0,6	0,3	0,2	100,0
Minas Gerais	9,2	43,5	19,1	13,3	9,0	3,2	1,7	0,6	0,3	0,1	100,0
Espírito Santo	8,4	37,3	20,3	16,9	11,5	3,3	1,5	0,6	0,2	0,1	100,0
Rio de Janeiro	6,7	38,5	20,6	15,5	11,2	3,8	2,1	0,9	0,3	0,2	100,0
São Paulo	6,7	36,8	19,2	16,3	12,0	4,6	2,7	1,1	0,4	0,2	100,0
Paraná	9,8	41,9	18,5	13,9	9,6	3,5	1,9	0,7	0,3	0,2	100,0
Santa Catarina	8,6	42,7	19,7	13,9	9,0	3,3	1,7	0,6	0,3	0,2	100,0
Rio Grande do Sul	10,2	46,6	17,3	11,8	7,5	3,2	2,1	0,7	0,4	0,2	100,0
Mato Grosso do Sul	10,5	46,1	17,1	11,9	8,6	2,7	1,7	0,9	0,3	0,2	100,0
Mato Grosso	10,7	42,2	18,4	15,4	8,8	2,4	1,2	0,5	0,2	0,2	100,0
Goiás	9,7	45,6	19,2	12,6	8,3	2,5	1,4	0,4	0,2	0,2	100,0
Distrito Federal	9,4	47,4	19,0	12,1	7,7	2,2	1,3	0,3	0,3	0,3	100,0
Total	8,2	41,1	19,0	14,5	10,1	3,7	2,1	0,8	0,3	0,2	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Indústria por Faixas de Salários Mínimos – Números Absolutos -

FAIXA DE RENDIMENTO EM DEZEMBRO - Salários mínimos	0-1	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	mais de 10,01	IGN.	TOTAL
Extrativa mineral	6	115	5	7	1	9	143
Indústria de produtos minerais não metálicos	83	572	64	16	10	33	778
Indústria metalúrgica	65	379	15	10	2	20	491
Indústria mecânica	68	174	10	6	1	28	287
Indústria do material elétrico e de comunicações	65	223	5	6	1	4	304
Indústria do material de transporte	0	0	0	0	0	0	0
Indústria da madeira e do mobiliário	104	66	0	0	0	10	180
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	156	270	17	9	0	7	459
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	177	817	50	32	7	11	1.094
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	160	348	53	31	9	18	619
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	78	949	18	20	1	21	1.087
Indústria de calçados	18	336	4	2	3	4	367
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	213	1.322	103	39	19	21	1.717
Serviços industriais de utilidade pública	0	454	250	196	71	3	974
Construção civil	299	320	13	6	1	489	1.128
Total	1.492	6.345	607	380	126	678	9.628

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 5.B

Distribuição dos Trabalhadores da Indústria por Faixas de Salários Mínimos – Números Relativos - 1985

FAIXA DE RENDIMENTO EM DEZEMBRO Salários mínimos	0-1	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	mais de 10,01	IGN.	TOTAL
Extrativa mineral	4,2	80,4	3,5	4,9	0,7	6,3	100,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	10,7	73,5	8,2	2,1	1,3	4,2	100,0
Indústria metalúrgica	13,2	77,2	3,1	2,0	0,4	4,1	100,0
Indústria mecânica	23,7	60,6	3,5	2,1	0,3	9,8	100,0
Indústria do material elétrico e de comunicações	21,4	73,4	1,6	2,0	0,3	1,3	100,0
Indústria do material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria da madeira e do mobiliário	57,8	36,7	0,0	0,0	0,0	5,6	100,0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	34,0	58,8	3,7	2,0	0,0	1,5	100,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	16,2	74,7	4,6	2,9	0,6	1,0	100,0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	25,8	56,2	8,6	5,0	1,5	2,9	100,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	7,2	87,3	1,7	1,8	0,1	1,9	100,0
Indústria de calçados	4,9	91,6	1,1	0,5	0,8	1,1	100,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	12,4	77,0	6,0	2,3	1,1	1,2	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	0,0	46,6	25,7	20,1	7,3	0,3	100,0
Construção civil	26,5	28,4	1,2	0,5	0,1	43,4	100,0
Total	15,5	65,9	6,3	3,9	1,3	7,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Indústria por Faixas de Salários Mínimos – Números Absolutos –

FAIXA DE RENDIMENTO EM DEZEMBRO Salários mínimos	0-1	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	mais de 10,01	IGN.	TOTAL
Extrativa mineral	4	123	12	4	1	1	145
Indústria de produtos minerais não metálicos	35	357	40	19	4	5	460
Indústria metalúrgica	19	532	39	16	6	10	622
Indústria mecânica	6	117	10	2	1	0	136
Indústria do material elétrico e de comunicações	1	259	18	10	2	0	290
Indústria do material de transporte	0	56	3	0	0	0	59
Indústria da madeira e do mobiliário	23	315	6	1	2	8	355
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	40	647	101	43	9	11	851
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	56	370	12	10	0	4	452
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	13	869	87	30	17	8	1.024
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	58	1.964	149	112	26	36	2.345
Indústria de calçados	45	3.182	246	85	55	60	3.673
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	75	1.435	88	29	4	28	1.659
Serviços industriais de utilidade pública	0	237	125	292	129	5	788
Construção civil	28	1.629	40	24	3	37	1.761
Total	403	12.092	976	677	259	213	14.620

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 5.D

Distribuição dos Trabalhadores da Indústria por Faixas de Salários Mínimos – Números Relativos - 2004

FAIXA DE RENDIMENTO EM DEZEMBRO Salários mínimos	0-1	1,01 a 3,0	3,01 a 5,0	5,01 a 10,0	mais de 10,01	IGN.	TOTAL
Extrativa mineral	2,8	84,8	8,3	2,8	0,7	0,7	100,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	7,6	77,6	8,7	4,1	0,9	1,1	100,0
Indústria metalúrgica	3,1	85,5	6,3	2,6	1,0	1,6	100,0
Indústria mecânica	4,4	86,0	7,4	1,5	0,7	0,0	100,0
Indústria do material elétrico e de comunicações	0,3	89,3	6,2	3,4	0,7	0,0	100,0
Indústria do material de transporte	0,0	94,9	5,1	0,0	0,0	0,0	100,0
Indústria da madeira e do mobiliário	6,5	88,7	1,7	0,3	0,6	2,3	100,0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4,7	76,0	11,9	5,1	1,1	1,3	100,0
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	12,4	81,9	2,7	2,2	0,0	0,9	100,0
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	1,3	84,9	8,5	2,9	1,7	0,8	100,0
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	2,5	83,8	6,4	4,8	1,1	1,5	100,0
Indústria de calçados	1,2	86,6	6,7	2,3	1,5	1,6	100,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	4,5	86,5	5,3	1,7	0,2	1,7	100,0
Serviços industriais de utilidade pública	0,0	30,1	15,9	37,1	16,4	0,6	100,0
Construção civil	1,6	92,5	2,3	1,4	0,2	2,1	100,0
Total	2,8	82,7	6,7	4,6	1,8	1,5	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Nas tabelas de 3.12 a 3.14, as letras do alfabeto corresponde aos seguintes segmentos industriais.

- A = INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL
- B = INDÚSTRIA DE PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS
- C = INDÚSTRIA METAL-MECÂNICA
- D = INDÚSTRIA DO MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES
- E = INDÚSTRIA DO MATERIAL DE TRANSPORTE
- F = INDÚSTRIA DA MADEIRA E DO MOBILIÁRIO
- G = INDÚSTRIA DO PAPEL, PAPELÃO, EDITORIAL E GRÁFICA
- H = INDÚSTRIA DA BORRACHA, FUMO, C OUROS, PELES, SIMILARES E DIVERSAS.
- I = INDÚSTRIA QUÍMICA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, VETERINÁRIOS, PERFUMARIA, ETC.,...
- J = INDÚSTRIA DE MATERIAIS PLÁSTICOS
- L = INDÚSTRIA TÊXTIL, DO VESTUÁRIO E ARTEFATOS DE TECIDOS
- M = INDÚSTRIA DE CALÇADOS
- N = INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, BEBIDAS E ÁLCOOL ETÍLICO.
- O = SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA
- P = SERVIÇOS DE REPAÇÃO E MANUTENÇÃO
- Q = INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL
- R = INDÚSTRIA DA INFORMÁTICA

As cores correspondem ao nível de concentração do emprego e da indústria.

nulo	baixo	média	alta	elevada
------	-------	-------	------	---------

TABELA 5.F

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, SEGUNDO SUBSETORES, NOS BAIRROS DE CAMPINA GRANDE – 2006 - %																		
BAIROS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	TOTAL
Alto Branco	0,00	7,14	0,00	0,00	7,69	1,96	0,00	13,04	3,13	0,00	8,85	2,47	2,84	0,00	0,00	4,17	0,00	3,38
Araxá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
Bela Vista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3,77	4,35	0,00	0,00	0,88	1,23	0,57	0,00	0,00	1,04	0,00	0,79
Bodocongó	14,29	9,52	2,70	0,00	0,00	1,96	3,77	0,00	3,13	0,00	5,31	4,94	6,82	0,00	0,00	7,29	12,50	4,73
Castelo Branco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Catingueira -Acacio de Figueiredo	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13,04	3,13	0,00	0,00	2,47	1,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1,01
Catolé	0,00	9,52	4,05	5,56	7,69	15,69	0,00	8,70	18,75	5,56	19,47	1,23	6,82	50,00	3,57	13,54	0,00	8,78
Centenário	7,14	0,00	2,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,77	1,23	1,70	0,00	0,00	2,08	0,00	1,24
Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
Centro	21,43	9,52	13,51	33,33	23,08	23,53	52,83	26,09	15,63	11,11	8,85	2,47	15,91	0,00	21,43	31,25	37,50	18,69
Conceição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,89	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	2,27	0,00	3,57	0,00	0,00	0,90
Continental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro	0,00	7,14	2,70	0,00	0,00	3,92	1,89	0,00	3,13	5,56	3,54	0,00	4,55	0,00	0,00	3,13	0,00	2,93
Cuités	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11
Dinamerica	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,23	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
Distrito Industrial	57,14	11,90	27,03	22,22	7,69	5,88	1,89	21,74	12,50	33,33	7,08	11,11	4,55	50,00	3,57	2,08	12,50	10,59
Estação Velha	0,00	0,00	1,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,56	1,77	0,00	1,70	0,00	1,79	1,04	0,00	1,13
Itararé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lauritzen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liberdade	0,00	2,38	9,46	0,00	0,00	17,65	5,66	0,00	12,50	13,89	5,31	7,41	7,95	0,00	5,36	4,17	0,00	6,98
Louzeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jardim Paulistano	0,00	0,00	6,76	11,11	23,08	7,84	0,00	4,35	3,13	2,78	7,96	4,94	2,84	0,00	25,00	2,08	0,00	5,74
Jardim Tavares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jeremias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34
José Pinheiro	0,00	2,38	1,35	11,11	7,69	1,96	3,77	0,00	3,13	0,00	3,54	24,69	6,25	0,00	1,79	0,00	0,00	5,07
Malvinas	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	1,96	1,89	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	6,25	0,00	0,00	0,00	0,00	1,69
Mirante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,89	0,00	0,00	0,00	1,77	0,00	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,45
Monte Castelo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	1,23	1,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,56
Monte Santo	0,00	0,00	2,70	0,00	7,69	3,92	0,00	0,00	0,00	5,56	1,77	2,47	2,27	0,00	7,14	1,04	0,00	2,25
Nações	0,00	2,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00	2,08	0,00	0,45

TABELA 5.G

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS BAIRROS DE CAMPINA GRANDE – 1992 - %																
BAIROS	A	B	C	D	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	TOTAL
Alto Branco	0,00	1,83	0,17	0,00	12,76	0,53	0,00	0,00	0,00	3,67	0,12	0,76	0,00	0,00	9,73	2,44
Araxá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18
Bela Vista	0,00	0,00	0,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00	0,25	0,00	0,00	0,11	0,17
Bodocongó	1,33	19,72	2,74	0,40	3,06	32,69	49,27	33,33	0,00	19,07	5,19	3,95	0,00	0,71	0,58	8,51
Castelo Branco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,31
Catingueira	1,33	0,00	0,00	0,00	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17	0,00	0,00	0,00	0,04
Catolé	0,00	1,53	0,77	0,00	3,06	0,88	0,87	40,00	0,00	4,97	1,21	3,65	100,00	21,58	2,70	6,56
Centenário	0,00	1,07	1,54	0,00	3,57	0,00	0,58	0,00	0,00	0,23	0,56	0,72	0,00	0,14	5,55	1,32
Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Centro	12,00	0,00	11,37	4,84	18,88	38,14	22,74	2,38	2,81	13,60	1,57	24,10	0,00	28,77	51,24	18,56
Conceição	0,00	0,00	3,59	0,00	0,00	0,70	0,00	0,00	0,00	0,28	0,00	0,34	0,00	0,85	0,00	0,47
Continental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro	0,00	3,06	0,17	0,00	1,02	1,58	1,46	6,67	0,35	0,34	0,00	0,89	0,00	0,14	1,00	0,75
Cuités	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamerica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distrito Industrial	6,67	61,16	54,27	76,61	8,67	4,92	2,62	10,48	57,47	30,02	73,27	1,57	0,00	0,00	3,97	29,77
Estação Velha	0,00	0,00	0,00	0,00	1,28	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	1,55	0,00	0,13
Itararé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lauritzen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liberdade	68,00	0,76	1,71	0,00	6,89	1,05	0,00	0,00	25,31	1,75	0,08	1,91	0,00	3,10	9,52	3,86
Louzeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jardim Paulistano	0,00	1,07	3,25	0,00	6,89	1,23	0,00	0,00	0,00	1,64	0,00	2,46	0,00	16,64	0,00	2,06
Jardim Tavares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jeremias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,38	0,00	0,00	0,00	0,07
José Pinheiro	0,00	0,31	1,71	0,00	2,30	0,00	0,00	3,81	0,35	7,05	5,80	2,72	0,00	19,61	0,00	3,71
Malvinas	0,00	1,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,40	0,00	1,32	0,00	0,00	0,32	0,38
Mirante	0,00	0,00	9,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3,28	1,34
Monte Castelo	0,00	0,00	1,11	1,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,34	0,28	0,51	0,00	0,00	0,00	0,30
Monte Santo	0,00	0,92	0,00	0,00	6,38	1,93	3,79	0,00	3,34	0,85	6,56	1,53	0,00	2,26	0,00	2,20

TABELA 5.H

DISTRIBUIÇÃO RELATIVA DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS BAIRROS DE CAMPINA GRANDE – 2006 - %																		
BAIRROS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	TOTAL
Alto Branco	0,00	2,11	0,00	0,00	1,39	1,37	0,00	3,94	0,93	0,00	2,92	0,60	6,30	0,00	0,00	2,53	0,00	1,66
Araxá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Bela Vista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,18	1,41	0,00	0,00	0,30	0,20	0,06	0,00	0,00	0,09	0,00	0,25
Bodocongó	1,11	4,16	0,99	0,00	0,00	0,68	37,24	0,00	4,63	0,00	5,67	0,98	4,06	0,00	0,00	1,46	32,47	4,14
Castelo Branco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Catingueira	0,00	0,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10,70	4,63	0,00	0,00	0,84	0,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,58
Catolé	0,00	0,59	9,64	0,89	5,56	25,34	0,00	3,10	19,91	1,89	5,90	0,66	5,15	74,63	8,87	5,74	0,00	4,60
Centenário	0,83	0,00	0,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,65	0,91	0,00	0,00	0,21	0,00	0,37
Cidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Centro	11,27	1,24	3,96	5,93	51,39	17,47	40,60	21,97	13,43	7,80	7,95	0,14	13,93	0,00	37,11	25,95	49,35	10,25
Conceição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,18	0,00	0,00	0,00	0,17	0,00	1,09	0,00	1,44	0,00	0,00	0,15
Continental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro	0,00	0,54	1,61	0,00	0,00	1,03	0,09	0,00	1,85	0,89	0,46	0,00	6,12	0,00	0,00	2,96	0,00	1,05
Cuités	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,07
Dinamerica	0,00	0,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,15	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10
Distrito Industrial	86,79	3,68	58,22	55,49	8,33	34,59	7,18	51,55	20,83	30,96	64,78	80,34	7,51	25,37	1,86	1,58	3,90	45,25
Estação Velha	0,00	0,00	1,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,56	0,36	0,00	0,48	0,00	0,62	0,04	0,00	0,29
Itararé	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lauritzen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liberdade	0,00	0,49	4,08	0,00	0,00	0,00	1,18	0,00	4,17	48,33	0,60	0,90	5,94	0,00	1,86	2,57	0,00	3,61
Louzeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
J.Paulistano	0,00	0,00	1,98	5,93	6,94	0,00	0,00	3,94	2,78	2,23	1,66	0,29	2,73	0,00	9,48	0,34	0,00	1,18
Jardim Tavares	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jeremias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09
José Pinheiro	0,00	0,05	2,35	25,82	1,39	0,34	0,54	0,00	1,85	0,00	1,19	2,98	4,54	0,00	4,33	0,00	0,00	2,12
Malvinas	0,00	0,22	0,00	0,00	0,00	0,68	0,09	0,00	0,00	0,00	0,07	0,00	2,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,24
Mirante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,54	0,00	0,00	0,00	1,13	0,00	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32
Monte Castelo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,13	0,39	0,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,17

Tabela 5.I

DISTRIBUIÇÃO INTRAMUNICIPAL DA INDÚSTRIA EM CAMPINA GRANDE - 1992																
BAIRROS - SUBSETOR DA INDÚSTRIA	A	B	C	D	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	Total
Alto Branco		4	1		3	1				16	2	5			6	38
Araxá								1								1
Bela Vista			2							1		2			1	6
Bodocongó	1	7	8	1	2	2	6	3		10	2	11		3	1	57
Castelo Branco										2						2
Catingueira - Acacio de Figueiredo	1				1							2				4
Catolé		5	4		3	2	1	4		18	3	10	1	4	7	62
Centenário		3	6		3		1			2	1	5		1	2	24
Cidades																
Centro	2		19	2	18	21	7	2	4	46	2	30		23	22	198
Conceição			3			1				1		3		2		10
Continental																
Cruzeiro		3	3		2	4	1	3	1	3		6		1	4	31
Cuités																
Dinamerica																
Dist. Industrial-VELAME	4	7	18	4	5	1	3	3	3	5	6	4			3	66
Estação Velha					1	1						1		2		0
Itararé																
Lauritzen																
Liberdade	1	2	5		8	1			2	3	1	8		8	6	45
Louzeiro																
Jardim Paulistano		1	9		7	1				7		8		57		90
Jardim Tavares																
Jeremias												2				2
José Pinheiro		1	4		3			1	1	3	16	11		7		47
Malvinas		3										8			1	12
Mirante			1							1		0			1	3

Tabela 5.J

DISTRIBUIÇÃO INTRAMUNICIPAL DA INDÚSTRIA EM CAMPINA GRANDE – 2006 – números absolutos																		
BAIROS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	Total
Alto Branco		3				1	1	3	1		10	2	5			4		30
Araxá										1								1
Bela Vista							2	1			1	1	1			1		7
Bodocongó	2	4	2			1	2		1		6	4	12			7	1	42
Castelo Branco																		0
Catingueira -Acacio de Figueiredo		1						3	1			2	2					9
Catolé		4	3	1	1	8		2	6	2	22	1	12	1	2	13		78
Centenário	1		2								2	1	3			2		11
Cidades								1										1
Centro	3	4	10	6	3	12	28	6	5	4	10	2	28		12	30	3	166
Conceição							1				1		4		2			8
Continental																		0
Cruzeiro		3	2			2	1		1	2	4		8			3		26
Cuités											1							1
Dinamerica		1										1	1					3
Distrito Industrial	8	5	20	4	1	3	1	5	4	12	8	9	8	1	2	2	1	94
Estação Velha			1							2	2		3		1	1		10
Itararé																		0
Lauritzen																		0
Liberdade		1	7			9	3		4	5	6	6	14		3	4		62
Louzeiro																		0
Jardim Paulistano			5	2	3	4		1	1	1	9	4	5		14	2		51
Jardim Tavares																		0
Jeremias													3					3
José Pinheiro		1	1	2	1	1	2		1		4	20	11		1			45

Tabela 5.L

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS BAIROS DE CAMPINA GRANDE – 1992 – números absolutos																
BAIROS	A	B	C	D	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	Total
Alto Branco		12		2		50	3			65		3	18		184	337
Araxá									25							25
Bela Vista			11							5			6		2	24
Bodocongó	1	129	32	1	12	186	169	70		338	129	93		5	11	1176
Castelo Branco										43						43
Catingueira	1				1							4				6
Catolé		10	9	9	12	5	3	84		88	30	86	375	153	51	906
Centenário		7	18		14		2			4	14	17		1	105	182
Cidades																0
Centro	9		133	12	74	217	78	5	16	241	39	568		204	969	2565
Conceição			42			4				5		8		6		65
Continental																0
Cruzeiro		20	2	2	4	9	5	14	2	6				1	19	103
Cuités																0
Dinamerica																0
Distrito Industrial	5	400	635	190	34	28	9	22	327	532	1820	37			75	4114
Estação Velha					5	1						1		11		18
Itararé																0
Lauriitzen																0
Liberdade	51	5	20		27	6			144	31	2	45		22	180	533
Louzeiro																0
Jardim Paulistano		7	38		27	7				29		58		118		284
Jardim Tavares																0
Jeremias												9				9
José Pinheiro		2	20		9			8	2	125	144	64		139		513
Malvinas		9								7		31			6	53
Mirante			106							17					62	185
Monte Castelo			13	4						6	7	12				42
Monte Santo		6			25	11	13		19	15	163	36		16		304

Tabela 5.M

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO INDUSTRIAL NOS BAIROS DE CAMPINA GRANDE - 2006 – números absolutos																		
BAIROS	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	N	O	P	Q	R	TOTAL
Alto Branco		39			1	4		14	2		88	40	104			59		351
Araxá										6								6
Bela Vista							24	5			9	13	1			2		54
Bodocongó	8	77	8			2	410		10		171	65	67			34	25	877
Castelo Branco																		0
Catingueira		15						38	10			56	3					122
Catolé		11	78	3	4	74		11	43	17	178	44	85	250	43	134		975
Centenário	6		7								3	43	15			5		79
Cidades								7										7
Centro	81	23	32	20	37	51	447	78	29	70	240	9	230		180	606	38	2171
Conceição							2				5		18		7			32
Continental																		0
Cruzeiro		10	13			3	1		4	8	14		101			69		223
Cuités											14							14
Dinamerica		4										10	8					22
Distrito Industrial	624	68	471	187	6	101	79	183	45	278	1955	5333	124	85	9	37	3	9588
Estação Velha			15							23	11		8		3	1		61
Itararé																		0
Lauritzen																		0
Liberdade		9	33			21	13		9	434	18	60	98		9	60		764
Louzeiro																		0
Jardim Paulistano			16	20	5			14	6	20	50	19	45		46	8		249
Jardim Tavares																		0
Jeremias													19					19
José Pinheiro	1	19	87		1	6			4		36	198	75		21			449
Malvinas	4				2	1					2		42					51
Mirante							28				34		6					68
Monte Castelo											4	26	7					37
Monte Santo			6		3	11				13	16	35	32		26	2		144

Tabela 5.N

Evolução do emprego formal segundo os segmentos produtivo em Campina Grande – números absolutos

SEGMENTOS PRODUTIVOS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
Extrativa mineral	143	175	158	427	116	134	130	123	125	609	162	70	288	69	231	284	163	155	179	145	265	
Indústria de produtos minerais não metálicos	778	912	824	701	675	593	504	529	528	294	559	648	489	604	590	501	380	502	358	460	481	
Indústria metalúrgica	491	583	526	610	686	780	593	458	325	288	410	545	586	517	494	461	536	624	541	622	674	
Indústria mecânica	287	243	258	177	156	126	105	93	60	16	88	89	73	92	115	121	192	202	125	136	141	
Indústria do material elétrico e de comunicações	304	317	350	334	301	343	260	238	242	81	314	334	295	286	261	260	243	245	330	290	252	
Indústria do material de transporte	0	8	2	1	0	7	6	4	15	9	22	26	27	38	34	31	53	65	59	59	65	
Indústria da madeira e do mobiliário	180	206	229	192	161	158	152	120	128	83	145	165	272	321	336	308	346	421	342	395	348	
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	459	538	514	510	493	459	429	368	380	226	367	506	520	427	510	542	687	747	860	851	912	
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.084	1.487	695	1.649	1.785	1.619	1.740	358	347	437	260	207	281	320	327	437	403	473	419	452	542	
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	619	730	758	749	660	591	560	638	587	612	643	755	768	878	841	799	736	926	1.017	1.024	1.259	
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	1.087	1.492	1.287	1.174	1.347	1.302	1.548	1.890	1.636	991	2.017	2.007	3.007	3.131	2.706	2.662	2.020	2.091	2.286	2.345	2.881	
Indústria de calçados	387	478	534	522	526	782	764	1.980	2.359	2.058	763	2.333	1.920	454	2.295	2.387	2.680	2.803	2.922	3.673	4.765	
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.717	1.641	1.883	1.842	1.784	1.904	2.047	1.745	1.702	1.120	1.347	1.428	1.410	1.534	1.606	1.597	1.525	1.460	1.634	1.659	1.578	
Serviços industriais de utilidade pública	974	1.013	1.036	1.060	675	740	736	545	722	1.238	1.003	1.002	955	801	672	751	529	682	798	788	841	
Construção civil	1.128	1.052	1.520	1.751	1.589	1.813	1.579	1.151	753	540	1.101	1.366	1.433	1.798	1.598	2.166	2.313	2.026	2.090	1.761	2.089	
TOTAL INDUSTRIA	9.628	10.875	10.574	11.399	10.954	11.331	11.153	9.940	9.909	8.602	9.181	11.481	12.324	11.270	12.616	13.327	12.806	13.422	13.930	14.620	16.803	
Comércio varejista	4.326	4.994	4.889	4.919	5.023	4.882	4.552	3.946	3.810	2.518	5.620	5.999	6.513	6.289	6.695	7.096	7.282	7.688	8.122	8.405	9.031	
Comércio atacadista	1.144	1.186	1.230	1.193	1.115	1.159	1.087	990	897	817	1.152	1.402	1.654	1.523	1.339	1.463	1.495	1.597	1.433	1.764	1.792	
Instituições de crédito, seguros e capitalização	1.187	1.061	1.020	1.106	1.159	1.049	1.087	971	967	901	787	765	608	541	541	545	550	524	513	510	583	
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	782	684	1.242	1.052	1.072	1.124	885	727	667	435	1.095	1.237	1.616	1.707	1.841	2.149	2.933	3.120	2.909	2.741	3.257	
Transportes e comunicações	1.504	1.688	1.898	1.890	1.869	1.713	1.752	1.689	1.726	1.399	2.007	2.070	2.250	2.249	2.289	2.283	2.234	2.286	1.991	1.990	1.955	
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	3.586	2.978	4.438	3.504	3.330	3.354	2.664	2.084	1.867	1.007	1.971	2.343	3.274	3.092	4.586	3.406	3.156	3.615	3.380	3.571	3.989	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.130	1.098	1.247	1.455	1.630	2.020	1.935	2.238	2.154	1.790	2.428	2.554	2.711	2.722	2.590	2.700	2.764	2.821	2.791	2.871	2.890	
Ensino	686	645	830	720	643	761	729	637	596	942	2.879	3.163	3.411	3.301	3.282	3.233	3.806	3.959	4.566	4.193	4.493	
Administração pública direta e autárquica	4.432	5.452	5.487	6.052	6.178	6.481	6.299	6.778	7.035	7.014	6.880	6.505	6.516	6.319	6.216	6.444	6.689	6.582	8.513	9.448	10.971	
SERVIÇOS	18.727	19.786	22.281	21.991	22.019	22.543	20.990	20.070	19.719	18.823	24.819	26.038	27.653	27.743	29.379	29.318	30.909	32.190	34.218	35.483	38.961	
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	61	74	84	56	66	73	58	37	64	157	156	144	182	184	186	194	156	164	240	261	227	
Outros / Ignorado	133	148	984	1.954	1.991	2.317	2.956	1.855	3.507	2.016	747	129	47	25	1	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	28.549	30.863	33.923	35.300	35.030	36.284	35.157	31.902	33.199	27.598	34.903	37.792	40.206	39.222	42.182	42.639	43.873	45.776	48.388	50.374	55.991	

Tabela 5.0

 Evolução dos estabelecimentos formais segundo os segmentos produtivos em Campina Grande – números absolutos

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Extrativa mineral	5	8	7	6	7	7	8	7	5	5	9	8	11	8	8	11	8	8	6	6	7
Indústria de produtos minerais não metálicos	19	20	28	26	27	29	25	25	20	14	27	24	23	23	29	30	25	27	31	31	32
Indústria metalúrgica	21	32	28	23	27	33	34	29	21	12	34	41	36	39	41	41	46	45	47	47	46
Indústria mecânica	13	12	13	15	14	16	15	15	11	3	9	14	15	15	19	17	18	17	20	23	21
Indústria do material elétrico e de comunicações	6	5	6	6	7	8	8	12	7	4	13	13	15	14	13	14	15	15	17	15	13
Indústria do material de transporte	0	3	3	1	1	2	2	1	1	1	4	4	5	5	5	4	5	6	5	7	8
Indústria da madeira e do mobiliário	35	36	42	38	34	38	37	37	36	15	34	37	35	46	53	51	51	54	46	46	51
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	18	22	23	23	21	22	22	18	16	11	26	28	33	30	29	34	36	41	37	36	42
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	21	21	20	21	19	23	28	23	20	10	29	25	24	32	32	33	27	28	31	30	36
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	15	17	21	20	19	19	22	23	17	15	34	37	42	46	47	52	54	63	63	67	65
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	37	42	46	51	46	63	75	91	84	36	141	143	145	138	129	128	120	128	114	111	98
Indústria de calçados	12	21	19	16	15	19	20	23	22	10	27	24	30	28	35	39	33	34	43	48	50
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	87	89	88	90	83	91	95	93	86	42	98	109	129	138	155	149	156	166	167	170	167
Serviços industriais de utilidade pública	4	5	5	4	5	5	5	4	4	5	6	8	7	6	6	6	5	6	7	5	5
Construção civil	40	49	49	58	113	131	106	93	83	50	192	172	185	192	244	224	240	236	222	197	211
Comércio varejista	645	683	737	752	772	789	825	814	699	422	1.184	1.207	1.273	1.332	1.457	1.534	1.604	1.632	1.674	1.755	1.814
Comércio atacadista	167	176	170	173	162	168	168	168	148	82	204	200	220	203	195	191	194	199	201	234	235
Instituições de crédito, seguros e capitalização	25	24	22	25	28	29	31	31	29	31	30	30	38	37	40	48	51	55	54	49	52
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	127	131	129	123	135	146	152	150	120	57	167	218	258	272	297	322	355	354	365	383	393
Transportes e comunicações	84	81	89	88	80	72	74	68	60	53	94	97	102	98	105	117	122	122	113	125	126
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	189	207	238	225	219	224	246	236	210	85	247	289	322	341	385	420	451	464	495	510	521
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	73	72	55	53	71	74	78	84	80	74	228	290	305	318	330	339	329	351	349	369	372
Ensino	36	34	36	38	36	41	36	32	27	30	90	109	118	128	139	132	150	151	157	167	172
Administração pública direta e autárquica	10	12	12	10	9	7	7	8	8	9	7	8	9	8	9	12	12	12	9	12	14
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	14	15	14	11	17	18	17	19	14	8	27	32	40	53	49	51	48	45	55	53	48
Outros / ignorado	6	10	234	313	185	192	232	235	248	46	178	55	16	4	1	0	0	0	0	0	0
Total	1.709	1.827	2.134	2.209	2.152	2.266	2.368	2.339	2.076	1.130	3.139	3.222	3.436	3.554	3.852	3.999	4.155	4.259	4.328	4.496	4.599

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 5.P

Evolução do emprego formal na Indústria segundo os segmentos produtivo em Campina Grande – números relativos (%)

RAMOS DA ECONOMIA	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Extrativa mineral	1,5	1,6	1,5	1,1	1,1	1,2	1,2	1,2	1,3	7,1	1,8	0,6	2,3	0,6	1,8	2,1	1,3	1,2	1,3	1,0	1,6
Indústria de produtos minerais não metálicos	8,1	8,4	7,8	6,1	6,2	5,2	4,5	5,3	5,3	3,4	5,9	5,6	4,0	5,4	4,7	3,8	3,0	3,7	2,6	3,1	2,9
Indústria metalúrgica	5,1	5,4	5,0	5,4	6,3	6,7	5,3	4,6	3,3	3,3	4,5	4,7	4,8	4,6	3,9	3,5	4,2	4,6	3,9	4,3	4,0
Indústria mecânica	3,0	2,2	2,4	1,6	1,4	1,1	0,9	0,9	0,6	0,2	1,0	0,8	0,6	0,8	0,9	0,9	1,5	1,5	0,9	0,9	0,8
Indústria do material elétrico e de comunicações	3,2	2,9	3,3	2,9	2,7	3,0	2,3	2,4	2,4	0,9	3,4	2,9	2,4	2,5	2,1	2,0	1,9	1,8	2,4	2,0	1,5
Indústria do material de transporte	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,4
Indústria da madeira e do mobiliário	1,9	1,9	2,2	1,7	1,5	1,4	1,4	1,2	1,3	1,0	1,6	1,4	2,2	2,8	2,7	2,3	2,7	3,1	2,5	2,4	2,1
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	4,8	4,9	4,9	4,5	4,5	4,1	3,8	3,7	3,8	2,6	4,0	4,4	4,2	3,8	4,0	4,1	5,4	5,6	6,1	5,8	5,4
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	11,4	13,7	6,6	14,5	16,3	14,3	15,6	3,6	3,5	5,1	2,8	1,8	2,3	2,8	2,6	3,3	3,1	3,5	3,0	3,1	3,2
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	6,4	6,7	7,2	6,6	6,0	5,2	5,0	6,4	5,9	7,1	7,0	6,6	6,2	7,8	6,7	6,0	5,7	6,9	7,3	7,0	7,5
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	11,3	13,7	12,2	10,3	12,3	11,5	13,9	16,0	16,5	11,5	22,0	17,5	24,4	27,8	21,4	20,1	15,8	15,6	16,3	16,0	15,4
Indústria de calçados	3,8	4,4	5,1	4,6	4,8	6,9	6,9	19,9	23,8	23,9	8,3	20,3	15,6	4,0	18,2	17,9	20,9	20,9	21,0	25,1	28,4
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	17,8	15,1	17,8	16,2	16,3	16,8	18,4	17,6	17,2	13,0	14,7	12,4	11,4	13,6	12,7	12,0	11,9	10,9	11,7	11,3	9,4
Serviços industriais de utilidade pública	10,1	9,3	9,8	9,3	6,2	6,5	6,6	5,5	7,3	14,4	10,9	8,7	7,7	7,1	5,3	5,6	4,1	5,1	5,7	5,4	5,0
Construção civil	11,7	9,7	14,4	15,4	14,5	16,0	14,2	11,6	7,6	6,3	12,0	11,9	11,6	16,0	12,7	16,3	18,1	15,1	15,0	12,0	12,5
TOTAL INDÚSTRIA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features



Tabela 5.Q
mentos produtivo em Campina Grande (%) – ano base 1985 = 100,0

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	
SEGMENTOS PRODUTIVOS																						
Extrativa mineral	100,0	122,4	110,5	88,8	81,1	93,7	90,9	86,0	87,4	425,9	113,3	49,0	201,4	48,3	161,5	198,6	114,0	108,4	125,2	101,4	185,3	
Indústria de produtos minerais não metálicos	100,0	117,2	105,9	90,1	86,8	76,2	64,8	68,0	67,9	37,8	69,3	83,3	62,9	77,6	75,8	64,4	48,8	64,5	46,0	59,1	61,8	
Indústria metalúrgica	100,0	118,7	107,1	124,2	139,7	154,8	120,8	93,3	66,2	58,7	83,5	111,0	119,3	105,3	100,6	93,9	109,2	127,1	110,2	126,7	137,3	
Indústria mecânica	100,0	84,7	89,9	61,7	54,4	43,9	36,6	32,4	20,9	5,6	30,7	31,0	25,4	32,1	40,1	42,2	66,9	70,4	43,6	47,4	49,1	
Indústria do material elétrico e de comunicações	100,0	104,3	115,1	109,9	99,0	112,8	85,5	78,3	79,6	26,6	103,3	109,9	97,0	94,1	85,9	85,5	79,9	80,6	108,6	95,4	82,9	
Indústria do material de transporte	0,0	100,0	25,0	12,5	0,0	87,5	75,0	50,0	187,5	112,5	275,0	325,0	337,5	475,0	425,0	387,5	662,5	812,5	737,5	737,5	812,5	
Indústria da madeira e do mobiliário	100,0	114,4	127,2	106,7	89,4	87,8	84,4	66,7	71,1	46,1	80,6	91,7	151,1	178,3	186,7	171,1	192,2	233,9	190,0	197,2	193,3	
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	100,0	117,2	112,0	111,1	107,4	100,0	93,5	80,2	82,8	49,2	80,0	110,2	113,3	93,0	111,1	118,1	149,7	162,7	185,2	185,4	198,7	
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	100,0	135,9	63,5	150,7	163,2	148,0	159,0	32,7	31,7	39,9	23,8	18,9	25,7	29,3	29,9	39,9	36,8	43,2	38,3	41,3	49,5	
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	100,0	117,9	122,5	121,0	106,6	95,5	90,5	103,1	94,8	98,9	103,9	122,0	124,1	141,8	135,9	129,1	118,9	149,6	164,3	165,4	203,4	
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	100,0	137,3	118,4	108,0	123,9	119,8	142,4	146,3	150,5	91,2	185,6	184,6	276,6	288,0	248,9	246,7	185,8	192,4	208,5	215,7	237,4	
Indústria de calçados	100,0	130,2	145,5	142,2	143,3	213,1	208,2	539,5	642,8	560,8	207,9	635,7	523,2	123,7	625,3	650,4	730,2	763,8	796,2	1000,8	1298,4	
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	100,0	95,6	109,7	107,3	103,9	110,9	119,2	101,6	99,1	65,2	78,5	83,2	82,1	89,3	93,5	93,0	88,8	85,0	95,2	96,6	91,9	
Serviços industriais de utilidade pública	100,0	104,0	106,4	108,8	69,3	76,0	75,6	56,0	74,1	127,1	103,0	102,9	98,0	82,2	69,0	77,1	54,3	70,0	81,9	80,9	86,3	
Construção civil	100,0	93,3	134,8	155,2	140,9	160,7	140,0	102,0	66,8	47,9	97,6	121,1	127,0	159,4	141,7	192,0	205,1	179,6	185,3	156,1	186,1	
TOTAL INDÚSTRIA	100,0	113,0	109,8	118,4	113,8	117,7	115,8	103,2	102,9	89,3	95,4	119,2	128,0	117,1	131,0	138,4	133,0	139,4	144,7	151,8	174,5	
Comércio varejista	100,0	115,4	113,0	113,7	116,1	112,9	105,2	91,2	88,1	58,2	129,9	138,7	150,6	145,4	154,8	164,0	168,3	177,7	187,7	194,3	208,8	
Comércio atacadista	100,0	103,7	107,5	104,3	97,5	101,3	95,0	86,5	78,4	71,4	100,7	122,6	144,6	133,1	117,0	127,9	130,7	139,6	125,3	154,2	156,6	
Instituições de crédito, seguros e capitalização	100,0	89,4	85,9	93,2	97,6	88,4	91,6	81,8	81,5	75,9	66,3	64,4	51,2	45,6	45,6	45,9	46,3	44,1	43,2	43,0	49,1	
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	100,0	87,5	158,8	134,5	137,1	143,7	113,2	93,0	85,3	55,6	140,0	158,2	206,6	218,3	235,4	274,8	375,1	399,0	372,0	350,5	416,5	
Transportes e comunicações	100,0	112,2	126,2	125,7	124,3	113,9	116,5	113,0	114,8	93,0	133,4	137,6	149,6	149,5	152,2	151,8	148,5	152,0	132,4	132,3	130,0	
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, r...	100,0	83,0	123,8	97,7	92,9	93,5	74,3	58,1	52,1	28,1	55,0	65,3	66,2	66,2	127,9	95,0	88,0	100,8	94,3	99,6	111,2	
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	100,0	97,2	110,4	128,8	144,2	178,8	171,2	198,1	190,6	158,4	214,9	226,0	239,9	240,9	229,2	238,9	244,6	249,6	247,0	254,1	255,8	
Ensino	100,0	101,4	130,5	113,2	101,1	119,7	114,6	100,2	93,7	148,1	452,7	497,3	536,3	519,0	516,0	508,3	698,4	622,5	717,9	659,3	706,4	
Administração pública direta e autárquica	100,0	123,0	123,8	136,6	139,4	146,2	142,1	152,9	158,7	158,3	155,2	146,8	147,0	142,6	140,3	145,4	150,9	148,5	192,1	213,2	247,5	
SERVIÇOS	100,0	105,7	119,0	116,9	117,6	120,4	112,1	107,2	105,3	89,8	132,5	139,0	147,7	148,1	156,9	156,6	165,1	171,9	182,7	189,5	208,0	
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	100,0	119,4	135,5	90,3	106,5	117,7	93,5	59,7	103,2	253,2	251,6	232,3	293,5	296,8	300,0	312,9	254,8	264,5	387,1	421,0	366,1	
Outros / ignorado	100,0	111,3	79,8	146,9	214,9	174,2	222,2	139,4	726,3	815,5	956,7	97,0	35,3	18,8	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
TOTAL	100,0	108,2	118,8	123,6	122,7	127,0	123,1	111,7	116,3	96,7	122,3	132,4	140,8	137,4	147,8	150,1	153,7	160,3	169,5	176,4	196,1	

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.

Tabela 5.R

Índices de preços de produtos produzidos em Campina Grande (%) – ano base 1985 = 100,0

Setores	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Extrativa mineral	160,0	140,0	120,0	140,0	140,0	160,0	140,0	100,0	100,0	180,0	160,0	220,0	160,0	160,0	220,0	160,0	160,0	120,0	120,0	140,0
Indústria de produtos minerais não metálicos	105,3	147,4	136,8	142,1	152,6	131,6	131,6	105,3	73,7	142,1	126,3	121,1	121,1	152,6	157,9	131,6	142,1	163,2	163,2	168,4
Indústria metalúrgica	152,4	133,3	109,5	128,6	157,1	161,9	138,1	100,0	57,1	161,9	195,2	171,4	185,7	195,2	195,2	219,0	214,3	223,8	223,8	219,0
Indústria mecânica	92,3	100,0	115,4	107,7	123,1	115,4	115,4	84,6	23,1	69,2	107,7	115,4	115,4	146,2	130,8	138,5	130,8	153,8	176,9	161,5
Indústria do material elétrico e de comunicações	83,3	100,0	100,0	116,7	133,3	133,3	200,0	116,7	66,7	216,7	216,7	250,0	233,3	216,7	233,3	250,0	250,0	283,3	250,0	216,7
Indústria do material de transporte	100,0	100,0	33,3	33,3	66,7	66,7	33,3	33,3	33,3	133,3	133,3	166,7	166,7	166,7	133,3	166,7	200,0	166,7	233,3	266,7
Indústria da madeira e do mobiliário	102,9	120,0	108,6	97,1	108,6	105,7	105,7	102,9	42,9	97,1	105,7	100,0	131,4	151,4	145,7	145,7	154,3	131,4	131,4	145,7
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	122,2	127,8	127,8	116,7	122,2	122,2	100,0	88,9	61,1	144,4	155,6	183,3	166,7	161,1	188,9	200,0	227,8	205,6	200,0	233,3
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	100,0	95,2	100,0	90,5	109,5	133,3	109,5	95,2	47,6	138,1	119,0	114,3	152,4	152,4	157,1	128,6	133,3	147,6	142,9	171,4
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, ...	113,3	140,0	133,3	126,7	126,7	146,7	153,3	113,3	100,0	226,7	246,7	280,0	306,7	313,3	346,7	360,0	420,0	420,0	446,7	433,3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	113,5	124,3	137,8	124,3	170,3	202,7	245,9	227,0	97,3	381,1	386,5	391,9	373,0	348,6	345,9	324,3	345,9	308,1	300,0	264,9
Indústria de calçados	175,0	158,3	133,3	125,0	158,3	166,7	191,7	183,3	83,3	225,0	200,0	250,0	233,3	291,7	325,0	275,0	283,3	358,3	400,0	416,7
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	102,3	101,1	103,4	95,4	104,6	109,2	106,9	98,9	48,3	112,6	125,3	148,3	158,6	178,2	171,3	179,3	190,8	192,0	195,4	192,0
Serviços industriais de utilidade pública	125,0	125,0	100,0	125,0	125,0	125,0	100,0	100,0	125,0	150,0	200,0	175,0	150,0	150,0	150,0	125,0	150,0	175,0	125,0	125,0
Construção civil	122,5	122,5	145,0	282,5	327,5	265,0	232,5	207,5	125,0	480,0	430,0	462,5	480,0	610,0	560,0	600,0	590,0	555,0	492,5	527,5
Comércio varejista	105,9	114,3	116,6	119,7	122,3	127,9	126,2	108,4	65,4	183,6	187,1	197,4	206,5	225,9	237,8	248,7	253,0	259,5	272,1	281,2
Comércio atacadista	105,4	101,8	103,6	97,0	100,6	100,6	100,6	88,6	49,1	122,2	119,8	131,7	121,6	116,8	114,4	116,2	119,2	120,4	140,1	140,7
Instituições de crédito, seguros e capitalização	96,0	88,0	100,0	112,0	116,0	124,0	124,0	116,0	124,0	120,0	120,0	152,0	148,0	160,0	192,0	204,0	220,0	216,0	196,0	208,0
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	103,1	101,6	96,9	106,3	115,0	119,7	118,1	94,5	44,9	131,5	171,7	203,1	214,2	233,9	253,5	279,5	278,7	287,4	301,6	309,4
Transportes e comunicações	96,4	106,0	104,8	95,2	85,7	88,1	81,0	71,4	63,1	111,9	115,5	121,4	116,7	125,0	139,3	145,2	145,2	134,5	148,8	150,0
Serv. de alojamento, alim entação, reparação, manutenção, redação, r...	109,5	125,9	119,0	115,9	118,5	130,2	124,9	111,1	45,0	130,7	152,9	170,4	180,4	203,7	222,2	238,6	245,5	261,9	269,8	275,7
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	98,6	75,3	72,6	97,3	101,4	106,8	115,1	109,6	101,4	312,3	397,3	417,8	435,6	452,1	464,4	450,7	480,8	478,1	505,5	509,6
Ensino	94,4	100,0	105,6	100,0	113,9	100,0	88,9	75,0	83,3	250,0	302,8	327,8	355,6	386,1	366,7	416,7	419,4	436,1	463,9	477,8
Administração pública direta e autárquica	120,0	120,0	100,0	90,0	70,0	70,0	80,0	80,0	90,0	70,0	80,0	90,0	80,0	90,0	120,0	120,0	120,0	90,0	120,0	140,0
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal...	107,1	100,0	78,6	121,4	128,6	121,4	135,7	100,0	57,1	192,9	228,6	285,7	378,6	350,0	364,3	342,9	321,4	392,9	378,6	342,9
Outros / ignorado	166,7	390,0	521,6	730,3	320,0	386,6	391,6	741,3	376,7	296,6	791,6	726,6	66,7	16,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	106,9	124,9	129,3	125,9	132,6	138,6	136,9	121,5	66,1	183,7	188,5	201,1	208,0	225,4	234,0	243,1	249,2	253,2	263,1	269,1

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da RAIS/MTE.



5.A

VOS FISCAIS CONCEDIDOS PARA INVESTIMENTOS EM CAMPINA GRANDE - PB

ESFERA FEDERAL: O Governo Federal beneficia empreendimentos prioritários para o desenvolvimento da região, que venham a se instalar na área de atuação da antiga Sudene, reduzindo o valor do imposto de renda a pagar, pelo prazo de até 10 anos, observando-se o percentual dedução de 75% até 2013. É válido também para empresas que ampliem ou modernizarem os seus empreendimentos ou diversificarem a sua linha de produção.

ESFERA ESTADUAL: O Governo do Estado da Paraíba concede a partir do FAIN (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba) estímulos financeiros à implantação, realocização, revitalização e à ampliação de empreendimentos industriais e turísticos que sejam declarados, de relevante interesse para o desenvolvimento do Estado.

ESFERA MUNICIPAL: A Prefeitura Municipal de Campina Grande concede estímulos fiscais e econômicos a empresas que se estabeleçam e iniciem atividades no município, bem como às empresas já existentes que ampliem sua capacidade de produção e demanda de mão-de-obra. Estes incentivos se referem especificamente à:

- Isenção de impostos municipais pelo prazo máximo de 20 anos.
- Execução total ou em parte dos serviços de terraplanagem e infra-estrutura do terreno, se necessário à implantação do empreendimento.
- Destinação de área de terra necessária, em locais adequados na periferia da cidade.
- A permuta de áreas de terra em atendimento a solicitação de empresas já existentes, desde que enquadradas nas demais exigências da lei nº 2.214/91.
- Dispensa das taxas de licenciamento das obras.
- Assessoria e orientação na escolha de alternativas para implantação de projetos de instalação e ampliação.

Fonte: PMCG, 2007. Disponível em << <http://portal.pmcg.pb.gov.br/?page=132&parent=91> >> acesso em 10 de julho de 2007



Participação relativa da Indústria e do Emprego dos Bairros de Campina Grande (%)

BAIRROS - SUBSETOR DA INDÚSTRIA	INDÚSTRIA		EMPREGO	
	1992	2005	1992	2006
Alto Branco	4,14	3,38	2,45	1,64
Araxá	0,11	0,11	0,18	0,03
Bela Vista	0,65	0,79	0,17	0,25
Bodocongó	6,22	4,74	8,53	4,14
Castelo Branco	0,22	0,00	0,31	0,00
Catingueira	0,44	1,01	0,04	0,58
Catolé	6,76	8,79	6,55	4,60
Centenário	2,62	1,24	1,32	0,37
Cidades	0,00000	0,11	0,00	0,03
Centro	21,59	18,71	18,62	10,25
Conceição	1,09	0,90	0,47	0,15
Continental	0,00	0,00	0,00	0,00
Cruzeiro	3,38	2,93	0,75	1,05
Cuités	0,00	0,11	0,00	0,07
Dinamerica	0,00	0,34	0,00	0,10
Distrito Industrial	7,20	10,60	29,89	45,26
Estação Velha	0,55	1,13	0,13	0,29
Itararé	0,00	0,00	0,00	0,00
Lauritzen	0,00	0,00	0,00	0,00
Liberdade	4,91	6,99	3,87	3,61
Louzeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Jardim Paulistano	9,81	5,75	2,06	1,18
Jardim Tavares	0,00	0,00	0,00	0,00
Jeremias	0,22	0,34	0,07	0,09
José Pinheiro	5,13	5,07	3,67	2,12
Malvinas	1,31	1,69	0,39	0,24
Mirante	0,33	0,45	1,34	0,32
Monte Castelo	0,65	0,56	0,31	0,17
Monte Santo	3,71	2,25	2,21	0,68
Nações	0,87	0,45	0,27	0,12
Novo Bodocongó	0,00	0,00	0,00	0,00
Nova Brasília	0,76	0,56	0,17	1,27
Palmeira	2,73	1,58	1,18	0,34
Pedregal	0,22	0,56	0,04	0,66
Prata	5,34	3,72	2,23	0,78
Presidente Médice	0,76	0,56	0,21	0,09
Quarenta	0,87	1,01	0,15	0,46
Ramadinha	0,00	0,00	0,00	0,00
Sandra Cavalcante	0,11	0,23	0,01	0,05
Santa Cruz	0,33	0,45	0,04	0,11
Santa Rosa	0,76	2,14	0,25	0,67
Santa Terezinha	0,44	0,56	1,16	2,04
Santo Antonio	2,07	2,82	1,29	3,54
Serrotão	0,00	0,68	0,00	0,69



Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

	2,40	3,38		8,02	2,74
	1,09	2,48		1,59	1,63
	0,00	0,23		0,00	7,11
Universitário	0,44	0,11		0,06	0,005
Vila Cabral	0,00	0,45		0,00	0,49
TOTAL	100,00	100,00		100,00	100,00
São José da Mata	0,64	0,56		0,19	0,11
Boa Vista	0,96	0,11		1,06	0,01
zona rural	0,32	0,00		0,10	0,00
Galante	0,21	0,11		0,02	0,02
TOTAL rural	2,13	0,78		1,38	0,15
TOTAL cidade	97,87	99,22		98,62	99,85
TOTAL MUNICIPIO	100,00	100,00		100,00	100,00
média	2,04	2,04		2,04	2,04
Desvio medio	3,58	2,17		2,68	2,65
Desvio padrão.	6,76	3,38		5,16	6,60
x=0	nulo			x=0	nulo
0<x<2,0	baixo			0<x<2,0	baixo
2,0<x<5,6	média			2,0<x<7,2	média
5,6<x< 9,2	alta			7,2<x< 12,4	alta
x>9,2	elevada			x>12,4	elevada

Fonte: Elaboração do autor com base nos dados da FIEPB



Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

omícios particulares permanentes por situação, sexo e classes de rendimento da pessoa responsável pelo domicílio

Variável = Domicílios particulares permanentes (Unidade)									
Situação do domicílio = Total / ano 2000 - Sexo da pessoa responsável pelo domicílio = Total									
Bairro	Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio								
	Total	Até 1/2 de salários mínimos	Mais de a 1/2 a 1 salário mínimo	Mais de 1 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 5 salários mínimos	Mais de 5 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 20 salários mínimos	Mais de 20 salários mínimos	Sem Rendimentos
Alto Branco	100,0	1,9	19,4	24,0	10,8	15,8	12,9	9,6	5,7
Araxá	100,0	5,9	32,9	19,2	1,6	3,3	0,7	0,7	35,8
Centro	100,0	0,7	12,1	22,6	15,7	22,4	14,6	8,4	3,4
Conceição	100,0	2,4	28,4	28,5	11,2	12,6	6,8	3,5	6,6
Cuites	100,0	2,6	44,8	31,3	5,2	2,2	1,3	1,3	11,3
Jardim Continental	100,0	4,7	41,8	27,7	4,1	2,0	0,5	0,2	18,9
Jardim Tavares	100,0	1,3	12,1	19,5	6,6	16,2	20,1	20,1	4,1
Jeremias	100,0	2,9	43,4	31,8	5,0	1,7	0,3	0,0	14,9
Lauritzen	100,0	0,6	8,6	18,3	13,0	25,9	17,4	13,9	2,3
Louzeiro	100,0	2,2	26,3	47,1	14,2	5,8	2,9	0,0	1,5
Monte Santo	100,0	2,1	34,0	34,7	10,7	7,1	1,2	0,3	9,9
Nações	100,0	1,3	14,0	20,6	10,5	13,3	17,1	16,5	6,7
Novo Bodocongo	100,0	2,5	38,2	20,1	2,1	0,7	1,1	0,4	35,0
Palmeira	100,0	2,1	24,1	27,6	14,4	15,6	8,7	3,8	3,7
ZONA NORTE	100,0	2,1	27,0	27,3	10,1	11,8	7,7	5,1	8,9
Bela Vista	100,0	1,7	28,4	29,9	7,4	7,7	6,7	6,2	11,9
Bodocongó	100,0	1,4	24,7	35,7	14,6	12,6	4,0	1,1	5,9
Centenário	100,0	1,6	28,1	32,5	12,0	10,4	5,6	1,9	8,0
Dinâmica	100,0	0,9	14,4	25,4	16,0	24,7	10,7	2,4	5,6
Malvinas	100,0	1,7	25,4	45,1	11,5	5,0	0,8	0,2	10,3
Pedregal	100,0	3,4	44,8	26,0	2,5	0,5	0,2	0,1	22,4
Prata	100,0	0,3	11,3	22,4	13,0	22,2	15,5	13,2	2,2
Quarenta	100,0	1,9	28,1	36,8	9,9	9,4	4,7	1,8	7,5
Ramadinha	100,0	3,4	42,4	36,3	3,8	2,3	0,2	0,0	11,7
Santa Cruz	100,0	1,2	18,6	41,1	17,7	12,6	3,0	0,6	5,2
Santa Rosa	100,0	2,3	31,7	35,9	9,3	8,0	2,4	0,9	9,4
Serrotão	100,0	7,1	41,6	25,6	1,4	0,5	0,2	0,1	23,5
Universitário	100,0	0,8	20,1	20,1	5,0	11,5	17,4	15,6	9,5
ZONA OESTE	100,0	2,0	27,3	36,1	10,6	8,4	3,6	1,9	10,1
Acácio Figueiredo	100,0	3,4	33,2	38,3	8,0	4,4	1,1	0,1	11,5
Cidades	100,0	7,0	45,8	28,4	1,3	0,3	0,1	0,0	17,2
Catolé	100,0	1,2	20,8	22,9	11,6	19,2	10,4	4,9	9,0
Cruzeiro	100,0	0,6	22,6	35,8	14,3	13,9	4,0	0,9	7,9
Dist. Industrial / velame	100,0	3,5	32,4	43,1	5,3	2,0	0,6	0,4	12,7
Estação Velha	100,0	4,3	36,9	38,5	8,3	5,2	0,9	0,7	5,2
Itararé	100,0	0,2	12,5	23,5	15,2	21,8	14,8	6,4	5,6
Jardim Paulistano	100,0	1,1	16,1	29,6	16,4	19,9	8,3	2,9	5,8
Liberdade	100,0	1,4	28,4	30,7	13,2	12,5	4,7	1,7	7,4



Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

				30,8	20,1	22,6	4,0	0,8	6,7
				26,2	12,5	18,6	12,3	5,4	6,6
São José	100,0	0,3	17,9	27,6	13,9	19,8	10,5	4,4	5,5
Tambor	100,0	1,7	25,8	32,4	13,9	12,3	5,2	1,1	7,6
Três Irmãs	100,0	2,1	22,6	43,6	14,8	6,5	1,0	0,2	9,3
Vila Cabral	100,0	3,6	35,0	33,4	6,5	4,3	0,3	0,2	16,7
ZONA SUL	100,0	1,9	25,2	32,0	12,0	12,7	5,4	2,1	8,9
Castelo Branco	100,0	1,7	24,8	33,0	10,8	13,6	4,7	1,9	9,4
José Pinheiro	100,0	2,5	35,6	33,9	8,9	6,8	2,1	0,6	9,5
Mirante	100,0	0,0	2,2	6,0	3,9	15,5	32,8	37,9	1,7
Monte Castelo	100,0	3,6	38,5	34,2	6,3	3,8	0,7	0,0	12,8
Nova Brasília	100,0	1,7	33,1	29,1	7,7	7,4	2,8	0,8	17,3
Santo Antônio	100,0	2,6	25,7	23,5	10,5	13,9	11,1	6,8	5,8
ZONA LESTE	100,0	2,7	33,7	31,7	8,2	7,4	3,6	2,1	10,6
TOTAL	100,0	2,1	27,3	32,5	10,7	10,3	5,0	2,6	9,5

Fonte: IBGE